

MARÇO 2010

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socioeconómico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e electronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. Redução da Pobreza e Economia
2. Microfinanças
3. Mercado Informal
4. Oge Investimentos Públicos e Transparência
5. Governação Descentralização e Cidadania
6. Urbanismo e Habitação
7. Terra
8. Serviços Básicos
9. Ambiente

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário África, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila e Expansão
- **Websites:** Angonoticias, Rádio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redacção

Genérico

Redacção Helga Silveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain Gelson Gaspar, Azancoth Ventura, José Tiago e Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução a Pobreza Urbana de Luanda), DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Emprego supera meta apesar da quebra do PIB	1
1.2 Economia dos EUA cresceu 5,9 por cento	1
1.3 Aposentados da função pública recebem pensão de miséria	2
1.4 Angolanos mentem quando falam de pobreza e miséria	3
1.5 FMI vai dar e fiscalizar o dinheiro ao governo	4
1.6 O sermão de Cónego Apolónio sobre a ausência da miséria em Angola	4
1.7 Emprego e desemprego em Angola	6
1.8 UNITA defende regras para trabalho doméstico	8
1.9 A Fábrica de Tubos de Angola (FATA) e a Metang (Metalúrgica de Angola) encaram sérias dificuldades na venda dos seus produtos devido a isenção na importação	8
1.10 Alta de preço dos produtos básicos na ordem do dia	10
1.11 Economia a passos lentos	11
2 MICROFINAÇAS	13
2.1 “ Kixicrédito “ no Huambo com aumento de montante	13
2.2 Mercado de Mutundo pronto em Maio	13
2.3 Carteira do Kixicrédito chega a US\$ 12 milhões	13
2.4 Preços mais baixos no mercado informal em relação ao formal	14
2.5 Utilização do empréstimo na lupa do FMI	14
2.6 Peixeiras espancam cobrador por especulação	15
2.7 Financiamento a partir de instituições bancária nacional	15
2.8 BAI – Micro Finanças aposta no fomento do auto-emprego	17
2.9 Financiar, acompanhar, desenvolver	17
2.10 Cliente do BCI Imobiliária descontente	18
2.11 “ Crédito agrícola vai crescer nos próximos tempos”	19
2.12.12 Banco Sol disponibiliza USD 20 milhões	20
3 MERCADO INFORMAL	22
3.1 “ Kixicrédito “ no Huambo com aumento de montante	22
3.2 Mercado de Mutundo pronto em Maio	22
3.3 Preços mais baixos no mercado informal em relação ao formal	22
3.4 O povo paga uma factura pesada	23
3.5 GPL quer armazéns longe da cidade	24
3.6 Mulheres transportam e vedem água para dar de comer aos filhos e parentes	25
3.7 Financiar, acompanhar, desenvolver	26
3.8 BAI – Micro Finanças aposta no fomento do auto-emprego	27
3.9 Novo Roque” pode ser inaugurado a qualquer altura	27
3.10 “ Kinguilas” já vendem nota a 10.000 kz	28
3.11 Miguelito, o rapaz feito empresário	29
3.12 “Candongueiros de energia estão a fazer-nos vida cara”	30
3.13 Emprego, inflação e défice orçamental	31
1.14 Desempregados “ zungam “ pelas ruas	32
3.15 Mercados também comercializam saber	33
3.16 Alta de preço dos produtos básicos na ordem do dia	33
1.17 Função pública à beira dos 300 mil trabalhadores	34
1.18 Às costas com o comércio informal	34
3.19 Passagens aéreas precisam-se no «funil» dos congolezes	35
3.20 Preços do petróleo caíram em Londres e em Nova Iorque	35
3.21 Aumento de Kupapatas no Sumbe	36
3.22 Comuna do Hoji-ya-Henda evita venda nas ruas	36
3.23 Novo mercado da Quissala inaugurado no mês de Maio	36

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	38
5.1 Governador defende maior interação entre administração e as comunidades	38
5.2 Administração e cidadãos	38
5.3 O desenvolvimento dos municípios	39
5.4 Boa governação	39
5.5 O País no presente e no futuro	40
5.6 Administrador municipal com um pé fora por má gestão	40
5.7 Novo quadro organizativo do Poder Local	42
6 URBANISMO E HABITAÇÃO	43
6.1 Famílias desalojadas recebem casa em Cabala	43
6.2 Falta de Legislação para regular o mercado	43
6.3 Grupo Build Brasil lança novo empreendimento	43
6.4 Habitação e Serviços Comunitários	44
6.5 E assim cresce Luanda	44
6.6 Escolas de Luanda transformadas em moradias	45
6.7 Há bons exemplos de construção mal localizados”	46
6.8 Luanda está mais atrasada do que as províncias	48
6.9 Promotores de habitação devem ser auscultados	50
6.10 E assim cresce Luanda	50
6.11 Angola Telecom liberta-se do prédio	51
6.12 Luanda está mais atrasada do que as províncias	51
6.13 Casas da Nova Vida prontas em 18 meses	53
6.14 Município do Rangel avança para a requalificação	53
6.15 Lançado projecto imobiliário para viúvas e veteranos de guerra	54
6.16 Cabinda quer mudar situação de bairros periféricos	55
6.17 A obra dos Luandenses	56
6.18 Obras no bairro Calemba são retomadas brevemente	57
6.19 Fórum Urbano Mundial tem lugar no Rio de Janeiro	57
6.20 O governo de Luanda constrói casas para vítimas de violência doméstica	57
6.21 Governo rubrica acordo para construção de casas	58
6.22 Programa habitacional começa a ser executado	58
6.23 Fórum de urbanismo leva deputados ao Brasil	58
6.24 Habitações para a juventude foram entregues no Lubango	58
6.25 O custo das casas	59
6.26 Fórum Urbano da ONU pede combate à pobreza	60
6.27 Urbanização de habitações sociais está em conclusão no Kilamba Kiaxi	61
6.28 Apartamento em Luanda	61
6.29 Plano habitacional impressiona participantes	62
6.30 Os vizinhos do Parlamento	63
6.31 Plano habitacional impressiona participantes	64
6.32 Primeiro Salão Imobiliário realiza-se em Maio	65
6.33 Mestrado em Ordenamento na Faculdade de Engenharia	65
6.34 Vizinhaça incómoda	66
6.35 O drama da Wandu na planície da Tchavola: a dor e os efeitos das demolições	66
6.36 Legislação imobiliária salvaguarda o princípio da liberdade contratual	68
6.37 Fórum define cidade como um direito para todos	69
6.38 Disponíveis milhões de dólares para a construção de casas sociais	70
7 TERRA	72
7.1 Laurinda Hoygaard quer autódromo e afins	72
7.2 Um perímetro de demolições à vista	73
7.3 Apelo á dignidade humana	74
7.4 Populares carregam a Cruz dos Anjos	74
7.5 Governo arrasa casas no Lubango	75

7.6 Deputados reprovam a atitude do governador	75
7.7 Estamos perante um quadro de violação da lei”	75
7.8 Quando viver sobre um túmulo chega a ser banal	75
7.9 Obras no bairro Calemba são retomadas brevemente	76
7.10 Estamos perante um quadro de violação da lei”	76
7.11 Quando viver sobre um túmulo chega a ser banal	77
7.12 Apelo á dignidade humana	77
7.13 Deputados reprovam a atitude do governador	78
7.14 Deputados reprovam a atitude do governador	78
7.15 Populares carregam a Cruz dos Anjos	78
7.16 “Estamos perante um quadro de violação da lei”	79
7.17 Obras no bairro Calemba são retomadas brevemente	79
7.18 MPLA atira responsabilidades das demolições ao governador dos Anjos	79
7.19 Demolições trouxeram ao Lubango deputados do Galo Negro	80
7.20 Ai vida que é só sofrer	80
7.21 Igreja e MPLA condenam demolições na Huíla	82
7.22 Lubango em alvoroço	82
7.23 Anjos desacreditado.	83
7.24 O resultado da nossa teimosia crónica	83
7.25 Vice-governadora hospitalizada na Alemanha	84
7. 26 Eles massacram o povo em todos valem a pena reclamar?	84
7.27 Demolido a casa que impedia obras no bairro Calemba	85
7.28 Massacram o povo em todos valem a pena reclamar?	85
7.29 Demolições e realojamentos	86
7.30 A minha opinião sobre as demolições	87
7.31 Famílias realojadas na Tchavola recebem materiais de construção	88
7.32 GPL garante enquadramento	88
7.33 Demolições na Huíla criam crise local no MPLA	88
7.34 «Demolições na Huíla deixam Governo e MPLA desencontrados	89
7.35 GPL garante enquadramento	91
7.36 Igreja e MPLA condenam demolições na Huíla	92
7.37 A atitude do governo da Huíla é de maluco»	92
7.38 A tresloucada política de demolições do Governo	93
7.39 Governo de Benguela trava Omunga com "comunicado musculado"	93
7.40 Gigantesca onda de solidariedade	94
7.41 Novos desenvolvimentos sobre as demolições	94
7.42 Governador enfrenta tudo e todos: Demolições continuarão no Lubango	95
7.43 Puro sadismo	95
7.44 Até Bento Bembe não gostou	96
7.45 Tentáculos do GRN nas demolições do Huíla	96
7.46 Participar para depois construir...	98
7.47 Deputados da UNITA testemunham o bastão da ditadura na Huíla	98
7.48 Exoneração de Dos Anjos	99
7.49 Governo central garante mais apoios às famílias realojadas na Tchavola	99
7.50 Hello Truust entrega terras desminadas	100
7.51 Participar para depois construir...	101
7.52 A tresloucada política de demolições do Governo	101
7.53 Governador enfrenta tudo e todos: Demolições continuarão no Lubango	102
7.54 Conclusão das obras de restauro perante dos moradores da zona	102
7.55 A diabilização da OMUNGA solidária com os «sem tecto»	103
7.56 Governo da província inicia realojamento dos sindicatos	103
8 SERVIÇOS BASICOS	105
8.1 Cabinda investe forte no saneamento básico	105
8.2 Água, a nova commodity	106

8.3 Eternas dores de cabeça	108
8.4 Água, a nova commodity	109
8.5 Perspectivas para o País	111
8.6 Inundação periga vida de cidadãos	112
8.7 Água contaminada na Vila Alice	113
8.8 Água poluída nas torneiras da Vila Alice	113
8.9 EPAL	114
8.10 Milhões de habitantes do meio rural com água potável dentro de dois anos	114
8.11 Água para um mundo saudável e para o desenvolvimento	114
8.12 Água limpa	115
8.13 Cidade do Kuito tem novo sistema de capacitação e tratamento de água	116
8.14 Abastecimento de água melhora na zona rural	117
8.15 JMPLA dá apoio na evacuação das águas das chuvas	117
8.16 Projecto Água para todos é levado a mais povoações	117
8.17 Água podre no “Sambila”	118
9 AMBIENTE	119
9.1 Famílias desalojadas por causa das chuvas	119
9.2 Ambiente define projectos nacionais para reduzir gases de efeitos de estufa	120
9.3 Sede Comunal da Mupa encontra-se submersa	120
9.4 Sede Comunal da Mupa encontra-se submersa	121
9.5 Banco de Sementes	122
9.6 Luanda cada vez mais quente	124
9.7 Luanda cada vez mais quente	124
9.8 Juventude Ecológica preocupado	125
9.9 Poluição sonora irrita luandenses	125
9.10 Vítimas das cheias recebem terreno	126
9.11 Ministério do Ambiente firma acordo coma ONU	126
9.12 Angola no combate ao aquecimento global	127
9.13 Na lista dos que menos poluem	127
9.14 Águas descem e são mais visíveis danos das enxurradas	128
9.15 Águas descem e são mais visíveis danos das enxurradas	130
9.16 Doze mortos em Luanda	131
9.17 Angola é um dos países que mais queimam a floresta	132
9.18 Voltar a chover no molhado	132
9.19 Enxurradas agravam desgraça de muitos luandenses	134
9.20 A culpa é do povo	135
9.21 Em 2007 foi bem pior	136
9.22 Alterações climáticas preocupam Governo	137

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Emprego supera meta apesar da quebra do PIB

Semanário Factual

De 05 a 12 Março de 2010

A conturbada conjuntura interna e externa, que motivou a revisão das expectativas de crescimento do PIB para baixo, escapou, porém, da recessão. Contudo, e segundo o ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, António Pitra Neto, o número de empregos criados em 2009 supera a meta prevista em cerca de 10 mil novos postos de trabalho, um acréscimo significativo tendo em conta a previsão inicial de 320 mil empregos.

A forte aposta na agricultura e também na construção civil e obras terá contribuído para a economia escapar da recessão, dada à previsão de contracção do sector petrolífero em 3,6 por cento. Segundo alguns economistas, o crescimento do número de postos de trabalho pode estar relacionado tanto com o aumento do crédito interno em determinados sectores quanto pelo crescimento moderado do sector não petrolífero em torno dos 5,2 por cento, representando um aumento do peso no PIB dos sectores não petrolíferos.

O boom imobiliário, assim como o crescimento do número de unidades hoteleiras para garantir a realização do Campeonato Africano de Futebol (CAN/2010) motivaram a criação de novos postos de trabalho quer na construção como no turismo. O sector dos transportes não ficou para trás e também contribui com uma quota substancial para a abertura de novos postos de trabalho, marcado essencialmente pela injeção de autocarros às várias operadoras de transportes públicos tanto em Luanda como no resto do país e ainda pelo surgimento de novas empresas, com destaque para a Afritaxi.

Salienta-se que durante os últimos anos a economia cresceu à taxa acima dos 10 por cento, devido ao forte aumento da produção petrolífera e do preço do crude no mercado internacional, tendo as metas de empregos estagnado em torno dos 300 mil postos de trabalhos. No entanto, o crescimento do número de empregos em 2009, um ano de desaceleração do sector petrolífero, marca a expansão da economia não petrolífera.

Os principais indicadores de 2009 indicam para uma taxa de inflação de 13,99 por cento, um crescimento do crédito concedido em mais de 40 por cento. A taxa de juros sofreu um agravamento nas operações de crédito situando-se, nalguns casos, próximo dos 20 por cento.

O emprego abriu 330 mil novos postos, enquanto o crédito destinado ao Estado caiu 48 por cento em Dezembro de 2008 para próximo dos 40 por cento no final de 2009.

1.2 Economia dos EUA cresceu 5,9 por cento

Semanário Factual

De 05 a 12 de Março de 2010

A economia dos Estados Unidos cresceu a uma taxa anual de 5,9 por cento nos últimos três meses de 2009, de acordo com informações revisadas e divulgadas recentemente pelo governo americano, ficando relativamente acima da primeira estimativa divulgada e que era de 5,7 por cento. Os números do Departamento de Comércio americano reforçam a avaliação de que a maior economia do Mundo está a sair rapidamente da recessão.

Os economistas acreditam que o aumento na taxa de crescimento se deve a um aumento na produção industrial e não a um aumento dos gastos dos consumidores. Salienta-se que o índice de consumo sofreu um revés de 0,2 por cento para 1,7 por cento no último trimestre de 2009. A produção industrial aumentou para atender ao aumento da demanda dos estabelecimentos comerciais de todo o país, que haviam deixado os níveis dos estoques caírem.

O gasto de empresas com equipamentos e programas de computador, por exemplo, registou um aumento de 18,2 por cento, enquanto as exportações de produtos dos Estados Unidos cresceram 22,4 por cento, o ritmo mais acelerado em 13 anos. Apesar do ritmo rápido de recuperação da economia americana ter impressionado a muitos, alguns economistas demonstraram algum ceticismo em relação à possibilidade deste ritmo ser sustentável adianta a BBC Brasil.

"Isso não muda a nossa opinião de que o crescimento do Produto Interno Bruto vai manter um ritmo rápido na primeira metade deste ano, antes de desacelerar bastante no segundo semestre", afirma Paul Ashworth, economista da consultoria Capital Economics. Uma recente queda do índice de confiança do consumidor e o desemprego com taxas altas persistentes também são causas de preocupação entre os economistas.

1.3 Aposentados da função pública recebem pensão de miséria

Semanário Factual

De 5 a 12 de Março de 2010

Para esclarecer a situação, os membros da Associação dos Aposentados de Angola (AAA), cujo símbolo é um idoso em profunda tristeza e reflexão, sublinharam que a pensão que recebem está degradada face ao actual custo de vida,

O decreto 84/09 de sete de Dezembro publicado recentemente fixa a pensão mínima de velhice em oito mil e oitocentos e noventa e um Kwanzas, enquanto a pensão mínima de sobrevivência, destinada ao sustento dos familiares de aposentados falecidos (viúva e filhos), em seis mil duzentos e setenta e dois Kwanzas.

O presidente da Associação dos Aposentados de Angola, Dilermano de Carvalho Ferreira Palhais, informou ao Pactua que "de uma maneira geral, todos os aposentados antigos funcionários da função pública, salvo raríssimas excepções, se as houver, têm a sua situação financeira degradada".

Segundo Dilermano Palhais, os aposentados não conseguem manter o mesmo padrão de vida que tinham enquanto estavam no activo, uma vez que o valor que recebem do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) perde todos os anos o seu poder de compra.

Na sua opinião, "há uma incompatibilidade tremenda entre o custo de vida e a aposentadoria que se recebe do Estado",

"A pensão que os aposentados recebem não lhes permite ter uma velhice tranquila nem agradável, havendo mesmo casos em que determinados funcionários preferem prolongar o tempo de serviço para além do tempo previsto na lei, devido à mísera pensão de que dependerão com a aposentação", esclareceu.

O responsável acrescentou que "um indivíduo que trabalha uma vida inteira, quando chega ao fim, ao invés de ir para uma situação tranquila, vai para uma vida degradada".

Ressaltou que o INSS dá aos familiares de aposentados falecidos um subsídio funeral de apenas 7500 Kz valor que nem chega para comprar o caixão

No quadro da legislação e vigor, o valor da pensão é fixado com base nos salários nos últimos dois ou três anos em que se esteve no activo.

Ajustes salariais que têm sido feitos pelo Governo não tem estado a beneficiar os aposentados.

Recordou que o Governo fez aumentos salariais na função pública pelos decretos 98/07, de 19 de Outubro, e 62/08, de 28 de Julho, em que os aposentados não receberam os retroactivos dos meses

de Outubro, no primeiro caso, e Junho, no segundo.

"Nos aumentos havidos nessa altura, os aposentados tinham sido esquecidos apesar dos ajustes estarem orçamentados", lamentou, interrogando onde terá ido parar este dinheiro.

"Apesar dos aumentos serem pequenos, multiplicados pelo número de pensionistas, é muito dinheiro", sublinharam.

Salientou que até ao momento o Instituto Nacional de Segurança Social ainda não pagou aos aposentados o retroactivo do último ajuste feito pelo decreto 84/09, que é de 1,38 por cento do salário.

De salientar que os trabalhadores no activo já receberam parte deste dinheiro.

Após cinco meses aposentados não vêem um tostão

Os membros da Associação lamentam que, passados cinco meses, os aposentados da função pública não tenham recebido um único tostão do retroactivo do aumento ordenado pelo decreto ora descrito.

"Continuamos à espera que se faça o reajuste em função desse aumento, porquanto ele está orçamentado", revelaram

A organização revelou haver também promessa por parte do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, que tutela o INSS, para uma revisão global das pensões, que são muito baixas.

Tolerância zero devia iniciar no INSS

Os responsáveis da AAA lamentaram a forma como o Instituto Nacional de Segurança Social lida com os problemas dos pensionistas, sugerindo que "a tolerância zero decretada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, deveria iniciar pelo INSS.

"São muitas as dificuldades que os aposentados passam nesta instituição para receberem da sociedade o reconhecimento que lhes é merecido pelo serviço prestado à Nação", reiteraram.

De salientar que os pensionistas não recebem, para além das suas magras pensões, qualquer outro benefício por parte do Estado angolano, ao contrário de outros países onde esta classe é amplamente agraciada pela contribuição dada ao desenvolvimento e bem-estar social.

Entretanto, os dirigentes da AAA reconheceram ter havido já algumas melhorias na situação dos pensionistas desde a proclamação da Associação, tais como o reconhecimento do direito ao ajuste das pensões em caso de aumentos salariais na função pública e maior regularidade no seu pagamento.

A Associação foi criada em Dezembro de 1997 e tem como principais vectores promover a aproximação e o estreitamento de relações entre os seus membros, defender os interesses destes, nomeadamente a atribuição das pensões, as suas actualizações,

principalmente aquando de aumentos ou ajustamentos salariais determinados pelo Governo

Visa igualmente promover acções de carácter cultural e recreativo que permitam momentos de lazer aos membros e a criação de uma "Caixa de Auxílio" para apoio financeiro aos associados.

No quadro das suas actividades para este ano, a

AAA vai realizar a 20 de Março próximo, na Liga Nacional Africana, uma assembleia-geral onde deverá, entre outras tarefas, aprovar a criação do subsídio de funeral cujo valor proposto é de 25 mil Kwanzas.

A Associação, que não recebe por parte do Estado qualquer apoio, já foi considerada, aquando da sua criação, um importante parceiro social tendo em conta os seus objectivos.

1.4 Angolanos mentem quando falam de pobreza e miséria

Folha 8

De 06 de Março de 2010

Fiquei consternado ao ouvir tamanha inverdade no Canal 2 da TPA. O Papa Bento XVI reconhece miséria e pobreza na sociedade angolana e pede que as riquezas do país sejam equitativamente bem distribuídas! Reconhece que a riqueza deste país está concentrada em mãos de meia dúzia de homens. Estas palavras foram ditas aquando da visita do Santo Padre em Angola. A própria emissora católica tem vindo a fazer as repetições das mesmas reflexões. Logo, pergunto: se o estrangeiro tem piedade dos angolanos, o próprio angolano, porque não há de ter? Mas o padre Apolónio foi mais longe, dizendo: aquilo que vocês vêem lá fora, são apenas chapas. Lá dentro está cheio de luxo. A mobília nem já da China. Porém, o padre esqueceu-se que estava diante de fiéis, cujo ideal é o amor ao próximo e não estava num comício de campanha para o regime no 1 de Maio, no Talatona, no Cacucaco ou mesmo no Huambo. O povo de Deus não deve cair nesta tentação ao se deixar penetrar por tendências marxistas, que profanam as casas de Deus com comícios político partidários, insinuando os crentes.

Mais alegou que, se os estrangeiros acorrem no nosso país a procurara de sobrevivência, é porque o nosso país tem muita riqueza. Entretanto, penso que o padre se esqueceu que este mesmo país é governado por aqueles que privilegiam esses mesmos estrangeiros em detrimento dos seus. Basta fazer o balanço de quantas cantinas existem em Luanda só dos malianos, senegaleses, nigerianos e agora os chineses que andam na zunga? Quantas empresas de outros que não angolanos e que manejam um volume de negócios considerável? Será que o angolano não pretende ter o

que os malianos, senegaleses e outros têm? Já se perguntou porque razão a maioria dos angolanos é impedida de ascender?

O angolano lhe partem a casa na Samba, na Ilha, no Kilamba Kiaxi e é colocado no Zango, numa tenda juntamente com três a quatro famílias diferentes, sua mobília fica de fora e acaba por estragar debaixo das chuvas, os filhos ao relento, isto não é miséria?

Oh filho de Deus! Como tem coragem de afirmar que não há miséria em Angola? Vejamos quanto custa um bidom de água? Quanto custa o quilo de fuba? Quanto custa o táxi? Quantas casas beneficiam de energia eléctrica? Quantos bairros têm fontanários de água? O senhor padre já fez menção ao bairro

Simione Mucune que nem uma esquadra da polícia tem, para não falar de água, luz e escola?

Abre a janela e vê a multidão errante, mulheres grávidas, outras com bebês as costas, homens e crianças a deambularem de cima a baixo, debaixo de Sol escaldante a procura de pão, isto não é miséria? Esquecemo-nos que este povo que dá a sua contribuição a igreja, é o mesmo que sofre o espancamento da polícia nas ruas, que está no desemprego a larga escala, falta de assistência médica e medicamentosa, educação, e outros?

Se um dirigente religioso na dimensão do Sr. Padre Apolónio, tem coragem de afirmar que ter um pequeno gerador Fofandô, um Multi Choice é extrema riqueza, imagine o que os ditadores assumidos dizem dos pobres? Outrossim, esquecemo-nos de que as parabólicas é uma estratégia encontrada no projecto de alienação cultural, para que os angolanos amem a miséria e se escondam por detrás das telenovelas indecentes para não chorarem a dor deste sofrimento demoníaco Na minha opinião, esta política do passado colonial para com os angolanos já não tem razão no dia de hoje. Vejamos o velho que trabalhou lá no Kimbo, durante um ano à produzir o café, para no fim, em troca de 50 sacos de café, receber 1 garrafa de bagaceira, uma mala de peixe seco, 12 pilhas e uns míseros kwanzas. Eu dizia que sou rico?

Se o Proletário cantou que alegria de pobrezinho não dura tanto, como é que o angolano não é pobre?

Aquilo que temos assistido diariamente no programa Angola em Movimento, no programa Flash, as festas em grandes locais hotéis, convenções, tem comparação com a vida do meu bairro, onde as pessoas matam-se por um prato de feijão?

Os factos que desmentem a opinião do padre Apolónio são infindáveis, mas prefiro ficar por aqui, porque 80% dos angolanos está repartido nestes dois grupos que o senhor padre não acredita existir em Angola: pobres e miseráveis. Noutro grupo, dos ricos ou confortados, o angolano que lá está é com toda certeza apenas um figurino. Por isso, que haja mais comiseração entre nós

e como pastores da igreja, muito mais compaixão. Deixe lembrar que esta minha manifestação de repulsa, não é de forma alguma contra a igreja, mas sim contra um membro que se deslocou dos mandamentos da Lei de Deus e dos que regem e iluminam os caminhos da Igreja Católica.

1.5 FMI vai dar e fiscalizar o dinheiro ao governo

Sábado Folha 8

06 de Março de 2010

O Governo Angolano e o Fundo Monetário Internacional (FMI) abriram, em Luanda, a primeira avaliação trimestral do "Acordo Stand by", avaliado em mais de mil milhões de dólares. O acordo, assinado em Novembro do passado ano, tem a duração de 27 meses. O empréstimo está a ser usado para equilibrar a balança de pagamentos e o reforço das reservas internacionais e a recuperação do equilíbrio macroeconómico.

No encontro, ocorrido no Ministério da Economia, estiveram presentes, pela parte angolana, o ministro de Estado e da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior; a ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço; o ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes e o vice-governador do Banco Nacional de Angola (BNA), Ricardo Abreu. A Delegação do FMI foi chefiada por Lamin Leigh.

As reuniões entre o Governo e o FMI têm uma periodicidade trimestral que se vão prolongar durante 27 meses.

Com base no acordo "Stand by", o FMI concedeu o maior financiamento nos últimos tempos a um país da África Subsariana.

A missão do FMI tem por objectivo acompanhar e avaliar a efectivação das metas acordadas e proceder aos pedidos e ajustes.

No encontro, decorrido à porta fechada, foram avaliados, igualmente com os técnicos do Ministério das Finanças, a política fiscal referente ao ano 2009, o Orçamento Geral do Estado de 2010, a implementação da reforma fiscal em 2010 e a dívida pública. Foram revistas as recentes tendências das reservas internacionais, a balança de pagamento e o mercado cambial.

A missão do FMI vai trabalhar no país até ao dia 12. Angola acede, de forma faseada, a um financiamento de 1,4 mil milhões de dólares, com intuito de pôr cobro aos problemas relacionados com os desequilíbrios na sua balança de pagamentos e eliminar as repercussões da crise mundial.

O acordo "Stand by", a política mais comum de empréstimos do FMI, utilizada desde 1952, nos países com problemas de curto prazo na balança de

pagamentos, envolve 858,9 milhões de direitos especiais de saque (o equivalente a 1,4 mil milhões de dólares), permitindo que, pelo menos, 30 por cento da despesa de Estado se efectue na área social, durante a vigência do programa.

O financiamento do FMI foi possível, em virtude de as necessidades de Angola estarem dentro dos limites fixados pela instituição. Para o FMI, a concessão deste financiamento marca uma nova era nas relações entre a instituição e o Governo Angolano que, há dois anos e meio, se decidiu a cancelar, unilateralmente, as negociações.

O programa apoiado pelo FMI assenta num decisivo esforço orçamental expresso num Orçamento Geral de Estado que prevê recursos suficientes para os gastos sociais e os projectos essenciais de infra-estruturas, um ajustamento cambial ordenado, amparado por uma política monetária restritiva para normalizar as condições no mercado cambial.

1.6 O sermão de Cónego Apolónio sobre a ausência da miséria em Angola

Angolense

De 06 a 13 de Março de 2010

O povo angolano ficou surpreendido pelo sermão de um padre católico sobre a situação social em Angola.

Trata-se do Cónego Apolónio que rejeitou categoricamente a opinião quase generalizada de que a maioria de angolanos, principalmente os autóctones vivendo no meio rural, vive abaixo da linha da miséria.

O discurso foi pregado durante a missa das 08 horas de domingo passado transmitida em directo pelo Canal da Televisão Pública de Angola.

Segundo o Cónego Apolónio, a miséria não existe em Angola. Os que consideram que o povo vive na miséria, mentem e fazem uma apreciação errónea.

No seu Jeito peculiar, o Cónego disse mais ou menos o seguinte:

"Ouço dizer frequentemente que o povo angolano vive na miséria. Que miséria? Vai aos bairros periféricos de Luanda vai ver que mesmo as casas de lata têm energia eléctrica, (água canalizada) e antena parabólica. E a parabólica custa caro, é preciso pagar cada três meses. As casas têm Fofandós (geradores eléctricos vendidos por oeste-africanos). Vai ver uma viatura RAV4 (Toyota) parada diante de uma casa mesmo de lata e a pessoa que sai com um telemóvel.

A Igreja católica vai de vento em popa em matéria de surpreender o mundo com declarações bombásticas dos seus sacerdotes.

Ontem foi um Bispo que negou ter havido holocausto de judeus durante a segunda guerra Mundial. Que a Alemanha de Hitler não cometeu genocídio contra os

judeus. Hoje é a vez do Cónego Apolónio de negar a existência da miséria em Angola. Para ele, tudo vai muito bem.

Será que o padre estava a sonhar ou a ter alucinações sobre a vida paradisíaca de angolanos? Em que espaço e tempo vive este Cónego?

Apesar de que a igreja "angolana na sua generalidade é corrompida, custa acreditar que um padre sirva de advogado ou boca de aluguer de uma formação ou regime político.

Murmura-se que num universo de milhares de sacerdotes, seja sempre o mesmo Cónego que celebra a maioria das missas de defuntos dos governantes e dirigentes do MPLA ou abençoa os eventos e obras inauguradas pelo Governo.

Será designado como padre oficial do Governo (MPLA) ou isto acontece ao acaso?

Como é que não há miséria num país onde os exércitos de desempregados, meninos de e na rua, dos que só sobrevivem dos contentares de lixo, dos sem-terra e dos pedintes de esmolas, não cessam de crescer exponencialmente?

Como cidadão angolano, o Cónego é livre de fazer a sua apreciação sobre uma situação qualquer do país. E como pastor, é seu direito de acompanhar e avaliar regularmente o nível de vida das suas ovelhas. É a liberdade de opinião que se deve respeitar.

Não estou a atacar a pessoa do Cónego Apolónio, mas apenas analisar o impacto que as suas declarações têm no seio da população angolana.

Penso que se esta intervenção pública fosse feita por um cidadão qualquer, menos danos causaria.

Negar publicamente a existência de miséria numa prédica ainda por cima transmitida em directo pela televisão.

As declarações do Cónego merecem uma reflexão profunda, um debate entre conhecedores da matéria, nomeadamente economistas, sociólogos, etc. '

Eu não sou economista. Não sei os parâmetros necessários para avaliar o nível de vida de uma população.

Mesmo assim, a minha medida pessoal do desenvolvimento económico de um país é o nível de vida da sua população e o coeficiente dos seus intelectuais.

Se não estou errado, parece que os índices de pobreza, mortalidade infantil, corrupção e analfabetismo de Angola são entre os mais altos do mundo, segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Num país onde a unidade monetária é o Milhão de dólares norte-americanos (USD) para uns poucos no-

vos-ricos, dificilmente vou acreditar numa melhor vida da população angolana cujo salário mensal mínimo se situa abaixo do equivalente a cinquenta USD, pago a conta-gotas.

Em Angola, onde o índice de desemprego é elevadíssimo, ainda existe um salário mensal irrisório de dois mil kwanzas. Incrível, mas verdade.

Será suficiente a amostra de um bairro periférico da capital do país visitado pelo padre, para concluir que os angolanos vivem no paraíso? Que tipo de bairro visitou? Mesmo assim, num bairro periférico de Luanda, quantas casas têm antenas parabólicas ou viaturas?

Sabe-se que em Angola os líderes religiosos vivem bem. Eles têm as três refeições por dia (pequeno almoço, almoço e jantar, assim como os lanches), residem em palácios luxuosos e muitos deles andam com os mesmos carros que os governantes.

Quando eles pregam na Igreja, carros de último grito, como os Volvo de ministros, jeeps V8, Tubarões, esperam fora.

Que os pastores não confundam os seus carros de luxo sempre novos com as de ocasião da Europa que certos populares conseguem comprar com muito sacrifício.

Num país onde a luz, água, educação e saúde, são ainda um mistério, a intervenção do Cónego Apolónio está a ser objecto de vários comentários por parte daqueles que a ouviram. Muitos acham que o padre foi irónico, faltou respeito ao povo e brincou com ele.

Convidamos o Cónego a informar-se junto dos fiéis como andam a situação nos bairros, em termo de luz e água onde um bidão de vinte litros deste líquido indispensável custa cerca de cem (100) Kwanzas.

Em pleno Século XXI, os habitantes de alguns bairros de Luanda e outras cidades angolanas sobrevivem com água de poços.

Mesmo no centro das cidades, a água não sai nos chafarizes e nas torneiras, e em quase todas as casas. Pior ainda é que nos prédios, onde este líquido não sobe por falta de pressão necessária. O uso de tanques generalizou-se em todas as classes sociais.

Mesmo os hotéis ditos de luxo sobrevivem recorrendo a geradores eléctricos escondidos nas caves, e cisternas de água colocados nos terraços com motobombas.

A maioria dos prédios não têm elevadores e as escadas são desprovidas de corrimãos.

A luz que terá visto em alguns bidonvilles de Luanda não é da rede pública, é conseguida através de puxadas.

Os incêndios que se registam maioritariamente nas "Favelas" ou bairros periféricos das cidades são causados pelos "Fofandós" e velas, e devem-se à falta de Electricidade.

Os governantes não se preocupam em melhorar o abastecimento em energia eléctrica e água potável ao povo, porque eles dispõem de geradores eléctricos gi-

gantes e especiais e bebem água mineral e é provável também que se banhem com água importada.

Em Angola, parece ser proibido de adoecer, pois os doentes morrem à porta dos hospitais. Nos hospitais e centros de saúde, o atendimento é mau e não há medicamentos, médicos e pessoal paramédico suficientes e adequados.

Os estabelecimentos médicos transformaram-se em simples receptáculos de receitas.

Quantas crianças angolanas com a idade escolar deambulam nas ruas do país ou que sacrifícios consentem os pais para conseguir uma vaga para os seus filhos. E qual é a qualidade do ensino em Angola? Enquanto os governantes doentes não se farão tratar nos hospitais angolanos e seus filhos não estudarem nas nossas escolas, nunca a Saúde e a Educação serão melhoradas.

Por uma simples dor de cabeça os governantes e seus parentes vão tratar-se no estrangeiro e seus filhos estudam nas melhores escolas do mundo, esbanjando o dinheiro do povo angolano.

Alguns radicais chegam mesmo a questionar a origem do Cónego, achando que esta apreciação não pode ser feita por um angolano genuíno.

Que saiba que os miseráveis são os autóctones, os indígenas e proprietários originários das terras de Angola cujos poderes político e financeiro lhe escapam desde a Conferência de Berlim de 1885 até aos dias de hoje. Os miseráveis são os negros aborígenes angolanos excluídos política, económica e socialmente e cuja independência de Angola do colonialismo português pouco ou nada vale.

A opinião generalizada é que a Igreja angolana deixou de ser reserva moral, razão pela qual diminui consideravelmente o número de fiéis que assistem aos cultos dominicais.

Em termos da adesão assiste-se a um assumptiva, encontrando-se na declive.

Será que os membros da etnia, tribo ou clã deste padre ou a sua família (pai, mãe, avós e outros parentes) vivem bem?

Será que o Cónego Apolónio já visitou as suas aldeias (materna e paterna) ou Angola profunda? Ele não concorda que no país rural a maioria da população há muito esqueceu a existência das palavras pequeno-almoço, almoço e lanche?

Numa aldeia angolana, quantas casas têm pelo menos uma bicicleta, para não falar em carros, parabólica e telemóvel. Mesmo que o negue, saiba que existem aldeias ou mesmo comunidades inteiras onde não se encontra nenhuma casa com tecto de chapas e ninguém tem sequer uma simples bicicleta. Pergunte os habitantes das aldeias vizinhas do Projecto Catoca, nas Lundas.

Vai aqui bem próximo de Luanda, Funda ou Icolo e

Bengo, fazer uma estatística neste sentido.

Passa um dia com as populações para ver quantas refeições terá e de que qualidade.

Ainda existe aldeias, comunas ou municípios isolados (ilhas) devido a intransitabilidade das picadas e da falta de pontes.

Mesmo nos bairros periférico de Luanda, as refeições e lanches há muito desapareceram.

O debate é lançado: Há ou não miséria em Angola

1.7 Emprego e desemprego em Angola

Agora

De 13 de Março de 2010

(Referências ao "emprego" na Lei 23/92 de 16 de Setembro - anterior Lei Constitucional - na actual "Constituição", na "Constituição da República Portuguesa" e na "Declaração Universal dos Direitos do Homem" / O que nos diz a "Lei Geral do Trabalho" sobre o "emprego" na República de Angola)

Nenhum cidadão pode ser prejudicado no seu emprego devido ao desempenho de cargos políticos ou do exercício de direitos políticos (Lei 23/92, artigo 28/2). O trabalho é um direito e um dever para todos os cidadãos (ibidem, artigo 45º /1 e artigo 76º /1 da actual Constituição). Todo o cidadão tem o direito de acesso aos cargos públicos e ninguém pode ser prejudicado na sua colocação, no seu emprego, em virtude do exercício de direitos políticos ou do desempenho de cargos públicos (Constituição, artigo 53º /1 e 2). Para assegurar o direito ao trabalho, incumbe ao Estado a implementação de políticas de emprego (Constituição, artigo 53º /3, alínea a).

Toda a pessoa tem direito ao trabalho e quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória (DUDH, artigo 23º /1 e 3)

É garantida aos trabalhadores a segurança no emprego, sendo proibidos os despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos (Constituição da República Portuguesa, artigo 53º). Todos têm direito ao trabalho e para assegurar o direito ao trabalho incumbe ao Estado a execução de políticas de pleno emprego (Ibidem, artigo 58º /1 e 2, alínea a). Todos os trabalhadores têm direito à retribuição do trabalho, segundo a quantidade, natureza e qualidade, observando-se o princípio de que para trabalho igual salário igual, de forma a garantir umas existência condigna (ibidem, 59º /1 e 2, alínea a).

Os empregos podem revestir 3 modalidades diversas, sendo que são a prazo ou por tempo indeterminado (Lei Geral do Trabalho, artigo 15º), temporário (ibidem, artigo 32º), a tempo parcial (Ibidem, artigos 111º e 119º), no domicílio (Ibidem, artigo 28º), por

turnos (ibidem, artigos 113° e 116°), nocturnos (Ibidem, artigos 98°, 99° e 100°) e suplementares ou extraordinários (ibidem, artigos 101° a 106°).

Sendo o direito ao trabalho direito e um dever de todos os cidadãos, incumbindo aos Estados a implementação de políticas de emprego, ali onde existirem pessoas no desemprego quando querem trabalhar, o Estado está em falta porque não executa uma função que lhe cabe por obrigação.

Num país como é Angola, vasto em território, rico em recursos e com uma densidade demográfica de menos de 12 habitantes por quilómetro quadrado, é um absurdo e internacionalmente grave que existam pessoas sem trabalho, ou seja, desempregadas; ou que, estando, empregadas, não recebam como retribuição do seu trabalho um salário equitativo e satisfatório, que lhes permita uma existência condigna sem necessidade de recurso a meios ilegais, imorais, fraudulentos, criminosos, contrários à ordem pública, aos bons costumes, atentatórios da dignidade humana.

É sintomático que a Constituição da República Portuguesa não se limite a atribuir ao Estado a incumbência de garantir o direito ao trabalho aos seus cidadãos, indo muito mais longe quando o obriga a executar políticas de pleno emprego.

A nossa Constituição fica-se muito aquém de um tal desiderato, quando a República de Angola está em condições privilegiadas para poder garantir o pleno emprego e, contrariamente, acaba por ter tido sempre uma taxa de desemprego mais elevada do que Portugal, cerca de 15 vezes mais pequeno do que Angola em território, muito menos rico e com uma população quase aproximada ou mesmo igual à de Angola.

(Segundo a ciência económica, o "desemprego" pode ser de tríplice natureza: "desemprego voluntário", "desemprego involuntário" e "desemprego friccional" / Qual destes três (3) tipos é predominante em Angola e por que soluções reclama cada um deles)

Calculam as pessoas (porque não dispomos de estatísticas oficiais) que a taxa de desemprego em Angola ronda hoje (2010) os 15 por cento. Se assim for e estimando-se para a população activa do país (faixa etária 15-65 anos) a taxa de 45 por cento sobre 15 milhões de

habitantes, temos as cifras de 6.750.000 potenciais trabalhadores, dos quais existirão desempregados à volta de 1.050.000 angolanos.

Este indicador estará então virtualmente distribuído pelas ocupações laborais da produção directa (indústria, agricultura e pescas), indirecta (administração pública ou funcionalismo, comércio, turismo e prestação de serviços).

À luz da ciência económica, seria interessante indagar entre os mil milhões de desempregados existentes quais

e quantos estão no desemprego voluntário, no desemprego involuntário e no desemprego friccional, tipologia que passo a caracterizar.

Pertencem à situação de desemprego voluntário as pessoas que não querem trabalhar ao nível do salário de equilíbrio do mercado, ou seja, que não encontram o género de trabalho ou o padrão de salário que reputam ser suficiente para justificar o esforço a despender (Este é, para dar um exemplo elucidativo embora possuído de algum exagero, o caso de indivíduos formados em medicina que preferem manter-se desempregados, porque não encontram vagas na medicina, apesar de haver trabalho como varredores de ruas, o que obviamente não lhes interessa de modo nenhum).

No desemprego involuntário estão aquelas pessoas que querem trabalhar ao salário de equilíbrio do mercado - para ser mais claro não se importam de trabalhar no que se lhes oferecer ou aparecer mas que mesmo assim não encontram um emprego qualquer que ele seja, porque não os há numa situação em que há uma falta absoluta de postos de trabalho vagos (Note-se que é a este tipo de desemprego que se refere a visão comum e o conceito geral de desemprego, quando em Angola dizemos que há uma taxa elevada de desemprego ou que as pessoas procuram um emprego e não o encontram, como é por exemplo a desculpa ou o pretexto recorrente de que se servem os vendedores ambulantes que povoam as ruas e praças de Luanda para justificar a actividade crescente que praticam).

Finalmente, o desemprego friccional: verifica-se em todos aqueles casos, que nunca são de grande peso numérico mas existem, em que as pessoas querem trabalhar, procuram o emprego que lhes convém, não estão portanto desempregadas voluntariamente, há empregos ou vagas para elas, mas não encontram ou ainda não o encontraram (É um tipo de desemprego que ocorre mais por falta ou em consequência da não divulgação adequada das vagas de trabalho disponíveis no mercado de trabalho e dos candidatos à procura de emprego, daí a preocupação que os governos manifestam quando obrigam as empresas a comunicarem as suas necessidades de força de trabalho aos centros de emprego e estes a divulgarem os candidatos a emprego que neles se inscrevem).

Direccionando estes conceitos para o caso específico de Angola no plano concreto, pode afirmar-se que todos os nossos jovens recém-formados no ensino médio e superior que estão ociosos à espera procuram empregos -compatíveis com a sua formação são desempregados voluntários, porque poderiam entretanto aceitar trabalhar provisoriamente noutras actividades e não o fazem; aqueles que procuram e não encontram nenhum emprego ou vaga de trabalho porque os lugares ou postos de trabalho existentes no mercado se encontram

completamente preenchidos são empregados involuntários, porque não é da sua vontade estarem ociosas e estão dispostas a trabalhar seja no que for onde possam garantir o salário médio normalmente praticado; e no desemprego friccional poderão estar eventualmente todas aquelas pessoas que são candidatas exclusivamente a certos postos de trabalho, existem vagas, mas não há da parte dos empregadores conhecimento da existência desses candidatos, nem da parte destes o conhecimento dessas vagas.

Assim, são óbvias as conclusões a tirar do que fica exposto quando Angola é o campo desta análise. Temos aqui no país muito desemprego involuntário, generalizado a todas as actividades laborais e funções; um desemprego voluntário considerável e muito sensível sobretudo entre a juventude recém-formada no interior e no exterior; e algum desemprego friccional por falta de informação.

Quando dizemos que em Angola há um milhão de desempregados, estamos implicitamente a referirmo-nos ao desemprego involuntário, por conseguinte o mais preocupante pelo seu número, premência política e social e consequências, aquele que deve merecer a adopção mais incisiva e rápida de medidas e políticas micro e macroeconómicas, tendentes a reduzi-lo a uma taxa insignificante ou residual.

1.8 UNITA defende regras para trabalho doméstico

Jornal de Angola

De 13 de Março de 2010

O antigo presidente da UNTA Confederação Sindical, Silva Neto, defendeu quinta-feira, em Luanda, a necessidade urgente de ser elaborada uma regulamentação sobre o trabalho doméstico por parte do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPES S), porque muitas empregadas são exploradas.

Silva Neto, que falava durante uma palestra sob o tema: "A participação das mulheres no mercado laboral", promovida pelo Comité da Mulher Sindicalizada, sustentou que a questão do trabalho doméstico é omissa na Lei Geral do Trabalho. "Temos estado a lutar no sentido da instituição competente do Governo elaborar um regulamento que trate das questões ligadas a todos os trabalhadores que laboram nas actividades domésticas, porque devem ter os mesmos direitos e deveres que os demais trabalhadores", disse.

Com a regulamentação do trabalho doméstico, segundo disse, os empregadores e os empregados domésticos estarão igualmente protegidos; uma vez que cada um saberá os seus direitos e deveres. O antigo sindicalista acentuou que a situação do trabalho doméstico

constitui uma grande preocupação para a UNTA. "Se os trabalhadores domésticos estiverem organizados e protegidos pela Lei; poderão perfeitamente contribuir para o crescimento do Orçamento Geral do Estado", adiantou. O secretário-geral da UNTA, Manuel Viage, defendeu, na abertura da palestra, a realização de mais actividades em saudação ao Dia Internacional da Mulher, como forma de reconhecer o trabalho que as mulheres têm estado a desenvolver no país e no mundo.

Trabalhadoras domésticas, vão criar uma associação

A sindicalista Luzia Aspirante afirmou que o Comité Nacional da Mulher Sindicalizada vai constituir, brevemente, a Associação das Trabalhadoras Domésticas.

"Como ainda não existe qualquer regulamento sobre o trabalho doméstico, vamos constituir uma associação com o objectivo de organizar as trabalhadoras domésticas em todo o país", sublinhou Luzia Aspirante.

A sindicalista, que é vice-presidente do Comité Nacional da Mulher Sindicalizada, adiantou que um grupo de mulheres está a trabalhar no regulamento da associação.

1.9 A Fábrica de Tubos de Angola (F ATA) e a Metang (Metalúrgica de Angola) encaram sérias dificuldades na venda dos seus produtos devido a isenção na importação

Semanário Económico

De 18 de Março de 2010

Situadas no município de Viana, a Fábrica de Tubos de Angola e a Metalúrgica de Angola são das poucas unidades fabris totalmente estatais, mas que sobrevivem de fundos próprios. No entanto, não têm mercado para vender os seus produtos.

Embora com debilidades decorrentes do estado obsoleto por parte dos seus equipamentos com mais de 40 anos de uso e a escassez de matéria-prima, estes dois gigantes da indústria angolana mantêm a sua actividade ainda operacional. Mas com grandes dificuldades. Um dos membros da comissão de gestão da FATA/Metang, Mputo Samuel, em entrevista ao *Semanário Económico*, considera que o futuro destas fábricas poderia estar assegurado, uma vez que o país está em reconstrução e os produtos destas unidades fabris são indispensáveis à edificação de Angola.

No entanto, as indústrias precisam de um milhão de dólares para se renovarem. Os seus responsáveis já tentaram financiamentos da banca, mas sem sucesso. Os pedidos foram feitos ao Banco de Poupança e Crédito (BPC) e ao Banco Africano do Investimento

(BAI).

"Apenas precisaríamos de um financiamento de um milhão de dólares para relançarmos a nossa actividade e junto do BPC solicitamos 600 mil dólares e do BAI 400 mil. E só pedimos isso porque é o montante que está ao nosso alcance reembolsar a curto prazo", salientou.

A falta de mercado para venda dos seus produtos, designadamente chapas de zinco e mobiliário escolar, faz com que estas fábricas produzam apenas por encomenda.

Mesmo assim, a procura de produtos viu-se agravada devido à recente isenção nas importações de materiais para a construção civil.

"Essa isenção que apenas deveria ser feita na importação de matérias-primas, alargou para os materiais de construção e agora aqueles que eram os nossos potenciais clientes, como as empresas de construção civil passaram a importar directamente, ao invés de adquirirem os materiais no mercado nacional", lamenta-se Mputo Samuel.

A título de exemplo, notou que no ano passado a Metang recebeu uma encomenda do governo provincial do Uíge de três mil carteiras escolares e que, com a entrada em funções do novo executivo daquela província essa aquisição foi anulada, em troca de uma outra a partir da Namíbia.

Avultados dispêndios

Mesmo assim, a FATA e a Metang desembolsam mensalmente 150 mil dólares para o pagamento de salários aos seus cerca de 300 trabalhadores, sobrevivendo das facturações feitas pela Metang, com a comercialização de material escolar, nomeadamente carteiras, secretárias e móveis e de um complexo turístico que foi erguido na era de bonança das duas fábricas, presentemente uma das suas importantes fontes de receitas. "O volume das nossas vendas é bastante baixo, porque a Metang que deveria ajudar a FATA não está a vender quase nada", acrescenta o director.

De acordo com Mputo Samuel, a carência de matéria-prima, nomeadamente rolos de chapa adquirida a partir de uma fábrica na África do Sul agravou-se nos últimos tempos, dado que a unidade fornecedora também enfrenta dificuldades logísticas.

A deficiente distribuição de energia eléctrica também é apontada como das principais lacunas na actividade destas fábricas, que possuem apenas um grupo gerador, o que está longe de servir as duas unidades, incluindo as várias linhas de produção.

A FATA, vocacionada para a produção de tubos, existe desde 1969. Anos mais tarde foi inaugurada a Metang, que se destina ao fabrico de chapas de zinco e mobiliário metálico.

Tal como várias outras indústrias de então, a produção

destas fábricas atingiram o seu ponto mais alto em 1973, tendo a FATA alcançado a meta de 12 mil toneladas anuais e a Metang, seis mil. A partir de 1975 a produção começou a decair e actualmente a FATA produz apenas seis mil toneladas e a Metang três mil. "Em média, por mês, a FATA transforma 500 toneladas, enquanto a Metang processa 250 toneladas", refere Mputo Samuel.

Perante o quadro de escassez de matérias-primas da FATA e de falta de mercado para os produtos da Metang, a alternativa no angariamento de fundos para estas unidades fabris de Luanda, tem sido o complexo turístico erguido com os lucros provenientes da FATA e Metang nos tempos áureos da produção.

Com dezenas de suites e quartos, um sumptuoso restaurante, com piscina o complexo é concorrido por visitantes especialmente aos fins-de-semana.

A apetência pela instalação hoteleira segundo conta, Mputo Samuel, já foi alvo de cobiças no sentido da sua privatização por parte do antigo director da FATA e Metang, mas que os trabalhadores das fábricas que participaram na sua edificação sempre discordaram com a intenção, um ponto de vista também defendido pelo ministério da Indústria, especialmente na pessoa do seu ministro, Joaquim David.

"Não faz sentido privatizarmos um empreendimento que muito custou - nos a edificar e que hoje está a beneficiar as próprias fábricas numa altura que atravessamos dificuldades financeiras", sustentou Mputo Samuel, forma e a substância dos conteúdos ministrados, caracterizados por um sistema modular que se adapta facilmente ao nível de escolaridade e à faixa etária do beneficiário.

O titular da pasta sublinhou que, a par das acções de formação, o MAPSS tem criado infra-estruturas para apoiar micro-empresendedores.

Incubadora de Empresas

A incubadora é uma infra-estrutura dotada de serviços e facilidades que visam a criação e desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas, para diminuir os factores de mortalidade deste segmento empresarial. É uma instituição de âmbito nacional e existe há três anos. A Incubadora de Empresas coloca à disposição dos empreendedores serviços e facilidades de espaço físico, formação empresarial, assessoria jurídica, financeira e de contabilidade, aproximação com instituições de financiamento, identificação de potenciais clientes e fornecedores e oportunidades de negócios.

Crédito Amigo

o programa de "Empreendedorismo na Comunidade" contempla uma componente de micro-crédito a que se designa de "Crédito Amigo", desenvolvida no quadro de uma parceria entre o MAPESS e o Banco de

Comércio e Indústria, Banco de Poupança e Crédito e o Novo Banco.

Jacinto Ferreira realçou que, para minimizar os custos operacionais concessão dos créditos e mitigar os riscos de falta de pagamento, se estabeleceram parcerias institucionais com as Administrações Municipais, na identificação dos potenciais beneficiários.

O director da Incubadora de Empresas assegurou que a execução do processo de recolha e de análise proporciona aos empreendedores a condição de cliente do banco, o que permite que se possa habilitar ao micro financiamento num valor de 500 dólares em moeda Nacional, acrescentando que a taxa de juro é de 1,67 por cento ao mês num período de 12 meses com três meses de carência.

1.10 Alta de preço dos produtos básicos na ordem do dia

Semanário Angolense – De 20 a 27 de 2010

Alice Dias, vendedora de açúcar no Roque Santeiro há cinco anos, disse que está muito difícil conseguir o produto, pois os seus fornecedores alegam que a subida deve-se ao facto de a nota não parar de disparar. A nossa interlocutora referiu que no mês passado, o quilo de açúcar custava 170 e agora passou a ser comercializado a 200 Kwanzas.

O Angolense apurou que o saco de feijão de 50 kg, custa 8.000 enquanto que o quilo custa 400, a massa alimentar que anteriormente custava 1.800 está a 2000 Kwanzas, a caixa do óleo vegetal familiar 2.250, já o leite Nido custa 2.000 Kz.

A margarina e o azeite doce também sofreram alterações, custam agora 400 a 700 Kwanzas, respectivamente cada unidade, contra os 300 e 500 praticados anteriormente. O pacote de arroz de 2 kg, nas lojas Afriberg por exemplo, custa 860 Kwanzas.

Na sua generalidade, os consumidores, consideraram os preços bastante altos tendo em atenção daquilo que constitui a cesta básica diária. É o caso de Mário Francisco, para este, "nós de famílias de baixa renda seria uma grande vitória se o governo regulasse os preços não apenas do açúcar mas de todos os produtos. Na opinião de Firmino António, a problemática de preço é comparada a teoria segundo a qual: "em casa onde não há pão, todos gritam e ninguém tem razão"- disse para mais adiante continuar "se estamos a reclamar é bom que se tenha em conta que os importadores têm custos com o transporte e impostos, e para cobrir tudo isso, eles sobem os preços e nós é quem pagamos. A solução para se inverter o quadro, de acordo com este interlocutor, o governo tem que apostar na produção interna. " Eu ouvia falar da açucareira heróis de Caxito, no Bengo, mas hoje não sei em que pé se encontra. Como é que vamos ter preços baixos se tudo

vem do exterior do país?" questionou.

Já Manuel Samba, funcionário público, revelou que ganha 30.000 Kwanzas. Segundo ele, os preços estão muito elevados e com o salário que tem o leite deixou de fazer parte da sua mesa. "Tenho que pagar a escola dos filhos e como pode calcular já não me dou ao luxo de comprar leite porque o dinheiro nunca chega. Agora que os preços dos produtos estão caro isso ninguém tem dúvida. A vida está muito complicada" desabafou.

Tentamos ouvir alguns importadores mas não fomos bem sucedidos. A verdade, porém, é que esta situação já se arrasta a muito tempo e apesar dos pronunciamentos do Presidente da República o ano passado, aquando da reunião do Comité Central do seu partido, até agora não se vislumbra nenhuma esperança para se inverter o quadro, pelo menos, a curto prazo.

José Eduardo dos Santos dizia no seu discurso que, "no nosso país os preços sobem, nunca descem". Sem no entanto, avançar medidas concretas que acabassem com este fenómeno, pois os preços continuam a subir de noite para o dia e o salário mínimo nacional mantém-se inalterável na ordem dos 150 USD, quando uma cesta básica custa 20.000 Kwanzas, qualquer coisa como 200 dólares.

No ano passado um estudo da UNTA Confederação Sindical, um sindicato de trabalhadores dava conta que o salário mínimo nacional apenas servia para cobrir 40 por cento da cesta básica e hoje a situação evoluiu para o pior, se termos em conta que a nota de 100 dólares que era comprada a 8500 Kwanzas está agora a ser vendida por 10.000, no mercado informal.

Falando sobre o assunto o economista António Fañony apontou a rotura de Stock resultante da fraca produção a nível mundial, e, sobretudo, a nível interno como estando na base da subida dos preços de noite para o dia. O especialista não acredita numa possível estratégia dos grossistas em reterem os produtos porque, segundo disse por estes seguirem o lucro e querem vender.

António Fañony acrescentou que, enquanto não houver procuração interna e o país continuar a depender das importações, este problema vai persistir. Para o economista, só o incentivo da produção interna do açúcar e outros produtos, assim como o seu escoamento oportuno será a solução para a inversão do actual quadro.

Outra medida, de acordo com ele, deve passar pelo funcionamento da direcção nacional de preços. "Acho que a direcção de preços e concorrentes existe e acredito que tem feito algo e é necessário uma maior fiscalização" recomendou. Questionado se conhece alguns projectos para revitalização da produção do açúcar disse: "Não, mas acredito que existe este projecto em carteira por parte dos que traçam as políticas nesta área"

1.11 Economia a passos lentos

Semanário Económico

De 25 de Março de 2010

A diversificação da economia, que consiste em aumentar investimentos nos sectores não petrolíferos, como agricultura, indústria e pescas, está ainda aquém das expectativas, não se notando grandes avanços, segundo economistas contactados pelo *Semanário Económico*.

A diversificação da economia constitui uma divisa do Governo angolano há já três anos, mas foi assumida como um grande desafio em Abril de 2009, em pleno auge da crise económica mundial que abalou sobretudo a economia petrolífera de que Angola depende em 90 por cento.

Nessa altura, os Ministérios da indústria, da Agricultura e da Habitação organizaram conferências visando mostrar os programas e conseqüentemente busca de financiamentos para os respectivos sectores. "De lá para cá, não passou de teoria. Na prática, os projectos tomam uma marcha lenta, numa altura em que ainda se registam défices nas infra-estruturas básicas (energia e água)", sublinhou Victor Hugo.

Aliás, o secretário de Estado da Indústria, Kiala Gabriel, adiantou recentemente que o gritante défice de distribuição de energia eléctrica que se regista no país pode comprometer o cumprimento do programa executivo do Ministério da Indústria, que visa o surgimento de mais de mil unidades industriais até 2012.

Segundo o ministro de Estado e da Coordenação Económica, Manuel unes Júnior, com a diversificação da economia, o Governo tem ainda como desafio a eliminação da pobreza e a garantia de bem-estar da população.

"A grande aposta é o sector agrícola, gerador de empregos, que pode ajudar nessa intenção do Governo", disse Manuel Nunes Júnior. Contudo, o embaixador da Holanda, em Angola, Cornelis Van Honk, em entrevista ao SE, embora reconheça as potencialidades agrícolas do país, nota ainda uma certa apatia em investimentos num sector que pode tornar o país num gigante em África.

Para o economista Victor Hugo, "a diversificação pode notar-se em Luanda. No interior do país, este termo não passa de papel". Na sua óptica, a diversificação da economia só é possível com uma política proteccionista em relação aos bens que podem ser produzidos localmente. "O Governo ainda parece que não introduziu nenhuma legislação e se introduziu nós não a conhecemos", asseverou.

Tal como Victor Hugo, Carlos Alexandre, outro

economista, defende que a diversificação da economia passa pela aposta no sector privado, podendo o Estado ser simples regulador. "É preciso criar políticas correctas no sentido de atrair o investimento privado nacional e estrangeiro, melhorar e tornar mais acessível o acesso aos segmentos do mercado nacional", sustenta o economista, apelando para o aumento dos serviços de apoio às pequenas e médias empresas, com juros mais atractivos e criar facilidades na obtenção de créditos.

Carlos Alexandre entende ainda que, para a diversificação da economia, o Estado deve subsidiar todas as empresas que criem externalidades positivas, bem como acelerar a aprovação de processos de projectos com viabilidade económica e financeira.

Projectos do Ministério da Indústria. o âmbito da diversificação da economia, o Ministério da Indústria tem implementado várias políticas para a reabilitação e construção de várias unidades industriais com vista a melhorar o desenvolvimento económico do país e proporcionar mais empregos. O Ministério da indústria prevê investir mais de 8 mil milhões de dólares até 2013, em mais de mil unidades industriais. Neste momento, prevê a construção de nove pólos de desenvolvimento com financiamentos estrangeiros, podendo cada pólo consumir entre 25 milhões e 50 milhões de dólares.

Para o ano de 2010, o Ministério da Indústria vai criar indústrias têxteis, Caféícolas, alimentícias, de materiais de construção civil, moageiras e serrações, nas 18 províncias do país.

Projectos no sector pesqueiro

O Ministério das Pescas dispõe de um programa bastante avançado, que compreende a construção dos portos pesqueiros de Cabinda, do Kicombo (Kwanza-Sul) e de Cacucaco (Luanda) uma primeira fase, estava em agenda a construção de três fábricas de farinha e óleo de peixe nas províncias de Luanda, Benguela e Namibe.

O programa prevê a concretização de 30 projectos, entre os quais a construção e importação de vários tipos de embarcações, terminais e portos pesqueiros, redes de frio e a aquisição de camiões para a transportação do pescado.

O sector das pescas possui cerca de 214 unidades de produção a nível do país, mas apenas um número reduzido está em funcionamento. O programa prevê também a construção e a reabilitação de entrepostos frigoríficos, peixarias e mercados em todas as províncias do país.

Agricultura

A diversificação da produção agrícola consta das prioridades do Governo, visando aumentar a oferta alimentar e melhorar a qualidade de vida da população, a partir deste ano. Assim, pretendesse promover o aumento das áreas de plantação referentes às culturas

de cereais, tubérculos e hortícolas, podendo até 2013 atingir aproximadamente 7 milhões de hectares cultivados, contra os actuais 3,5 milhões de hectares.

A par disso, está em curso a construção de oito entrepostos frigoríficos, para a conservação e armazenamento de produção agro-pecuária, ao mesmo tempo que se erguem três matadouros, nas províncias de Malanje, Kwanza Sul e Kwanza Norte.

O perímetro irrigado de Lucena, na província do Moxico, está na fase de conclusão. Para este ano, o sector da agricultura deverá apostar no acesso aos créditos bancários aos pequenos, médios e grandes agricultores. O Ministério da Agricultura está ainda a criar pólos agro-industriais no país com unidades fabris para a transformação de produtos agrícolas localmente. Neste momento, existe já o Pólo Agro-Industrial de Kapanda, na província de Malanje, com 411 mil hectares, dos quais 33 mil estão destinados à Fazenda Pungo Andongo.

2 MICROFINAÇAS

2.1 “ Kixicrédito “ no Huambo com aumento de montante

Jornal de Angola

2 de Março de 2010

KixiCrédito aumenta a sua carteira de créditos de nove milhões para 12 milhões de dólares norte-americanos, valor a ser empregue este ano para financiar os seus clientes, segundo informou ontem seu responsável, Fadário Lussati.

O facto foi anunciado durante a cerimónia de abertura do encontro semestral com os clientes do KixiCrédito, que juntou mais de 450 pessoas beneficiárias do projecto, das províncias do Huambo, Cabinda, Bié, Zaire e Luanda, onde aprimoraram as linhas de acesso aos micro créditos para pequenos negócios.

Aquele responsável referiu ainda que o KixiCrédito (Angola S.A) oferece serviços financeiros aos cidadãos angolanos economicamente te activos excluídos da banca clássica e normalmente residentes nas 1 áreas peri-urbanas, com o objectivo de aliviar a pobreza, através de pequenos empréstimos aos grupos solidários das comunidades.

Fadário Lussati assegurou que a instituição que dirige presta serviços desde 1999 naquelas províncias, onde apoia financeiramente mais de 11 mil clientes, com uma carteira de créditos na ordem dos nove milhões e 200 mil dólares norte-americanos.

2.2 Mercado de Mutundo pronto em Maio

Jornal de Angola

3 de Março de 2010

A primeira fase de construção do mercado do Mutundo, no Lubango, está quase concluída, com a estrutura, preparada para mil bancadas, em condições de receber, a partir de Maio, os vendedores do mercado informal do Tchioco, que funciona nos arredores da cidade.

As obras do novo mercado estão a cargo de uma construtora chinesa, que procede, agora, a trabalhos de acabamento.

O governador da Huíla esteve, na segunda-feira, na obra, no âmbito de uma visita a empreendimentos socioeconómicos da cidade do Lubango. O novo mercado, com de 27.156 metros quadrados e preparado para receber mais de mil vendedores, dispõe de 19 lojas, sete armazéns, restaurantes, padaria, bancos,

fábrica de gelo e câmaras frigoríficas.

Além disso, tem um jango comunitário e um centro infantil, sugerido pela Direcção provincial da Assistência e Reinserção Social, para apoiar os filhos das vendedoras.

O governador Isaac dos Anjos anunciou que o terreno à volta do mercado vai ser aproveitado para armazéns para os comerciantes grossistas que vão abastecer os vendedores do Mutundo.

O administrador municipal adjunto do Lubango, Domingos Wango, disse que as obras da ampliação podem começar brevemente. Alguns grossistas disseram que esperam com ansiedade o fim das obras.

2.3 Carteira do Kixicrédito chega a US\$ 12 milhões

Semanário Económico

4 de Março de 2010

ANGOLA S.A aumentou a sua carteira de créditos de nove milhões para 12 milhões de dólares, conforme informou o seu responsável, Fadário Lussati. O facto foi anunciado durante a cerimónia de abertura do encontro semestral com os clientes do Kixi-Crédito, que juntou mais de 450 pessoas beneficiárias do projecto, das províncias do Huambo, Cabinda, Bié, Zaire e Luanda.

Durante o acto, os participantes aprimoraram as linhas de acesso aos micro-créditos para pequenos negócios. ' O Kixi-Crédito Angola S.A oferece serviços financeiros aos cidadãos angolanos residentes nas áreas peri-urbanas, com o objectivo de aliviar a pobreza, através de pequenos empréstimos aos grupos solidários das comunidades.

Fadário Lussati assegurou que a instituição que dirige presta serviços desde 1999 naquelas províncias, onde apoia financeiramente mais de 11 mil clientes, com uma carteira de créditos na ordem dos nove milhões e 200 mil dólares. ANGOP

2.4 Preços mais baixos no mercado informal em relação ao formal

Semanário Factual – De 05 a 12 de Março de 2010

Na procura do melhor preço, muitos são os pais que recorrem ao mercado informal dada à disparidade dos preços em relação às tabacarias, livrarias e lojas.

O Factual passou pelos mercados do Roque Santeiro e do Kikolo, Nestes mercados foi visível a quantidade excessiva de materiais escolares, sendo que os livros de Língua Portuguesa e de Matemática para a quarta classe são comercializados entre mil e mil e 200 Kwanzas.

Margareth Nzimba, vendedora do mercado do Kikolo, falou ao factual que "estamos a ter grande concorrência, pois são muitas pessoas que saem de vários locais de Luanda e vêm comprar os materiais aqui. Os preços estão acessíveis e os clientes nem têm discutido. Nós aqui temos todo o tipo de material, a partir dos cadernos até aos livros".

Segundo apurou o Factual, o preço dos cadernos no mercado paralelo é de 25 Kwanzas a 800 Kwanzas a unidade, enquanto nas lojas e livrarias o preço varia entre 110 kwanzas e mil e 700 kwanzas.

No que toca a lápis, borrachas e afia-lápis, estes são comercializados por cada 05 unidades a 50 kwanzas. Em contrapartida, no mercado formal, o conjunto de um lápis, borracha, régua, afia-lápis e esferográfica custa 835 Kwanzas.

As livrarias revendedoras de material escolar a nível da província de Luanda encontram-se na sua maioria instaladas no centro da cidade de Luanda.

João Venâncio, encarregado de educação fez saber ao Factual que o facto da maioria das livrarias de Luanda estar na zona da baixa leva a que ele faça a compra do material escolar no mercado informal onde consegue comprar tu o a um preço favorável ao meu bolso, pois se fizer as compras em alguma livraria ou supermercado o custo sai a dobrar", asseverou.

Susana kitumba, estudante entrevistada pelo Factual enquanto fazia a compra do material didáctico nos arredores do mercado dos Congolenses, afirmou que a sua opção em recorrer aos arredores do mercado tem a ver com o preço praticado.

Para ela, "se compararmos aos preços da livraria, são por aí duas vezes mais caros. Por este motivo prefiro comprar todos os materiais no informal ou nas zungueiras", juntou Susana kitumba

A pouca afluência de alunos e encarregados a algumas livrarias e lojas pa1:a a compra de materiais escolares é notável, devido aos preços praticados por estas casas que não vão de encontro ao bolso de cada um.

Carvalho Sousa, proprietário de uma livraria, indicou ao Pactual que os preços são postos consoante o preço de aquisição dos produtos, incluindo os gastos com o transporte .•

Para Carvalho Sousa, as zungueiras têm sido grandes concorrentes, o que de certa forma atrapalha o bom andamento dos negócios, "pois efectuam preços muito baixos", sublinhou.

2.5 Utilização do empréstimo na lupa do FMI

Capital

06 de Março de 2010

As autoridades angolanas podem, pela primeira vez na sua história, levantar a bandeira da «vitória» no seu relacionamento com o FMI, por terem franqueado as portas daquela instituição financeira para, junto dela, obterem um financiamento na ordem de 1,4 mil milhão de dólares, decorrentes do acordo «Stand-by».

Analistas como o consultor Mauro Peterson dizem que Angola pode dar-se por feliz pela efectivação do acordo, considerando que as possibilidades para tal empréstimo «seriam completamente remotas», se o caso BNA despoletasse antes de Luanda ter assinado o acordo com o FMI.

Para o economista, ao serviço de uma consultora representada em Luanda, o Fundo «é uma entidade que se guia por critérios rígidos» que, segundo ele, «nunca se permitiria conceder empréstimo a um país, onde qualquer um põe a mão nos dinheiros públicos», como foi o saque que esvaziou o Banco Nacional de Angola (BNA), em mais de 100 milhões de dólares.

O Ministério Público angolano está no encaço dos autores de tais descaminhos, mas Mauro Peterson considera que o facto mancha a credibilidade do país aos olhos do Fundo Monetário Internacional que, aliás, tem, deste momento, uma das suas missões a trabalhar em Luanda com as autoridades locais.

A presente missão está em Angola para a primeira avaliação trimestral do «Acordo Stand by», mas o consultor

Acredita que o FMI não deixarão de abordar o Governo sobre as circunstâncias em que terão ocorrido os desvios, decorrentes de transferências fraudulentas. O Fundo, segundo o analista, pretenderá ter das autoridades angolanas garantias de que os dinheiros emprestados não venham a ter um fim igual a que acabaram os mais de 100 Milhões saqueados do BNA.

A partida, o empréstimo é, conforme o acordado, para ser usado para equilibrar a balança de pagamentos e o reforço das reservas internacionais, bem como para recuperar o equilíbrio macroeconómico.

A missão do FMI tem em mira acompanhar e avaliar a efectivação das metas acordadas e proceder aos pedidos e ajustes.

Estas terão sido as matérias abordadas no primeiro encontro, à porta fechada, onde também foi avaliada a

política fiscal referente a 2009, o Orçamento Geral do Estado de 2010, a implementação da reforma fiscal em 2010, assim como a dívida pública.

O percurso não terá tido curso para se chegar ao entendimento, que ficou conhecido como acordo «stand-by». Foi possível, após anos a fio de negociações mal sucedidas, mas que, em Novembro do ano passado, acabaram, finalmente, por resultar no empréstimo concedido pelo FMI Angola, para que este fizesse face aos efeitos da crise económica mundial.

Não foi nos valores pretendidos por Luanda, mas sim 1, 4 mil. Milhões de dólares, montante que analistas da praça angolana consideram, de alguma forma, significativo, perante o aperto financeiro que o país começava a vivermos.

Na verdade, Angola sofreu um significativo choque nos termos de troca, que afectou dois dos seus principais produtos de exportação o petróleo e os diamantes; 'que são responsáveis por cerca de 80 por cento das receitas do país :

A crise mundial atingiu o país durante um período de rápida expansão e de políticas de forte cariz pró cíclico impulsionadas pelas receitas. Petrolíferas

Reconheceu o FMI, aquando da assinatura do acordo que terá vida útil de 27 meses.

Analistas em Luanda consideram que o empréstimo cai numa altura oportuna e funcionará um pouco como antídoto para o actual aperto financeiro, facilitando as contas governamentais.

O programa visa, assim, restaurar o equilíbrio macroeconómico e repor as reservas internacionais, mas incorpora também uma agenda de reformas viradas para as questões estruturais de médio prazo no intuito de promover o crescimento do sector não petrolífero.

É que, a acentuada descida dos preços do petróleo e das receitas causou uma desaceleração brusca da economia, bem como o enfraquecimento da posição fiscal, a depreciação da moeda e a subida da inflação.

Na realidade, o acordo tem como base o programa do próprio Governo angolano, que prevê «um sério esforço de contenção dos gastos, mas destina recursos suficientes para os sectores sociais e os principais projectos de infra-estrutura».

2.6 Peixeiras espancam cobrador por especulação

Semanário Factual

De 12 á 19 de Março de 2010

Jojó, um taxista que fazia o trajecto ilha de Luanda/Rotunda do Roque Santeiro, foi espancado na terça-feira, 09, por 10 peixeiras que se faziam

transportar com as suas bacias ao colo.

A razão para o azar aconteceu quando o cobrador soltou a língua exigindo às peixeiras que o preço era de 300k:wanzas, porque o peixe estava fedorento e havia operação de trânsito automóvel.

Na impaciência de quem trabalha com dignidade e luta para sobreviver, as zungueiras não admitiram tamanha ofensa. Uma delas rebentou com uma bofetada no meio da cara do cobrador, enquanto outras tomavam conta do motorista. E assim teve início uma acção disciplinar contra os especuladores. Para escapar a esse ambiente de pancadaria, o motorista estacionou o táxi nas imediações da Sonilson e fugiu para uma das casas mais próximas, porque as zungueiras já estavam a pisar o seu cobrador

2.7 Financiamento a partir de instituições bancária nacional

Expansão

12 de Março de 2010

Dos 20 bancos que compõem actualmente o sistema bancário comercial nacional, uma parte considerável tem cedido crédito ao sector agrícola com alguma regularidade, entre os quais destaque para o BPC, Banco Sol. BFA, BIC e BAI. Não existem estatísticas oficiais sobre o volume de crédito atribuído por cada instituição financeira ao sector agrícola. Entretanto, o certo é que as lacunas que vão surgindo em todo este processo, por norma, são suportadas pelo Estado, quer através do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), quer através de parcerias com organizações não governamentais ou instituições internacionais, como o Banco Mundial. Banco de Desenvolvimento Africano, FAO, entre outras.

BDA

Tem o sido o canal privilegiado utilizado pelo Estado para o desenvolvimento do sector agrícola, no País. Até finais do ano passado, o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) aprovou um total de 102 projectos dos mais variados sectores, dos quais 19 estão relacionados com a agricultura e pecuária e 43 com a mecanização agrícola. Os fundos para a execução destes projectos estão avaliados em cerca de 243,5 milhões s USD.

O BDA é também uma das entidades responsáveis pela gestão e distribuição da linha de crédito de 350 milhões USD, aprovado pelo Governo, em 2009, para o fomento da agricultura.

BPC

Tem se revelado uma das mais activas instituições bancárias na concepção de micro-créditos ao sector agrícola, apoiando inúmeras zonas rurais em várias regiões do País. O Banco de Poupança e Crédito (BPC,

à semelhança do BDA, integra o grupo de instituições financeiras que vão trabalhar na linha de crédito de 350 milhões USD, aprovado pelo Governo, no ano passado, para o fomento do sector, devendo gerir, no quadro do referido programa, um valor estimado em 50 milhões USD.

BAI

Através da sua sucursal BAI – Micro Finanças (BMF), que resultou da compra do antigo Novo Banco, o Banco Africano de Investimentos abriu uma linha de crédito de 5 milhões USD destinada a apoiar a actividade das cooperativas agrícolas em todo o País. O financiamento decorre do protocolo de entendimento firmado entre o BMF e o Instituto de Desenvolvimento Agrícola (IDA) e insere-se no âmbito do projecto governamental de apoio aos camponeses e agricultores nacionais.

Banco Sol

Tem sido responsável pela atribuição de inúmeros financiamentos a distintas cooperativas e associações agrícolas, em toda a extensão do País. O banco foi também indicado para gerir 50 milhões USD, a partir do fundo de 350 milhões, aprovado pelo Governo em 2009.

Hei o Banco de Comércio e Indústria (BCI) disponibilizou, em 2009, cerca de 400 milhões USD para a iniciativa privada e realiza, desde Julho de 2008, uma campanha de distribuição de micro-crédito em todo o País, financiando programas de cooperativas e organizações individuais, de modo a implementar o programa do Governo de combate à fome. Fora esta iniciativa, o banco liderado por Adriano Pascoal tem sob sua alçada a gestão de 15 milhões USD, que será destinado ao fomento do sector agrícola, no quadro da linha de crédito do Estado.

BIC

O Banco Internacional de Crédito (BIC), quarta maior instituição bancária do País, disponibilizou, em 2009, um empréstimo de 5 milhões USD, visando a promoção e desenvolvimento da actividade agro-pecuária na região de Cacusso, província de Malanje, de acordo com declarações do seu presidente, Fernando T eles, em finais do ano passado.

O banco está também a financiar projectos agrícolas na província do Kwanza-Sul, sobretudo no sector de produção de algodão. É igualmente pretensão desta instituição financiar projectos agrícolas nas regiões de Camabatela (Kwanza-Norte), Sanza Pombo e Quitexe (Uíge), regiões onde já dispõe de agências bancárias, para facilitar as actividades dos agentes económicos locais.

Banco Mundial

Aprovou, em 2009, com o Governo um acordo de financiamento no valor de 30 milhões USD, a ser gerido pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário, visando a execução de parte do projecto agrícola de Produção Familiar Orientado para o Mercado (MOSAP).

FIDA

Destinado igualmente a financiar parte dos custos do projecto agrícola de Produção Familiar Orientado (MOSAP), o Governo aprovou também, no ano passado, através do Ministério das Finanças, um empréstimo no valor de 8 milhões USD com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

Banco Africano de Desenvolvimento.

Dois projectos, directamente vocacionados para o desenvolvimento agrícola, destacam-se no plano do BAD no biénio 2009/2010: O Projecto de Pesca Artesanal e o Projecto Bom Jesus Calenga.

Os aludidos programas estão a ser implementados juntamente com o Governo, através do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, que participa deste projecto com um co-financiamento de 1,6 milhões USD.

União Europeia

A União Europeia redefiniu a sua estratégia de intervenção no nosso País, propondo no domínio do Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, perseguir os objectivos específicos de reduzir a pobreza rural e a insegurança alimentar. Assim, a organização propôs, para os próximos anos, um montante indicativo de 68,5 milhões Euros (cerca de 92 milhões USD) a serem financiados através do 10º FED (Fundo Europeu para o Desenvolvimento). O referido financiamento destina-se, sobretudo, a diversificação das pequenas explorações agrícolas familiares.

BFA

A carteira de crédito do Banco de Fomento Angola (BFA) destinado ao sector agrícola estimou-se em 80 milhões USD, no ano passado. De acordo com o CEO do banco, Emídio Pinheiro, o montante visou, sobretudo, financiar pequenos e médios produtores ligados às associações e cooperativas agro-pecuárias do País.

2.8 BAI – Micro Finanças aposta no fomento do auto-emprego

Expansão

De 13 de Março de 2010

O BAI – Micro Finanças (BMF) vai continuar a apoiar a trilogia do emprego, na vertente da oferta, vocação e procura, no quadro da parceria que mantém com o Estado.

O BAI – Micro Finanças é um dos bancos que o Governo seleccionou para integrar o grupo de parceiros no financiamento de programas de desenvolvimento da agricultura, indústria e energia, no quadro da diversificação da economia.

O banco tem jogado papel fundamental nas inúmeras acções efectuadas pelo Estado, visando, sobretudo, o fomento do auto-emprego. O exemplo mais recente surge do Centro de Empreendedores, recentemente inaugurado pelo ministro do Emprego e Segurança Social, Pitra Neto, em Viana, no qual o BMF manifestou total disponibilidade para apoiar jovens empreendedores.

O Centro de Empreendedorismo em causa, segundo o ministro Pitra Neto, é um espaço onde se ensina e ajuda o cidadão a desenvolver as suas capacidades para montar o seu próprio negócio. O BMF surge no projecto precisamente para servir de suporte às grandes preocupações dos jovens no tocante ao apoio financeiro.

Deste modo, esta instituição financeira continuará a apoiar a trilogia do emprego, na vertente da oferta, vocação e procura, conforme enfatizou, pela parte do Governo, o ministro Pitra Neto.

O banco tem dado nas vistas também ao nível de financiamentos de projectos agrícolas. Recentemente, abriu uma linha de crédito de cinco milhões USD, destinada a apoiar a actividade das cooperativas agrícolas em todo o País. O financiamento decorreu do protocolo de entendimento firmado entre o BMF e o Instituto de Desenvolvimento Agrícola (IDA) e insere-se no âmbito do projecto governamental de apoio aos camponeses e agricultores nacionais.

O financiamento prevê beneficiar acima de 42 cooperativas, entre as quais destaque para duas situadas na província de Malanje, município do Cacusso, que já beneficiaram de parte do aludido montante.

Para além da linha de crédito destinada às cooperativas, o BFM criou, com o apoio do IDA, linhas de crédito específicas a que os agricultores poderão recorrer individualmente.

Este tipo de financiamento procura ainda, de acordo com os seus promotores, estimular a produção e reforçar a oferta de produtos agrícolas, contribuindo assim para diminuição dos respectivos preços.

Banco BAI Micro Finanças antigo Novo Banco, está vocacionado exclusivamente ao segmento de pequenos negócios, tendo como parceiro maioritário o Banco Africano de Investimento, que, em Novembro de 2007, o adquiriu, numa operação que rondou os 4,5 milhões USD.

2.9 Financiar, acompanhar, desenvolver

Novo Jornal

12 de Março de 2010

A economia nacional tem um problema, será até um desafio enorme, pela frente: como incluir a larga maioria da população (desempregada, pouco instruída e por isso arredada dos circuitos formais) no caminho do desenvolvimento económico?

Existem com certeza diversas formas de o fazer, diversas estratégias e caminhos diferentes a trilhar. Mas há um que, está provado, tem resultados práticos e engloba tantas valências que começou definitivamente a ser olhado com respeito: falamos do micro crédito ou, como se diz actualmente, das micro finanças.

O BMF foi o primeiro banco nacional a assumir claramente que este é o único objectivo que o norteia: actuar no segmento do micro finanças e desembolsar valores que parecem curtos ou irrisórios, mas que podem significar o duplicar da facturação de uma pequena ou média empresa, de um negócio particular; que podem ter influência decisiva no aumento da produção daquela pequena, mas firme, lavra familiar. Neusa Ribeira resume, sem delongas, a estratégia do BMF: "Devolver à sociedade algum do retorno que o BAI tem tido na sua actividade tradicional", de banca universal, já que é um dos principais bancos da praça", frisa. É arrojado, sem dúvida que é. "A intenção da casa-mãe passa por contribuir para os objectivos do país na redução da pobreza, na formalização do sector informal e na bancarização da população angolana um indicador que ainda apresenta uma taxa bastante reduzido", disse, a confirmar o arrojo. Fica explícito que o público-alvo está definido e não permite segundas leituras. "Obviamente que não fechamos a porta às pessoas ou a potenciais clientes, sejam eles quais forem, mas o enfoque são definitivamente as pequenas e médias empresas e os pequenos empreendedores. Não importa se são zungueiras, comerciantes, vendedores ambulantes ou carpinteiros, a porta está aberta para todos", frisa a administradora do BMF.

Para já, o BMF está presente apenas em Luanda e Benguela, facto que pode ser um constrangimento para a entrega de financiamentos fora do eixo que (ainda) domina o mercado interno. "É uma realidade, até porque ao nível dos desembolsos a situação poderia ser contornada através do acordo que assinámos com o

Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA). É sempre uma situação mais simples de ultrapassar.

Agora, um dos nossos objectivos passa por, para além de financiar, acompanhar os beneficiários para que eles possam continuar a crescer”, acrescenta.

Em termos de presença física o BMF olha para várias possibilidades. Na mesa está a ideia de actuar com bancos correspondentes, que até pode muito bem ser o próprio BAI porque está "implementado em praticamente todo o território", assume a economista de formação. "Penso ser importante crescer de forma gradual, em cadeia", reflecte Neusa Ribeiro.

Modelo de negócio merece estudo cuidadoso

A questão do crescimento gradual, "em cadeia", é uma espécie de uma cajadada para aniquilar dois coelhos. Se, por um lado, é importante para o país que os agentes económicos de pequena dimensão evoluam, numa outra perspectiva e em última análise o crescimento vai beneficiar o sector bancário. E as micro-finanças em particular.

Aqui damos o tiro de partida para analisar o modelo de negócio que sustenta as operações de micro crédito. É um tema que deixa curiosas muitas pessoas, que questionam: com entregas de tão baixo valor (ver caixa), a clientes que supostamente representam um maior risco para as instituições devido aos parcos rendimentos, que lucros retiram os bancos a actuar no segmento em análise?

"Há um efeito de escala [quantos mais créditos, mais rendimentos] e as taxas de juro praticadas são mais elevadas do que na banca tradicional", explica Neusa Ribeiro. Por outro lado os prazos de reembolso são também eles curtos, o que garante aos financiadores um rápido retorno financeiro e uma multiplicação constante da sua actividade.

Mas o jogo é interessante porque o modelo de negócio, normalmente, incita os clientes a pedir mais créditos. Imaginemos: um empreendedor monta, com a ajuda do micro crédito um pequeno estúdio fotográfico e adquire uma máquina de alta resolução. Com este investimento conseguiu iniciar a sua actividade e em apenas 10 meses reembolsa o financiador.

A seguir, e como tudo correu bem, há a tendência natural para se procurar mais: desta vez (é apenas um exemplo) o pequeno empresário pretende adquirir um aparelho que vai permitir revelar imagens de forma mais célere, e com isso aumentar a sua facturação. O processo leva a que se construa uma relação mais próxima entre banco e cliente, permitindo também aumentar o feito de escala.

Depois, e dependendo dos produtos financeiros em questão, podem haver algumas nuances. Por exemplo, Crédito de Campanha Agrícola (que começou recentemente a ser entregue) é bonificado pelo Estado. Significa que as taxas de juro são reduzidas

significativamente, até porque o apoio oficial é também feito ao nível da criação de um fundo de garantia que assegura 80% dos valores em causa. Ou seja, os riscos da operação bancária são amortizados, o que acaba por garantir melhores condições.

Problemas e mais problemas...

Como sempre, há enormes obstáculos a ultrapassar. Ao nos dirigirmos a uma larga franja de angolanos desfavorecidos na sua condição social, há que estar preparados para enfrentar grandes desafios. Neusa Ribeiro lembra que "muitas empresas têm potencial mas não estão preparadas para ter uma organização formal".

Outro exemplo: uns dos alvos bem definidos para o BMF são as associações e cooperativas de camponeses que se vão criando país-fora. Estamos a falar de pessoas que viveram e vivem no campo, que sofreram na pele as agruras de um conflito de décadas e que também por isso (mas não só) não tiveram acesso aos serviços básicos que o Estado deve prestar – saúde, educação, trabalho mas também nunca tiveram contacto com um banco... Muitos não têm a documentação em dia (e sem esta não há micro crédito que resista) e não dominam o português (apenas as línguas nacionais da respectiva região), o que representa outro desafio. "É uma realidade. Já houve ocasiões em que o Soba advertiu que um gerador ou um sistema de irrigação pode mexer com as forças superiores", conta Neusa Ribeiro.

A imagem pode não ser inteiramente justa. Como reconhece a interlocutora, "há pessoas com um grau de informação e conhecimento" superior aquilo que "muitos angolanos pensam". Haja esperança.

2.10 Cliente do BCI Imobiliária descontente

O País

12 de Março de 2010

Quatro anos depois de terem celebrado os contratos promessa de compra e venda com o Banco de Comércio e Indústria (BCI) - Imobiliária, um grupo formado por mais de 10 clientes desta instituição ainda não recebeu as suas residências do tipo T4, avaliadas na altura em 149.900 dólares. Os contratos previam o pagamento de uma tranche inicial de 37. 500 Dólares, correspondente a 25 por cento do preço das casas. Os restantes 75 por cento seriam liquidados em 30 prestações mensais iguais e sucessivas.

A maioria dos reclamantes cumpriu o acordo e pagou 149.900 dólares que correspondem ao preço total para o pagamento das moradias no complexo residencial Oásis do Camama, construído no município de Kilamba Kiaxi.

O PAÍS apurou que em 2008, o administrador-

delegado do BCI - Imobiliária, Guilherme Pereira, garantiu a alguns clientes, por escrito, que a sua instituição faria o possível para, no período de seis meses, proceder à edificação das moradias.

O administrador-delegado assegurou, igualmente, que o processo de obtenção do direito de superfície já estava em fase final e seria completamente gratuito. '

Dois anos depois das garantias, os clientes não receberam as suas residências. Alguns propuseram ao Conselho de Administração do Banco de Comércio Indústria (BCI), presidido por Adriano Pascoal, opções para se resolver o caso.

Um dos visados propôs duas vias. ' A primeira passava por recebermos um imóvel num outro projecto imobiliário e negociarem a forma de pagamentos incluindo juros de mora e prejuízos existentes.

A outra via consistia em renegociar o actual contrato com pagamentos mensais por parte da imobiliária, de um valor acordado entre as partes até à entrega do imóvel.

Uma fonte deste jornal contou que aderiu ao projecto em Novembro de 2006 e que 12 pessoas não receberam as suas casas.

"Até ao momento não recebemos informação oficiosa sobre as causas do incumprimento. Nunca tivemos acesso aos terrenos e, pelo que nos foi informado, nem projecto arquitectónico existe", afirmou, acrescentando que "não sabemos de nada porque a imobiliária nunca nos informou de nada. Pelo incumprimento contratual deveríamos receber o dobro do valor pago. Criamos expectativa, compramos mobília; ar condicionado, está tudo a estragar".

Uma fonte do Banco de Comércio e Indústria prometeu avançar mais pormenores na próxima edição deste jornal, mas assegurou que a equipa liderada pelo Presidente do Conselho de Administração, Adriano Pascoal, que esteve ausente do país, "está a dar um tratamento especial ao caso".

A mesma fonte do BCI disse ainda que os clientes que ainda não receberam as suas casas vão receber imóveis melhores que os do condomínio Oásis de Camama, para compensar os danos provocados até ao momento.

"Nós não estamos a estudar a hipótese de indemnizarmos os clientes, vamos, isso sim, fornecer as casas com -melhores condições que as que estavam prometidas. É uma forma de compensarmos os danos que os nossos clientes tiveram durante este tempo. Por esta razão, é que estamos a dar um tratamento especial neste caso, que envolve mais de 10pes~", rematou a fonte do BCI.

2.11 “ Crédito agrícola vai crescer nos próximos tempos”

Expressão

12 de Março de 2010

A agricultura é uma das áreas estratégicas visadas, pelas quais deve passar incontornavelmente o processo de diversificação da economia. Não parece ser esta a ideia que reflectem os números de financiamento ao sector.

A agricultura deve efectivamente, no actual contexto socioeconómico nacional, jogar um papel relevante na diversificação da económica do País, pois é o sector produtivo nacional que mais envolve mão-de-obra pouco qualificada. A reanimação do sector agrícola mobiliza actividades económicas ligadas à indústria de instrumentos de trabalho, maquinaria agrícola, fertilizantes, equipamentos de rega, vacinas e medicamentos de uso veterinário, rações, entre outros. Mesmo antes de se iniciar a produção agropecuária, dinamizam-se igualmente outras actividades depois das colheitas ou produções realizadas, como sejam as indústrias de processamento agro-alimentar, embalagens, conservação, armazenamento, transportação. E, sem dúvida, largo o espectro de actividades correlacionadas como desenvolvimento agrícola.

O Governo anunciou em 2009 um financiamento de 350 milhões USD à agricultura. Para quando é que está projectada a implementação desta linha de crédito?

O crédito de 350 milhões USD é mais um instrumento de iniciativa do Governo, no sentido de facilitar a milhares de produtores nacionais, agrupados em associações e cooperativas, o acesso ao crédito. Valerá a pena esclarecer que este montante subdivide-se em duas modalidades de crédito, a saber: créditos de campanha e créditos de investimento. A primeira modalidade, crédito de campanha, corresponde aos créditos que se realizarão para fazer face aos custos anuais de exploração dos produtores e criadores nacionais, devendo o seu "reembolso ser realizado no final da campanha após as colheitas. A outra modalidade destina-se ao custeio dos investimentos a realizar pelos produtores agrícolas e criadores pecuários relacionados com infra-estruturas físicas, equipamentos e maquinaria constante de um plano de investimento previamente elaborado, embora seja possível também para produtores em actividade realizar investimentos fora deste quadro padronizado. Cabe referir que, enquanto para o crédito de campanha, cujo montante inicial é de 150 milhões USD, estes recursos provêm dos bancos comerciais que aderiram a esta iniciativa governamental. Os restantes 200 milhões USD estarão sob a responsabilidade do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), para sua gestão e financiamento dos mutuários.

E quando é que esta linha de crédito estará acessível aos futuros beneficiários?

Esta iniciativa começará a ser implementada

brevemente, tendo levado algum tempo desde a sua aprovação até ao início da sua implementação, pois careceu de uma adequada preparação e estruturação com consultas a vários níveis com entidades públicas e privadas, além da auscultação dos futuros beneficiários. Trata-se assim de uma iniciativa estruturante e que pretende ser uma mais-valia no desenvolvimento agrícola do País.

Voltemos à primeira questão. Segundo dados do BNA, o total do crédito cedido ao sector agrário, em 2009, correspondeu a 0,86%, tendo havido um ligeiro crescimento em relação aos anos anteriores. São números que contrastam com a orientação da diversificação. Não concorda?

Temos de reconhecer que a parcela do crédito que vem sendo dedicada a este sector é manifestamente baixa. Mas considerando a vontade política que tem sido claramente manifestada, na aposta ao sector como forma de diversificação da economia, temos plena confiança que esta cifra conhecerá aumentos significativos nos tempos vindouros. Vale a pena referir que este aumento do volume de crédito para o sector está também associado aos programas que o Executivo está a implementar, com vista à infra-estruturação do sector agro-alimentar e da comercialização rural. Todos estes programas proporcionarão condições reais para uma maior competitividade do sector agrícola nacional e, consequentemente, condições de maior sucesso dos produtores beneficiários do crédito.

Com é que o Estado deve incentivar um envolvimento mais intenso da banca comercial no sector agrícola?

A banca privada está a colaborar com o Governo neste programa de crédito e seguramente continuará a disponibilizar recursos próprios para o crédito agrícola. O envolvimento da banca privada neste processo permitirá, entre outros, aumentar o número de clientes, aumentando consequentemente o nível de bancarização da nossa economia, pois os milhares de produtores que vierem a beneficiar do crédito vão naturalmente bancarizar a sua actividade. O desenvolvimento agropecuária nacional só se conseguirá com o esforço conjunto de todos e, naturalmente, a banca privada não poderá estar alheia a este processo, devendo ser parte e motor deste crescimento.

E ao Estado são atribuídas outras responsabilidades no sentido de estimular a aposta na agricultura, que não se confinam a linhas de financiamento.

Para além do crédito, há outros factores necessários para o desenvolvimento do sector, garantindo-lhe competitividade, da qual mencionarei os seguintes: a existência de infra-estruturas básicas (electricidade, canais de irrigação, estradas, armazéns, etc.), um adequado sistema de investigação agrária, serviços de

extensão e de apoio aos agricultores, disponibilidade de insumos, maquinaria e equipamentos, uso de tecnologias adaptadas ao nosso País e um adequado sistema de comercialização dos produtos, incluindo as infra-estruturas de armazenamento, conservação e transportação.

A limitação legal sobre a titularidade da terra por parte de quem pretende investir é sistematicamente apontada como um dos entraves ao interesse dos investidores na agricultura. Como é que o Governo interpreta esta questão?

Para o crédito que temos estado a referir, a não titularidade da terra não é um obstáculo ao acesso ao crédito. Foram criados mecanismos assentes no crédito solidário em que a idoneidade do grupo para beneficiar do crédito será avaliada por um comité de pilotagem ao nível local, integrando as principais forças vivas do município.

Quanto ao seguro agrícola, com as lacunas que dificultam o financiamento ao sector, este poderia ser um estímulo garantido aos investimentos. Não acha?

O seguro agrícola tomará sobre a forma de seguro os equipamentos e a maquinaria associada ao processo produtivo e ao seguro das colheitas. Sem dúvida, com a estruturação que vem sendo feita através dos programas governamentais para este sector, o seguro acabará também por estar presente na nossa realidade agrícola. Mas, como diz um slogan publicitário da nossa praça, "O risco está sempre à espreita" e, como é óbvio, o risco no sector agrícola está presente e mais devido à natureza da actividade que se desenvolve. Estamos portanto a lidar com organismos vivos que crescem em ambiente maioritariamente natural, sendo o clima bastante errático e de difícil previsibilidade. N estas circunstâncias, não há dúvida de que a actividade encerra uma certa dose de risco, sendo que os investimentos no sector geralmente têm um retorno de médio ou longo prazo. Ou seja, é um sector que tem características muito específicas, pelo que é preciso saber lidar com elas.

2.12.12 Banco Sol disponibiliza USD 20 milhões

Novo Jornal

De 26 de Março de 2010

Vinte milhões de dólares foram disponibilizados pelo banco Sol para o pacote de micro-crédito 2010, para iniciativas de pequenos negócios, informou hoje no Lobito, província de Benguela, o presidente da comissão executiva da instituição, Coutinho Miguel. Falando à imprensa à margem da inauguração do segundo balcão do banco Sol no Lobito, o responsável bancário adiantou que, deste valor, mais de nove

milhões serão destinados para a província de Benguela. Além do dinheiro, o gestor admitiu a hipótese de o banco oferecer outros bens materiais a jovens com ideias empreendedoras.

Afirmou que o banco tem como prioridade a cedência de créditos a cidadãos comuns que desejam criar as mínimas condições sociais ou pequenos negócios.

O projecto de micro-crédito do Banco. Sol foi elogiado pelo bispo emérito da diocese de Benguela, dom Óscar Braga, por ajudar cidadãos mais carentes e que desejam encontrar mecanismos de saírem das dificuldades que vivem. Na óptica do bispo dom Óscar Braga, é digno que as instituições nos seus projectos tenham em conta aqueles cidadãos que lutam para acabar com a pobreza.

A cerimónia de inauguração do segundo balcão do banco Sol no Lobito contou com a presença do director provincial das Finanças, Miguel Bento, que solicitou à direcção da instituição a projectar acções para os municípios do interior de Benguela de modo a atender os preçários que começam a reerguer fazendas.

Com nove anos de existência, o Banco Sol conta actualmente com 68 balcões em todas as províncias do país e prevê expandir-se a nível dos municípios.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 “ Kixicrédito “ no Huambo com aumento de montante

Jornal de Angola

2 de Março de 2010

KixiCrédito aumenta a sua carteira de créditos de nove milhões para 12 milhões de dólares norte-americanos, valor a ser empregue este ano para financiar os seus clientes, segundo informou ontem seu responsável, Fadário Lussati.

O facto foi anunciado durante a cerimónia de abertura do encontro semestral com os clientes do KixiCrédito, que juntou mais de 450 pessoas beneficiárias do projecto, das províncias do Huambo, Cabinda, Bié, Zaire e Luanda, onde aprimoram as linhas de acesso aos micro créditos para pequenos negócios.

Aquele responsável referiu ainda que o KixiCrédito (Angola S.A) oferece serviços financeiros aos cidadãos angolanos economicamente activos excluídos da banca clássica e normalmente residentes nas 1 áreas peri-urbanas, com o objectivo de aliviar a pobreza, através de pequenos empréstimos aos grupos solidários das comunidades.

Fadário Lussati assegurou que a instituição que dirige presta serviços desde 1999 naquelas províncias, onde apoia financeiramente mais de 11 mil clientes, com uma carteira de créditos na ordem dos nove milhões e 200 mil dólares norte-americanos.

3.2 Mercado de Mutundo pronto em Maio

Jornal de Angola

3 de Março de 2010

A primeira fase de construção do mercado do Mutundo, no Lubango, está quase concluída, com a estrutura, preparada para mil bancadas, em condições de receber, a partir de Maio, os vendedores do mercado informal do Tchico, que funciona nos arredores da cidade.

As obras do novo mercado estão a cargo de uma construtora chinesa, que procede, agora, a trabalhos de acabamento.

O governador da Huíla esteve, na segunda-feira, na obra, no âmbito de uma visita a empreendimentos socioeconómicos da cidade do Lubango. O novo mercado, com de 27.156 metros quadrados e preparado para receber mais de mil vendedores, dispõe de 19 lojas, sete armazéns, restaurantes, padaria, bancos,

fábrica de gelo e câmaras frigoríficas.

Além disso, tem um jango comunitário e um centro infantil, sugerido pela Direcção provincial da Assistência e Reinserção Social, para apoiar os filhos das vendedoras.

O governador Isaac dos Anjos anunciou que o terreno à volta do mercado vai ser aproveitado para armazéns para os comerciantes grossistas que vão abastecer os vendedores do Mutundo.

O administrador municipal adjunto do Lubango, Domingos Wango, disse que as obras da ampliação podem começar brevemente. Alguns grossistas disseram que esperam com ansiedade o fim das obras.

3.3 Preços mais baixos no mercado informal em relação ao formal

Semanário Factual

De 05 a 12 de Março de 2010

Na procura do melhor preço, muitos são os pais que recorrem ao mercado informal dada à disparidade dos preços em relação às tabacarias, livrarias e lojas.

O Factual passou pelos mercados do Roque Santeiro e do Kikolo, Nestes mercados foi visível a quantidade excessiva de materiais escolares, sendo que os livros de Língua Portuguesa e de Matemática para a quarta classe são comercializados entre mil e mil e 200 Kwanzas.

Margareth Nzimba, vendedora do mercado do Kikolo, falou ao factual que "estamos a ter grande concorrência, pois são muitas pessoas que saem de vários locais de Luanda e vêm comprar os materiais aqui. Os preços estão acessíveis e os clientes nem têm discutido. Nós aqui temos todo o tipo de material, a partir dos cadernos até aos livros".

Segundo apurou o Factual, o preço dos cadernos no mercado paralelo é de 25 Kwanzas a 800 Kwanzas a unidade, enquanto nas lojas e livrarias o preço varia entre 110 kwanzas e mil e 700 kwanzas.

No que toca a lápis, borrachas e afia-lápis, estes são comercializados por cada 05 unidades a 50 kwanzas. Em contrapartida, no mercado formal, o conjunto de um lápis, borracha, régua, afia-lápis e esferográfica custa 835 Kwanzas.

As livrarias revendedoras de material escolar a nível da província de Luanda encontram-se na sua maioria instaladas no centro da cidade de Luanda.

João Venâncio, encarregado de educação fez saber ao Factual que o facto da maioria das livrarias de Luanda estar na zona da baixa leva a que ele faça a compra do material escolar no mercado informal onde consegue comprar tu o a um preço favorável ao meu bolso, pois se fizer as compras em alguma livraria ou supermercado o custo sai a dobrar", asseverou.

Susana kitumba, estudante entrevistada pelo Factual enquanto fazia a compra do material didáctico nos arredores do mercado dos Congolenses, afirmou que a sua opção em recorrer aos arredores do mercado tem a ver com o preço praticado.

Para ela, "se compararmos aos preços da livraria, são por aí duas vezes mais caros. Por este motivo prefiro comprar todos os materiais no informal ou nas zungueiras", ajuntou Susana kitumba

A pouca afluência de alunos e encarregados a algumas livrarias e lojas para a compra de materiais escolares é notável, devido aos preços praticados por estas casas que não vão de encontro ao bolso de cada um.

Carvalho Sousa, proprietário de uma livraria, indicou ao Factual que os preços são postos consoante o preço de aquisição dos produtos, incluindo os gastos com o transporte.

Para Carvalho Sousa, as zungueiras têm sido grandes concorrentes, o que de certa forma atrapalha o bom andamento dos negócios, "pois efectua preços muito baixos", sublinhou.

3.4 O povo paga uma factura pesada

Capital

De 06 de Março de 2010

Não é desta, apesar dos vários constrangimentos na via pública, que os taxistas subirão o preço da corrida de táxi. Apesar de se tratar de uma tarifa que vigora há já quatro anos, e tendo em conta as dificuldades na via, todos os taxistas estão obrigados a cobrar apenas 50 kwanzas, embora nos dias que correm tal realidade não seja tão taxativa assim.

Pelo menos, foi este consenso a que chegou a maioria dos também chamados «candongueiros», no último encontro entre a Associação dos Taxistas de Luanda (ATL) e os seus associados.

Porém, as discussões não foram favas contadas, uma vez que um grupo, o grosso dos associados, se mostrou contra a manutenção do preço em 50 kwanzas e pretendia, por isso, um aumento para 100 kwanzas, enquanto uma minoria defendeu que, pelo menos por enquanto, tal deverá continuar tal como está, de formas evitar constrangimentos, os principais beneficiários de tais serviços, em função do débil sistema de transporte público.

«Pensamos que é uma tarifa que já está desactualizada, ultrapassada e desajustada à nossa realidade. Mas, estamos já a estudar a nova tarifa e dentro em breve vamos submetê-la à Direcção Nacional de Preços e Concorrência do Ministério das Finanças», afirmou.

Uma das principais inquietações dos associados da ATL está relacionada com os prazos estabelecidos para a cobrança e consequente pagamento das licenças de

aluguer e do seguro automóvel obrigatório. Defendem, por exemplo, que as licenças de aluguer do ano transacto ainda são válidas até ao mês de Março, uma vez que o licenciamento dos táxis é feito a 31 de Março e têm como data de caducidade 31 de Dezembro de cada ano.

Este facto tem vindo a provocar uma série de embaraços aos taxistas, pois este não tem sido o entendimento dos agentes reguladores de trânsito, que se têm revelado bastante zelosos na apreensão de viaturas em serviço de táxi.

«Desconhecemos as razões desta medida por parte da Polícia. Não sabemos se houve alguém de má-fé ou com excesso de zelo por parte deste órgão, mas têm estado a prender as viaturas, uma situação que estranhámos e deixou-nos todos admirados», lamentou Faustino, sublinhando que tiveram que recorrer às autoridades afins, no sentido de se dar o devido esclarecimento, tendo em conta que se contavam em mais de uma centena as viaturas apreendidas, no âmbito desta medida.

O presidente da ATL e os seus associados entendem que, mais do que somente prender, a Polícia tem também o nobre papel de «educar e instruir a sociedade para uma boa conduta viável», sob pena de tal medida (a apreensão das mais duas centenas de viaturas) reflectir-se também no bolso e na vida diária dos pacatos cidadãos.

Numa só palavra, a vida para os homens dos azuis e brancos não tem sido nada fácil. Osvaldo, por exemplo, é um jovem que faz o trabalho de táxi há já cinco anos e reconhece que a actual situação está «um verdadeiro caos», tudo porque, embora ainda não estejam a sair as novas taxas de circulação e a ser feito o pagamento do seguro automóvel, «os polícias de trânsito não medem esforços para mandarem parar um taxista e cobrar-lhe a taxa de circulação actualizada e o seguro automóvel», denunciou.

Caso o automobilista não apresente tais documentos, mesmo estando ainda dentro do prazo, a apreensão do carro é imediata. Ao menos que o automobilista abra os cordões à bolsa e pague a respectiva «gasosa». «É a saída achada para resolver a situação», confessa o automobilista.

Mano, outro jovem taxista, há três anos na via, reconhece que a cobrança do seguro automóvel, da taxa de circulação e da licença de aluguer é benéfica para todos os taxistas, na medida em que servirá para legalizar as viaturas e trabalhar à vontade.

Este automobilista referiu que a ausência dos carros azul e branco, nalguns pontos de Luanda, e a consequente enchente de populares nas paragens, deve-se ao facto dos taxistas procurarem melhores rotas e, desta forma, evitarem cair nas mãos dos polícias de trânsito.

«Cada área tem os seus táxis habituais, mas quando está fraco, a nível de passageiros, ou há muito incomodo por parte dos trânsitos, os taxistas mudam de rota para terem de entregar o dinheiro certo ao patrão. E, muitas das vezes, esta mudança de rota implica a subida do preço da corrida», concluiu.

Valentim, por sua vez, disse que a gritante de táxis nas paragens deve-se, sobretudo, ao «incómodo» de que têm sido alvo por parte dos agentes reguladores de trânsito, com destaque para os transportes que ainda não possuem seguro obrigatório de responsabilidade automóvel e a licença de aluguer.

«Muitos automobilistas evitam fazer-se à estrada, porque a Polícia tem andado atrás destas viaturas», queixou-se, adiantando que muito recentemente, em finais de Fevereiro, já havia sido interpelado duas vezes pelos agentes de trânsito, num espaço de poucos minutos. «Por esta razão, os que estão a trabalhar, subiram o preço para algumas rotas, que vão de 100 a 200 kwanzas, embora considere que muitos «estão a exagerar no preço das corridas», acrescentou. Durante a reportagem, este jornal testemunhou duas operações contra os azuis e brancos, levadas a cabo por agentes afectos à Brigada Especial de Trânsito (BET) e pela Unidade Operativa de Luanda, onde os automobilistas queixavam-se da cobrança de valores por parte destes, em troca da não apreensão das suas viaturas.

3.5 GPL quer armazéns longe da cidade

Angolense

De 06 a 13 de Março de 2010

O Governo da Província de Luanda reuniu esta terça-feira, 2, com os agentes comerciais dos nove municípios para partilhar algumas preocupações relacionadas com o exercício da actividade comercial no centro da cidade

Durante o encontro, em que estiveram presentes centenas de comerciantes, foram abordados assuntos atinentes ao saneamento básico, segurança, prevenção contra incêndios e a transferência dos armazéns do centro da cidade para a periferia.

Segundo o vice-governador de Luanda para Área Económica Francisco Domingos, o Governo tem estado a acompanhar a actividade comercial exercida na cidade e em função disso está preocupado com algumas situações que não se enquadram na lei das actividades comerciais e, por isso, esclareceu que está a tomar uma série de medidas no sentido de reverter a situação actual.

A primeira medida, de acordo com aquele governante, tem a ver com o início do processo de transferência dos armazéns que se situam no casco urbano,

particularmente os que exercem a actividade grossista para a periferia.

Neste aspecto disse, o primeiro passo foi dado pelo município da Maianga que já transferiu mais de 300 empresários cuja actividade comercial era exercida na Avenida 21 de Janeiro.

Os referidos armazéns foram transferidos para o Centro de Logística e Distribuição, em Viana e outros para o mercado do Panguila, no município de Cacuaco. Segundo justificou, a medida visa evitar a concorrência desleal que se assiste entre grossistas e retalhistas, por um lado e por outro melhorar o saneamento do meio onde a actividade comercial de um modo geral tem criado inúmeras consequências - a produção de lixo que provoca graves danos à saúde pública.

A outra preocupação apontada pelo Governo da Província de Luanda é a crescente onda de incêndios que se verifica em muitos armazéns e fábricas. Segundo aquele responsável, os relatórios que recebem dos bombeiros referem que grande parte dos incêndios que acontecem estão directamente ligados a inobservância de requisitos básicos previstos por lei para o exercício da actividade comercial. Neste sentido, o Governo de Luanda reforçou a chamada de atenção aos agentes comerciais e exarou um Edital, no dia 25 de Fevereiro, que torna obrigatório a observância das medidas de segurança contra incêndios no momento do licenciamento das unidades comerciais e durante o seu funcionamento.

De acordo com o documento assinado pela governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, os estabelecimentos comerciais que após 120 dias da entrada em vigor do Edital não estiverem apetrechados do equipamento de prevenção e extinção de incêndios como: extintores portáteis, entre outros dispositivos, devem ver os seus Alvarás cancelados e sancionados com o máximo da multa prevista para as transgressões administrativas.

Os esclarecimentos do vice - governador foram reforçados pelo Comandante Provincial do Corpo de Bombeiros, Tito Manuel que atribui a culpa dos incêndios nos armazéns aos empresários, pois na sua óptica, embora a legislação em vigor preveja o apetrechamento de equipamentos de prevenção e extinção de incêndios, muitos não têm estado a cumprir a determinação. O comandante deu a conhecer que já é possível adquirir o equipamento no país e caso o comerciante tenha dificuldade em saber o que comprar pode recorrer ao serviço de bombeiros para a devida orientação.

No aspecto do lixo, o velho problema da capital, a Elisal, reconheceu que temos uma cidade deselegante mas atribuiu a culpa aos empresários.

Para a Elisal, os proprietários estão apenas preocu-

pados com os seus negócios deixando a responsabilidade do lixo que produzem ao Estado. A fonte revelou que, a Elisal gasta muito mais do que aquilo que recebe das empresas para prestação de serviços. "Muitos armazéns pagam mensalmente o equivalente a 300 USD quando as operações que fazemos para recolher o lixo produzido no mesmo período custa o equivalente a 1000 dólares", exemplificou Lúcio Martins.

Por isso, continuou "para inverter o quadro vamos introduzir uma nova metodologia de recolha de resíduos em armazéns, hotéis e similares" - anunciou o director da empresa de limpeza e saneamento de Luanda, tendo acrescentado que, nesta fase foram já entregues os termos de referência ao GPL para análise, aprovação ou sugestões do novo modelo que entra em vigor nos próximos dias. O novo modelo, segundo fez saber, será implementado através de operadores privados e a Elisal será apenas a fiscalizadora.

Em função das medidas tomadas, as reacções dos empresários não se fizeram esperar.

Para o empresário, Matias Pedro, deixar de trabalhar no centro da cidade não representa qualquer dificuldade, porque as leis são para serem cumpridas, entretanto, questiona se de facto as condições estão ou não criadas. "No Rocha Pinto os armazéns foram encerrados sem aviso prévio, muito deles com produtos alimentares, como é que fica o investimento feito?" - questionou, tendo apelado ao GPL no sentido de se dar uma moratória de seis meses antes da transferência. Desta forma, argumentou, permitiria vender os produtos em armazém.

Já o representante da Toyota de Angola, Estêvão Jorge foi mais crítico. Disse que aquela empresa tem cumprido com os requisitos de prevenção de incêndios previstos por lei, entretanto, a concorrência não cumpre e a fiscalização não actua. Quanto aos bombeiros acha que, deveria criar mais quartéis nos vários pontos de Luanda, porque devido ao engarrafamento e outros factores em caso de incêndios os carros que partem do quartel central nunca chegam a tempo.

A fonte disse mesmo que "os nossos bombeiros não apagam fogo, mas sim cinzas, porque sempre chegam tarde e muitas vezes sem águas.

Importa realçar que, este foi o primeiro encontro alargado que o governo da província de Luanda, realiza com os empresários.

Nota-se ainda que, a intenção da transferência dos armazéns para periferia data desde a gestão de Simão Paulo, mas só que a sua implantação é que estava difícil.

3.6 Mulheres transportam e vedem água para dar de comer aos filhos e parentes

Jornal de Angola

De 10 de Março de 2010

As previsões meteorológicas apontavam para dia quente, mas o sol parecia preguiçoso, escondendo-se entre as nuvens para desalento das mulheres que se dedicam ao negócio da venda de água fresca.

Até bem perto das 10h00, as vendas estavam comprometidas, pois o sol teimava em não aparecer, como habitualmente, logo de manhãzinha, originando altas temperaturas que obrigam as pessoas a recorrer à água fresca.

Enquanto esperam pelos clientes, em casa, filhos e, nalguns casos, maridos desempregados, aguardam pelos lucros das vendas dos saquinhos de água, que lhes vai garantir as refeições do dia.

Em Malange, há numerosas famílias a depender da venda e do transporte de água para outras casas. A actividade é exercida, quase sempre, por mulheres e crianças.

Marisa Francisco, mãe de dois filhos, é uma dessas mulheres. A cartar água, frisou, ao *Jornal de Angola*, é desgastante, principalmente quando o destino é o apartamento num prédio alto e as escadas o único caminho para lá chegar.

"O que ganhamos não chega para sustentar a família, mas pior é quando voltamos para casa sem ter feito nenhum negócio", lamentou-se.

Um bidão de 20 litros é vendido entre cem e 150 kwanzas. Este último preço é aplicado quando a água é acarretada para fora da cidade. Num dia bom, uma mulher pode ganhar mil kwanzas.

Quando a água é acartada para empresas privadas ou serviços públicos, os preços sobem, confirmou Domingas Cardoso Gongá, mãe de quatro filhos e separada do marido. O facto de boa parte das casas da cidade de Malange disporem de água corrente complica a vida das vendedoras.

Margarida André, além de vender água, lava e engoma roupa. Forma que encontrou de ter mais alguns kwanzas para aconchegar os estômagos de três filhos.

Muitas destas mulheres vêm na concessão do micro crédito forma de minimizar as dificuldades em que vivem.

Por isso, pensam organizar-se para, em conjunto, pedirem ajuda bancária, pois todas elas, garantem, têm potencialidades para fazer pequenos negócios.

Desconhecedoras dessas coisas de empréstimos bancários e requerimentos, tencionam recorrer à Direcção Provincial do Ministério da Família e Promoção

da Mulher. Até lá continuam acarretar bidões, prédio acima, prédio abaixo, a calcorrear ruas e caminhos, a vender sacos de água frescas, a saciar a sede alheia.

3.7 Financiar, acompanhar, desenvolver

Novo Jornal,

12 de Março de 2010

A economia nacional tem um problema, será até um desafio enorme, pela frente: como incluir a larga maioria da população (desempregada, pouco instruída e por isso arredada dos circuitos formais) no caminho do desenvolvimento económico?

Existem com certeza diversas formas de o fazer, diversas estratégias e caminhos diferentes a trilhar. Mas há um que, está provado, tem resultados práticos e engloba tantas valências que começou definitivamente a ser olhado com respeito: falamos do micro crédito ou, como se diz actualmente, das micro finanças.

O BMF foi o primeiro banco nacional a assumir claramente que este é o único objectivo que o norteia: actuar no segmento do micro finanças e desembolsar valores que parecem curtos ou irrisórios, mas que podem significar o duplicar da facturação de uma pequena ou média empresa, de um negócio particular; que podem ter influência decisiva no aumento da produção daquela pequena, mas firme, lavra familiar. Neusa Ribeiro resume, sem delongas, a estratégia do BMF: "Devolver à sociedade algum do retorno que o BAI tem tido na sua actividade tradicional", de banca universal, já que é um dos principais bancos da praça", frisa. É arrojado, sem dúvida que é. "A intenção da casa-mãe passa por contribuir para os objectivos do país na redução da pobreza, na formalização do sector informal e na bancarização da população angolana um indicador que ainda apresenta uma taxa bastante reduzido", disse, a confirmar o arrojo. Fica explícito que o público-alvo está definido e não permite segundas leituras. "Obviamente que não fechamos a porta às pessoas ou a potenciais clientes, sejam eles quais forem, mas o enfoque são definitivamente as pequenas e médias empresas e os pequenos empreendedores. Não importa se são zungueiras, comerciantes, vendedores ambulantes ou carpinteiros, a porta está aberta para todos", frisa a administradora do BMF.

Para já, o BMF está presente apenas em Luanda e Benguela, facto que pode ser um constrangimento para a entrega de financiamentos fora do eixo que (ainda) domina o mercado interno. "É uma realidade, até porque ao nível dos desembolsos a situação poderia ser contornada através do acordo que assinámos com o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA). É sempre

uma situação mais simples de ultrapassar.

Agora, um dos nossos objectivos passa por, para além de financiar, acompanhar os beneficiários para que eles possam continuar a crescer", acrescenta.

Em termos de presença física o BMF olha para várias possibilidades. Na mesa está a ideia de actuar com bancos correspondentes, que até pode muito bem ser o próprio BAI porque está "implementado em praticamente todo o território", assume a economista de formação. "Penso ser importante crescer de forma gradual, em cadeia", reflecte Neusa Ribeiro.

Modelo de negócio merece estudo cuidado

A questão do crescimento gradual, "em cadeia", é uma espécie de uma cajadada para aniquilar dois coelhos. Se, por um lado, é importante para o país que os agentes económicos de pequena dimensão evoluam, numa outra perspectiva e em última análise o crescimento vai beneficiar o sector bancário. E as micro-finanças em particular.

Aqui damos o tiro de partida para analisar o modelo de negócio que sustenta as operações de micro crédito. É um tema que deixa curiosas muitas pessoas, que questionam: com entregas de tão baixo valor (ver caixa), a clientes que supostamente representam um maior risco para as instituições devido aos parcos rendimentos, que lucros retiram os bancos a actuar no segmento em análise?

"Há um efeito de escala [quandos mais créditos, mais rendimentos] e as taxas de juro praticadas são mais elevadas do que na banca tradicional", explica Neusa Ribeiro. Por outro lado os prazos de reembolso são também eles curtos, o que garante aos financiadores um rápido retorno financeiro e uma multiplicação constante da sua actividade.

Mas o jogo é interessante porque o modelo de negócio, normalmente, incita os clientes a pedir mais créditos. Imaginemos: um empreendedor monta, com a ajuda do micro crédito um pequeno estúdio fotográfico e adquire uma máquina de alta resolução. Com este investimento conseguiu iniciar a sua actividade e em apenas 10 meses reembolsa o financiador.

A seguir, e como tudo correu bem, há a tendência natural para se procurar mais: desta vez (é apenas um exemplo) o pequeno empresário pretende adquirir um aparelho que vai permitir revelar imagens de forma mais célere, e com isso aumentar a sua facturação. O processo leva a que se construa uma relação mais próxima entre banco e cliente, permitindo também aumentar o feito de escala.

Depois, e dependendo dos produtos financeiros em questão, podem haver algumas nuances. Por exemplo, Crédito de Campanha Agrícola (que começou recentemente a ser entregue) é bonificado pelo Estado. Significa que as taxas de juro são reduzidas significativamente, até porque o apoio oficial é também

feito ao nível da criação de um fundo de garantia que assegura 80% dos valores em causa. Ou seja, os riscos da operação bancária são amortizados, o que acaba por garantir melhores condições.

Problemas e mais problemas...

Como sempre, há enormes obstáculos a ultrapassar. Ao nos dirigirmos a uma larga franja de angolanos desfavorecidos na sua condição social, há que estar preparados para enfrentar grandes desafios. Neusa Ribeiro lembra que "muitas empresas têm potencial mas não estão preparadas para ter uma organização formal".

Outro exemplo: uns dos alvos bem definidos para o BMF são as associações e cooperativas de camponeses que se vão criando país-fora. Estamos a falar de pessoas que viveram e vivem no campo, que sofreram na pele as agruras de um conflito de décadas e que também por isso (mas não só) não tiveram acesso aos serviços básicos que o Estado deve prestar - saúde, educação, trabalho mas também nunca tiveram contacto com um banco ... Muitos não têm a documentação em dia (e sem esta não há micro crédito que resista) e não dominam o português (apenas as línguas nacionais da respectiva região), o que representa outro desafio. "É uma realidade. Já houve ocasiões em que o Soba advertiu que um gerador ou um sistema de irrigação pode mexer com as forças superiores", conta Neusa Ribeiro.

A imagem pode não ser inteiramente justa. Como reconhece a interlocutora, "há pessoas com um grau de informação e conhecimento" superior aquilo que "muitos angolanos pensam". Haja esperança.

3.8 BAI – Micro Finanças aposta no fomento do auto-emprego

Expansão

De 13 de Março de 2010

O BAI – Micro Finanças (BMF) vai continuar a apoiar a trilogia do emprego, na vertente da oferta, vocação e procura, no quadro da parceria que mantém com o Estado.

O BAI – Micro Finanças é um dos bancos que o Governo seleccionou para integrar o grupo de parceiros no financiamento de programas de desenvolvimento da agricultura, indústria e energia, no quadro da diversificação da economia.

O banco tem jogado papel fundamental nas inúmeras acções efectuadas pelo Estado, visando, sobretudo, o fomento do auto-emprego. O exemplo mais recente surge do Centro de Empreendedorismo, recentemente inaugurado pelo ministro do Emprego e Segurança Social, Pitra Neto, em Viana, no qual o BMF manifestou total disponibilidade para apoiar jovens em-

preendedores.

O Centro de Empreendedorismo em causa, segundo o ministro Pitra Neto, é um espaço onde se ensina e ajuda o cidadão a desenvolver as suas capacidades para montar o seu próprio negócio. O BMF surge no projecto precisamente para servir de suporte às grandes preocupações dos jovens no tocante ao apoio financeiro.

Deste modo, esta instituição financeira continuará a apoiar a trilogia do emprego, na vertente da oferta, vocação e procura, conforme enfatizou, pela parte do Governo, o ministro Pitra Neto.

O banco tem dado nas vistas também ao nível de financiamentos de projectos agrícolas. Recentemente, abriu uma linha de crédito de cinco milhões USD, destinada a apoiar a actividade das cooperativas agrícolas em todo o País. O financiamento decorreu do protocolo de entendimento firmado entre o BMF e o Instituto de Desenvolvimento Agrícola (IDA) e insere-se no âmbito do projecto governamental de apoio aos camponeses e agricultores nacionais.

O financiamento prevê beneficiar acima de 42 cooperativas, entre as quais destaque para duas situadas na província de Malanje, município do Cacuso, que já beneficiaram de parte do aludido montante.

Para além da linha de crédito destinada às cooperativas, o BFM criou, com o apoio do IDA, linhas de crédito específicas a que os agricultores poderão recorrer individualmente.

Este tipo de financiamento procura ainda, de acordo com os seus promotores, estimular a produção e reforçar a oferta de produtos agrícolas, contribuindo assim para diminuição dos respectivos preços.

Banco BAI Micro Finanças antigo Novo Banco, está vocacionado exclusivamente ao segmento de pequenos negócios, tendo como parceiro maioritário o Banco Africano de Investimento, que, em Novembro de 2007, o adquiriu, numa operação que rondou os 4,5 milhões USD.

3.9 Novo Roque” pode ser inaugurado a qualquer altura

Semanário Angolense

De 13 de Março de 2010

Esta terça feira, a reportagem do Angolense esteve no Panguila, para ver as condições que foram postas disposição dos empresários que, segundo, o Governador de Luanda, foram transferidos da Avenida 21 de Janeiro,

para o mercado municipal do Panguila, assim como aferir o nível de afluência da clientela aquele mercado. O que constatou é que nenhum empresário ainda se encontra a exercer a sua actividade comercial no "Novo Roque".

Ali, segundo apurámos, as obras estão na sua fase final, estando a decorrer neste momento os retoques de pintura dos armazéns que depois de terminados, de acordo com alguns funcionários do mercado, vai permitir a abertura das portas ao público e isso pode acontecer a qualquer altura.

Quisemos saber junto da Administração do mercado sobre quanto isso vai acontecer efectivamente, mas essa recusou-se a avançar uma data alegando falta de autorização.

Segundo o Vice-Governador, Francisco Domingos, que falava para mais de centena de empresários, o Governo está preocupado com algumas situações que não são adequadas a lei das actividades comerciais e, por isso, está a tomar uma série de medidas para inverter a situação actual

. A primeira, citando o governante, tem a ver com o início do processo de transferência dos armazéns que se situam no casco urbano, particularmente os que exercem actividade grossista para periferia.

Neste aspecto dizia ele, o primeiro passo foi dado pelo município da Maínga que já transferiu mais de 300 empresários. "Os referidos armazéns foram transferidos para o Centro de Logística e Distribuição e Viana e outros para o mercado municipal do Panguila" notou.

O Mercado municipal do Panguila está instalado a 18 quilómetros, a Norte de Luanda, no município de Cacucaco, num terreno com cerca de 25 hectares junto à estrada nacional 100, que liga Luanda ao Caxito e tem a capacidade para acolher mais de cinco mil vendedores. Conta com cinco mil e 376 bancadas, 200 armazéns, 36 câmaras frigoríficas, 144 lojas, tanques de água com capacidade para 200 mil litros de água e uma zona administrativa. Dispõe

ainda de restaurantes, algumas dependências bancárias para facilitar as transacções financeiras e um parque de estacionamento com capacidade para cerca de 400 viaturas. Segundo apuramos, o sistema de energia estará garantido por quatro postos de transformação e igual número de geradores.

As obras estão a cargo de uma empresa chinesa e quando concluídas vão custar aos cofres do Estado mais de um bilião de Kwanzas.

Para além dos armazéns é ali onde também será transferido o mega mercado Roque Santeiro, uma informação já confirmada várias vezes por José Tavares, o Administrador municipal do Sambizanga. Segundo a mesma fonte, a transferência do Roque Santeiro para o Panguila está dependente das obras que estão a ser feitas naquela zona: "Ainda não estão terminadas as obras, tão logo elas terminem, acredito que estaremos em condições de marcar uma data para a transferência do mercado.

, Está feito o registo, a gente já sabe quantos feirantes

vão para o novo mercado, estão a ser criadas as condições. É ponto assente que Roque Santeiro vai deixar de existir ali onde funciona actualmente. O horizonte temporal para a sua concretização depende do trabalho que está a ser feito no Panguila

José Tavares acrescentou que o espaço do Roque Santeiro está dentro da área de intervenção para a requalificação do Sambizanga. "O projecto já existe, estamos neste momento a finalizar o plano-mestre para definir exactamente o que está reservado para aquele espaço", frisou.

O bairro Panguila foi inaugurado em Janeiro de 2002 para albergar pessoas que habitavam em zonas de risco, na capital do país, sobretudo, as da Boavista. A preocupação com a produção do lixo, o congestionamento do trânsito e a concorrência desleal entre grossistas e retalhistas são as razões que estão na base da medida do GPL de transferir os armazéns para periferia .

3.10 “ Kinguilas” já vendem nota a 10.000 kz

Agora

De 13 de Março 2010

Numa breve ronda deu para perceber as diferenças existentes na comercialização do dinheiro no mercado.

O dólar é vendido a preços díspares nos bancos comerciais. A taxa de referência do Banco Nacional de Angola (Bna) colocou esta

quinta-feira a nota verde a 90.325 kz a compra e 90.777 kz a venda.

No Banco Africano de Investimentos (Bai) o dólar estava fixado em 90.250kz a compra e 92.250 kz a venda.

Já no Banco de Fomento Angola (Bfa) a moeda norte-americana estava fixada em 90.323kz a compra e 95.315 kz a venda.

. O Banco Internacional de Crédito (Bic) estava a comprar por baixo ou seja a 89.870 kz e a vender a 93.950 kz, enquanto o Banco Sol cotou a compra em 90.100kz e 1 · 95.000kz a venda da nota de 100 dólares.

Nas casas de câmbio o dólar estava ligeiramente mais alto do que na banca comercial. Na Câmbios Exchange, por exemplo estava a compra a 93.000kz e a venda a 99.000 kz. Já na Moneta o câmbio era de 92.500 a compra e 99.000kz a venda.

N as ruas, as "Kinguilas" recebiam a nota a 95.000 kz e a vendiam a 99.000kz, havendo quem subisse a fasquia para 10.000kz. Esta flutuação do dólar tem influenciado a estrutura de preços dos produtos básicos, segundo o economista J.Francisco.

"Já não existem preços uniformes e isto são regras a respeitar numa economia de mercado. É necessário porém que de facto

sejam respeitadas as balizas estabelecidas tanto pelo Bna como também pelo Ministério do Comércio", disse, ajuntando que a fraca actuação dos serviços de fiscalização propicia a anarquia, sobretudo no caso dos preços das mercadorias.

"O que conforta em certa medida é o facto dos bancos não exagerarem na margem de lucro estabelecida pelo Bna", concluiu o economista.

Construção da Assembleia Nacional custa mais de 200 milhões de dólares

A Teixeira Duarte anunciou ter celebrado com a Presidência da República o contrato para a construção da futura sede do Parlamento angolano, num valor global de 185 milhões de euros e refere que o contrato foi assinado ao abrigo da convenção financeira Angola-Portugal. A construtora portuguesa diz ainda que, na sequência da assinatura deste contrato, recebeu, na semana passada, "o pagamento relativo ao adiantamento de 15%" dos 185 milhões de euros. A sede da Assembleia Nacional será construída em Luanda.

3.11 Miguelito, o rapaz feito empresário

Semanário Angolense, 13 de Março de 2010

Miguelito é um jovem empreendedor, na casa dos 20 anos, com raro talento.

Trabalha por conta própria e ainda vive com os pais, já velhinhos, e alguns dos irmãos, mais novos, num dos bairros mais desfavorecidos de Luanda. A família, como a maioria das famílias dos bairros pobres de Luanda, é numerosa. Os filhos do casal, ainda que a braços com a subsistência, são a sua maior riqueza, seguindo-se os pequenos negócios.

Nesta família, todos sonham com melhores dias: a mãe, apesar de muito velha, sonha com a sorte e faz negócio; o pai, mais velho ainda, também se desdobra em negócios e sonha ganhar dinheiro; os rapazes sonham dominar a arte e os ofícios, e, as meninas, sentadas na rua, sonham com príncipes. Mas, a noiva de Miguelito, sonha ser médica e já entrou na faculdade.

Miguelito veio aqui parar, por um mero acaso. Querendo um pacote de serviços, um cliente vai perguntando e procurando, aqui e ali, comparando preços e ofertas, até que um menino de rua aceita servir de guia e leva-o a uma suposta empresa. Passam por becos estreitos, de 50 centímetros de largura, que nunca ninguém imaginou existirem entre a Marginal e o Eixo Viário. São 10 minutos de curvas e contracurvas, num gueto onde há um pouco de tudo: igreja, mercado, prostíbulos, cozinheiras ambulantes, esgotos rebentados, marginais, meninos sem dinheiro para estudar, etc.

Depois do gueto, volta a aparecer o asfalto. «Aqui não prestamos este tipo de serviços – diz o empregado de balcão – mas posso indicar-lhe um rapaz que fez o mesmo trabalho em minha casa. O putto é muito bom!» Quem não acreditaria na autenticidade de uma carta de recomendação com credenciais desta qualidade?

Numa fracção de segundos, é estabelecida uma ligação triangular entre o empregado intermediário, o cliente e o pequeno empresário prestador de serviços: «Tenho aqui na loja um cliente que quer encomendar o mesmo trabalho que me fizeste lá em casa. Que nome quer que eu lhe dê para ele te contactar?»

Pareceu estranho que a identificação de alguém fosse deixada ao livre critério do interessado, como quem muda de camisa ou escolhe um prato preferido num restaurante – «Garupa grelhada» - mas não foram levantadas suspeitas.

Tudo parecia sob controlo. O guia era um desses meninos fora do sistema de ensino que comem verdadeiro pão amassado pelo diabo; o intermediário parecia estável demais para se dedicar a fraudes e o prestador de serviços acabou por demonstrar que lucrava muito com a publicidade dos clientes satisfeitos com o seu talento.

«Neste momento estou a fazer um serviço em Catete e só posso procurar por si daqui há três dias», afirmou o indivíduo que, no outro lado da linha, disse chamar-se Miguelito. Quem não continuaria a acreditar numa história assim?

Três dias depois, Miguelito compareceu ao primeiro encontro como o homem mais pontual do mundo. Vinha elegante, bem vestido e com um corte de cabelo a rigor. Também fez uma proposta clara, e flexível, ao discutir o acordo e prazos para a entrega do serviço que lhe era solicitado com urgência: «Peço 75 por cento adiantado para o início da obra e o restante é pago depois de tudo concluído». Mas, como poucos recusam valores elevados em mão, ficaram-se nos 50 por cento antes e nos 50 por cento depois.

«Vou viajar e regresso dentro de uma semana. Espero ter tudo pronto quando regressar», disse o cliente no acto de pré-pagamento. Era um excelente negócio, a um terço do preço das empresas operadoras do mesmo ramo com garantias de alta qualidade. Quem não faria o mesmo?

Dez dias depois o telefone de Miguelito estava desligado ou fora da área de serviço. Só havia uma solução. Pressionar o intermediário: «Ele nunca fez isso comigo, vou investigar o que se passa...»

«Diga que não se trata de desconfiança, mas sim do cumprimento de um prazo...». Aliás, pareceu imprudente demonstrar suspeitas e exigir a devolução dos valores, mesmo se fosse o caso.

Miguelito ligou dois dias depois. «Kota, estou em Malanje. Vim até aqui tratar de assuntos familiares

urgentes e só regresso a Luanda dentro de uma semana», disse. Uma semana depois voltava e desculpava-se, por novo atraso: «Kota, o meu fornecedor ainda não tem o material disponível. O contentor está no porto de Luanda..., só mais uns dias, por favor».

Terminava a terceira semana.

Agora, Miguelito pedia novos prazos e mais dinheiro. «Kota! como o produto nunca mais sai do porto, o kota adianta só mais 25% para eu procurar o material que falta e avançamos com o trabalho».

«Neste caso vamos juntos e você mostra-me o que fez até hoje», propôs o cliente. E foram...

Miguelito mostrou-lhe o subúrbio pobre submerso em águas paradas, em vez de água canalizada; a casa humilde; a família modesta; o trabalho incompleto mas bem encaminhado, impecável, e um quadro chocante do que é lutar pessoalmente contra a pobreza, teimando em vencer num mercado dominado por colossos; ser pequeno numa cidade tão competitiva com gigantes tão poderosos, como é hoje Luanda. «Em dois dias termino, meu kota!», disse com a maior certeza.

Mas, dias depois, Miguelito confessou uma nova dificuldade: «Kota, a minha filha adoeceu em Malanje. Tenho de voltar. Os mais velhos dizem que se eu não for este sábado assistir ao tratamento tradicional, ela vai morrer. Não a posso perder, kota..., mas, segunda-feira, regresso!»

O que fazer?! O kota cede novamente... Entram na quarta semana. Miguelito telefona, agora a partir do Dondo. Diz que o táxi avariou.

O acordo verbal estipulava que o serviço fosse prestado em quatro dias. O cliente deve ter paciência, muita paciência, porque entrou por um beco e apostou num serviço mais barato. Agora, já não tem pressa. Vai nas calmas. Exactamente como o famoso Miguel Ângelo, que há mais de 500 anos convenceu o Papa Leão X a ser benevolente com ele depois de ter recebido dinheiro adiantado do Vaticano, para fazer esculturas na basílica de São Pedro, também Miguelito nos leva a melhor, neste século XXI. Agora é só negociar e esperar que a obra acabe... quando acabar!

3.12 “Candongueiros de energia estão a fazer-nos vida cara”

Semanário Angolense

De 17 a 24 de Abril de 2010

Os autores destas linhas são munícipes de Viana, propriamente do Bairro Novo junto ao novo Instituto Superior de Angola (INSTA). Há um mês a desgraça bateu a nossa porta, a PT que fornecia energia para uma parte dos moradores do bairro incendiou, o conhecido PT da Pracinha, do senhor Filipe & Mendes. Desde que nos aconteceu aquela desgraça, os

transtornos são bastante grandes e ninguém da direcção da cabine de energia se preocupa em dizer-nos algo. Para obtermos os serviços do senhor Filipe & Mendes, todos os consumidores assinaram um contrato inicialmente de 500 dólares, mas depois os preços começaram a subir de acordo com a procura, aliás, a par dos outros PT's do bairro, o nosso é o que melhor serviço prestava. Com o andar do tempo, devido a ambição e ao lucro fácil, o número de consumidores foi crescendo de forma anárquica até acontecer o incêndio. Para nós, o incêndio foi provocado por excesso de consumidores, porque de quando em vez, ela apresentava alguns problemas algumas linhas tinham luz e outras ficavam às escuras. No fundo, o aparelho dava alertas sobre o excesso de consumidores, ela tinha a capacidade para 500 a 600 casas, mas ultrapassou esta cifra porque, por exemplo, alguns consumidores não têm contrato mais tinham energia e pagavam directamente aos electricistas.

Este tipo de práticas ajudou a matar a PT. Como podem calcular, os prejuízos com a compra de combustível para os geradores têm sido elevadíssimos, porque alguns consumidores são obrigados a ter os geradores ligados 24 horas devido a conservação dos frescos. Os custos são também com a reparação dos geradores.

Aproveitamos a oportunidade para dizer, que inicialmente a cabine surgiu como uma iniciativa da comunidade, grande parte dos moradores contribuíram com dois blocos para a construção do local onde deveria funcionar o PT e 200 Kwanzas. Quem estava a frente do processo era o senhor Ramos, alegadamente militante do MPLA de Viana, mas no decorrer do mesmo processo surgiram alguns problemas que levaram o afastamento do senhor Ramos. Para a surpresa de todos os contribuintes, apareceu o senhor Filipe & Mendes como proprietário do P.T. Como a necessidade de ter luz era e é grande, a comunidade não questionou - pagou os contratos. Neste momento queremos que nos digam como é que vai ficar o problema ou que nos devolvam o nosso dinheiro. Para além dos contratos, nós pagávamos dois mil e trinta kwanzas mensalmente pelo consumo da energia - merecemos respeito e informação.

Pedimos também que o INADC nos ajude a resolver este problema e ao mesmo tempo solicitamos a administração municipal de Viana, bem como a EDEL, para que estudem a possibilidade de instalar um ou dois novos PT's no Bairro Novo, para se acabar com esses irresponsáveis e candongueiros de energia eléctrica. Nos ajudem, nem que tenhamos de contribuir novamente para a EDEL instalar uma nova PT que seja de maior capacidade.

3.13 Emprego, inflação e défice orçamental

Expansão

De 19 de Março de 2010

O balanço económico de 2009 em Angola reflecte que o nosso País acabou, afinal, por sofrer efeitos semelhantes aos registados noutras economias, devido ao colapso da economia mundial e do seu sistema financeiro.

Pode-se conjecturar se, com uma estrutura económica interna mais diversificada, os efeitos teriam sido menores ou mesmo diferentes. Não há como responder, embora se saiba que mesmo as economias mais desenvolvidas, estruturadas e organizadas não conseguiram contrariar as perdas económicas e sociais em aspectos cruciais para as condições de vida da população e de funcionamento salutar dos sistemas produtivos, como o desemprego e o défice fiscal. Com a queda da taxa de crescimento do PIB de 13,6% em 2008, para menos de 3% em 2009, o agravamento do défice fiscal (de +8,8% em 2008, para -11,6% em 2009) e a diminuição dos investimentos públicos em obras de infra-estruturas (11,9 mil milhões USD em 2008 e 8,3 mil milhões USD em 2009), a taxa de desemprego seguramente aumentou. Existem estimativas preliminares - na ausência de estatísticas oficiais - que conjuntura e de estabilização macroeconómica, muito embora o emprego seja, essencialmente e quando de natureza estrutural, um problema mais complexo e directamente conectado com o crescimento económico. O debate à volta do binómio inflação - emprego é antigo, levando a equacionar-se se existe ou não uma relação de interdependência entre o desenvolvimento económico e a inflação. Quando Philips apresentou a sua famosa curva, parecia não haver dúvidas: os indicadores do desemprego e da inflação evoluem de forma simétrica, ou seja, quando um sobe, o outro desce. Estudos recentes, embora não pondo em causa o essencial da abordagem de Philips, estabelecem, contudo, patamares, resultando, então, que taxas de inflação entre 12% e 15% ao ano não comprometem a obtenção de taxas interessantes de crescimento económico, em particular nos países que mais dele carecem. Porém, um corolário importante: não é aconselhável manter durante muito tempo aqueles níveis de inflação, porque, a qualquer momento, o processo pode resvalar para a hiper inflação, o mesmo é dizer que a política orçamental se deve mover em limites estreitos e controláveis. E esta perspectiva não tem apenas que ver com a necessidade de estabilidade económica para que o investimento privado aconteça, mas, também, com a forma como o mercado de trabalho é analisado, isto é, como uma questão micro-económica, e então é o próprio mercado que se

encarrega de resolver o problema do desemprego, ou então como um problema económico e social, havendo de encarar a intervenção da política económica. Com efeito, se o problema do desemprego for deixado à resolução das forças do mercado, pode assistir-se ao surgimento de empregos precários, de salários relativos diminutos e de novos problemas sociais, como a criminalidade e a exclusão social. Tudo depende da situação económica existente e da envergadura da taxa de desemprego. Os países subdesenvolvidos começam a experimentar crises de desemprego para as quais o crescimento económico não tem trazido solução, ou porque se realiza a taxas inferiores à do crescimento da população, ou porque se opera duma forma muito dependente face ao exterior (casos em que o crescimento económico nacional provoca efeitos positivos sobre o aumento do emprego nos países estrangeiros).

É, também, neste domínio que os efeitos perniciosos das linhas de crédito externo se podem fazer sentir.

Os modelos que os países desenvolvidos estão a utilizar para tentar sanar o problema da subutilização de mão-de-obra diferem bastante entre si, podendo, no entanto, diferenciar-se três:

(a) O modelo americano privilegia a óptica micro do mercado de trabalho, o mesmo é dizer, a redução do desemprego pela criação de empregos precários; são os chamados empregos "kleenex" de usar e deitar fora, mas que, dada a amplitude da crise económica e financeira de 2008/2009, ainda não conseguiu recuperar os níveis de emprego antes deste abalo telúrico.

(b) O modelo japonês, que enfatiza o emprego vitalício, dando-se, portanto, ao luxo de criar empregos para toda a vida (apesar da crise, e dentre os países do G7, o Japão é o que se apresenta com a menor taxa de desemprego). O modelo japonês é, na verdade, curioso. Este país conseguiu manter durante mais de 40 anos uma taxa de desemprego de apenas 3%, primeiro, protegendo os pequenos agricultores, garantindo-lhes o rendimento e fixando-os à terra (ficaram célebres as acesas polémicas entre os negociadores. Americanos e japoneses no quadro do Uruguai Round a propósito da protecção concedida ao sector agrícola no Japão); em segundo lugar, preservando algumas profissões não qualificadas, não só na agricultura como na área dos serviços (engraxadores, vendedores de bilhetes nos transportes públicos, empregados das bombas de gasolina empregos que na Europa e Estados Unidos foram substituídos por máquinas) e, finalmente, através duma legislação laboral muito rígida em que os despedimentos não são prática de ajustamento dos custos de produção. Todo este mecanismo é possível não só por razões eminentemente culturais, mas, também, porque os empresários contam com a

solidariedade e fidelidade dos trabalhadores, o que permite que as empresas invistam fortemente na valorização dos seus recursos humanos sem o risco de posteriormente os mesmos se passarem para a concorrência. A luta de classes, tão característica da Europa, está ausente dos mecanismos de contratação colectiva e de reivindicações salariais, sendo substituída por comportamentos e relações de solidariedade interclassista.

(c) O modelo europeu, que há séculos enfatiza o mercado de trabalho na sua vertente económica e social, justificando-se, assim, a existência de políticas de emprego pró-activas e tendentes a diminuir a taxa de subutilização da mão-de-obra e a valorizar, o capital humano nacional. Os sistemas de segurança social europeus são famosos no mundo pelo grau de protecção que concedem ao trabalhador, mais do que ao emprego, através das reformas, dos subsídios de desemprego e outras transferências provenientes das com participações patronais e trabalhistas.

Se é verdade que a importação do modelo americano para a Europa criaria enormes tensões sociais, não é menos verdade, também, que os actuais sistemas de protecção social estão próximos da exaustão (os monumentais défices orçamentais e das contas da previdência e segurança social agravados pela crise económica e financeira mundial estão a colocar em risco de falência iminente as reformas das futuras gerações) e já há muito que se constituíram em pesados fardos na estrutura de custos das empresas e do Estado. A expressão mais marcante do modelo europeu é o mercado social de emprego, defendido por alguns teóricos como a única saída para a absorção do desemprego tecnológico de que falava Keynes e para a falha evidente da iniciativa empreendedora tão do agrado de Schumpeter. Na verdade, se prestarmos alguma atenção às teses de Rifkin (economista norte-americano e autor dum interessante trabalho intitulado *The End of Work*), as mesmas apontam no sentido de que a crescente globalização da produção, das relações comerciais e dos movimentos de capitais e o progresso imparável da tecnologia são tendencialmente destruidores de empregos, não criando oportunidades para o aparecimento de outros, a não ser os de natureza precária de que dei apontamento anteriormente.

O ponto de partida desta minha reflexão foi a relação entre inflação, emprego e défice fiscal e a margem de manobra que resta à política económica em Angola para atacar o (sério) problema do desemprego no País.

É claro que numa economia em que quase tudo está ainda por (ré) fazer, o próprio processo de recuperação da produção e de reabilitação da economia vai criar oportunidades de emprego, que noutras circunstâncias talvez não existissem.

No entanto, a solidez da recuperação da economia

depende da redução do défice orçamental e da contenção da inflação em limites mais estreitos, o que em última instância significa que deve ser a política fiscal a subordinar-se à política monetária, e não o contrário. Mas, para que o desemprego " não venha a ser um quebra-cabeças, a escolha deverá processar-se entre " os modelos que resumidamente foram expostos, claro está, adaptados às realidades do País.

1.14 Desempregados “ zungam “ pelas ruas

Semanário Factual – De 19 a 26 de Março de 2010

São jovens entre os 18 e os 29 anos de idade, vivem na sua maioria em zonas periféricas como Viana, Kilamba-Kiayi, Rangel, Cacuaco, Sambizanga e Samba. Da manhã ao cair da tarde concentram-se em muitas esquinas do centro da cidade de Luanda à procura de quem os possa contratar e empregá-los temporariamente.

Muitos destes jovens têm diversas profissões como pintor, carpinteiro, operador de informática, canalizador, enquanto vendem discos, acessórios de aparelhagem e lonas. Eles arriscam-se entre os carros na possibilidades serem chamados e contratados por algumas horas por quem passa nas mesmas esquinas.

Vestem-se a rigor e contam mesmo que a imagem é fundamental para atrair quem os possa contratar ou perguntar pelo negócio que carregam consigo. Ostentam cartazes no peito com os dizeres da profissão que sabem realizar, acompanhados do número telefónico.

De acordo com Jorge Felisberto de 28 anos de idade, órfão de pais, esta tem sido a maior oportunidade de sua vida. "Perdi os meus pais ainda muito cedo, logo habituei-me a sustentar os meus irmãos com aquilo que posso fazer enquanto irmão mais velho da família", afirmou.

Jorge Felisberto teve de começar a trabalhar ainda com 12 anos, no mercado Roque Santeiro onde transportava cargas sobre 1 cabeça, e hoje pode, segundo ele, restituir a felicidade aos seus três irmãos menores, pelo que o pagam fazendo canalizações e montagens de tectos falsos em casas no centro da cidade.

Dinis dos Santos, pintor de 24 anos de idade, é órfão de pai. Vive em Viana e todos os santos dias tem de se levantar à procura de quem o contrata para realizar um serviço qualquer dentro da sua área de experiência de trabalho. Ele, que não se importa com o quanto lhe possam dar, justificou ser uma honra para a sua mãe que o tem como salva-vidas.

"N as escolas de artes e ofícios a selecção de estudantes dá maior prioridade aos menores de idade, e nós acabamos por ficar a conta de quem nada pode fazer, e

quando há uma oportunidade de aprender uma profissão como ajudante nós nos dedicamos e acabamos mais tarde, sendo outros mestres", considerou.

Manuela Isabel vive na Avenida dos Combatentes e sustenta que a presença de muitos jovens nestas condições tem a ver com a insuficiência de oportunidades imediatas, por um lado, e por outro o desleixo de muitos porque vêm de casa já a cheirar álcool.

"Muito deles são bons profissionais e fazem as coisas com rigor, mas é necessário empregá-los ou ocupá-los de forma mais acentuada para que se possam valorizar ao invés de se exibirem nas ruas e suportar o sol durante o dia", referiu Manuela Isabel, para quem as autoridades deveriam intervir mais para garantir emprego à juventude sequiosa.

3.15 Mercados também comercializam saber

Folha 8,

20 de Março de 2010

Durante a visita que realizamos ao mercado do Asa Branca, compreendemos que naquele mercado o circuito integrado não é mono. Para além de produtos comestíveis, indumentárias e diversos, também se comercializa o saber. Demos conta disso, mais por indicação do nosso guia, o responsável da AVMA, senhor Orlando Domingos que ao nos mostrar os labirintos do mercado, convidou-nos a penetrar num dos compartimentos improvisados, fora das mesas das peixeiras e das quitandas.

Num cubículo, alguns jovens encontrados estavam diante de computadores a receber aulas de informática; no exterior, outros femininos em Formação Feminina, demonstravam o que aprenderam sobre labores e outras. Não desfrutavam de subvenções ou patrocínios, nem do Governo como tal, nem de privados. Os meios utilizados para a materialização do programa não são famosos, mas a força de vontade de transformar em realidade o sonho de formar novos valores, suplanta as condições mínimas que têm ao alcance. Não se pagam propinas. Tudo é na base da filantropia. O que se pede em troca de um formando é a predisposição de querer aprender, e o compromisso de vir a ensinar outros também. Nesta empreitada, a AVMA exhibe estatística: em 7 mercados e durante dois anos de aturado empenho, 5 000 formados é a cifra que notabiliza o esforço; mesmo número marca Os efectivos de militantes da associação. Dois anos, pode ser recorde, porém, justifica pela metodologia aplicada: 10% de teoria, resto prática no dure. A AVMA não grita por socorro, mas reivindica mais atenção de quem de direito, pois, afinal de contas é um grande contributo

aos programas do governo na luta para a superação técnico profissional e no combate ao iletrismo. Vendedores estão contentes, mas as condições particulares do Mercado, não são as melhores, dentro e fora do estabelecimento

3.16 Alta de preço dos produtos básicos na ordem do dia

Semanário Angolense – De 20 a 27 de 2010

Alice Dias, vendedora de açúcar no Roque Santeiro há cinco anos, disse que está muito difícil conseguir o produto, pois os seus fornecedores alegam que a subida deve-se ao facto de a nota não parar de disparar. A nossa interlocutora referiu que no mês passado, o quilo de açúcar custava 170 e agora passou a ser comercializado a 200 Kwanzas.

O Angolense apurou que o saco de feijão de 50 kg, custa 8.000 enquanto que o quilo custa 400, a massa alimentar que anteriormente custava 1.800 está a 2000 Kwanzas, a caixa do óleo vegetal familiar 2.250, já o leite Nido custa 2.000 Kz.

A margarina e o azeite doce também sofreram alterações, custam agora 400 a 700 Kwanzas, respectivamente cada unidade, contra os 300 e 500 praticados anteriormente. O pacote de arroz de 2 kg, nas lojas Afriberg por exemplo, custa 860 Kwanzas.

Na sua generalidade, os consumidores, consideraram os preços bastante altos tendo em atenção daquilo que constitui a cesta básica diária. É o caso de Mário Francisco, para este, "nós de famílias de baixa renda seria uma grande vitória se o governo regulasse os preços não apenas do açúcar mas de todos os produtos. Na opinião de Firmino António, a problemática de preço é comparada a teoria segundo a qual: " em casa onde não há pão, todos gritam e ninguém tem razão"- disse para mais adiante continuar " se estamos a reclamar é bom que se tenha em conta que os importadores têm custos com o transporte e impostos, e para cobrir tudo isso, eles sobem os preços e nós é quem pagamos. A solução para se inverter o quadro, de acordo com este interlocutor, o governo tem que apostar na produção interna. " Eu ouvia falar da açucareira heróis de Caxito, no Bengo, mas hoje não sei em que pé se encontra. Como é que vamos ter preços baixos se tudo vem do exterior do país?" questionou.

Já Manuel Samba, funcionário público, revelou que ganha 30.000 Kwanzas. Segundo ele, os preços estão muito elevados e com o salário que tem o leite deixou de fazer parte da sua mesa. "Tenho que pagar a escola dos filhos e como pode calcular já não me dou ao luxo de comprar leite porque o dinheiro nunca chega. Agora que os preços dos produtos estão caro isso ninguém tem dúvida. A vida está muito complicada"desabafou. Tentamos ouvir alguns importadores mas não fomos

bem sucedidos. A verdade, porém, é que esta situação já se arrasta a muito tempo e apesar dos pronunciamentos do Presidente da República o ano passado, aquando da reunião do Comité Central do seu partido, até agora não se vislumbra nenhuma esperança para se inverter o quadro, pelo menos, a curto prazo.

José Eduardo dos Santos dizia no seu discurso que, "no nosso país os preços sobem, nunca descem". Sem no entanto, avançar medidas concretas que acabassem com este fenómeno, pois os preços continuam a subir de noite para o dia e o salário mínimo nacional mantém-se inalterável na ordem dos 150 USD, quando uma cesta básica custa 20.000 Kwanzas, qualquer coisa como 200 dólares.

No ano passado um estudo da UNTA Confederação Sindical, um sindicato de trabalhadores dava conta que o salário mínimo nacional apenas servia para cobrir 40 por cento da cesta básica e hoje a situação evoluiu para o pior, se termos em conta que a nota de 100 dólares que era comprada a 8500 Kwanzas está agora a ser vendida por 10.000, no mercado informal.

Falando sobre o assunto o economista António Fançony apontou a rotura de Stock resultante da fraca produção a nível mundial, e, sobretudo, a nível interno como estando na base da subida dos preços de noite para o dia. O especialista não acredita numa possível estratégia dos grossistas em reterem os produtos porque, segundo disse por estes seguirem o lucro e querem vender.

António Fançony acrescentou que, enquanto não houver procuração interna e o país continuar a depender das importações, este problema vai persistir. Para o economista, só o incentivo da produção interna do açúcar e outros produtos, assim como o seu escoamento oportuno será a solução para a inversão do actual quadro.

Outra medida, de acordo com ele, deve passar pelo funcionamento da direcção nacional de preços. "Acho que a direcção de preços e concorrentes existe e acredito que tem feito algo e é necessário uma maior fiscalização" recomendou. Questionado se conhece alguns projectos para revitalização da produção do açúcar disse: "Não, mas acredito que existe este projecto em carteira por parte dos que traçam as políticas nesta área"

1.17 Função pública à beira dos 300 mil trabalhadores

Semanário Factual – De 26 de Março a 2 de Abril de 2010

A valorização do capital humano nacional tem conhecido em Angola uma atenção especial na medida em que foi promovido o acesso ao emprego e ao auto emprego.

Segundo um relatório do sector a que o Factual teve

acesso, o quadro de pessoal da Função Pública registou nos últimos dois anos 297 mil e 571 funcionários, contra 233 mil e 333 funcionários no ano de 2004.

De acordo com o documento, em termos de distribuição por sectores, é na educação em que se encontra o maior número de funcionários públicos, isto é 162 mil e 766, estando a seguir a Saúde, com 60 mil e 887 e a Justiça, com 4 mil e 470.

No entanto, os restantes sectores integram 69 mil e 448 funcionários públicos.

Do ponto de vista da distribuição geográfica, o relatório esclarece que "as províncias de Luanda, de Benguela, da Huíla e do Huambo, registam a maior concentração dos efectivos".

Relativamente ao aumento do emprego, o documento diz que o Governo tem realizado acções de realce visando o alargamento da capacidade formativa dos centros públicos de emprego e formação profissional, a criação de oficinas moveis de formação profissional, bem como o estabelecimento de programas de dinamização de micro e pequenas empresas no seio das comunidades.

"Neste momento, o país conta com uma capacidade formativa instalada de 60 mil e 516 postos de formação profissional, distribuídos por 401 centros de formação profissional", acrescenta.

Neste âmbito, o número de cidadãos formados nos centros de Formação profissional Públicos e privados foi de 70.140 cidadãos.

Recorda-se que em 2005 foi aprovada a Lei de base do 1 o emprego, que tem vindo a contribuir para o aumento do emprego nos diferentes sectores da economia, beneficiando sobretudo as camadas Jovens.

1.18 Às costas com o comércio informal

Semanário Económico

De 25 de Março de 2010

A proliferação do comércio precário em mãos de cidadãos estrangeiros quando a lei estabelecida proíbe o exercício desta actividade por expatriados agrava -se pelo facto de não existir uma fiscalização à altura dessa situação. Há aqui um deixar andar, uma certa conivência entre aqueles que deveriam fiscalizar com responsabilidade e o próprio sistema em si que permite esta morosidade. As leis existem. Agora a sua aplicação é que está muito aquém daquilo que a lei preconiza como objectivo agravado por esta ausência de uma fiscalização eficaz. As leis devem ser regulamentadas e é como temos dito, Angola tem muito boas leis, mas o grande problema é depois a aplicação da lei. Quem aplica a lei muitas vezes tem dificuldades porque também não está sujeito a um sistema de fiscalização eficaz. Fica -se um pouco no deixa andar o que permite

que aumentem os oportunistas tanto de um como do outro lado e, enfim, tirem partido deste vazio de fiscalização. Por outro lado ainda, talvez haja mais agressividade comercial da parte de cidadãos estrangeiros que têm alguma tradição já neste tipo de comércio informal. Se viajar um pouco pelos países da África do oeste e central há -de se ver que ali há uma cultura já que vem de há muito tempo neste área do comércio formal ou informal e naturalmente perante estas facilidades há angolanos que alugam os seus alvarás procuram tirar partido desta situação. Portanto, os outros têm a iniciativa e a capacidade em uma certa agressividade para este tipo de comércio e quem tem naturalmente alvará tem grandes possibilidades de financiamentos, enfim tem de fazer este casamento. Angola procura agora estruturar este sector comercial, porque fundamentalmente o comércio em Angola é informal. Podemos reparar que ao longo destes últimos anos o sector informal é o que talvez mais pessoa emprega. Há até quem diga que para além de 60 por cento do comércio que se faz em Angola está em mãos de comerciantes que praticam o comércio informal. É uma área que de um lado emprega muita gente que tem de ser naturalmente regulamentada. Para que Angola possa atingir os patamares mais avançados comparado aos países mais desenvolvidos poderá levar ainda algum tempo, mas se regulamentarmos este sector do comércio informal haverá naturalmente com andar do tempo uma certa evolução que poderá estruturar esse sector importantíssimo na vida de Angola, dos angolanos e das Nações. O comércio existiu sempre ao longo dos tempos. Agora o que Angola terá de fazer é que se faça deste sector informal para um sector formalizado, em que o comércio venha efectivamente a dar oportunidades a todos os angolanos que queiram investir nesta área.

3.19 Passagens aéreas precisam-se no «funil» dos congolezes

Semanário Angolense

De 27 de Março de 2010

A Avenida Deolinda Rodrigues, no troço entre o Mercado dos Congolezes e o Bairro Popular, tem registado uma azáfama, tanto de transeuntes quanto de viaturas, que se impõe a construção ali de passagens pedonais aéreas. Em horas de ponta, o afluxo de gente e o trânsito infernal que ali se verificam são um verdadeiro risco quer para os automobilistas quer para os peões.

Esta situação é agravada pelo arrastamento dos trabalhos de que a estrada está a beneficiar presentemente, que parecem intermináveis.

Três passagens aéreas ali seriam, na verdade, uma grande valia para transeuntes e automobilistas. Deste

modo, os peões se veriam protegidos das viaturas, particularmente dos endiabrados candongueiros. E os automobilistas, por seu turno, não teriam nesse troço um autêntico «funil» de difícil transposição.

Na extensão do Cemitério da Santana, por exemplo, onde já houve melhorias na via, o trânsito flui e as pessoas também passam com um relativo à vontade. Mas descendo-se depois para a Cimex, o cenário passa a ser dantesco.

Ao Governo Provincial de Luanda, um recado: é urgente concluir o trabalho naquela estrada, mas eles deveriam ser acompanhados da construção das já referidas passagens pedonais aéreas, com vista a proteger os cidadãos que ali circulam e agilizar o tráfego automóvel.

Aproveitamos o ensejo para aludir a algumas obras que parecem abandonadas. Por que as melhorias que se estenderam desde a Rua Ho-Chi-Min até exactamente às traseiras do comité provincial dos camaradas não prosseguiram por aí além?

A mesma questão se põe em relação à rua Ngola Kiluanje, onde se arranhou do São Paulo até ao Park Hotel - ainda assim, essa obra não está concluída, tem esgotos abertos, por concluir, e a empreiteira, brasileira, já a abandonou mas da Cipal para a Cuca está uma vergonha. E a estrada que parte da Refinaria para a Viana, já está concluída?

Por que não se dá às outras estradas a mesma qualidade que se conferiu à Avenida da Samba? A título de curiosidade, em que pé estão os projectos de requalificação do Sambizanga e do Cazenga? Já se transformaram em letra morta? •

3.20 Preços do petróleo caíram em Londres e em Nova Iorque

Jornal de Angola

De 28 de Março de 2010

Os preços do petróleo caíram, na sexta-feira, em Londres e Nova Iorque, afectados pelo crescimento da economia americana no quarto trimestre de 2009, que desceu abaixo do esperado.

Os Estados Unidos da América são o primeiro consumidor mundial de petróleo.

Na Bolsa de Valores de Nova Iorque, o barril de petróleo bruto tipo WTI (West Texas Inter mediante) para entrega em Maio fechou em 80,12 dólares, o que significa uma queda de 0,51 por cento em relação ao preço de quinta-feira.

No Inter Continental Exchange de Londres, o barril de Brent, com igual vencimento, teve uma queda de 0,4 por cento, para 79,29 dólares. Depois de abrir em alta no mercado nova-iorquino, os preços caíram, rapidamente para o vermelho. "O crescimento do PIB abaixo do previsto parece ter realmente pesado sobre o

mercado.

Com um barril a mais de 80 dólares, a taxa de crescimento é um dos indicadores que devem superar as previsões, caso contrário, geram a realização de lucros e é o que estamos a ver", afirmou John Kilduff, da Round Earth Capital. O crescimento económico dos EU Ano quarto trimestre ficou em 5,6 por cento na comparação com um ano antes, menor do que o esperado por analistas. Como consequência, o PIB americano caiu 2,4 por cento em 2009, sua maior queda desde 1946.

3.21 Aumento de Kupapatas no Sumbe

Jornal de Angola

De 29 de Março de 2010

O número de jovens a prestarem serviço de táxi com motorizadas aumentou vertiginosamente na cidade do Sumbe, capital da província do Kwanza-Sul

Os kupapatas têm coberto a falta de transportes para deslocação de pessoas e bens do centro da cidade para os bairros periféricos ou mesmo para os municípios.

Os kupapatas, apesar de reconhecerem que a sua tarefa não é fácil, 20is exige deles muita concentração e acarreta sérios riscos, referem que a actividade é nobre e é, para muitos, a única alternativa de trabalho.

Há três anos que Júlio Aníbal faz este serviço. Disse ao *Jornal de Angola* que o seu trabalho é necessário, porque facilita a movimentação de pessoas e bens até áreas recônditas, de difícil acesso por outros meios.

Além disso, referiu, "dá-me a possibilidade de ganhar algum dinheiro para sustentar a família". No entender de Júlio Aníbal, o aumento de kupapatas diminuiu o índice de desemprego. "Muitos que anteriormente se dedicavam à delinquência na cidade do Sumbe passaram a exercer a actividades disse. Lindo Lourenço, também kupapata, defendeu a necessidade da criação de uma associação para garantia dos direitos e deveres dos moto-taxistas.

"O Governo leva a cabo programas tendentes à melhoria da vida do povo angolano, mas estes muitas vezes não abrangem todos", por isso temos que nos organizar", disse.

3.22 Comuna do Hoji-ya-Henda evita venda nas ruas

Jornal de Angola

De 30 de Março de 2010

A administradora da comunal do Hoji-ya-Henda aconselhou, ontem, os vendedores ambulantes a procederem à comercialização dos produtos em locais indicados, para se evitar a proliferação de lixo.

Madalena Vicente disse que têm sido intensificadas as

acções de sensibilização em estabelecimentos comerciais e junto das vendedoras, como forma de combater a venda nos mercados ilegais.

A administradora manifestou-se preocupada com o número de pessoas que vendem em locais impróprios, sobretudo nas principais vias, dificultando o tráfico rodoviário e causando a acumulação de lixo.

A rotunda situada nas imediações da Cuca, frisou, é o ponto mais crítico, onde os vendedores "deixam enormes quantidades de lixo e de produtos que podem prejudicar a saúde dos consumidores".

No local vendem-se diferentes produtos, desde bens alimentares, como peixe e carne frescos a electrodomésticos e bebidas.

Terminada a jornada, a esmagadora maioria dos vendedores deixa resíduos no local, causando uma autêntica lixeira. Esta situação tem preocupado igualmente moradores.

3.23 Novo mercado da Quissala inaugurado no mês de Maio

Jornal de Angola

De 30 de Março de 2010

Um novo mercado, construído no quadro da reestruturação desses espaços informais, inserido nos projectos de implementação do "PRESILD", será inaugurado em Maio próximo, no bairro da Quissala, informou o administrador municipal do Huambo, Armando Kapunda.

O responsável vez o anúncio durante a visita de constatação do grau de execução das obras das vias de acesso àquela área comercial de grande dimensão, numa altura em que está em curso a colocação do asfalto e o melhoramento das sarjetas ao logo da estrada que liga a cidade ao mercado da Quissala. "A brigada afecta à Presidência da República (BECOM) garante terminar as obras das vias de acesso até Abril próximo, para que a I de Maio seja inaugurado o novo mercado, para que os vendedores do actual espaço informal passem a ter melhores condições de comercialização dos seus produtos", disse. O empreendimento, erguido no quadro da reestruturação dos mercados informais da província do Huambo, vai comportar duas mil bancadas, 11 lojas convencionais, sapataria, alfaiataria, pastelaria/padarias peixaria, duas fábricas de gelo, dois talhos, três "snack-bares" e uma farmácia.

O novo estabelecimento, construído numa área de 100 mil metros quadrados, terá igualmente duas câmaras de conservação de produtos, cinco armazéns, uma creche, uma área de recreação para as crianças, área administrativa, posto médico e terá um grupo gerador.

Por seu turno, o chefe da brigada BECOM no Huambo, tenente-coronel Simão Pedro, assegurou que a companhia está reforçada com novos equipamentos,

o que vai permitir entregar a obra no prazo acordado com a administração local.

Para o militar, as chuvas estão a contribuir par o atraso da conclusão das obras, mas tudo será feito para que os dois acessos ao novo estabelecimento comercial estejam prontos até ao final do mês de Abril próximo, porque o actual mercado não oferece condições de protecção -aos vendedores que ficam ao sol e à chuva.

As obras do novo estabelecimento comercial tiveram início em Outubro de 2007 e estão orçados em 515 milhões de kwanzas. O empreendimento vai proporcionar melhor salubridade e conservação dos produtos.

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Governador defende maior interação entre administração e as comunidades

Jornal de Angola.

De 8 de Março de 2011

O governador do Kwanza-Norte, Henrique André Júnior, defendeu sábado, em Ndalatando, maior interação entre as autoridades da administração do Estado e as comunidades locais, com vista a uma melhor concertação em relação à resolução dos vários problemas que afligem as populações.

Em declarações à imprensa feitas à margem do encerramento de uma acção de formação para quadros das administrações municipais em matéria de "Governação local", sob égide do Pnud, Henrique Júnior disse que tal pressuposto visa uma melhor e maior concertação sobre os diversos problemas das populações, de modo a serem encontradas soluções.

Referindo-se à acção formativa, pediu aos quadros recém-formados que aproveitem da melhor forma os conhecimentos adquiridos, para assim corresponderem positivamente ao repto da elevação da qualidade dos serviços a prestar às comunidades. Para Henrique Júnior, a iniciativa do Pnud vem reforçar as acções do governo destinadas a promover a descentralização administrativa, dando prioridade aos locais onde existam condições e meios humanos capazes de corresponder às necessidades que se impõem, na implantação de vários projectos sociais e comunitários. "Precisamos de melhorar todos os procedimentos que elevam o nível de aproximação entre as administrações e as populações, reconhecendo que o único objectivo da administração consiste em servir os cidadãos", disse o governador.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento reafirma o seu engajamento na execução de projectos sociais.

Esta ideia foi manifestada por Gita Welch durante a sua visita à província do Kwanza-Norte. O encerramento do curso foi presenciado pela directora do Pnud, Gita Welch.

Na província do Kwanza-Norte, onde esteve por algumas horas, a alta funcionária das Nações Unidas procedeu à entrega de diversos meios que vão auxiliar a actividade dos técnicos do Pnud na província. Entre eles, constam uma viatura todo-o-terreno, três motorizadas, 18 computadores e outros meios informáticos.

5.2 Administração e cidadãos

Jornal de Angola

De 9 de Março de 2010

Temos em Angola muitos municípios, com administrações que têm de atender a inúmeros problemas dos cidadãos que aí habitam. Muitos desses problemas são complexos, para os quais não há por vezes soluções imediatas.

Temos municípios com um número considerável de habitantes, com necessidades diversas, o que tem exigido das autoridades esforços redobrados no sentido de se responder às preocupações dos municípios.

Mas nem sempre os recursos financeiros são suficientes para atender a tantas necessidades ao mesmo tempo, pelo que, perante muitos problemas, é importante que as administrações municipais saibam estabelecer prioridades.

E certo que nem sempre há muito dinheiro para satisfazer todas as necessidades, mas pode-se fazer pequenas obras com impacto significativo na vida das populações. E pois importante que as administrações municipais conheçam profundamente a vida das comunidades que dirigem, para depois poderem encontrar as melhores soluções para os seus problemas, pelo menos os que podem ter solução imediata.

Há problemas que podem ser resolvidos ao nível dos municípios sem a intervenção da administração central do Estado, bastando que haja boas iniciativas, criatividade e vontade por parte das administrações municipais para superar as dificuldades, com a colaboração dos municípios.

As administrações municipais devem colher dos municípios opiniões sobre diferentes problemas da respectiva circunscrição, na perspectiva de reunirem informações sobre o que realmente se passa no seio das comunidades.

O diálogo entre as comunidades e as respectivas administrações municipais é indispensável, até porque estas devem estar cada vez mais próximas das populações. A propósito desta aproximação, importa por exemplo fazer referência a recentes declarações proferidas pelo governador do Kwanza-Norte, Henrique Júnior, segundo as quais deve haver uma maior interação entre as autoridades da Administração do Estado e as comunidades, com vista a uma maior concertação no sentido da resolução dos diversos problemas que afligem as populações.

Henrique Júnior, que falava depois do encerramento de uma acção de formação para quadros das governações municipais em matéria de gestão local, indicou que "precisamos de melhorar todos os procedimentos que elevem o nível de aproximação entre as administrações e as populações".

As administrações municipais prosseguem também o interesse público, pelo que, no exercício das suas funções, devem servir bem os cidadãos. O governador do Kwanza-Norte foi claro ao afirmar que "o único objectivo da administração consiste em servir os cidadãos".

Os problemas dos municípios não devem ficar por resolver por muito tempo. Os problemas devem ser atacados com oportunidade, a fim de que não se agravem ainda mais. A auscultação regular dos cidadãos por via de estruturas representativas dos municípios é uma boa opção para se resolverem muitos problemas das comunidades.

Se as administrações municipais tiverem o hábito de auscultar com regularidade os municípios, saberão mais facilmente encontrar as soluções para os problemas, muitos deles de simples resolução. Uma outra questão que devia ser ponderada é o aproveitamento dos quais, médios e superiores, que vivem nos diferentes municípios. Esses quadros poderiam ser de grande valia na ajuda às administrações municipais, através de mecanismos apropriados, a resolver problemas.

Nos municípios, há quadros formados em diferentes áreas do saber, pelo que se podia pensar num mecanismo expedito que pudesse levá-los a contribuir para a resolução dos problemas das comunidades em que estão inseridos.

O que se pretende afinal é que as coisas andem, e se, organizadamente, se puder contar com o contributo de quadros na solução dos problemas dos municípios, as comunidades ficarão a ganhar.

5.3 O desenvolvimento dos municípios

Semanário Factual

De 12 a 19 de Março de 2010

O Governo central, ao transformar, em 2009, todos os municípios em unidades orçamentadas, proporcionou o desenvolvimento de Angola em menos de um ano.

Essa medida, segundo apurou o Factual junto do Ministério da Administração do Território (MAT), permitirá implementar projectos que até agora dependem do orçamento do programa de investimentos públicos (PIP), executado pelos governos das províncias.

Os valores estão a servir para executar programas ligados aos sectores da educação, da saúde e da agricultura, em todas as comunas e sectores dos municípios.

De acordo com a mesma fonte, assim é que as administrações estão a conseguir concluir com o processo de reconstrução da edilidade, construir novas escolas,

Postos médicos e pontes no interior dos municípios.

"Agora, com a atribuição destas verbas, os municípios que foram totalmente destruídos pela guerra e que estão a renascer vão conhecer melhorias, quer nos sectores da educação, da saúde, da agricultura, do desporto e da habitação", sustentou a fonte.

Face à situação, o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, assegurou nesta terça-feira (09), no Lubango, que o Governo vai este ano prestar maior atenção ao programa de apoio aos municípios, no sentido de se concluir os projectos paralisados, por falta de verbas.

Ao falar à imprensa no final da sua visita de 12 horas à província da Huíla, para avaliar este mesmo programa, bem como consta o processo de realojamento de

pessoas que habitam em zonas de risco, o titular da pasta adiantou que o governo vai começar por atribuir verbas às localidades que possuem projectos inacabados iniciados há dois anos.

Bornito de Sousa explicou que 2009 foi um ano em que o Governo teve de conter alguns projectos através dos escassos recursos financeiros, mas este ano vamos dar prioridade a alguns municípios, por forma com que os programas traçados estejam todos concluídos.

O dirigente garantiu que o governo pretende, para além das capitais provinciais, entregar verbas aos municípios que ainda não receberam qualquer apoio e se comece a experimentar na perspectiva de que os gestores possam adquirir experiência.

"Nós visitamos o projecto de construção da nova administração municipal do Lubango e constatámos que as obras estão paralisadas por falta de dinheiro e é nesta perspectiva que o Governo quer ver resolvidos os programas traçados com datas previstas", -sublinhou o ministro.

Segundo afirmou, o Governo está a fazer diligências no sentido de disponibilizar os valores avaliados em cinco milhões de dólares americanos para cada unidade orçamental, bem como marcar-se as datas para que estes valores sejam encaminhados às administrações dos municípios.

5.4 Boa governação

Jornal de Angola

De 13 de Março de 2010

Nos dias de hoje, qualquer projecto de governação, particularmente em época de reconstrução do país, tal como se observa em Angola, deve estar assente em bases jurídico-legais que desencorajem a apropriação de bens públicos, a má gestão e moralizem a actividade dos agentes da administração pública, enquanto servidores públicos.

E no âmbito desses esforços, as autoridades angolanas

estão a demonstrar todo interesse para que a boa governação, a transparência e a eficiência possa se traduzir na existência de um ambiente institucional são e estimulador, no qual os cidadãos interagem entre si e com os órgãos do Governo sem o menor embaraço possível.

Acreditamos que isso em Angola está a ser possível e vai prevalecer porque há um esforço para que os agentes da administração pública administrem instituições públicas de forma eficiente, transparente, e responsável, por um lado.

E porque, pensamos, há já um quadro legal em função do qual os cidadãos podem se empenhar juntos com o Governo na busca de objectivos mútuos em termos de benefícios económicos, sociais, políticos, e culturais.

Os grandes elementos ou atributos da boa governação são, portanto, a responsabilidade, a transparência, a eficiência, a participação, a previsibilidade, e um ambiente justo que tome exequível e estimule a observância de todos aqueles pressupostos.

Podemos dizer que em Angola, relativamente a isto, estamos a caminhar bem, embora seja também verdade que haja muito trabalho ainda para fazer quando se trata de conferir maior eficiência às actividades dos agentes da administração pública.

O anúncio da criação de um diploma que estabelece a forma de gestão dos recursos financeiros a serem distribuídos aos governos provinciais e administrações municipais, a ser criado pelo Ministério da Administração do Território, constitui uma contribuição valiosa nos esforços de desconcentração e descentralização financeira. Mas afigura-se, sobretudo, como um gesto político e administrativo para conferir maior iniciativa local na identificação e resolução dos problemas que afligem as comunidades.

Não existem dúvidas de que as instituições a nível local, com o concurso das entidades colectivas e singulares ali residentes ou sedeadas, têm uma percepção concreta, fiável e segura daquilo que representam os seus reais problemas e desafios.

Devemos nos congratular pelo facto de se estar a fazer todo esforço no sentido de estimular a boa governação, a transparência e a eficiência na prossecução dos fins a que as instituições se propõem.

O documento, que faz parte da lei orgânica das administrações locais, tem como objectivo criar normas de boa governação para os gestores públicos, com vista

5.5 O País no presente e no futuro

Expansão

De 26 de Março de 2010

Os números da população actual do País são divergentes entre entidades tão credíveis como o Banco Mundial, a ONU, a SADC e até organismos da responsabilidade do Estado, pelo que é difícil ter uma ideia certa sobre a realidade populacional. Com valores próximos aos do Instituto Nacional de Estatística, a ONU dispõe de uma projecção minuciosa para o crescimento e caracterização dos habitantes em território angolano.

Para uma distribuição equilibrada da população - que ultrapassará os 42 milhões dentro de 40 anos, segundo a ONU- será necessário criar condições de vida no interior, incluindo emprego. A caracterização de cada uma das 18 províncias, efectuada pelo INSS, permite compreender as potencialidades de cada uma delas

5.6 Administrador municipal com um pé fora por má gestão

Semanário Factual – De 26 de Março a 2 de Abril de 2010

Tudo porque entrava em vigor a política de descentralização dos municípios do país e José Correia trazia consigo uma mala com cinco milhões de dólares e dois "kits" de engenharia, no quadro da desconcentração administrativa, o que os anteriores administradores que por ali passaram não tiveram esse privilégio.

Esse valor destinava-se à gestão de infra-estruturas locais, nomeadamente restauração de ruas secundárias e terciárias, melhoria na distribuição de energia eléctrica e água potável, limpeza e saneamento e acudir outras tarefas afins.

Com o apoio dos equipamentos técnicos, composto por tractores, máquinas niveladoras, camiões basculantes, retro escavador, cilindros, pás carregadoras, dentre outros meios, José Correia e seus pares tinham tudo para demonstrar um trabalho irrepreensível

No princípio fez-se parecer um dirigente com uma filosofia moderna de governar, tendo apelado aos trabalhadores para a mudança de mentalidade face aos novos tempos, consubstanciados na autonomia do poder local.

"Pretendo trabalhar em equipa, de forma a ultrapassar com mais eficácia as barreiras que surgirem", afirmou no dia da sua apresentação.

Colaboradores de José Correia são familiares. Trouxe consigo alguns colaboradores, entre primos, cunhados, sobrinhos, alguns dos quais foram indicados como seus assessores, que mais tarde passaram a influenciá-lo negativamente na tomada de algumas medidas, principalmente o da área social, porque demonstra uma gritante falta de conhecimentos administrativos.

Iniciou uma gestão participativa ou de proximidade, com aparições públicas e inaugurações, chegando mesmo a colocar o seu contacto telefónico à disposição de todos quanto quisessem contactá-lo.

O novo administrador prometeu melhorar as condições de trabalho a todos os níveis e também as condições de vida das populações da circunscrição, mas tudo foi uma ilusão.

Depois de conhecer a casa e estar em posse da bufunfa, as relações mudaram radicalmente. Até com o seu adjunto, senhor Purificação, a coabitação foi impossível ao ponto de ser afastado da administração.

Os outros administradores municipais que passaram pelo Kilamba Kiaxi trabalhavam limitados financeiramente e viam-se a braços para implementarem projectos em prol das comunidades, porque dependiam das estruturas do governo da província de Luanda, enquanto José Correia teve o privilégio de assumir o poder com um montante de cinco milhões, kits de engenharia e arrecadar valores de impostos e outros, mas os munícipes dizem que não viram absolutamente nada sobre o trabalho prestado por este administrador.

Vias mantêm-se na mesma

As vias terciárias e secundárias estão na mesma situação em que as encontrou. Não se alterou nada, com excepção de algumas intervenções feitas pela Casa Militar nos arredores da administração municipal local, para lá de outras feitas pelos chineses a cargo do Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN).

Sendo assim, pergunta-se: o serviço de quem estão a trabalhar os equipamentos recebidos pela administração municipal em 2008?

Uma fonte bem colocada na administração local confidenciou ao Factual que os equipamentos destinados à terraplenagem e nivelamento das vias estão avariados e outros não se encontram no estaleiro sito no bairro Sapú, induzindo mesmo que o administrador os tenha enviado para a sua fazenda na província do Kwanza Sul, de onde é proveniente.

A mesma fonte aconselha às instâncias do governo da província de Luanda a fazerem uma inspecção ao referido estaleiro para se apurar de facto o sumiço dos referidos bens públicos.

Revelou que nos primeiros anos os equipamentos tinham sido subalugados a imobiliárias para

desnatamento de vastas áreas com o objectivo de construção de condomínios.

Quanto à gestão dos cinco milhões de dólares, nem os administradores comunais sabem como foi gasto esse valor.

Nesta altura, os munícipes estão frustrados com a gestão do actual administrador, pois denota uma gritante falta de transparência na gestão dos bens postos à sua disposição, pelo que pretendem saber o que fez com os cinco milhões de dólares do fundo de gestão municipal.

A fonte informou que José Correia não soube explicar-se quando uma comissão do Tribunal de Contas foi auditar as contas do seu pelouro, tendo posteriormente mandado os seus colaboradores mais próximos forjarem facturas para justificar o desfalque que fez em seu próprio benefício.

Para muitos entendidos em gestão, com cinco milhões de dólares faz-se muita coisa boa, mas no Kilamba Kiaxi não se viu nada de interesse público.

Não se sabe onde foi que o administrador aplicou os cinco milhões de dólares, para além da construção de uma escola do primeiro nível e inauguração de dois fontanários e alguns PT s de energia.

Gestão de José Correia não é transparente

A gestão do actual administrador não pode ser considerada de participativa nem transparente, porquanto ainda não está instituído a nível do Kilamba Kiaxi o CACS (Conselho Municipal de Auscultação Social).

Este órgão, que existe noutras municipalidades, tem por objectivo apoiar a administração municipal na apreciação e tomada de medidas de natureza política, económica e social no território do respectivo município

E através dele que o administrador poderia prestar contas da sua acção junto dos munícipes representados pelas comissões de moradores, ONGs, associações, partidos políticos e outras entidades radicadas na circunscrição, e também elaborar o programa de gestão municipal.

De acordo com o Decreto-Lei nº2/07, o CACS "deve ser ouvido antes da aprovação do programa de desenvolvimento municipal, do plano de actividades e do relatório de execução dos referidos instrumentos", mas no Kilamba Kiaxi não existe esta estrutura.

Pergunta-se: Porque é que o CACS não funciona no município do Kilamba Kiaxi?

Esta pergunta carece de resposta e só quem a pode dar é o senhor José Francisco Correia, tido em alguns sectores do município como cínico e arrogante.

Que o digam os responsáveis dos grupos carnavalescos locais que foram corridos do gabinete do administrador quando foram pedir apoio para os

seus ensaios no ano passado. "Aqui não é casa de Carnaval", alegou José Correia, para quem os grupos deveriam "desenrascar noutros sítios".

O estado actual do Kilamba Kiaxi é considerado calamitoso, em termos de saneamento básico, podendo ser observados em todos os cantos proliferação de lixo, lagoas no meio das estradas, ruas secundárias e terciárias esburacadas, falta de energia eléctrica e de água em algumas áreas, aumento da delinquência e outros males. A circulação rodoviária no interior da circunscrição é feita com muito sacrifício devido ao mau estado de conservação das vias e ausência de alternativas.

Por estas e outras razões, os munícipes desta circunscrição pedem que o município tem que ser entregue a pessoas responsáveis, que se recomendam em termos de idoneidade, de ética e de patriotismo. Comportamentos fraudulentos ou criminosos na questão de gestão do erário público é crime.

O Factual tentou contactar, por todos os meios, o administrador para uma entrevista, mas o senhor simplesmente declinou.

5.7 Novo quadro organizativo do Poder Local

Jornal de Angola

De 27 de Março de 2010

Os governos provinciais têm uma nova forma de organização e funcionamento concebida para adequar o quadro organizativo e funcional daqueles órgãos ao novo figurino constitucional.

O Conselho de Ministros aprovou ontem, a Proposta de Lei sobre a Organização e Funcionamento dos Órgãos de Administração Local do Estado, durante a segunda sessão ordinária orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Entre outros ajustamentos, o documento propõe uma nova definição das competências dos governadores provinciais e cria três vice-governadores; para os sectores económico, político e social e para os serviços técnicos e infra-estruturas.

Na sessão foi aprovado o Projecto de Decreto Legislativo Presidencial sobre o Regime Financeiro Local. Este diploma estabelece um novo regime de financiamento das acções dos governos provinciais e das administrações municipais, enquanto órgãos executivos desconcentrados da administração local, no quadro da delimitação de competências relativas à provisão de bens e serviços pela administração central e pelas administrações locais à população.

O Governo, em comunicado distribuído no final da sessão, considera que o Regime Financeiro Local representa um salto qualitativo na organização do

sistema de gestão das finanças públicas naquele nível.

O Executivo via criar em breve o Gabinete da Contratação Pública. Ontem, o órgão auxiliar do Chefe do Governo fez uma primeira abordagem da Proposta de Lei -Quadro sobre a Contratação Pública e do Projecto de Decreto Presidencial que cria aquele gabinete.

Para o efeito realiza-se em breve um seminário nacional para responsáveis e quadros dos departamentos ministeriais, governos provinciais empresas, e demais agentes públicos para aprofundamento da discussão sobre esta matéria. O propósito, de acordo com o comunicado da reunião de ontem, é assegurar que a contratação pública obedeça aos princípios da competitividade, economia, transparência, eficiência, eficácia e do tratamento justo e equitativo a todos os concorrentes.

O órgão auxiliar do Presidente da República adoptou, ainda ontem, o Projecto de Decreto Presidencial que aprova a revisão do Regulamento do Processo de Preparação, Execução e Acompanhamento do Programa de Investimento Público, tendo em conta a necessidade de se proceder a ajustamentos que conformem esse programa à actual realidade. O objectivo é permitir um melhor controlo da qualidade das despesas neste domínio, bem como um acompanhamento eficaz da execução dos investimentos públicos em todas as suas etapas.

Ontem, o órgão auxiliar do Presidente da República tomou conhecimento de uma informação sobre a actualização do Registo Eleitoral 2010.

das condições de vida, o equilíbrio deverá surgir com o decréscimo da natalidade, explica o director do CEIC: "A modernização da família e alterações culturais levarão à redução. E um crescimento natural na lei demográfica."

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Famílias desalojadas recebem casa em Cabala

Jornal de Angola

1 de Março de 2010

Com a duração de um ano, as obras de construção das residências do tipo T-2 estiveram a cargo da empresa "Teixeira Duarte" e ocupam uma área total de 26 mil metros quadrados.

A população está alegre, segundo a senhora Domingas João Agostinho, 48 anos de idade, que vive no local há mais de 20 anos. Adiantou estar satisfeita pelas condições em que apresenta a sua nova moradia.

Em entrevista à Angop, o director Provincial do Instituto Nacional de Estradas de Angola do Bengo, Domingos António, disse que as famílias beneficiadas habitavam em zonas que foram abrangidas pelas obras de construção da ponte sobre o rio Kuanza.

O responsável salientou que a ponte terá uma extensão de mil 534 metros, tomando-a na maior do país, e vai ligar duas províncias - Bengo e Kwanza-Sul -, bem como os municípios de Icolo e Bengo e a Kissama.

Não foi indicada a data prevista para o término das obras de construção das restantes 24 residências, das 48 previstas, no programa de realojamento das famílias que residiam próximas da ponte.

A ponte, de betão armado, está a ser construída há dois anos (2008/2009) e tem a sua conclusão prevista para Dezembro. A obra está a cargo da empresa de construção civil Teixeira Duarte.

arte.

6.2 Falta de Legislação para regular o mercado

Semanário Económico

De 4 de Março de 2010

Não se pode fazer praticamente nada. Isso aqui é uma questão de mercado. Esse é um mercado relacionado com a demanda e a oferta. O facto deles (chineses) estarem hoje na produção de blocos de cimento tem muito a ver com aquilo que é a sua actividade, porque fundamentalmente eles estão ligados à indústria da construção civil e onde têm uma componente muito grande que é a produção de blocos para essa indústria.

É claro que o que eles vêem é digamos uma questão da lei da oferta e da procura. Aí não há nada a fazer. E o que se passa a nível do mercado da construção civil é a

mesma coisa. Acho que a oferta que fazem os chineses do ponto de vista do mercado de trabalho é muito mais atractiva. As pessoas muitas vezes não relacionam a questão do custo da produção, da qualidade e o nosso mercado está propenso a isso.

É verdade que os angolanos estão a perder mercado face a essa agressividade. Mas isto é uma questão de concorrência, porque entre três empresas que oferecem o mesmo tipo de serviço, há que primar pela qualidade, desde que haja acompanhamento não está em causa a qualidade do trabalho dos chineses.

Isso é como tudo, na indústria da construção civil tem esse problema (factor qualidade). Também (é devido a celeridade com que eles fazem o serviço). Se uma oficina de carros que me repara o motor numa semana eu arranjo quem me faça isso em dois dias porque trabalha mais horas. O outro entra às oito horas sai às 12:00 para ir almoçar entra às 14:00 e fecha às 16:00, o outro trabalha das oito às 18:00 a produção é diferente. Aí a oferta é para o melhor.

É uma situação de mercado, é como oferecer um produto. Ponho no mercado um produto um carro que tem esta ou aquela performance e cobro pelo carro o certo valor e há um indivíduo que põe um carro com as mesmas características e põe o mesmo preço.

No meio disto tudo há um problema de legislação sobre quem deve fazer o quê. Por exemplo a nível da Ordem dos Arquitectos quem não estiver inscrito na Ordem não pode fazer o licenciamento de projectos. Para estar inscrito na Ordem tem que ser angolano, preencher uma série de requisitos, se for estrangeiro não pode a não ser que no país dele também o angolano possa exercer isso, mas isso é uma coisa interna, nossa. Se não existe uma legislação que é genérica e para isso nós a ordem estamos neste momento a trabalhar neste sentido. Neste momento não podemos fazer e nada. Esse é um grande problema que se coloca.

6.3 Grupo Build Brasil lança novo empreendimento

Semanário Factual

De 05 a 12 de Março de 2010

O grupo Build Brasil vai lançar em Abril do ano em curso, mais um empreendimento imobiliário denominado "Bem Morar" nas províncias de Luanda e do Huambo. Segundo a empresa, os primeiros condomínios serão construídos na zona do Benfica e da Samba, e adianta que as obras de infra-estrutura e abertura de ruas do empreendimento no Benfica, que tem 20 hectares, iniciaram no mês de Janeiro.

O "Bem Morar" tem como conceito modernidade, qualidade de vida e conforto a um custo mais acessível. São condomínios fechados com casas térreas, vivendas

de 10 andar e prédios de apartamentos tendo, para cada tipo, opções de plantas T3 e T4. Vai contar com segurança 24 horas, gerador, lazer com quadras, playground e infra-estrutura completa com água, luz e esgotos.

Há a opção de a unidade ser adquirida com piscina, churrasqueira e anexos. Além disso, uma área comercial será construída para maior comodidade de seus moradores. Os condomínios serão entregues com ruas internas de bloquete e paisagismo nas áreas comuns. A expectativa de entrega dos imóveis é de 12 meses. Para o Build Brasil, as construções desses condomínios trarão às regiões muitos benefícios sociais.

O grupo Build Brasil está no mercado há mais de 20 anos e actua no segmento imobiliário no Brasil. Está há cinco anos em Angola e é a pioneira a trazer para o país empreendimentos de alto-padrão, como o "The One", lançado em 2008, o "Copacabana" e as "Quintas do Rio Bengo" em 2009. é comandado por experientes empresários das áreas da construção civil, dos mercados imobiliários e financeiros brasileiros.

Durante o mês de Março, o grupo vai dar início à segunda fase de lançamento das "Quintas do Rio Bengo". A primeira fase, que teve seu lançamento em Outubro de 2009, com a importante presença do garoto-propaganda e investidor, o Rei Pelé, está em fase avançada das obras. Já foram comercializadas mais de metade das unidades disponíveis e agora, para esta segunda fase, mais 300 serão disponibilizadas para venda.

Para levar adiante tal empreitada a empresa conta com o arquitecto Rogério Perez, um dos mais conceituados do Brasil. Comodidade, praticidade e qualidade de vida são pontos essenciais no trabalho de Perez. Arquitecto urbanista desde 1989, Rogério Perez destaca-se em muitos projectos de diversos padrões - do clássico ao contemporâneo, em que geometria e estética arquitectónica se encontram.

"Essa parceria com o Grupo Build Brasil tem como objectivo trazer um produto novo e diferenciado para Angola, um conceito que agregue valor", afirma Rogério Perez.

As obras do empreendimento "Copacabana Total Club" tiveram início em Dezembro de 2009 e têm a entrega prevista para Agosto de 2011. Localizado no Benfica, é o primeiro empreendimento "Total Club" de Luanda. Um conceito inovador. O morador terá a sensação de morar dentro de um clube. O Copacabana é um condomínio de prédios com três torres, 240 unidades com plantas T2, T3, T4 e duplex, cada uma possuindo de duas a quatro vagas na garagem coberta. Recebeu esse nome em homenagem a umas das praias mais famosas do Mundo.

6.4 Habitação e Serviços Comunitários

Semanário Angolense

6 de Março de 2010

Para este grande Calcanhar de Aquiles em Angola, que é a escassez de habitações com que milhões de angolanos se debatem, o MPLA prometeu «garantir o direito de habitação para todos, prestando uma atenção especial para a promoção e construção de habitações para os agregados de renda baixa e média; promover a qualificação do território, incentivando operações integradas de requalificação urbana, que integra, entre outras acções, a regulação fundiária, habitação social, água, saneamento básico e energia eléctrica e valorização ambiental. Requalificar, reabilitar e valorizar os centros urbanos e rurais, promovendo a fixação ordenada das populações com vista à mitigação das assimetrias regionais.» Garantiu ainda que iria proporcionar o acesso das famílias a condições habitacionais adequadas; satisfazer as necessidades de energia eléctrica, água potável e saneamento básico e promover a construção, por parte de empresas, cooperativas e outras entidades, de novos fogos e projectos imobiliários, com prioridade para as províncias do interior, em concordância com as políticas que estão previstas para o esbatimento das assimetrias regionais e o desenvolvimento harmonioso do território. o MPLA, na voz do seu presidente, José Eduardo dos Santos, prometeu construir, em quatro anos, um milhão de casas, promessa que parece estar longe de ser cumprida, já que o executivo já completou um ano e não construiu as correspondentes 250 mil habitações. A sul de Luanda, em Viana e noutras localidades crescem os condomínios de luxo (a exemplo da foto), que representam autênticos insultos para a maioria pelas elites dominantes e expatriados, e um factor de exclusão dos mais desfavorecidos.

6.5 E assim cresce Luanda

Capital

06 de Março de 2010

Capalanca, na prática, não é um bairro degradado, mas um daqueles que, apesar de não obedecer a qualquer ordenamento urbanístico, cresce de forma imparável. O tipo de casas caracteriza a inobservância de técnicas arquitectónicas. Trata-se de habitações, muitas das quais feitas em chapas de zinco, localmente chamadas de «bate chapa», onde os serviços básicos não se fazem sentir.

É no término dos autocarros da vila de Viana onde se apanha o táxi que vai até à paragem denominada pracinha do Embondeiro. A corrida custa entre 100 a

150 kwanzas. Postos no local, encontramos a jovem Noémia, vendedora na referida pracinha. Disse que já foi vítima de um assalto na sua própria barraca.

Noémia, vive naquelas paragens, mas numa localidade chamada Eusébio, afecta ao Capalanca, há cerca de três anos. Conta que não sabe nada sobre energia pública, água corrente, esquadra policial ou hospital.

«Não temos hospital do estado. Fui assaltada levaram-me o telemóvel e dinheiro», relatou, ao traçar o quadro da falta de água que só se consegue comprando de tanques privados abastecidos por cisternas.

«Só existe electricidade na clínica Eusébio. A população em geral usa geradores, velas e candeeiros para iluminação» explicou.

Outro morador desta zona é Rogério Domingos, motorista de uma empresa de segurança. Está no Capalanca, mas o bairro onde reside há apenas dois meses chama-se Baixa de Cassange.

Sua casa está feita inteiramente em chapa. Isto é, das paredes ao tecto. Calor durante o dia e frio às noites são os que pontificam do leque de problemas que tem.

«Vivia no bairro CAOP/ B.

Construí uma casa de chapas onde estou a viver com a minha família. Depois de comprar o terreno decidi não mais pagar renda», esclareceu, para mais adiante atestar que o bairro está a crescer dia após dia, mas sem o devido acompanhamento dos serviços sociais básicos.

«Existem apenas duas escolas públicas a nível do Capulanca. A esquadra da Polícia é nas proximidades do término, quase três a quatro quilómetros daqui», apontou Rogério, para quem, devido a falta de policiamento as pessoas são obrigadas a se recolherem nas residências antes mesmo das 21h00, por temor aos meliantes, que se aproveitam da escuridão para fazerem das suas.

«Os meninos assaltam nas esquinas porque a polícia não se faz presente. Se se virem alguns agentes é apenas nas zonas por onde passam táxis. Somos obrigados a sair às 4h00 devido aos engarrafamentos» realça.

6.6 Escolas de Luanda transformadas em moradias

O País

De 12 de Março de 201

Os cidadãos que residem à mais de 13 anos em escolas públicas de Luanda aguardam desde 2004 pela execução de um projecto de realojamento que começou na altura em que a cidade era dirigida pela Comissão de Gestão liderada pelo general Hígino Lopes Carneiro.

Na escola Ngola Kiluanji existem 24 famílias, maioritariamente constituídas por professores, que se instalaram no local na época da guerra com o

consentimento do anterior director. São unânimes que só sairão do local quando o Governo lhes atribuir outras residências.

Filomena de Sousa, uma das moradoras mais antigas, recorda que para ocupar o espaço onde vive hoje, no interior do Ngola Kiluanji, teve que receber a autorização da direcção da escola, que atendendo a situação de penúria em que se encontrava atribuiu-lhe uma sala pequena.

A moradora transformou uma parte das naves onde funcionavam na época colonial os laboratórios em residência de dois quartos, uma sala, cozinha e casa de banho.

Na altura em que chegou à capital do país, proveniente da província do Kwanza Sul, sua terra natal, tinha fugido da guerra. "Sou professora a mais de 30 anos e vim parar aqui por causa da guerra. No ano em que cá cheguei comecei a dar aulas nesta escola. Como não tinha sítio paro morar, acabei por ficar aqui com o consentimento da direcção da escola", contou a nossa interlocutora.

Filomena viveu inicialmente num compartimento de apenas um quarto e que foi alargado com o passar dos anos, à medida que as coisas iam melhorando. "Como todos sabemos até algum tempo atrás os professores ainda ganhavam muito mal, tínhamos poucas oportunidades de conseguir um espaço para residir atendendo também a situação em que o país se encontrava", justificou.

As dificuldades por que passou não a impediram de dar continuidade aos estudos. Em 2004, licenciou-se em psicologia pelo Instituto Superior de Educação de Luanda (ISCED) e passou a leccionar no Instituto Normal de Educação 22 de Novembro.

A senhora conta que dava aulas de Língua Portuguesa, mas depois de concluir o ensino superior passou a leccionar a disciplina de psicologia.

Apesar de viver dentro do mesmo recinto onde trabalhava, ela nunca teve problemas com os seus alunos, porque era na sua residência onde eles se dirigiam sempre que não existia água na instituição.

"A minha relação com os alunos sempre foi das melhores, até porque mesmo estando foro da instituição e passado alguns anos, muito deles hoje ainda lembrou-se que existem alguns professores a viverem aqui e vêm visitar - nos", contou a senhora.

Na casa de Filomena de Sousa vivem actualmente oito pessoas de diferentes idades que aguardam ansiosamente pelo cumprimento do programa de realojamento que foi apresentado há anos pela equipa do Hígino Carneiro.

"Continuamos à espera que os governantes cumpram com a promessa que fizeram de nos retirarem daqui em troca de outros residências nos arredores do Zango. Há muita gente aqui a viver nas escolas e só no Ngola

Kiluanji somos 24 famílias a aguardarem que o projecto saía do papel", disse Filomena de Sousa.

Circular pelo interior daquela escola acaba por ser uma aventura surpreendente. Por detrás da residência da nossa interlocutora, encontramos alguns jovens trajados de bata branca dentro de barraca a consumirem bolos e gasosas.

A estudante Manuela Fernandes, 23 anos, considera que a presença dos habitantes naquele recinto tem dois lados que devem ser bem analisados. "Se por um lado eles acabam por prejudicar-nos porque ocupam um espaço que poderia ser aproveitado para outros fins, por outro vimos que é graças a eles que conseguimos matar a fome e saciar a sede, porque não temos uma cantina com preço acessível e nas torneiras da nossa escola já não jorra água há muito tempo", explicou.

No pavilhão desportivo a história é a mesma. Os balneários foram transformados em aposentos. Enquanto os moradores mais afortunados separaram os quartos com paredes erguidas com blocos de cimento, os outros cobrem-se com panos, papelão e chapa de zinco.

O ginásio e os campos de futebol são reaproveitados pelos alunos e professores para a prática de algumas modalidades desportivas como judo, futebol, andebol e basquetebol.

Criminalidade controlada Filomena de Sousa conta que o índice de violência que existia naquele recinto baixou drasticamente desde que a empresa de construção Odebrecht transformou a parte frontal da escola e a traseira em estaleiro de obras.

"Antes de termos aqui esta empresa, havia muita delinquência e, inclusive, apareciam frequentemente cadáveres detrás do morro da escola (junto ao IMEL). Somos constantemente surpreendidos com a presença dos jovens que se drogam, por isso acredito cegamente que se não estivéssemos aqui o número e o tipo de marginais seriam maiores", explicou a senhora .

A nossa interlocutora apontou a venda de bebidas alcoólicas naquele recinto como um dos males a ser combatido. No entender de Manuela Fernandes, a presença dessas famílias também serve de protecção para os próprios alunos, visto que o espaço da escola é muito vasto, tem os muros demasiados baixos e as pessoas entram facilmente.

. " Não importa se elas estão de bata ou de traje normal, a pé ou de carro, com ou sem passe escolar. Aqui entra-se sem prestar explicações a ninguém", acrescentou.

6.7 Há bons exemplos de construção mal localizados?"

Expansão

De 12 de Março de 2010

De discurso fácil e objectivo, Ângela Mingas revela-se contra a tendência de crescimento da cidade de Luanda que põe em causa a forma urbana de diferentes espaços da capital.

Sobre os novos edifícios considera haver bons exemplos de construção, mal localizados

Neste momento, há uma atenção especial da sociedade, relativamente a questões sobre a afirmação da mulher. Como avalia este processo, aplicado ao nosso caso?

De dois pontos de vista. Primeiro, da mulher para o mundo é positivo quer ao nível da superação individual (emprego e ensino) quer ao nível da importância social (familiar e cultural). Já do ponto de vista do mundo para a mulher, considero-o negativo, pois, na maioria, ainda somos predominantemente conotadas como objectos sexuais, sujeitas a condicionalismos chamados tradicionais.

Mas há iniciativas um pouco por todo o lado que pretendem inverter este quadro, não acha? No País, o Governo definiu, por exemplo, quotas para a ascensão das mulheres a cargos de direcção em altos órgãos do Estado. Ou não concorda com as quotas?

Penso que se trata de uma política meramente quantitativa. Qualitativa será quando pudermos ver a ser discutido um pacote de medidas legislativas fundamentais, cuja aplicabilidade dê de facto suporte ao processo de emancipação da mulher na sociedade. Dou como exemplo o apoio à maternidade, ao trabalho doméstico subsidiado, proibição de trabalhos físicos lesivos (zungueiras), entre tantos outros.

Isto pode revelar alguma falta de conhecimento de direitos e de deveres. A Ângela Mingas conhece os seus?

Sou uma mulher consciente daquilo que são os seus direitos e deveres. Sou uma cidadã angolana, arquitecta e poetisa.

E preocupa-se em fazer reflectir a poesia na arquitectura? Como?

Pela beleza. Através da poesia, aprendi, desde a adolescência, a ver tudo pelo outro lado também. E a arquitectura tem uma componente lúdica. Na génese, a arquitectura é a técnica de construir, é a funcionalidade de servir. Portanto, é também a beleza de sentir. E quando a arquitectura consegue atingir este grau supremo, o de ser belo, ela entra então no universo da arte, da criação.

É desta forma que olha para as construções que se erguem por Luanda?

Aqui há dois pontos fundamentais. O primeiro é a falta de conhecimento e comunicação. E o segundo também é a falta de ordenamento, que origina os contrastes que vão existindo ao longo da cidade. Sobre a falta de conhecimento, isto tem que ver com o facto de nós, enquanto cidadãos, não termos acesso àquilo que, à partida, é um direito adquirido, que é sabermos o que se passa na nossa cidade. Este diálogo entre a sociedade e as instituições públicas é importante. Mas a comunicação implica, antes de mais, planificação. Todos estes processos, infelizmente, no nosso País, estão muito lentos. Tenho a percepção de que estamos num momento de transição, está tudo a partir para qualquer coisa de novo...

Uma coisa de novo que ninguém sabe... É o que está a dizer?

Exactamente. A tendência de crescimento de uma cidade é visível e essa tendência pode ser potencializada, pode ser fomentada como pode ser travada, revertida. Temos uma cidade ou uma sociedade que está com um desenvolvimento brutal inquestionável. Só que fundamentalmente económico. Mas acontece que uma sociedade, para se desenvolver com equilíbrio, ela precisa de se desenvolver sob o ponto de vista económico, cultural, social e ambiental. Há um fosso grande em termos de desenvolvimento destas quatro componentes.

Fale-me de forma concreta. De que é que não gosta no que está a ser feito na capital?

Do que não gosto no desenvolvimento da cidade de Luanda é da assimetria em termos de desenvolvimento urbano, da falta de planeamento, estamos a falar dos instrumentos de ordenamento do território. O não planeamento do desenvolvimento da cidade é algo que me incomoda bastante.

Concorda com a requalificação da baía de Luanda?

Como arquitecta, o meu ponto de vista sobre a requalificação da baía de Luanda é negativo, sob a perspectiva ambiental e paisagística. Convém lembrar que este é o terceiro aterro que ela vai sofrer e vai ser mais violento do que os primeiros dois que aconteceram há séculos. Sobretudo, sob o ponto de vista paisagístico, e porque a baía de Luanda faz parte da paisagem qualificada da cidade, sendo a fronteira do centro histórico, a sua recuperação seria mais lógica do que a sua requalificação. No mais, pelo que conheço do desenho urbano proposto para aquele espaço, o que vai ser fomentado será principalmente a estrutura viária, que é um não lugar, do ponto de vista antropológico.

Os arquitectos muitas vezes questionam também os modelos arquitectónicos, com o argumento de que a maioria das construções não respeita, sobretudo, determinadas especificidades geográficas. Concorda?

Temos, entre os novos edifícios, alguns bons exemplos de construção, tal é o caso do edifício da Sónangol, localizado no centro histórico, embora ache, que, sob o ponto de vista do ordenamento, não pertença à paisagem em que está localizado.

Há outros casos em que os edifícios contrastam, por exemplo, com a forma urbana do espaço em que estão a ser erguidos o que estará em causa? Falta de ordenamento, ou tratar-se-á de uma opção de crescimento da cidade?

É uma questão de mau ordenamento. Quando intervimos num determinado local, temos de ter respeito pela forma urbana. Um edifício na Vila Alice, por exemplo, alteraria por completo a forma daquele bairro, e não estou a falar da qualidade dos edifícios, mas sim daquilo que eles vão introduzir de novo, que não é necessariamente positivo. Concordo que as cidades cresçam e mudem de aspecto, mas esses factores têm de ser previamente considerados.

Há quem diga que a opção pelas construções em altura se justifica por uma questão de aproveitamento de espaço.

Isto só pode ser uma piada! Estamos a falar de um País imenso. Ainda que nos espalhem todos pelo País, vamos ficar aos gritos e os outros não nos vão ouvir. Este argumento não serve. O crescimento em altura tem as suas vantagens em algumas circunstâncias de desenvolvimento urbano, mas isso não quer dizer nunca, de maneira alguma, a alteração grosseira da forma urbana.

O que explica, na sua opinião, a preferência pela construção em altura?

Provavelmente por ser mais barata. É uma questão económica, porque expandir a cidade horizontalmente implica a expansão infraestrutural, que é caríssima. Todavia, a construção em altura pressupõe um consumo energético brutal. Está aí, portanto, a questão do desenvolvimento ambiental. Estamos a fazer utilização desmesurada de alguns recursos que poderiam ser poupados, se tivéssemos uma política de construção diferente. É claro que não somos a Europa, que, neste momento, até está a questionar a utilização de betão. Mas porque não, se existem outras tecnologias construtivas? Existe a terra, a madeira, a pedra, capaz de construir edifícios com tanta qualidade quanto quaisquer outros. Não se trata, portanto, de alienar nenhum material de construção em benefício de

outro.

Uma nova Luanda seria uma boa solução, tendo em conta que se está a mexer na zona consolidada?

O que está consolidado pode ser recuperado porque o processo de recuperação urbana é também uma forma de sustentabilidade da cidade. Não se destrói aquilo que se pode recuperar. O importante é que se respeite a forma urbana. Sobre uma nova cidade, penso que a que temos já é suficiente. Essa ideia de nova cidade é antiga. É o projecto de alma do arquitecto Trofa Real, mas penso que a prioridade é recuperar as que já existem para serem requalificadas.

Pelo conhecimento que tem sobre a arquitectura em África, pode estabelecer um paralelo, relativamente ao que está a acontecer no país?

Talvez com a África do Sul. No que concerne ao projecto de construção de um milhão de casas, aquele país passou por um processo muito parecido recentemente, para além das características económicas que os dois países apresentam. Agora, historicamente, em termos de arquitectura, Angola tem mais semelhanças com os outros países que foram colonizados pelos portugueses, principalmente com Moçambique, cujo parque habitacional é muito parecido com o de Angola. Há uma linguagem de correspondência, porque a nossa identificação não se limita apenas na língua.

As instituições académicas nacionais, no caso concreto as faculdades de Arquitectura, têm sido chamadas a pronunciar-se sobre os temas que interessam ao país, a este nível?

Não posso falar por todos. Pessoalmente, não me lembro de ter sido alguma vez chamada para o efeito, senão apenas no caso do desenvolvimento do plano executivo habitacional, o famoso um milhão de casas. Naturalmente, não sou melhor nem pior do que ninguém, mas sou coordenadora de um curso de Arquitectura, de um departamento, trabalho numa universidade do País. Importa dizer que o que temos no País são os chamados front offices. Um front office é uma empresa constituída em Luanda com um arquitecto que não é necessariamente sénior, cuja responsabilidade é representar projectos que são feitos fora do País.

Será por escassez de técnicos nacionais?

Não necessariamente. Há arquitectos nossos que estão a trabalhar, mas normalmente com sérias dificuldades para entrarem no mercado. De qualquer forma, é verdade que o movimento de construção no País tem sido tão brutal, que o mercado acaba por absorver não

apenas os arquitectos, mas também os estudantes. Pessoalmente, tenho tido sérios problemas no curso de Arquitectura, porque, a partir do terceiro ano, os estudantes já são solicitados para o mercado profissional, o que não me parece a melhor forma de explorar competências.

Acha que o Estado devia subvencionar o ensino técnico em benefício das universidades privadas? Há quem aponte esta solução como a mais segura no sentido de se direccionar o ensino para as tecnologias. Em Portugal e no Brasil, por exemplo, o Estado concede benefícios de carácter fiscal. Mas aqui em Angola isto não existe, o ensino privado é visto de forma marginal à prática. O ensino é, acima de tudo, uma questão pública, mas, no nosso caso, o Estado só abrange aquilo que é a prática da universidade pública. Penso que essa situação devia ser pelo menos discutida, porque a universidade privada consome aquilo que a pública não consegue absorver.

O que pensa sobre a requalificação dos musseques?

O musseque é uma entidade urbana muito importante na leitura do crescimento da cidade. Ele pode ser visto como um elemento mal estruturado, não infra-estruturado, sempre teve problemas gravíssimos, por falta de saneamento e de conforto ambiental. Além deste ponto de vista físico, existe outro, que é o social. A característica do musseque, no que concerne à sua comunidade, aos seus espaços, obedece a uma forma de organização completamente diferente. Sob o ponto de vista sanitário, ao nível do conforto ambiental o musseque tem de ser revisto, mas, do ponto de vista social não pode ser alienado. É preciso um debate muito sério sobre aquilo que é o musseque. Defini-lo para além da sua condição física degradada, perceber a morfologia habitacional daquele espaço.

6.8 Luanda está mais atrasada do que as províncias

Novo Jornal

De 12 de Março de 2010

Quando se fala no Plano Nacional de Habitação, o projecto um milhão de fogos lançado pelo Presidente José Eduardo dos Santos é incontornável, mas há fraca informação da parte do público sobre esse aspecto. Sabemos que Luanda apresenta um atraso em relação às restantes províncias. Como é que está o processo no seu todo?

Os números são mais do que claros. A estruturação e distribuição do processo está resumida em 115 mil fogos a cargo do sector público, 120 mil para o sector privado, 80 mil a cargo das cooperativas e 685 mil para

beneficiar o sector de autoconstrução dirigida, quer do meio rural ou do meio urbano. É responsabilidade nossa estruturar as reservas fundiárias no que tange às urbanizações, o que pressupõe dizer que a partir do momento em que o programa arranca nenhum cidadão está autorizado a construir em áreas não urbanizadas, isso só poderá acontecer onde já existem urbanizações, com os loteamentos já definidos, onde serão instaladas as redes técnicas, como água, energia, saneamento e telecomunicações.

o que dizer do interior do país, já que é um plano nacional. Serão levadas em conta as características de cada região no conceito arquitectónico?

A nível das províncias, já há acções visíveis desde o ano passado. Há umas províncias mais avançadas em termos de quotas definidas para cada uma delas. Cada província, mediante as acções do governo local teria a responsabilidade de preparar 300 hectares. Esta orientação foi dada no ano passado, mas para

o presente ano serão acrescentados 600 hectares ao número inicial, o que perfaz 900 hectares. Cada província tem a sua especificidade e nas intervenções feitas em termos de urbanização será levada em conta a densidade populacional de cada uma delas. Já há acções visíveis em algumas províncias, com destaque para HUI1a, Cunene, Huambo, Namibe, Benguela, Cabinda, onde, começaram a ser distribuídos lotes para as populações construírem. Nas reservas fundiárias referentes a essas localidades estamos a fazer as urbanizações primárias, definindo os lugares onde vão passar as redes técnicas. No caso do Kuando Kubango, Malanje, Bié e Cunene o trabalho de desminagem nas áreas constituídas como reservas está a ganhar maior velocidade, uma vez que até Abril de 2002 a situação nessas zonas não era satisfatória pelo facto de estarem minadas. O envolvimento da iniciativa privada tem como mola os incentivos. Se existem nesse processo quais são os mais candentes? Interessa aqui referir que não podemos vetar a participação da iniciativa privada nesse processo. Um dos benefícios está imediatamente ligado aos compromissos aduaneiros. O nosso governo criou condições, mediante um diploma legal que isenta de impostos de importação de materiais de construção todas aquelas instituições ou empresas que estão envolvidas nesse processo, uma vez que grande parte dos materiais recebidos estariam direccionados para esta empreitada. Portanto, estarão isentos de imposto de consumo e outras questões relacionadas. Essa decisão deriva do facto de haver uma fraca oferta em materiais de construção, internamente. Paralelamente a isso, o que pretendemos é que comecem a surgir empresas vocacionadas para a importação e venda desses produtos para que aumente a oferta e facilite o acesso. Neste momento temos uma empresa de painéis pré-fabricados em Benguela que está em fase de

conclusão. Trata-se de um consórcio entre uma empresa espanhola e angolanas, mas há perspectivas de colocar em outras províncias, dentre as quais o Huambo

As inconveniências do tempo não serão um impedimento para os objectivos a alcançar, tendo em consideração as mudanças que se podem registar?

Não porque o Programa Nacional de Habitação prevê a construção de residências num sentido evolutivo. Cada habitação deverá ter uma área mínima de 100 metros quadrados, que comporta dois, três quartos, sala cozinha e quarto de banho, em lotes de 400 a 600 metros quadrados ou mais. Isso quer dizer que o interessado, para além das dimensões ou divisões da sua residência poderá eventualmente, no futuro, aumentar a sua casa uma vez que terá terreno à disposição para que possa efectua-lo, portanto, porque ele não terá de construir fora do lote. Interessa referir aqui que logo que o lote seja vendido ao cidadão, este automaticamente deverá construir direitos de superfície. Com este direito pode fazer recurso ao crédito bancário, hipotecando o terreno.

Como é que são vistos os bancos em todo esse processo, sabemos que o sector imobiliário é uma das apostas dos bancos comerciais no que toca à concessão de créditos. Se falamos em baixa renda, que garantias dará o cidadão aos bancos?

O Fundo de Fomento Habitacional (FFH) é uma instituição que tem como objectivo suportar o programa no que tange ao crédito habitação. Ao invés do cidadão recorrer ao pagamento de renda eternamente vai fazer recurso ao pagamento de renda resolúvel, ou seja, tendo em conta o valor da casa, a partir dos rendimentos do cidadão, referenciando as taxas de juros praticadas pelos bancos, é estabelecido um valor que o cidadão vai pagar mensalmente pela casa, mas isso será feito de forma suave. O tempo de pagamento será definido pelo governo e depois de cumpridas todas as prestações relacionadas com os pagamentos o cidadão tem a titularidade da casa. O FFH tem como objecto fundamental proporcionar facilidades à vida dos cidadãos que pretendem obter um espaço onde queiram construir uma casa e os bancos são parte integrante desse processo. É importante salientar que o Estado não vai dar casas de graça. O cidadão terá que pagar. Quer na área urbana ou rural o processo será idêntico.

A meta é 2012. Acredita que em termos percentuais vai ser atingida?

Eu estou optimista. Por norma, é difícil começar, mas já estamos numa fase que tende a evoluir e neste momento começamos a atingir a velocidade cruzeiro. A prova disso é o que está a acontecer em todo o país, não diria a nível da cidade da capital que regista um atraso em relação às restantes províncias. Nas

províncias já há projectos habitacionais que estão a ganhar corpo. No caso específico de Luanda começamos a ver novas centralidades a surgirem, como exemplo temos o município do Kilamba Kiaxi, arredores do estádio 11 de Novembro, a área do Zango, o projecto de auto construção dirigida no musseque Kapari. Portanto, está tudo a mexer de modo a que alcancemos esta meta.

Ao que tudo indica, o objectivo é ultrapassar essas cifras se possível.

Evidentemente. O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação não termina em 2012. O que pretendemos é que no quadriénio 2009/2012 alcancemos o número de 1 milhão de casas. A partir de 2010 estamos a falar num défice habitacional a partir de 1.800.000 habitações. O que o governo pretende é dar continuidade a este programa, ir melhorando as condições de habitabilidade dos cidadãos e melhorar ou requalificar as áreas degradadas ou musseques. Este é o ano em que pretendemos acelerar e veremos até ao final de doze meses que o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação vai ganhar Copo porque há várias empresas interessadas em estar envolvidas nesse processo. Muitas delas já apresentaram as suas propostas técnicas que serão avaliadas pelo Ministério do Urbanismo e Construção, portanto é de mantenha dimensão que envolve toda a sociedade empreendedora, fundamentalmente aqueles que funcionam no sector imobiliário e de construção.

6.9 Promotores de habitação devem ser auscultados

Jornal de Angola

De 07 de Março de 2010

O secretário de Estado para o Urbanismo e Habitação, Joaquim Silvestre Amónio, defendeu, na sexta-feira, em Luanda, uma participação mais abrangente e activa da sociedade civil na discussão dos projectos de lei e decretos sobre a habitação.

Entrevistado pela Angop, no final do Fórum de Apresentação de Projectos de Diplomas Legais no Domínio da Habitação, José Silvestre disse ser necessário auscultar os promotores e mediadores de habitação, estudantes de arquitectura e engenharia civil e empreiteiros, para melhor enriquecer os documentos e tornar consensual a sua aprovação.

"Gostaríamos de contar neste encontro com todos os intervenientes no domínio da habitação, como os empreiteiros de construção civil, as cooperativas existentes no país e principalmente as imobiliárias, mas a afluência não correspondeu às nossas expectativas, pelo que decidimos ampliar o leque de discussões",

afirmou.

Joaquim Silvestre António acredita que, quando aprovados, os diplomas ajudam a coordenar o mercado imobiliário, onde existem muitos angariadores, promotores e empresas gestoras de projectos habitacionais não licenciados, além de facilitar o acesso da população à habitação. O secretário de Estado para Urbanismo e Habitação acrescentou que depois de aprovados os quatro projectos, os próximos passos são a criação de regulamentos, uma vez que dois dos documentos em análise são transformados em leis e os outros em decretos, daí que apela à contribuição da sociedade angolana.

Promovido pelo Ministério do Urbanismo e Habitação, o Fórum de Apresentação de Projectos de Diplomas Legais no Domínio da Habitação, analisou, durante o dia, os projectos de leis de Mediação Imobiliária, Arrendamento Urbano, projectos de decretos de Cooperativa de Construção e Habitação e sobre Habitação Social.

O encontro foi aberto pelo ministro do pelouro, José da Silva Ferreira, e contou com a participação de personalidades ligadas ao ramo da construção civil, urbanismo e habitação.

6.10 E assim cresce Luanda

Capital

06 de Março de 2010

Capalanca, na prática, não é um bairro degradado, mas um daqueles que, apesar de não obedecer a qualquer ordenamento urbanístico, cresce de forma imparável.

O tipo de casas caracteriza a inobservância de técnicas arquitectónicas. Trata-se de habitações, muitas das quais feitas em chapas de zinco, localmente chamadas de «bate chapa», onde os serviços básicos não se fazem sentir.

É no término dos autocarros da vila de Viana onde se apanha o táxi que vai até à paragem denominada pracinha do Embondeiro. A corrida custa entre 100 a 150 kwanzas. Postos no local, encontramos a jovem Noémia, vendedora na referida pracinha. Disse que já foi vítima de um assalto na sua própria barraca.

Noémia, vive naquelas paragens, mas numa localidade chamada Eusébio, afecta ao Capalanca, há cerca de três anos. Conta que não sabe nada sobre energia pública, água corrente, esquadra policial ou hospital.

«Não temos hospital do estado. Fui assaltada levaram-me o telemóvel e dinheiro», relatou, ao traçar o quadro da falta de água que só se consegue comprando de tanques privados abastecidos por cisternas.

«Só existe electricidade na clínica Eusébio. A população em geral usa geradores, velas e candeeiros para iluminação» explicou.

Outro morador desta zona é Rogério Domingos,

motorista de uma empresa de segurança. Está no Capalanca, mas o bairro onde reside há apenas dois meses chama-se Baixa de Cassange.

Sua casa está feita inteiramente em chapa. Isto é, das paredes ao tecto. Calor durante o dia e frio às noites são os que pontificam do leque de problemas que tem.

«Vivia no bairro CAOP/ B.

Construi uma casa de chapas onde estou a viver com a minha família. Depois de comprar o terreno decidi não mais pagar renda», esclareceu, para mais adiante atestar que o bairro está a crescer dia após dia, mas sem o devido acompanhamento dos serviços sociais básicos.

«Existem apenas duas escolas públicas a nível do Capulanca. A esquadra da Polícia é nas proximidades do término, quase três a quatro quilómetros daqui», apontou Rogério, para quem, devido a falta de policiamento as pessoas são obrigadas a se recolherem nas residências antes mesmo das 21h00, por temor aos meliantes, que se aproveitam da escuridão para fazerem das suas.

«Os meninos assaltam nas esquinas porque a polícia não se faz presente. Se se virem alguns agentes é apenas nas zonas por onde passam táxis. Somos obrigados a sair às 4h00 devido aos engarrafamentos» realça.

6.11 Angola Telecom liberta-se do prédio

O País

De 12 de Março de 2010

A direcção da Angola Telecom negou, em comunicado distribuído esta semana em Luanda, que o edifício do Largo das Heroínas, onde foi assassinada uma criança, seja sua pertença.

A empresa esclareceu que nos últimos tempos tem-lhe sido atribuída a titularidade de um edifício residencial, localizado no Largo das Heroínas, uma situação que ganhou força em função dos sinais de desabamento e dos acontecimentos que perturbam a ordem e tranquilidade naquela zona do município da Maianga.

"Na verdade, aquele edifício, localizado no Largo das Heroínas, na Avenida Ho Chi Min, não é e nunca foi pertença da Angola Telecom. Ele tem um proprietário e a Angola Telecom ocupou na altura uma parte do edifício, nomeadamente o rés-do-chão e o entre piso, na qualidade de inquilino, com um contrato de arrendamento celebrado com o seu legítimo proprietário", garante a empresa em comunicado distribuído pelo seu Gabinete de Comunicação e Imagem.

A nota esclarece que empresa de telecomunicações começou a funcionar naquele edifício em meados de 1979, na altura ainda com a designação de ENATEL, tendo convertido aquela infra-estrutura no seu principal centro comercial.

o Gabinete de Imagem realça que a partir de 2006 a Angola Telecom cessou o contrato de arrendamento que mantinha com o proprietário do imóvel, tendo transferido parte dos seus serviços para outras áreas da cidade de Luanda, em função do crescimento e alargamento da sua rede de agências comerciais.

"Para além de a Angola Telecom deter o seu próprio edifício sede, construído de raiz e inaugurado em Novembro de 2005, uma das razões que levaram a cessação do contrato de arrendamento com o proprietário daquele edifício do Largo das Heroínas, tem a ver com a degradação que o mesmo vinha conhecendo desde há alguns anos atrás", lê-se ainda no comunicado.

A empresa reconhece que a longa presença e coabitação naquele edifício levou a que as pessoas assim o catalogassem e estabelecessem uma relação - directa com a titularidade do mesmo, mas acredita não haver razões para se continuar a atribuir a titularidade de um imóvel que não é sua pertença.

"A Angola Telecom declina quaisquer responsabilidades sobre aquele imóvel e alerta os cidadãos para deixarem de associar o seu nome àquele edifício"; remata o comunicado.

6.12 Luanda está mais atrasada do que as províncias

Novo Jornal,

12 de Março de 2010

Quando se fala no Plano Nacional de Habitação, o projecto um milhão de fogos lançado pelo Presidente José Eduardo dos Santos é incontornável, mas há fraca informação da parte do público sobre esse aspecto. Sabemos que Luanda apresenta um atraso em relação às restantes províncias. Como é que está o processo no seu todo?

Os números são mais do que claros. A estruturação e distribuição do processo está resumida em 115 mil fogos a cargo do sector público, 120 mil para o sector privado, 80 mil a cargo das cooperativas e 685 mil para beneficiar o sector de autoconstrução dirigida, quer do meio rural ou do meio urbano. É responsabilidade nossa estruturar as reservas fundiárias no que tange às urbanizações, o que pressupõe dizer que a partir do momento em que o programa arranca nenhum cidadão está autorizado a construir em áreas não urbanizadas, isso só poderá acontecer onde já existem urbanizações, com os loteamentos já definidos, onde serão instaladas as redes técnicas, como água, energia, saneamento e telecomunicações.

o que dizer do interior do país, já que é um plano nacional. Serão levadas em conta as características de cada região no conceito arquitectónico?

A nível das províncias, já há acções visíveis desde o ano

passado. Há umas províncias mais avançadas em termos de quotas definidas para cada uma delas. Cada província, mediante as acções do governo local teria a responsabilidade de preparar 300 hectares. Esta orientação foi dada no ano passado, mas para o presente ano serão acrescentados 600 hectares ao número inicial, o que perfaz 900 hectares. Cada província tem a sua especificidade e nas intervenções feitas em termos de urbanização será levada em conta a densidade populacional de cada uma delas. Já há acções visíveis em algumas províncias, com destaque para HU11a, Cunene, Huambo, Namibe, Benguela, Cabinda, onde, começaram a ser distribuídos lotes para as populações construírem. Nas reservas fundiárias referentes a essas localidades estamos a fazer as urbanizações primárias, definindo os lugares onde vão passar as redes técnicas. No caso do Kuando Kubango, Malanje, Bié e Cunene o trabalho de desminagem nas áreas constituídas como reservas está a ganhar maior velocidade, uma vez que até Abril de 2002 a situação nessas zonas não era satisfatória pelo facto de estarem minadas. O envolvimento da iniciativa privada tem como mola os incentivos. Se existem nesse processo quais são os mais candentes? Interessa aqui referir que não podemos vetar a participação da iniciativa privada nesse processo. Um dos benefícios está imediatamente ligado aos compromissos aduaneiros. O nosso governo criou condições, mediante um diploma legal que isenta de impostos de importação de materiais de construção todas aquelas instituições ou empresas que estão envolvidas nesse processo, uma vez que grande parte dos materiais recebidos estariam direccionados para esta empreitada. Portanto, estarão isentos de imposto de consumo e outras questões relacionadas. Essa decisão deriva do facto de haver uma fraca oferta em materiais de construção, internamente. Paralelamente a isso, o que pretendemos é que comecem a surgir empresas vocacionadas para a importação e venda desses produtos para que aumente a oferta e facilite o acesso. Neste momento temos uma empresa de painéis pré-fabricados em Benguela que está em fase de conclusão. Trata-se de um consórcio entre uma empresa espanhola e angolanas, mas há perspectivas de colocar em outras províncias, dentre as quais o Huambo

As inconveniências do tempo não serão um impedimento para os objectivos a alcançar, tendo em consideração as mudanças que se podem registar?

Não porque o Programa Nacional de Habitação prevê a construção de residências num sentido evolutivo. Cada habitação deverá ter uma área mínima de 100 metros quadrados, que comporta dois, três quartos, sala cozinha e quarto de banho, em lotes de 400 a 600 metros quadrados ou mais. Isso quer dizer que o interessado, para além das dimensões ou divisões da

sua residência poderá eventualmente, no futuro, aumentar a sua casa uma vez que terá terreno à disposição para que possa efectua-lo, portanto, porque ele não terá de construir fora do lote. Interessa referir aqui que logo que o lote seja vendido ao cidadão, este automaticamente deverá construir direitos de superfície. Com este direito pode fazer recurso ao crédito bancário, hipotecando o terreno.

Como é que são vistos os bancos em todo esse processo, sabemos que o sector imobiliário é uma das apostas dos bancos comerciais no que toca à concessão de créditos. Se falamos em baixa renda, que garantias dará o cidadão aos bancos?

O Fundo de Fomento Habitacional (FFH) é uma instituição que tem como objectivo suportar o programa no que tange ao crédito habitação. Ao invés do cidadão recorrer ao pagamento de renda eternamente vai fazer recurso ao pagamento de renda resolúvel, ou seja, tendo em conta o valor da casa, a partir dos rendimentos do cidadão, referenciando as taxas de juros praticadas pelos bancos, é estabelecido um valor que o cidadão vai pagar mensalmente pela casa, mas isso será feito de forma suave. O tempo de pagamento será definido pelo governo e depois de cumpridas todas as prestações relacionadas com os pagamentos o cidadão tem a titularidade da casa. O FFH tem como objecto fundamental proporcionar facilidades à vida dos cidadãos que pretendem obter um espaço onde queiram construir uma casa e os bancos são parte integrante desse processo. É importante salientar que o Estado não vai dar casas de graça. O cidadão terá que pagar. Quer na área urbana ou rural o processo será idêntico.

A meta é 2012. Acredita que em termos percentuais vai ser atingida?

Eu estou optimista. Por norma, é difícil começar, mas já estamos numa fase que tende a evoluir e neste momento começamos a atingir a velocidade cruzeiro. A prova disso é o que está a acontecer em todo o país, não diria a nível da cidade da capital que regista um atraso em relação às restantes províncias. Nas províncias já há projectos habitacionais que estão a ganhar corpo. No caso específico de Luanda começamos a ver novas centralidades a surgirem, como exemplo temos o município do Kilamba Kiaxi, arredores do estádio 11 de Novembro, a área do Zango, o projecto de auto construção dirigida no musseque Kapari. Portanto, está tudo a mexer de modo a que alcancemos esta meta.

Ao que tudo indica, o objectivo é ultrapassar essas cifras se possível.

Evidentemente. O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação não termina em 2012. O que pretendemos é que no quadriénio 2009/2012 alcancemos o número de 1 milhão de casas. A partir de 2010 estamos a falar num

défice habitacional a partir de 1.800.000 habitações. O que o governo pretende é dar continuidade a este programa, ir melhorando as condições de habitabilidade dos cidadãos e melhorar ou requalificar as áreas degradadas ou musseques. Este é o ano em que pretendemos acelerar e veremos até ao final de doze meses que o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação vai ganhar Copo porque há várias empresas interessadas em estar envolvidas nesse processo. Muitas delas já apresentaram as suas propostas técnicas que serão avaliadas pelo Ministério do Urbanismo e Construção, portanto é de mantenha dimensão que envolve toda a sociedade empreendedora, fundamentalmente aqueles que funcionam no sector imobiliário e de construção.

6.13 Casas da Nova Vida prontas em 18 meses

Expansão

De 13 de Março de 2010

Duas empresas chinesas iniciaram nesta terça-feira os trabalhos de uma parte da segunda fase do projecto Nova Vida, após a adjudicação de 2562 fogos por parte do Instituto Nacional de Habitação (INH), na última sexta-feira. Dentro de duas semanas serão iniciadas mais umas centenas de fogos, essencialmente moradias, e, por fim, dentro de meio ano começarão os trabalhos nos cerca de 700 fogos que completarão todo o lote instalado em Kilamba Kiaxi. As tipologias de 11tes edifícios serão T2 (dois quartos e sala) e T3 para os apartamentos e T3 e T4 para as moradias. As infra-estruturas contemplarão 20 km de arruamentos asfaltados. Ao todo" serão investidos cerca de 140 milhões USD.

Como principais entraves ao avanço imediato da construção de todas as habitações estão - segundo um dos intervenientes no processo de construção - a escassez de água canalizada para todo o projecto e a necessidade de terminar a erradicação das habitações ilegais presentes na área a construir. No primeiro caso, "há muitas pessoas, e a água não chega para todas. Terá de haver um reforço ao projecto, seja através das mesmas condutas, ou de outras", explicou. Já em relação à electricidade, admitiu a mesma fonte, "o projecto tem crescido e tem de se ver se existe capacidade da linha, ou se são necessários reforços".

Embora o INH não avance um preço de venda por apartamento, a construção rondará os 850 USD por metro quadrado, apurou o Expansão. Certo, segundo o director do INH, Eugénio Correia, é que os preços de venda já contemplarão as infra-estruturas, o que não aconteceu na primeira fase, em que foi o erário público a assumir essa despesa. "Pretendemos que este projecto, que se iniciou com recurso aos dinheiros do

Estado, já não tenha encargos para o OGE nesta segunda fase.

Queremos que seja um programa auto financiado, para podermos continuar a construção. Este é um projecto pioneiro na sua estrutura. O que pretendemos é multiplicar projectos desta natureza para minimizar a carência que o País ainda atravessa", salientou Eugénio Correia, embora admita que, para já, não há planos concretos para fora da província de Luanda. Neste programa Nova Vida, os principais alvos da venda serão os funcionários públicos, ressaltou Eugénio Correia, embora também se refira "ao público em geral".

O projecto da segunda fase da Nova Vida data de 2006, mas, após alguns entraves surgidos em 2007, foi reformulado no ano passado. Nessa altura ficaram definidos os moldes desta segunda fase, cujas obras arrancaram nesta terça-feira, após a assinatura do contrato de construção de 1406 fogos, entre o Instituto Nacional de Habitação e as duas empresas empreiteiras chinesas. A Imogestín, anteriormente apenas promotora das vendas, assume agora também a função de coordenadora executiva do relançamento, como ressaltou o director do INH

6.14 Município do Rangel avança para a requalificação

Jornal de Angola

De 13 de Março de 2010

O município do Rangel faz parte agora do conjunto de estudos que visam requalificar a capital angolana, Luanda, soube-se ontem do Administrador local, Marcial Neto, quando convidou potenciais investidores a olharem para o desenvolvimento da circunscrição que dirige, no decorrer do acto de Inauguração da Agência Marçal, do Banco Sol.

"Olhamos para estas instalações e reiteramos os nossos parabéns, porque foi feito um grande aproveitamento, pois no Rangel, para vossa informação, já estamos a estudar e a discutir o seu plano de requalificação", anunciou o administrador, insistindo na urgência do projecto com necessidade de se dar melhor dignidade à população.

Por isso, adiantou que, "pelo aproveitamento dado a instalação, ela já se enquadra naquilo que é a nossa perspectiva, naquilo que nós queremos ver: um Rangel melhor, com infra-estruturas melhores do que as actuais e, com certeza, este passo juntar-se-á ao Hospital Américo Boavida e a outros empreendimentos da Terra Nova":

Para Marcial Neto, foi uma "honra" abrir as portas da Agência Marçal do Banco Sol, gesto que agradece, por se ter priorizado, entre as várias agências que já existem na municipalidade, a Estrada da Brigada, uma das famosas ruas de uma comuna que é também um

símbolo do Rangel. "Este esforço vai, de certa forma, desafogar-nos naquilo que tem sido a reivindicação da população: encurtar distâncias e receber dos bancos um serviço que possa ajudar os negócios da população", uma vez que, justificou o administrador, "temos aqui mercados, temos população empresarial e temos bastante população para usufruir dos serviços que o Banco Sol oferece".

O município do Rangel mantém uma população estimada em 600 mil habitantes, sendo aproximadamente 182 mil o número de cidadãos que habita a comuna do Marçal, uma das três comunas que conformam a municipalidade.

Com investimentos acima de 600 mil dólares, a Agência Marçal, do Banco Sol, que levou cinco meses para ser acabada, tem um balcão com seis caixas operacionais e salas para serviços de micro-crédito, de ATM (com três sistemas Multicaixa), de tecnologias de informação e de outras funcionalidades inerentes à própria estrutura bancária. Doze pessoas vão sustentar toda a actividade que será gerida por Benedita Santos.

Apoio à redução da pobreza e da fome

O membro da Comissão Executiva do Banco Sol, Coutinho Miguel, sublinhou que a agência bancária do Marçal, dotada de capacidade tecnológica e de recursos humanos capazes de assegurar a prestação de qualquer serviço, além de estar à altura da inovação que a banca moderna impõe, vai continuar a apoiar o governo na redução da pobreza e no combate à fome.

"O Banco Sol vai continuar coerente e fiel a este compromisso, a essa responsabilidade social corporativa, pois, ela não é incompatível com o conceito de cálculo económico ou de racionalidade económica, razão pela qual o banco vai continuar a desenvolver esse projecto, tendo em conta a sua missão, a sua visão e os seus objectivos", avaliou Coutinho Miguel.

Segundo esse executivo, o Banco Sol, ao estruturar esse produto de micro-crédito, pretende incentivar o desenvolvimento humano, recuperar e assegurar a reconstrução e o desenvolvimento do país, uma vez que "não podemos dar esses passos gigantescos sem se efectivar a redução da pobreza e o combate à fome".

"Temos fé e esperança de que o percurso do Banco Sol no mercado angolano tem estado a transformar a realidade da vida de muitos angolanos, através do nosso produto mais visível, que é o micro-crédito", disse Coutinho Miguel.

6.15 Lançado projecto imobiliário para viúvas e veteranos de guerra

Jornal de Angola

De 14 de Março de 2010

Um projecto imobiliário, orçado em, pelo menos, 200 milhões de dólares, foi lançado, na sexta-feira, na cidade do Lubango, pelo consórcio Comandante Loy-Sá, para beneficiar viúvas, antigos combatentes e veteranos da pátria, bem como mulheres desamparadas. Enquadrado no programa do governo de construção de um milhão de casas, o projecto prevê a construção de 3.800 casas do tipo T2, T3 (sociais) e T4 (média renda), numa primeira fase.

O projecto, a ser executado pelas, empresas parceiras Contraste e Alimus Consulting Lda, deve ser entregue ao governo provincial.

O governo provincial da Huíla, vai ceder novos terrenos para que se possa edificar todo projecto, com armamentos, saneamento e outras infra-estruturas técnicas.

Numa primeira fase, foi cedida, pelo governo da província, uma área de 110 hectares, no bairro Nambambe, onde se vai começar a erguer o projecto, a partir da segunda quinzena deste mês.

O presidente do Conselho de Administração do consórcio, Domingos Francisco Barros, disse que as casas do tipo T2 e T3, destinadas às viúvas e antigos combatentes e veteranos da pátria, estão orçadas, no mínimo, em 30 mil dólares.

Em relação aos antigos combatentes e veteranos da pátria controlados pelo governo, as casas vão ser atribuídas com o acompanhamento dos governos provinciais, para posterior entrega ao Ministério dos Antigos Combatentes.

O Ministério da Família e Promoção da Mulher participa no projecto para se encontrar uma estratégia para a atribuição das casas e promover empregos para filhos de integrantes nas comunidades, facultando-lhes a possibilidade de pagamento num período de até dez anos. O apoio do Governo é crucial para a materialização do projecto.

6.16 Cabinda quer mudar situação de bairros periféricos

Jornal de Angola

De 14 de Março de 2010

O governador provincial de Cabinda, Mawete João Baptista, manifestou-se, recentemente, desgastado com os graves problemas com que se debatem os habitantes de alguns bairros periféricos da cidade, no final de uma demorada visita de campo.

Depois de constatar os graves problemas sociais com que se debatem os habitantes dessas localidades, desde a falta de energia eléctrica, água potável, vias de acesso, postos sanitários, escolas e sobre o avanço de ravinas, Mawete João Baptista defendeu a tomada de medidas para inverter o actual quadro.

Naquela que foi a sua segunda jornada de campo desde que está à frente dos destinos da província, Mawete João Baptista começou por visitar a mítica aldeia de Tchizo, seguindo depois para os bairros Lombe, Lucola, Lombolombo e Cabassango.

Tchizo, centro do poder tradicional de Cabinda e antes uma pequena "buala" (aldeia) habitada por cerca de 300 habitantes, hoje conhece uma invasão popular que trouxe consigo várias construções anárquicas e a erosão das terras. A aldeia está na iminência de 'ser engolida por uma grande ravina, que surgiu como consequência da alteração do ecossistema resultante do corte de arbustos ao longo de toda encosta pelas populações.

As raízes de bambus e outros arbustos, arrancados pelas populações, permitiam a compactação das terras, evitando assim o seu desmoronamento e o aparecimento de ravinas.

A visita do governador Mawete João Baptista ao Tchizo surpreendeu pela positiva os aldeões. Segundo exteriorizou Basílio Tomé, de 35 anos, ver um dirigente a calcar aquelas montanhas íngremes para se inteirar dos seus problemas, sobretudo das ravinas que assustam a população, foi de facto "uma boa surpresa" e um sinal evidente de que as preocupações das populações chegam ao conhecimento de quem governa.

Segundo acrescentou Basílio Tomé, a ravina que ameaça engolir a aldeia, de aproximadamente trinta metros de profundidades já destruiu I muitas casas e outras tantas podem desabar a qualquer momento.

"Ao ver aquí o governador preocupado com os nossos problemas, é sinceramente motivo de grande regozijo", disse.

Reabilitação de via leva alegria ao Tchizo

Outro grande motivo de satisfação para os moradores da aldeia do Tchizo e do bairro Lombe é a reabilitação pelo governo da estrada que liga as duas localidades, desembocando em Lucola, que há mais de 20 anos se

encontra intransitável.

A inoperacionalidade da via tem estado a criar sérios transtornos na vida dos habitantes, na medida em que a ausência de uma rede viária em condições impede o governo de colocar ali os serviços sociais básicos, facto que obrigava os moradores da região a percorrem vários quilómetros a pé para adquirirem, por exemplo, água, gás butano, ou mesmo para receber assistência médica.

As crianças em idade escolar dessas aldeias são obrigadas a percorrer diariamente grandes distâncias, galgando montanhas até ao local onde se encontra a escola, correndo riscos de caírem nas ravinas próximas da berma da via.

Esta situação forçou o governo da província a reabilitar esta importante via, que vai ter, depois de concluída, quatro faixas de rodagem, com seis metros de largura e treze quilómetros de extensão, partindo do b3;irro "Escapazar", passando pela rua do Tchizo. São Pedro; Lombe e indo desembocar por de trás do estaleiro da EMCICA, no bairro Lucola. As obras estão a cargo da empresa "Meng Engenharia" e, dentro de 45 dias, isto é, em Abril próximo, deve estar concluída a primeira parte do projecto, que compreende o alargamento da estrada, nivelamento e compactação das terras, para depois se iniciarem os trabalhos de construção dos sistemas de drenagem das águas pluviais, canalização da tubagem para água potável e asfaltagem.

O valor das obras não foi revelado, mas segundo o governador Mawete João Baptista, dadas as dificuldades de tesouraria que o Governo local atravessa, "os trabalhos estão a ser feitos a custo zero, graças à boa vontade de alguns empresários que se prontificaram em ajudar".

"Nós temos jovens de Cabinda empreendedores, com uma certa capacidade intelectual e de intervenção que estão a ajudar o governo a realizar algumas acções e a refazer o sonho de uma vida melhor para as nossas populações. A estrada do Lombe, em que ninguém circulava nela, em apenas dez dias de trabalhos ganhou um cenário diferente", disse Mawete João Baptista, elogiando o esforço evidenciado pela empresa que executa os trabalhos.

Para o governador Mawete João Bápista, o quadro social das populações dos bairros por si visitados é crítico. "São casas a caírem, estradas interrompidas, ravinas, canais de águas destruí dos, enfim, por tudo quanto é canto onde, passamos, encontramos o mesmo grito de socorro", disse o governador, visivelmente agastado, prometendo que o governo não terá mãos a medir para ver resolvidos e já todos esses problemas. Segundo ainda o governante, é preciso encontrar uma solução definitiva para as dificuldades globais das populações do Tchizo, Lombe, Lucola, Cabassango e Lombolombo, no quadro do plano director de

requalificação da cidade de Cabinda.

Porém, acrescentou que face o aproximar dos meses em que as chuvas são intensas (Março, Abril e Maio) em Cabinda, o executivo local teve que encontrar uma alternativa, ainda que paliativa, para facilitar a circulação das populações e estas voltarem a sonhar com dias melhores. "Como puderam ver, o entusiasmo da população em ver o governador pela primeira vez a visitar os seus bairros foi muito grande", referiu Mawete João Baptista, para quem essas visitas de campo vão continuar, porque o povo quer ver resolvidos os seus problemas governo é de construir com urgência um posto médico e uma escola do primeiro ciclo no Tchizo, onde os alunos estudam num local sem condições. "Trata-se de uma casa ainda em construção, sem portas, janelas, carteiras, nem reboque, disponibilizada, provisoriamente ao sector da educação pelo seu proprietário, ávido em ver as crianças aprenderem o ABC", disse um morador.

Comovido com o drama das crianças, o governador Mawete João Baptista, depois de visitar o interior da improvisada escola e vendo o cenário de crianças sentadas no chão, outras em pequenas cadeirinhas trazidas de casa, mandou imediatamente a secretária provincial de Educação, Helena Berta Marciano, e o da Saúde, Carlos Zeca, para em conjunto elaborarem uma proposta de edificação de uma escola e um posto de saúde, enquanto que ao administrador municipal, Francisco Tando, foram-lhe baixadas orientações no sentido de solicitar à direcção da Igreja Católica ali instalada um espaço para construção das duas infra-estruturas.

6.17 A obra dos Luandenses

Jornal de Angola.

17 de Março de 2010

Luanda sofreu mais uma vez os efeitos das enxurradas provocadas pela chuva intensa. E como sempre, houve inundações, estradas cortadas, pessoas desalojadas, trânsito caótico. Desta vez temos a lamentar 13 mortos, que dá ao problema uma dimensão de catástrofe.

Há quase 50 anos as ruas da Baixa de Luanda desapareceram e os musseques ficaram transformados num mar imenso. Nessa altura morreram dezenas de pessoas vítimas dos desmoronamentos das suas casas ou afogadas. A cidade não tinha uma rede de drenagem eficaz das águas pluviais e o desastre aconteceu. Só nessa altura a capital foi dotada de uma rede de esgotos em condições.

Volvido quase meio século Luanda está na mesma. A rede de então está assoreada, as sarjetas estão entupidas e a cidade cresceu tanto que milhares de pessoas construíram as suas habitações nas vizinhanças das valas de drenagem ou mesmo em cima das linhas de

água, rios secos que só correm no tempo das chuvas. Basta, cair uma chuva mais forte ou chover uns minutos a mais para Luanda ficar alagada, os musseques se transformarem em imensas lagoas, as estradas serem cortadas e as casas precárias desabarem. A capital tem mil problemas para resolver e está a resolvê-los. O Gabinete Técnico e Executivo de Coordenação dos Projectos de Luanda tem em mãos obras de extrema importância, que vão "desafogar" a cidade. Desde logo, as vias "expresso" que vão ligar a Viana e ao Cacucaco, o que vai tomar o trânsito mais fluido. Mas os técnicos estão a intervir na rede de drenagem e decorrem obras de requalificação nas valas de drenagem da Rua Senado da Câmara, Soroca, São Pedro, Rio Seco e Cariango. O colector de esgotos do Casseque está em fase de conclusão.

Os responsáveis pelas obras garantem que no próximo ano Luanda fica com a sua rede de drenagem das águas pluviais concluída. Finalmente a capital do país liberta-se de um problema que tem décadas. Mas não basta concluir as obras. É preciso, desde já, criar equipas técnicas que garantam a sua manutenção.

De nada adianta construir dezenas de quilómetros da rede de esgotos das águas pluviais e depois ninguém se preocupar em desentupir as sarjetas ou se as valas continuarem a ser depósitos de lixo. A cidade pode aguentar o excesso de habitantes. Mas as suas estruturas não podem aguentar o seu mau uso ou a falta de civismo.

Os mais velhos sabem que temos pela frente, até finais de Abril, as "chuvas arrasa capim". Mas também sabem que se não cuidarmos todos da nossa cidade, as enxurradas vão agravar-se de ano para ano. E a perda de vidas humanas vai continuar, por muitas vias "expresso" que sejam construídas e apesar da rede de escoamento das águas pluviais. As enxurradas em Luanda não são uma fatalidade. Na próxima estação das chuvas nem sequer vão causar os problemas que hoje estamos a viver. Mas se queremos que Luanda volte a ser uma cidade "boa para viver" temos de fazer obras na consciência de cada um, construindo o civismo que é a única maneira de viver em harmonia na sociedade. É obrigação de todos os luandenses colaborar na limpeza da cidade, utilizar os equipamentos públicos com cuidado, preservar o que é de todos e a todos serve.

Se todos colaborarmos, as inundações deste ano passam à história e em breve não serão mais do que amargas recordações.

O futuro de Luanda está nas nossas mãos. E todos esperamos que os tempos que estão para vir sejam melhores do que aqueles que vivemos nos últimos dias. A construção de dezenas de quilómetros da rede de esgotos das águas pluviais é uma garantia de que tudo vai ser melhor. Mas é preciso ter em conta que se construir

e requalificar está a ser muito difícil, manter e preservar os equipamentos exige ainda mais esforços. E não apenas dos técnicos e das autoridades competentes. O esforço maior compete aos cidadãos. Temos de utilizar bem o que é de todos e sobretudo temos de manter em bom funcionamento o que é essencial à nossa qualidade de vida

6.18 Obras no bairro Calemba são retomadas brevemente

Jornal de Angola,

17 de Março de 2010

A última família que vive na área de intervenção das obras da rodovia em direcção à Tourada, no bairro Calemba, vai ser realojada ainda esta semana para a empreitada poder terminar. Fonte do Gabinete Técnico e Executivo de Coordenação dos Projectos de Luanda (GATEC) disse, ontem, à Angop que as negociações para o realojamento das pessoas que residiam no perímetro do troço em obras já foram concluídas.

À luz das negociações, afirmou, foram reservadas quatro casas no -bairro Zango, município de Viana, para a última família que ficou na área de intervenção. Com uma extensão de 1.800 metros, ao troço faz parte da Avenida 21 de Janeiro, cuja empreitada começou na Escola Comandante Economia, em direcção à via de acesso à Tourada.

A empreitada compreende a reabilitação do pavimento, melhoramento da via, da rede de drenagem, aplicação da sinalização - vertical e horizontal - iluminação pública, colocação de lancis, instalação de separador central e passeios para peões em cada lado da estrada.

O troço beneficiou já de asfalto em quase toda a extensão, restando unia parte do sentido ascendente, cuja execução aguardava pelo realojamento da última família.

6.19 Fórum Urbano Mundial tem lugar no Rio de Janeiro

Jornal de Angola,

De 19 de Março de 2010

A República de Angola participa, a partir de segunda-feira, no 5º Fórum Urbano Mundial, a decorrer no Rio de Janeiro, Brasil, que tem como objectivo debater o papel dos governos em assegurar que sejam respeitados os direitos dos pobres por constituírem a maioria dos habitantes das cidades.

Uma nota do Ministério de Urbanismo e Construção, referido pela Angop, adianta que o encontro tem como lema "O direito à cidade: unindo as divisões urbanas". A participação de Angola é relevante, numa altura em que executa o seu Programa Nacional de Urbanismo e

Habitação que prevê a Promoção da habitação social, e não só, para fazer face ao acentuado défice habitacional no país. O programa executivo habitacional prevê a construção de um milhão de fogos até 2012, coma intervenção do Estado, do sector privado, das parcerias públicas e privadas e do sector cooperativo.

O 5º Fórum Urbano Mundial prevê a realização de uma mesa redonda ministerial, na qual devem participar ministros e chefes das delegações participantes. O objectivo da mesa redonda – assegurar que sejam respeitados os direitos dos pobres – deve-se ao facto de metade da população viver em cidades e vilas e de os pobres constituírem a maioria dos habitantes das urbes. O tema para esta edição do Fórum Urbano Mundial reconhece os direitos dos pobres urbanos e promove a sua inclusão e igualdade de acesso à cidade. Durante a mesa redonda, prossegue a nota, serão debatidos vários aspectos relacionados com as diferenças de rendimento e a desigualdade nas cidades, pobreza humana, democracia participativa e desenvolvimento urbano sustentável, acesso ao abrigo, água, saneamento e infra-estruturas e serviços.

O relatório mundial do UN- habitat sobre o estado das cidades 2010-2011, tem como tópicos principais "O direito à cidade", "Unido as divisões urbanas" e "Igualdade de acesso a abrigos".

6.20 O governo de Luanda constrói casas para vítimas de violência doméstica

Jornal de Angola

De 20 de Março de 2010

A vice-governadora de Luanda para a esfera social, Juvelina Imperial, afirmou, na quinta-feira, que a construção de casas para as vítimas de violência doméstica faz parte do programa do Governo, no âmbito dos investimentos públicos.

Juvelina Imperial disse, aos jornalistas à margem da conferência internacional para o encerramento da primeira fase da campanha "Desafiando o silêncio", do Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género que o processo já está em curso. "O Governo pretende resolver os problemas das vítimas de violência doméstica, principalmente mulheres que perdem os lares", sublinhou.

O governo provincial, referiu, tem realizado acções de sensibilização, de educação e de aconselhamento e palestras, com o apoio da Direcção Provincial da Família.

A vice-governadora afirmou que a aprovação da lei contra a violência doméstica também constitui prioridade, por ser um documento jurídico capaz de regulamentar a violência no lar como crime.

6.21 Governo rubrica acordo para construção de casas

Jornal de Angola

De 20 de Maio de 2010

O Governo angolano assinou ontem, em Luanda, protocolos de entendimento com quatro empresas de construção civil, com vista ao reforço do seu programa de habitação, que prevê a construção de um milhão de fogos habitacionais em todo país, até 2012.

Nos termos do acordo, as empresas Valentim Amões, Rienk, LR Group e Consultoria Especializada estão autorizadas a efectuar empréstimos junto de instituições bancárias para desenvolver de acções relacionadas ao referido programa.

O secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Joaquim Silvestre, afirmou que o entendimento se enquadra na política de parceria público privada que se pretende para a área de construção de casas no país.

Joaquim Silvestre esclareceu que o Estado se propõe a disponibilizar os terrenos urbanizados, enquanto os empreiteiros, com financiamentos próprios, devem erguer moradias sociais, sobretudo do tipo T1, T3eT4.

A cerimónia de assinatura do acordo decorreu na sede do Instituto Nacional de Habitação e contou com a presença de responsáveis do sector de urbanismo e construção, das empresas a que foram adjudicados os contratos e outras personalidades.

6.22 Programa habitacional começa a ser executado

Jornal de Angola

De 20 de Março de 2010

Um total de 1375 casas vai ser erguidas nos próximos tempos na reserva fundiária do Ekuma I, arredores da cidade de Ondjiva, no Cunene, no âmbito do programa nacional habitacional.

A consignação da primeira fase da empreitada ocorreu na passada quarta-feira, compreendendo a construção de arruamentos, passeios, rede de abastecimento de água, drenagem das águas residuais e pluviais, reservatórios de água, redes de electricidade e de telefones e iluminação pública. Os trabalhos desta fase vão ser executados pela empresa local Terrasul, em 18 meses, e vão custar cerca de 36 milhões de kwanzas.

De acordo com o director da obra, o engenheiro Milton Silveira, ao todo o bairro residencial vai contar com 21 quilómetros de arruamento. O espaço compreende uma área de 250 hectares, 76 dos quais reservados para os lotes.

A construção das casas só vai ser possível após a conclusão dos arruamentos e da implantação das infra-estruturas urbanas básicas.

Das 1.375 casas a serem erguidas no espaço, 205 são

de carácter social. Vão ser também construídas escolas, creches, igrejas, espaços verdes e parques de estacionamento.

6.23 Fórum de urbanismo leva deputados ao Brasil

Jornal de Angola

De 22 de Março de 2010

Uma delegação de deputados da Assembleia Nacional seguiu ontem para o Rio de Janeiro, onde vai participar no Fórum Mundial do Urbanismo, no Brasil.

De acordo com o deputado Júlio Bessa, que chefia a delegação, os parlamentares vão juntar-se ao ministro do Urbanismo e Construção, José Ferreira da Silva, que já se encontra no Rio de Janeiro desde sábado.

Em declarações à imprensa, na sexta-feira, José Ferreira afirmou que o fórum tem como objectivo debater o papel do governo em assentos dos cidadãos mais desfavorecidos, por constituírem a maioria dos habitantes das cidades. O encontro tem como lema "o direito à cidade, unido às divisões urbanas". A participação de Angola, segundo o ministro, é relevante numa altura em que executa o seu programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que prevê a promoção de habitação social. Os deputados pertencem à 4ª comissão da Assembleia Nacional que trata da Administração Pública e Poder Local.

6.24 Habitações para a juventude foram entregues no Lubango

Jornal de Angola

De 23 de Março de 2010

Albertina Galangunga, 24 anos, trabalhadora do Centro de Documentação e Informação do Governo da Huíla, é uma jovem feliz, porque neste mês consagrado à mulher foi contemplada com uma casa, construída no quadro do Projecto Angola Jovem.

"Não vejo a hora de mudar para a minha própria casa, situada no bairro da Chavola, arredores da cidade do Lubango. Já tenho pequenas coisas para apetrechá-la e tornar a casa bonita e acolhedora para mim, família e amigos", disse a jovem, satisfeita.

A jovem Albertina, que foi uma das centenas de candidatas ao concurso das 92 casas construídas pelo Ministério da Juventude e Desportos, na sequência da execução do Projecto Angola Jovem, está de acordo com as modalidades de pagamento da casa.

"A primeira tranche do reembolso que vamos fazer ao banco financiador do projecto é o equivalente em kwanzas a quatro mil dólares. A partir daí, o resto é descontado do salário mensal, durante 15 a 20 anos,

conforme a opção de cada beneficiário", explicou. Sublinhou que esta modalidade desafoga os beneficiários das 92 casas, que estão prontos a habitar no novo bairro. "Tenho o meu noivo, trabalhamos, e não há como falhar os compromissos com o banco. Vamos pagar, talvez antes do tempo previsto".

O jovem Jaime Lombe considera que o processo de entrega das casas vem em boa altura, porque vai materializar o seu projecto de casar, ter filhos e constituir uma família.

"Venho adiando o casamento porque vivo num quarto pequeno e ainda por cima num bairro sem condições de saneamento básico, segurança e até de difícil acesso", disse.

Jaime Lombe frequenta o quinto ano do curso de Filosofia, no Instituto Superior de Ciências da Educação do Lubango. Tem um emprego com salário razoável e suficiente para honrar os compromissos do reembolso, constituir família e criar os filhos.

A distribuição das casas T2 e T3, construídas no ano passado, abrangeu 35 jovens, que reuniram os requisitos exigidos, entre eles ser casado, viver maritalmente, ter um emprego e condições de honrar os compromissos com o banco.

Os beneficiários e os que não foram apurados regozijaram-se com o Ministério da Juventude e Desportos, governo da província da Huíla e outros parceiros, por tornaram o projecto realidade e contemplar jovens com o sonho de ter casa própria.

Os jovens que não foram contemplados com casas pretendem que a direcção da Juventude e Desportos, governo e parceiros continuem o processo, de forma a abranger o maior número de candidatos interessados em constituir família, criar riqueza e desenvolver a província.

O director interino da Juventude e Desportos na Huíla, André de Jesus, garantiu que o processo de construção de casas vai continuar com mais 100 moradias, cujas obras começam no mês de Abril do corrente ano.

6.25 O custo das casas

Jornal de Angola

De 23 de Março de 2010

Os problemas relacionados com a habitação continuam na ordem do dia. Muitos milhares de angolanos têm ainda necessidade de um lar condigno, o que nem sempre é possível devido aos elevados custos das casas no país.

A Constituição de Angola dispõe, no seu artigo 85º, que "todo o cidadão tem direito à habitação e à qualidade de vida". Trata-se de um direito fundamental e que faz parte do elenco dos Direitos Humanos, mas para cuja concretização é necessária a tomada de outras medidas que possam viabilizar o acesso dos cidadãos à

habitação a preços suportáveis.

A solução do problema da habitação no país é uma das grandes prioridades do Governo, que adoptou programas destinados a satisfazer muitos milhares de famílias que necessitam de um tecto para morar.

A alta de preços, um fenómeno que abrange outros bens, que não só as casas, constitui um assunto que continua a merecer séria reflexão por parte das autoridades, que estão a estudar o fenómeno, a fim de se traçar uma estratégia dirigida a fazer baixar o custo de vida no país.

O Governo, depois de identificar as causas dos elevados preços das casas, vai avançar para a elaboração de legislação que defina o preço dos terrenos para construção, para reduzir os custos da habitação.

O ministro do Urbanismo e da Construção, José da Silva Ferreira, assegurou que um tal instrumento jurídico vai permitir que os promotores imobiliários pratiquem preços mais baixos.

"Estamos a trabalhar para um valor único no país, para que os promotores imobiliários desçam os preços das casas, em função dos custos dos terrenos", disse o ministro José da Silva Ferreira.

O Governo está a fazer a sua parte e com grande coragem. Ao criar as reservas fundiárias fechou a porta aos especuladores. Só criando uma bolsa de terrenos é possível retirar do circuito da construção de habitação os que fazem subir artificialmente o metro quadrado. Esse passo foi dado e hoje todos os municípios têm reservas fundiárias para construção de habitação social e habitações a preços controlados. Foi um passo fundamental.

A imposição de um preço padrão do metro quadrado é outra medida corajosa que é inteligente que vai permitir aos cidadãos de menores recursos terem acesso à habitação a custos baixos.

Na lógica das autoridades, se baixarem os preços dos terrenos, baixam os preços das casas, o que permite que um maior número de pessoas tenha acesso à habitação.

O custo do terreno costuma ser uma fatia importante no preço final da casa. Em Angola essa "distorção" não vai acontecer graças às medidas tomadas pelo Governo.

As autoridades estão animadas pela vontade de resolver os problemas que mais afligem as populações, pelo que têm trabalhado no sentido da satisfação as suas necessidades básicas.

Conquistada a paz há oito anos, o Governo viu-se confrontado com inúmeros problemas, cuja solução pode levar ainda algum tempo. Mas é animador verificar que estão definidas metas para a conclusão de vários programas habitacionais, entre os quais figura a construção de um milhão de fogos habitacionais até final desta legislatura.

Espera-se que a médio prazo muitos angolanos possam viver em áreas urbanizadas, com infra-estruturas básicas que permitam aos moradores uma boa qualidade de vida.

Um grande esforço tem sido feito para que progressivamente desapareçam os bairros desprovidos de condições mínimas de habitabilidade, na cidade e no campo.

A execução de programas destinados a proporcionar habitação aos cidadãos com recursos mais débeis promove igualmente o desenvolvimento, uma vez que desfrutando de mais qualidade de vida, as pessoas ficam mais disponíveis para realizar tarefas produtivas a um elevado nível.

A solução dos problemas sociais entre os quais o da habitação, resulta num maior empenho das pessoas nas actividades produtivas o que só faz engrandecer o país. Acreditamos que daqui a alguns anos, pelo árduo trabalho que tem sido levado a cabo, os problemas da habitação vão ser menos graves do que os que temos actualmente.

Temos esperança em que os governantes vão saber levar a bom porto os programas de habitação, para que tenhamos de facto em Angola uma sociedade justa de igualdade e de progresso social.

6.26 Fórum Urbano da ONU pede combate à pobreza

Jornal de Angola

De 23 de Março de 2010

O quinto Fórum Urbano Mundial da ONU começou ontem no Rio de Janeiro com um pedido da comunidade internacional para o combate à pobreza nas grandes cidades e pela melhoria das condições de vida nos bairros pobres.

Na abertura da conferência, considerada o encontro mais importante sobre a gestão das cidades, a directora da ONU-Habitat, Anna Tibaijuka, alertou que quase mil milhões de pessoas se aglomeram em bairros periféricos das cidades de todo o mundo e "200 milhões de crianças vivem nas ruas".

A directora da ONU-Habitat pediu aos líderes mundiais para "terem a coragem" de combater a pobreza e atender a outros problemas, das cidades, como o seu crescimento descontrolado e a poluição extrema, que "afectam sempre os mais vulneráveis".

Tibaijuka afirmou que 61, por cento da população urbana da África e 24 por cento da América Latina vivem em casas precárias em bairros pobres ou bairros de lata.

Responsabilidade mundial

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, ausente da reunião, enviou uma mensagem ao Fórum, na qual

afirmou que as condições de vida nos bairros pobres são "uma violação dos direitos humanos". Ban pediu aos delegados ao Fórum que tomem medidas, já que a comunidade internacional "tem a responsabilidade" de assegurar o direito de todos os habitantes dos bairros periféricos ao saneamento básico, à segurança e a trabalhar por um futuro melhor.

O Presidente do Brasil, Luiz Inácio "Lula" da Silva, presente na conferência, pediu aos governantes para empreenderem uma "reparação dos danos" cometidos pelos líderes do século XX, "que permitiram que muitas cidades do mundo e do Brasil se transformassem em grandes bairros de lata". Lula assinalou que, no passado, nos países em desenvolvimento como o Brasil, não se investia no saneamento básico "porque isso não servia para propaganda eleitoral".

"Os líderes não entenderam que a imagem mais digna que um governante pode dar é uma criança a brincar na rua sem pisar em esgotos ao ar livre", acrescentou o Presidente, que se referiu às iniciativas do seu Governo para melhorar a qualidade da vida nos subúrbios.

Causa subjacente

O vice-presidente da Espanha Manuel Chaves manifestou o firme compromisso do seu país com a luta para a erradicação da pobreza no mundo, o que constitui "a causa subjacente" às deficiências dos assentamentos urbanos.

Chaves alertou que se está ainda "longe de atingir as metas da ONU" devido a impedimentos como as grandes deficiências das políticas urbanas, as limitações financeiras, as desigualdades de género e a deficiente aplicação dos direitos humanos nas cidades, especialmente, a do direito à moradia.

Para o representante da Espanha, a urbanização deve ser acompanhada pela luta contra as desigualdades, para evitar que se transforme "num escuro objecto de desejo para os especuladores".

O vice-presidente espanhol reafirmou que as soluções para este tipo de problemas passam pelas organizações multilaterais, uma visão que também foi partilhada pelo secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano dos Estados Unidos, Shaun Donovan. "Faremos o possível (pelo combate à pobreza), mas não faremos sozinhos e apoiaremos todas as iniciativas da comunidade internacional", afirmou Donovan.

O direito à cidade

A conferência bienal da ONU, que teve a sua primeira edição em Nairobi em 2005, tem como lema "O Direito à Cidade: Unindo o Urbano Dividido". O Fórum prolonga-se até sexta-feira com debates, mesas-redondas e seminários em que autoridades e especialistas em urbanismo de todo o mundo discutem os problemas mais urgentes que compartilham as

idades de qualquer canto do planeta.

Espera-se a participação de aproximadamente 15 mil pessoas em mais de uma centena de actividades, incluindo uma exposição na qual são apresentadas inovações na gestão urbana e no desenvolvimento sustentável.

6.27 Urbanização de habitações sociais está em conclusão no Kilamba Kiaxi

Jornal de Angola

De 23 de Março de 2010

O grupo empresarial bancário chinês Citic Group entrega em breve ao Governo 20 mil habitações sociais que estão a ser construídas no município do Kilamba Kiaxi, em Luanda, há um ano, numa área de nove quilómetros quadrados. O bairro tem equipamentos sociais importantes, como jardins infantis e escolas.

O presidente do Citic Group, Kong Dan, foi recebido ontem pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no Palácio da Cidade Alta, para garantir que o bairro, construído nas proximidades do Estádio Nacional de Novembro, está 85 por cento concluído. As habitações são entregues aos destinatários antes do prazo estabelecido. O empresário chinês convidou as autoridades nacionais a visitarem o projecto.

Kong Dan, recebido ao princípio da tarde de ontem em audiência pelo Chefe do Executivo, manifestou a disponibilidade do Citic Group em participar na segunda e terceira fases do projecto de urbanização de 54 mil quilómetros quadrados no Kilamba Kiaxi.

Os empresários chineses querem um modelo de cooperação que lhes permita participar também no processo de reconstrução nacional, incluindo o projecto de construção de um milhão de fogos habitacionais até 2012.

O presidente do Citic Group anunciou que propôs ao Governo a construção em Angola do maior centro cultural de África. O grupo está disposto em investir dezenas de milhões de dólares na construção do centro. Para além do sector imobiliário, o Citic Group está disposto em investir na agricultura.

Em Malanje e no Uíge, o Citic Group pretende milhares de hectares para investir na produção agrícola de grande escala. Aquele grupo bancário chinês manifestou a intenção de investir igualmente na prospecção de recursos minerais.

Kong Dan disse que o Citic Group está disposto a assumir responsabilidades sociais, desde o sector desportivo à formação de quadros. Só no projecto do Kilamba Kiaxi dois mil angolanos foram formados na obra.

A última vez que José Eduardo dos Santos e Kong Dan se encontraram foi em Agosto de 2008, em Pequim, no Hotel Renaissance, durante uma série de audiências que o Presidente da República concedeu a empresários chineses, por ocasião da sua visita à China para participar na cerimónia de abertura dos Jogos Olímpicos de 2008.

6.28 Apartamento em Luanda

Semanário Económico

De 25 de Março de 2010

Quando recentemente um estudo da Proprime concluía que a maioria dos projectos habitacionais de Luanda se encontrava desajustada da procura, nada fazia prever que estava a nascer, em pleno coração de Luanda, um apartamento a nove milhões e 530 mil dólares.

É provavelmente o apartamento mais caro da capital angolana e que só encontrar equivalência em Manhattan, no Doriad Trump Huldin, propriedade do actor de cinema americano Tom Cruise.

Tal como o apartamento de Luanda é um duplex e basta ir à janela para ter uma vista panorâmica sobre Manhattan.

Virado para a Marginal de Luanda, tudo indica que o edifício estará pronto no fim do ano de 2010. Na parte superior do edifício, há um heliporto, para os residentes.

Mas, para já, em Angola este privilégio carece de autorização.

Fica, nos últimos andares, entre o 26º e o 27º, tem cinco quartos, um terraço de 283 m², uma sala comum com 175.70 m², cinco casas de banho e uma vista para a marginal de Luanda. Tudo isto numa área total de 953 metros quadrados (ver infografia na capa).

O luxo destina-se a quem adora uma vista sobre o mar e uma panorâmica da capital angolana, sem, entretanto, nunca sair de casa. A baralhar este cenário, junta-se a exigência das condições de pagamento, que certamente não estarão ao alcance de muitos angolanos da classe alta, o segmento de mercado que está a ser beliscado pela crise mundial: quatro prestações.

A primeira 30%, a segunda (120 dias depois), 30%, a terceira (210 dias), 30% e, finalmente, a última de 10% quando for assinada a escritura. E este não é, porém, o único apartamento do edifício.

Há também os mais pequenos, mas mesmo assim com preços de arrepiar.

Por três milhões e 860 mil dólares é possível comprar um apartamento no 18.2 andar com quatro quartos, uma sala comum com 109,35 m² dois terraços - um com 10.60m², outro 64,65m² numa área total de 386 metros quadrados.

O apartamento mais barato neste edifício, perto da

Igreja da Nazaré, fica no 112 andar.

É composto por uma suite, uma sala comum, uma cozinha e um terraço com 22 metros quadrados. Com uma área total de 120 metros quadrados custa um milhão e 200 mil dólares.

Luxos de Luanda

O arquitecto angolano Filomeno Fialho é um dos poucos que tem coragem para criticar os preços altos praticados na venda de apartamentos.

Aliás, já vem com esta crítica engatilhada há anos. Para o arquitecto, "não há nada, absolutamente nada, que justifique os preços que estão a ser praticados, particularmente em Luanda.

Numa palavra: é uma roubalheira. Isto só acontece porque, infelizmente, as nossas autoridades ainda não pensaram em fechar a torneira".

Segundo Filomeno Fialho, "grande parte das empresas que promovem estes empreendimentos são empresas que têm isenções de impostos e não é por um ano ou dois. É por 15 até 20 anos", diz, e acredita que o novo decreto-lei que está a ser preparado pelo Governo vai "pôr cobro a esta especulação" (ver entrevista nas páginas 3 e 4 do Caderno A). No mesmo diapasão segue o director da Polícia Económica. Em entrevista a este semanário, em Fevereiro, Alexandre Canelas não esteve com contemplações: "os especuladores de casas deviam ir parar a cadeia".

Outros edifícios em Luanda

O Edifício Kwanza permite viver com um requinte e comodidade ímpares no centro de Luanda. Tudo neste projecto foi pensado para satisfazer um estilo de vida de elite, apenas ao alcance de poucos: todos os apartamentos possuem um hall exclusivo de acesso ao elevador. Os quartos são projectados em suite.

O Edifício Kwanza, com 22 andares (17 andares para habitação e cinco andares para garagem), desfruta de capacidade para armazenamento de água tratada para duas semanas, auto-suficiência energética e espaço para um heliporto na cobertura.

Situado no centro da cidade, entre a Rainha Ginga e a Baía de Luanda, o Edifício Kwanza tem uma localização privilegiada e estratégica: os seus residentes beneficiarão de tempo para viver, conforto e segurança perto de tudo o que é interessante.

Belas Business Park

Com acabamentos de elevada qualidade, os apartamentos estão equipados com isolamento acústico e climatização independente que garante o máximo conforto. As salas e vestíbulos têm um pavimento cerâmico, as paredes e tectos, de cor branca, dão uma agradável sensação de relaxamento e frescura.

Esta infra-estrutura, que apresenta inúmeras vantagens,

por estar a ser construída numa área em franco crescimento, integra, na sua parte habitacional, edifícios do tipo T2 e T4 duplex, que estão a ser erguidos numa área de 70 mil metros quadrados.

Torres do Carmo

As Torres do Carmo são um empreendimento concebido para reunir, num só projecto, uma infra-estrutura multinacional moderna, conciliando uma área para residências (aparthotel) e Shopping Center.

Com uma localização privilegiada na baixa de Luanda, o complexo ocupará um terreno de aproximadamente 3.144 m², e terá cerca de 42.000 m² de área construída (21 pisos e 5 caves).

Projectado de acordo com os mais avançados conceitos de "edifício inteligente" e com a intenção de proporcionar a todas as unidades, o máximo de vista de toda a cidade e do mar, o empreendimento é composto por duas torres de "Residece", que abraçam uma área central, onde se situa a área Comercial e Centro Empresarial.

Os apartamentos mais caros são T4 duplexes, que contemplam três quartos, duas suites, cozinha, dois terraços, sala comum, três WCs, e direito a uma área de lazer (fitness centre) modernamente equipada, com ginásio, hidromassagem, sauna, banho turco e bar de apoio à piscina contemplam o Conjunto de serviços oferecidos.

6.29 Plano habitacional impressiona participantes

Jornal de Angola

De 26 de Março de 2010

O Plano habitacional lançado pelo Governo em 2008, que visa a construção, até 2012, de um milhão de fogos habitacionais, tem merecido elogios de participantes e visitantes no quinto Fórum Mundial Urbano, que decorre no Rio de Janeiro.

Depois de na terça-feira, a directora executiva da UN-Habitat, Anna Tibaijuka, se ter manifestado impressionada com o plano, quarta-feira, centenas de pessoas de várias nacionalidades, entre participantes e visitantes, passaram pelo stand de Angola, no salão de exposições, para colher informações sobre o país e as condições de execução do programa.

O ministro do Urbanismo e Construção, José Ferreira, ficou satisfeito pela forma como o plano foi recebido e pelas experiências que a delegação angolana pode colher durante o fórum.

José Ferreira participou na reunião ministerial, que reuniu os decisores e construtores de políticas públicas. O arquitecto António Gameiro, presidente da Ordem

dos Arquitectos de Angola e um dos integrantes da delegação, estimou em mais de mil o número de visitantes. Além dos detalhes sobre o plano, desde os estudos preliminares ao estado de execução, e um vídeo com o discurso do Presidente José Eduardo dos Santos, no Dia do Habitat, em que resume o programa habitacional do Governo.

É possível verificar a forma como as cidades angolanas cresceram, principalmente Luanda, o impacto da guerra na migração das populações e o desenvolvimento do sistema urbano nacional.

Dados mostram que o crescimento de Luanda, por exemplo, passou de 19,42 quilómetros quadrados, em 1980, para 270, em 2000, e que este ano vai atingir 3 50 quilómetros quadrados. António Gameiro estima que mais de um terço da área tenha sido com residências precárias.

Ontem, penúltimo dia do fórum, os participantes debateram o acesso equitativo à habitação e à diversidade, cultura e identidade nas cidades. Os debates centraram-se na identificação de políticas e práticas que possibilitem amplo acesso à terra e à moradia, além das estratégias de prevenção dos musseques.

O encontro debateu temas como políticas de habitação, sistemas com soluções práticas sobre a terra e habitação, direitos à terra e à habitação, regularização da terra a nível municipal e financiamento de habitação para os pobres.

No seu discurso inaugural, a directora executiva da UN-Habitat, Arma Tibaijuka, frisou que "uma cidade equitativa oferece a todos os seus habitantes, sem nenhum tipo de discriminação, acesso à habitação, infra-estrutura, serviços de saúde decentes, água e comida suficientes, educação e espaços abertos". A ONU entende que o acesso a uma habitação segura e saudável e os serviços básicos, é essencial para o bem-estar físico, psicológico, social e económico das pessoas.

Quarta-feira, os debates centraram-se no tema "Unindo o urbano dividido", onde foram identificadas as causas da desigualdade e pobreza urbanas e da incidência dos musseques e o seu impacto nas cidades. Através da apresentação de provas extraídas de mais de 200 cidades, constantes no Relatório Estado das Cidades do Mundo 2010/2011, os mais de 15 mil participantes, em representação de 160 países discutiram as formas de aumentar o entendimento sobre as diferentes dimensões da desigualdade urbana e desenvolver conhecimento sobre políticas e abordagens que possam superar a desigualdade e a pobreza.

Propriedade da terra

O arquitecto António Gameiro considera que a meta de um milhão de fogos habitacionais até 2012 previstas

no plano habitacional pode ser ultrapassada, em função das condições já criadas e da mobilização que o Governo conseguiu fazer em torno do programa.

Ao justificar o seu optimismo, António Gameiro disse que o facto do Estado ser o proprietário da terra, conforme consta na nova Constituição, ajuda a acelerar o alcance das metas. Além de sublinhar o impacto do plano, António Gameiro explicou que muitos países têm dificuldades em cumprir os cronogramas, em parte, porque o Estado tem de negociar primeiramente as terras com os proprietários, caso queira fazer uma intervenção de vulto.

Outro factor que deixou surpreendidos os participantes no plano habitacional de Angola, segundo o arquitecto, é o número de casas a construir em apenas quatro anos. António Gameiro diz que existem poucos exemplos de um plano tão usado entre as várias experiências apresentadas no Fórum Mundial Urbano.

6.30 Os vizinhos do Parlamento

O País

De 26 de Março de 2010

Localizado no casco urbano, entre a Assembleia Nacional e o Supremo Tribunal Militar, o bairro de lata do Cazungo existe há 28 anos, particularmente desde 14 de Abril de 1982, e foi construído numa das zonas mais privilegiadas do município da Ingombota.

É habitado maioritariamente por elementos das extintas FAPLA, que viviam nas imediações da actual Assembleia Nacional e foram realojados "temporariamente" na rua do Cazungo, que dá nome ao conjunto de cubatas aí erguidas, onde permanecem até hoje.

"Colocaram-nos neste local há 28 anos, alegando que era provisório, mas hoje ainda cá estamos", começou por dizer o coordenador e fundador do bairro, Acácio Domingos António, na manhã de terça - feira passada, quando a equipa de reportagem chegou ao local e foi recebida pelos olhares desconfiados dos moradores. Fazia tempo que não viam jornalistas no bairro.

A panorâmica não é das mais interessantes horas antes São Pedro haviam aberto a torneira. Vêem-se móveis ao relento, ruelas estreitas e alagadas e sente-se o cheiro nauseabundo dos esgotos entupidos devido à enchente. Cada um dos moradores estava preocupado em juntar o pouco que sobrara dos estragos da chuva.

O bairro localiza-se sobre uma pequena inclinação da rua do Cazungo, o que faz com que o fluxo da água escorra em direcção à via principal Rua do 1 Q Congresso, o que diminui os danos.

Apesar do precário saneamento básico e mau estado de conservação dos casebres de chapas, o bairro de lata dispõe de luz eléctrica e água potável que vem da

canalização do prédio Sagrada Esperança, conforme explicou o coordenador.

A maior preocupação dos moradores é o lixo que se acumula a cada dia que passa, numa das partes laterais da área, que torna insuficientes os esforços feitos para eliminarem o foco de ratos, baratas, mosquitos e outros insectos que deambulam dia e noite por entre os casebres de chapa. O coordenador garante que tem sido difícil eliminar o foco, porque os moradores dos prédios ao lado fizeram do bairro dos vizinhos dos deputados um depósito de lixo.

As operadoras de limpeza não conseguem eliminar por causa do difícil acesso. As crianças adoecem constantemente de paludismo, febre-amarela, malária, conjuntivite, ao passo que as doenças da pele apoquentam as senhoras da favela.

Apesar das condições precárias, a convivência entre os moradores parece afável. O espírito de entre ajuda entre as 176 famílias é notável, onde os menos afectados apoiam os lesados. O número de moradores do Cazungo triplicou desde o último censo feito no ano 2000 maioria dos moradores são filhos dos antigos combatentes que hoje constituíram as próprias famílias. No último censo éramos apenas 50", explicou o coordenador.

Os primeiros ocupantes foram alojados na travessa do Casungo pelo antigo secretário da Junta de Habitação Francisco Diandele, de forma provisória e sem autorização ergueram casas de construção definitiva.

Segundo Acácio António, a Administração Municipal da Ingombota tem pleno conhecimento da existência do bairro de Lata e o processo já é antigo. Ele conta mesmo que "todos os administradores municipais que passaram pela Ingombota desde meados de 80 tiveram conhecimento da nossa existência".

O bairro hoje é habitado por jovens que ali nasceram, cresceram e constituíram família própria. A maior parte dos casebres foram passados de pais para filhos e estes hoje chefiam as suas próprias famílias.

Rui Ernesto Matangue, 20 anos, à semelhança de vários outros jovens, nasceu, cresceu e constituiu família no Cazungo. Abandonou a casa dos pais devido ao incêndio que devastou várias casas no sítio e hoje vive com família própria: "Antes vivia com os meus pais num espaço mais em frente que foi destruído pelo fogo. Construí a minha própria casa e hoje moro com a minha família", contou o jovem.

O maior desastre na favela aconteceu há quatro anos. Mais de dez casas ficaram totalmente destruídas e os bens queimados em consequência de um incêndio provocado por desconhecidos durante a noite.

" Sentimos o estalar de uma que foi atirada de um ponto qualquer para o Cazungo e em fracção de minutos o fogo se alastrou por entre os casebres. Por sorte não houve danos humanos", contou o coordenador.

Embora sem certeza, Acácio António responsabilizou os moradores dos prédios vizinhos pelo incêndio. Ele desconfia que tenham sido os novos vizinhos, que têm feito muita pressão para os expulsar: "Não vivemos aqui por vontade própria, mas por falta de alternativas", sublinhou.

Paula Domingos, 24 anos, queixasse das péssimas condições que vive há sete anos, altura em que o marido a levou para morar no Cazungo. Com urna bebé de dois anos, a família sobrevive graças ao pequeno negócio de cigarros e bebidas que faz à porta de casa. A menina está com infecção da pele, por isso teve que ser levada para casa da avó materna.

6.31 Plano habitacional impressiona participantes

Jornal de Angola

De 26 de Março de 2010

O Plano habitacional lançado pelo Governo em 2008, que visa a construção, até 2012, de um milhão de fogos habitacionais, tem merecido elogios de participantes e visitantes no quinto Fórum Mundial Urbano, que decorre no Rio de Janeiro.

Depois de na terça-feira, a directora executiva da UN-Habitat, Anna Tibaijuka, se ter manifestado impressionada com o plano, quarta-feira, centenas de pessoas de várias nacionalidades, entre participantes e visitantes, passaram pelo stand de Angola, no salão de exposições, para colher informações sobre o país e as condições de execução do programa.

O ministro do Urbanismo e Construção, José Ferreira, ficou satisfeito pela forma como o plano foi recebido e pelas experiências que a delegação angolana pode colher durante o fórum.

José Ferreira participou na reunião ministerial, que reuniu os decisores e construtores de políticas públicas. O arquitecto António Gameiro, presidente da Ordem dos Arquitectos de Angola e um dos integrantes da delegação, estimou em mais de mil o número de visitantes. Além dos detalhes sobre o plano, desde os estudos preliminares ao estado de execução, e um vídeo com o discurso do Presidente José Eduardo dos Santos, no Dia do Habitat, em que resume o programa habitacional do Governo.

É possível verificar a forma como as cidades angolanas cresceram, principalmente Luanda, o impacto da guerra na migração das populações e o desenvolvimento do sistema urbano nacional.

Dados mostram que o crescimento de Luanda, por exemplo, passou de 19,42 quilómetros quadrados, em 1980, para 270, em 2000, e que este ano vai atingir 3 50 quilómetros quadrados. António Gameiro estima que mais de um terço da área tenha sido com residenciais

precárias.

Ontem, penúltimo dia do fórum, os participantes debateram o acesso equitativo à habitação e à diversidade, cultura e identidade nas cidades. Os debates centraram-se na identificação de políticas e práticas que possibilitem amplo acesso à terra e à moradia, além das estratégias de prevenção dos musseques.

O encontro debateu temas como políticas de habitação, sistemas com soluções práticas sobre a terra e habitação, direitos à terra e à habitação, regularização da terra a nível municipal e financiamento de habitação para os pobres.

No seu discurso inaugural, a directora executiva da UN-Habitat, Arma Tibajuka, frisou que "uma cidade equitativa oferece a todos os seus habitantes, sem nenhum tipo de discriminação, acesso à habitação, infra-estrutura, serviços de saúde decentes, água e comida suficientes, educação e espaços abertos". A ONU entende que o acesso a uma habitação segura e saudável e os serviços básicos, é essencial para o bem-estar físico, psicológico, social e económico das pessoas.

Quarta-feira, os debates centraram-se no tema "Unindo o urbano dividido", onde foram identificadas as causas da desigualdade e pobreza urbanas e da incidência dos musseques e o seu impacto nas cidades. Através da apresentação de provas extraídas de mais de 200 cidades, constantes no Relatório Estado das Cidades do Mundo 2010/2011, os mais de 15 mil participantes, em representação de 160 países discutiram as formas de aumentar o entendimento sobre as diferentes dimensões da desigualdade urbana e desenvolver conhecimento sobre políticas e abordagens que possam superar a desigualdade e a pobreza.

Propriedade da terra

O arquitecto António Gameiro considera que a meta de um milhão de fogos habitacionais até 2012 previstas no plano habitacional pode ser ultrapassada, em função das condições já criadas e da mobilização que o Governo conseguiu fazer em torno do programa.

Ao justificar o seu optimismo, António Gameiro disse que o facto do Estado ser o proprietário da terra, conforme consta na nova Constituição, ajuda a acelerar o alcance das metas. Além de sublinhar o impacto do plano, António Gameiro explicou que muitos países têm dificuldades em cumprir os cronogramas, em parte, porque o Estado tem de negociar primeiramente as terras com os proprietários, caso queira fazer uma intervenção de vulto.

Outro factor que deixou surpreendidos os participantes no plano habitacional de Angola, segundo o arquitecto, é o número de casas a construir em apenas quatro anos. António Gameiro diz que existem poucos exemplos de

um plano tão usado entre as várias experiências apresentadas no Fórum Mundial Urbano.

6.32 Primeiro Salão Imobiliário realiza-se em Maio

Novo Jornal

De 26 de Março de 2010

A primeira edição do Salão Imobiliário de Angola (Sima) realiza-se de 6 a 9 de Maio próximo, em Luanda, numa iniciativa da Feira Internacional de Luanda (FIL). Matos Cardoso, PCA da empresa Feira Internacional de Luanda, adiantou que o SIMA – Salão Imobiliário de Angola é uma iniciativa que visa contribuir na captação de investimentos para o desenvolvimento do sector e servir de barómetro na relação entre o governo e entidades privadas interessadas em desenvolver o sector imobiliário, quer na estruturação da indústria, quer na captação de investimentos. Mato Cardoso, que esteve no Huambo para, entre outros objectivos, persuadir o governo provincial a incentivar a participação de empresários locais em feiras realizadas no país. Na altura não adiantou números, mas mostrou-se confiante de que a primeira edição da Sima venha a resultar em êxito e trazer consigo um número grande de participações.

Disse que a sua organização está a trabalhar, a vários níveis, para que a Sima seja de facto uma verdadeira montra imobiliária, porquanto o país precisa ter um caminho certo de promoção empresarial, numa altura em que há um plano governamental para construir mais de um milhão de fogos em todo o país.

6.33 Mestrado em Ordenamento na Faculdade de Engenharia

Jornal de Angola

De 26 de Março de 2010

O decano da Faculdade de Engenharia, Albano Canga, disse, na terça-feira, que o curso de mestrado aberto no Departamento de Arquitectura se enquadra na política de melhoria do Ensino no país.

Albano Canga fez esta declaração na sessão de abertura oficial do curso de mestrado em Ordenamento e Planeamento Urbano, organizado pela Cooperação Italiana, em que participam 20 estudantes.

Segundo o decano, actualmente a Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto possui mestrados em Urbanismo e Matemática, estando previstos novos mestrados nos cursos de Informática, Mecânica, Química e Construção Civil.

A sessão de abertura do curso, que decorreu no

anfiteatro do Departamento de Arquitectura, em Luanda, contou com a presença do embaixador da Itália, Giuseppe Mistretta, que ofereceu um lote de livros com 120 títulos para ajudar o trabalho de pesquisa dos estudantes.

O Jornal de Angola apurou que, entre os mestrados estão arquitectos, sociólogos, juristas e economistas, que são orientados por docentes angolanos e italianos durante um período de dois anos.

Os vizinhos do Parlamento

6.34 Vizinhança incómoda

Novo Jornal

De 26 de Março de 2010

"As pessoas que aqui vivem não têm contribuído em nada para manter a boa imagem da escola, pelo contrário só têm prejudicado". Foi assim que Ana Paula, responsável pelas 30 pessoas que cuidam do saneamento da N' gola Kanini reagiu à nossa reportagem.

A empresa Femas Limpeza, que tem a responsabilidade de cuidar do lixo produzido pela escola, vê as suas acções goradas, já que a maioria dos resíduos sólidos que são produzidos no interior da instituição saem das residências, dos mais de 200 moradores das cerca de 40 casas que se encontram no N' gola Kanini, recinto escolar do primeiro ciclo.

"Nós trabalhamos de segunda a sexta, e normalmente às segundas-feiras temos mais trabalho, porque durante os fins-de-semana os moradores utilizam as salas de aula como se fossem cozinhas ou casas de banho, essas são situações caricatas. Encontramos fogareiros, fezes e muito mais coisas, mas afinal de contas estamos onde?", questionou Ana Paula.

Segundo os moradores, o factor guerra que assolou o nosso país, durante muito tempo, foi o principal motivo que os levou a instalarem-se no Ngola Kanini, porque se não fosse a guerra jamais sairiam das suas zonas de origem, garantem. A maioria dos moradores é proveniente da região sul do país.

"Vivo aqui desde 1985, não trabalho, apenas vendo gelo, o meu marido é militar, saímos do Huambo por causa do conflito armado, e nunca mais voltámos lá. Tenho cinco filhitos e todos vivem comigo, se nos tirarem daqui para onde vou com a minha família? Se sairmos deste lugar, o Governo deve dar-nos outro local para viver", disse uma moradora que não quis se identificar. Eduardo Mateus, também morador, recorda que foi viver para aquele local em 1980, com o tio, mas este faleceu. "Quando comecei a viver aqui apenas tínhamos um quarto, mas agora a casa é maior, tem dois quartos, uma sala, quarto de banho e o quintal. A minha família é constituída por oito pessoas".

"O que trouxe o meu tio para aqui foi o factor guerra; viver numa escola não é a melhor das opções, mas as condições de vida que o país nos oferece abriga-nos a isso, se o Governo nos tirar deste sítio deve arranjar-nos um outro, porque não pode nos colocar na rua", acrescenta o homem.

A história de Bernardina de Fátima é diferente, mas as preocupações são semelhantes aos dos outros moradores. Foi viver para a N' gola Kanini, há 14 anos, porque o marido era professor naquela escola e tal como os restantes residentes defende alternativas para o realojamento das pessoas, caso os queiram tirar dali. "Vivemos aqui com sete filhos, mas se o Governo decidir tirar-nos deve arranjar um outro local para vivermos".

Os moradores dizem viver em condições precárias, mas o que no nosso semanário constatou é o contrário do que alegam, uma vez que a maioria das casas foi ampliada e apetrechada com equipamentos.

Normalmente quem vive em condições precárias não tem condições financeiras para apetrechar uma casa, ou manter na residência um elevado número de electrodomésticos, como pudemos constatar durante a reportagem. As casas onde residem no perímetro da escola estão dotadas com todos os bens de primeira necessidade e mais alguns, como parabólicas, plasmas, mosaicos, azulejos e outros. Também existem residências em condições desfavorecidas. Conviver com moradores e estudantes no interior de escola é uma grande quebra cabeça, Cria-se muitos embaraços. São crianças que vão à procura de conhecimento académico, mas que por múltiplas circunstâncias acabam de sair de casa sem tomar o pequeno-almoço, e quando chegam à "casa do saber" os moradores estão a frigar, grelhar ou cozinhar. O cheiro que sai da casa dos moradores pode influenciar no rendimento escolar de cada criança que ali estuda.

Muitas daquelas crianças não conseguem prender a sua atenção às explicações dos professores, porque o cheiro que vem do outro lado desconcentra e distrai-as.

6.35 O drama da Wandí na planície da Tchavola: a dor e os efeitos das demolições

Angolense

De 27 de Março a 03 de Abril de 2010

A Maria Wandí (nome fictício) nasceu às 16h40 do dia 14 de Março de 2010, na localidade da Tchavola (localidade onde foram "desterradas" as famílias cujas casas foram demolidas). Nós chegámos uma hora depois, chamados pelos vizinhos, para que prestássemos algum apoio à mãe e à criança. A bebé

repousava tranquilamente no colo de sua irmã de aparentemente oito anos de idade, enquanto a mãe, curvada de dores, e eventualmente de depressão pós-parto acrescida à destituição, resultante das circunstâncias humilhantes, nos respondia com voz trémula e baixa. A D. Joana Tchitula já tinha sete crianças e estava à espera da oitava, quando o tractor, sem aviso prévio, chegou à casa dela e derrubou-a, aos olhos incrédulos dela e do marido. Que fazemos, para ajudar esta mãe, sem casa (vivia numa barraca improvisada pelo marido), sem enxoval, sem cobertores? Perguntei ao Zezão que me acompanhava. Este olhou para o chão e respondeu com voz entrecortada: não sei, padre! Tudo quanto pudemos fazer, foi procurar por alguma autoridade administrativa do Centro da Tchavola, para providenciar uma tenda, mas ninguém respondia por ninguém! Contactamos a D. Ngueve, enfermeira do posto de saúde (paredes de um edifício sem portas nem janelas) que ofereceu à recém-nascida um mosquiteiro e prometeu vacinar a mãe e a recém-nascida para segunda-feira. Assim, começava, para a Maria Wandí, uma nova existência, a pior para ela e para as cerca de 3.500 famílias atiradas à sua sorte na localidade da Tchavola (em vernáculo Olunyaneka e em Umbundu significa "Está ou é podre!"). O pai da Wandí é desempregado, vindo recentemente da Namíbia onde esteve refugiado durante a guerra, arcando com duas esposas e sem apoio. Regressou no ano passado ao país, na esperança de encontrar um cantinho, atraído pelo prospecto de um possível trabalho junto às obras da reconstrução. Lá fora dizia-se amiúde: Angola é rica! E, as longas colunas de camiões que de dia e de noite passam carregados de mercadoria da Namíbia para Angola reforçam essa imagem de país muito rico! Até a famosa "gasosa" tornou-se um expediente conhecido pelos namibianos! Mas dentro do país, a realidade da exclusão é bem diferente...

A saga de demolições atingiu de forma impiedosa e cruel as famílias mais pobres do Lubango, tal como a da Wandinha (diminutivo de Wandí). Durante a guerra, muitas famílias pobres construía em qualquer local, para ter abrigo e estabilizar a vida destrojada pelo conflito. Não havia Planos Directores, nem fiscais a indicar onde erguer a casa. Somente os mais informados, sobretudo próximos do Governo e do partido no poder construía em áreas especiais. A construção de casas, não importa onde, significou a reconstrução de vidas, de espaços, de redes sociais, de auto-estima e progresso. A lógica funcionava do seguinte modo: o indivíduo fugia do interior à procura de segurança nas cidades. Tinha de arranjar às pressas algum sítio para construir, Depois de erguida a casa, tinha a responsabilidade de buscar os membros do agregado familiar, para que igualmente viessem à

cidade. Assim, a casa não era propriedade, pertença e espaço social de um só indivíduo, mas parte da história e da memória colectiva de uma família muito alargada, que procura recuperar-se da dor e da violência. Infelizmente, com as demolições, a vida da maioria esmagadora das famílias sofreu um revés a todos os títulos. A violência e a força desabrada com que as demolições foram levadas avante trouxeram de volta as feridas do tempo de guerra, como disseram alguns populares. De acordo com a experiência, as demolições têm um impacto psico-traumático profundo e duradouro, igual ao da Desordem do Efeito Psico-Traumático, que acontece às pessoas expostas à violência da guerra. Além disso, as vítimas não tendo espaços onde possam ser escutadas, desenvolvem sentimentos de revolta muito fundos, o que é compreensível.

Na sexta-feira aludida, quando visitem a Tchavola, havia, nos olhos fundos das pessoas, incerteza, raiva, indignação, traduzida nos constantes porquês que as pessoas atiravam aos visitantes e transeuntes.

As questões todas convergiam num ponto: Como é possível, um angolano (governador) ser capaz de causar tanta dor?

Dizia um dos Tchavolenses: Se trouxermos para cá os governantes, para viverem aqui, eles ficarão contentes?

De facto, os responsáveis das demolições não tinham contemplanções, nem se pautavam por qualquer tipo de ética ou norma. Em primeiro lugar, faziam-se reger por critérios inspirados na violência militar: o factor surpresa, sendo que muitos cidadãos foram apanhados à contra-mão. Ninguém acreditou que tanto rastro de destruição fosse possível, mesmo depois da entrevista do Governador sobre a iminência das demolições. Tentei, à última da hora, avisar amigos fora do Lubango da iminência das demolições e suas consequências, mas alguns não acreditaram em mim. A destruição avassaladora das máquinas e o amontoado de restos de blocos de adobe, ferros distorcidos, móveis partidos, etc., parece a de um Godzilla Metálico, que tenha pisoteado as casas como cascas de ginguba, deixando para trás um lastro de dor, lamentações, poeira, caos e desorientação.

Muitas dessas famílias fizeram sacrifícios extremos para conseguirem erguer suas casas, durante meses, ou mesmo anos, para verem seu sonho a desfazer-se num minuto. Falou-se de muita gente que teria ficado em estado de choque. As crianças, rapidamente se aperceberam do "tsunami" destruidor, e a cada minuto irrequietas com o que estava a ocorrer, perguntavam sempre aos pais: a nossa casa vai ser destruída? E nós vamos ficar aonde? Quando pensávamos que a situação dos grupos vulneráveis seria ponderada, ao contrário, ninguém foi respeitado. Mulheres grávidas, doentes, idosos, crianças, portadoras de deficiências, todos, de

repente passaram a pessoas sem tecto. A lógica foi: eles transgrediram as normas administrativas e construíram em reservas fundiárias do Estado. Agora, fora da cidade e não têm direito à indemnização! Vão receber um talhão de mil metros quadrados, pedras, areia e nada mais! Nem sequer as normas internacionais sobre a habitação adequada valeram!

No fim de tudo, o plano de demolições no perímetro da linha-férrea foi cumprido. Alguns choravam sobre os escombros, desabafando: o negro parece sentir gozo especial em ver seu irmão a sofrer e encontra sempre formas de arranjar sofrimento para o outro!

Internamente, já começaram a aparecer as divisões entre, dum lado, o Governo liderado pelo próprio Governador, e doutro, o MPLA que através de seu Secretário Provincial Adjunto, Virgílio Tyova, demarcou-se da actuação do Governo provincial e pede imensas desculpas à sociedade pelos efeitos das demolições. No entanto, estas divisões e rixas internas não resolvem o problema dos sem tecto

Entretanto, líderes de várias igrejas não cessam de visitar as famílias da Tchavola, para oferecer solidariedade e dar esperança às comunidades desesperadas, quer pela situação do abandono, quer pelas precárias condições, quer ainda pela exasperante espera diária de terrenos para famílias, que não se concretiza, o que tem estado a criar tensões contra os responsáveis administrativos.

No seio, das igrejas vão nascendo respostas teológicas à situação. Uma delas toma por ponto inicial de reflexão o facto de quando Deus criou o homem, primeiro adiantou-se a criar condições de habitabilidade no Jardim do Éden, para depois colocar nele o homem. Alguns cristãos estão indignados, ao ponto de pensarem que Deus deveria intervir directamente para parar o Godzilla metálico! O governador é cristão assíduo da Sé Catedral, ou Paróquia de S. José do Lubango, missa das 7h.00. Numa conversa que apanhei, depois de eu ter rezado a missa do domingo último, um grupo de cristãos dizia que não podia compreender que um cristão fosse capaz de provocar tanta dor, fazer derramar tantas lágrimas e continuar a rezar. Como é possível, dizia um deles, que ele tenha coragem de vir de novo ao nosso seio e connosco rezar?

6.36 Legislação imobiliária salvaguarda o princípio da liberdade contratual

Jornal de Angola

De 27 de Março de 2010

Os projectos-lei sobre mediação Imobiliária, arrendamento urbano, cooperativas de construção e

habitação social, actualmente em consulta pública, tem o objectivo de salvaguardar a liberdade contratual dos proprietários, mediadores, prestadores de serviços e inquilinos.

A posição foi defendida, ontem, em Luanda, pelo secretário de Estado do Urbanismo e Habitação na abertura do 11 Fórum sobre legislação imobiliária, destinado à recolha de contribuições para a criação do quadro normativo e legal de suporte às opções inscritas no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

Joaquim Silvestre disse que estes diplomas pretendem definir mecanismos para uma fiscalização adequada e eficaz da actividade imobiliária, que assegure o cumprimento dos requisitos e salvaguardar os legítimos direitos e interesses dos consumidores e dos agentes económicos legalmente habilitados. O projecto de Lei do Arrendamento Urbano, sublinhou, é o diploma básico que regista o contrato de arrendamento urbano, na base do Decreto nº 43.525, de 07 de Março de 1961. "Com a proclamação da Independência Nacional, o Estado, através de nacionalizações e confiscos, chamou a si a titularidade da maioria dos imóveis então existente, assumindo assim os direitos e obrigações de locador que até a data vinham sendo exercidos e cumpridos, na maioria dos casos, por particulares", afirmou.

A desactualização da legislação em vigor e a urbanização em rápido crescimento, referiu, determinam a necessidade de uma intervenção legislativa no domínio do arrendamento urbano.

O secretário de Estado lembrou que no processo de construção habitacional, as cooperativas de construção e habitação assumem grande relevância.

As cooperativas, disse, devem constituir as alavancas de desenvolvimento social e comunitário, eliminando a especulação de preços de habitações, diminuindo custos individuais, combatendo o desemprego e melhorando a qualidade de vida das populações.

Oportunidades para famílias de baixo rendimento
O assessor jurídico do Ministério do Urbanismo e Construção, João Bessa, afirmou ontem que o espírito do projecto-lei sobre Cooperativas de Construção e Habitação Social é garantir a habitação a pessoas ou agregados familiares de baixa capacidade económica.

O jurista fez esta afirmação durante um encontro promovido pelo Ministério do Urbanismo e Construção, em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, destinado à recolha de contributos para os anteprojectos de lei sobre "Mediação

Imobiliária", "Arrendamento Urbano" e "Cooperativas de Construção e Habitação Social".

O projecto de lei sobre habitação social, segundo explicou, estabelece alguns padrões mínimos de financiamentos e custos, para que as pessoas possam

obter a sua habitação, já esse é um direito fundamental dos cidadãos, que o Estado deve fomentar e apoiar, tendo em vista a dignidade das condições de vida de cada um.

Para João Bessa, do ponto de vista do contexto, este projecto surge num momento em que está em causa o programa do Governo angolano para a construção de um milhão de casas.

De acordo com o jurista, nas iniciativas de construção de casas para habitação social, os cidadãos beneficiam de assistência técnica e financeira do Estado, quando realizadas no âmbito da execução do Programa de Fomento Habitacional aprovado pelo Governo.

6.37 Fórum define cidade como um direito para todos

Jornal de Angola

De 28 de Março de 2010

O 5º Fórum Urbano Mundial encerrou, na sexta-feira, no Rio de Janeiro, com um apelo aos governantes para fazerem mais no sentido de melhorarem a vida de mais de mil milhões de pessoas que, em todo o mundo, vivem em zonas degradadas.

Num documento lido na cerimónia de encerramento, pelo presidente do Fórum e ministro das Cidades do Brasil - que ficou conhecido como "Carta do Rio de Janeiro", os mais de vinte mil participantes, em representação de 160 países, afirmam que, neste milénio, "as pessoas, mais do que nunca, irão para as cidades e que este aspecto deve ser visto como uma oportunidade e não como uma crise".

Na carta de seis pontos, os participantes apelam para que o direito à cidade se constitua "num direito colectivo das presentes e futuras gerações, sem discriminação de género, idade, raça, condições de saúde, rendimento, nacionalidade, etnia, condição migratória, orientação política, religiosa ou sexual" e que se "preservem a memória e a identidade cultural das cidades".

O documento refere que as cidades devem ser compreendidas como "um espaço e lugar privilegiado do exercício da cidadania e da democracia, como forma de assegurar a distribuição e o desfrute equitativo, justo e sustentável dos recursos, riquezas, serviços, bens e oportunidades às pessoas que habitam de forma permanente ou transitória nas cidades".

Numa mensagem muito aplaudida, o ministro disse: "Não devemos apenas fazer com que as pessoas tenham um tecto, mas com que estas casas sejam lares".

A directora executiva do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos UN-Habitat revelou que é preciso haver um esforço maior, já que o número absoluto de moradores das favelas cresceu de 776,7

milhões, em 2000, para 827,6 milhões, em 2010, o que equivale a um aumento de 55 milhões de novos habitantes em dez anos.

Anna Tibajuka afirmou que por "a meta do milénio para a área de habitação ter sido superada em mais de duas vezes significa pouco" porque era "modesta e pouco realista". "A meta que dizia que era preciso melhorar as condições de vida de cem milhões de pessoas até 2020 era totalmente inadequada. Temos mil milhões a viver em favelas", sublinhou.

No documento de referência do 5º Fórum Urbano Mundial, a UN-Habitat afirma que "muitos Governos não estão a desempenhar nenhum papel como facilitadores ou produtores directos no sector habitacional".

"Parte dos Governos dos países em desenvolvimento deixam a oferta de casas exclusivamente por conta do mercado", afirmou.

Anna Tibajuka disse que o sector habitacional revela "grave ou generalizada escassez de casas".

A UN-Habitat avisa que o défice habitacional está a crescer e a ocupação dos espaços e os conjuntos habitacionais informais a multiplicarem-se, pelo que "é preciso acção para atacar o problema".

A delegação angolana foi chefiada pelo ministro do Urbanismo e Construção, José Ferreira, e integrou técnicos do ministério, da embaixada de Angola no Brasil e deputados da quarta comissão da assembleia Nacional.

Debates marcam o Fórum

Debates acalorados e frontais marcaram o 5º Fórum Urbano Mundial. O tom de frontal idade começou a ser manifestado pelo Presidente brasileiro, na sessão de abertura.

"O século XXI é o século que o administrador público tem de fazer duas coisas: projectar uma cidade com melhor qualidade de vida e fazer a reparação dos desmandos causados por administradores do século XX, que permitiram que muitas cidades no mundo se transformassem numa grande favela", disse Lula da Silva.

O Brasil, no Fórum, esforçou-se sempre por mostrar que está comprometido com o problema. Em quase todas as intervenções, o ministro das Cidades, Marcio Fortes de Almeida, não se cansou de referir a transformação dos antigos armazéns degradados do Porto de Rio de Janeiro num centro de conferências de alto nível.

Além disso, o Brasil viu-se encorajado pelos últimos dados das Nações Unidas, que revelam que, entre 2000 e 2010, o número de pessoas que vivem nas favelas reduziu 16 por cento, o que equivale a dizer que dez milhões de pessoas deixaram os bairros degradados.

O relatório das Nações Unidas refere que a África

subsaariana é região do mundo que concentra a maior população em subúrbios, num total de 199,5 milhões pessoas, 61,7 por cento da população urbana.

A seguir aparecem o Sul da Ásia, com 190,7 milhões (35 por cento), Ásia do Leste, 189,6 milhões (28,2), América Latina e o Caribe com 110,7 (23,5), Sudeste Asiático, 88,9 milhões (31), Oeste asiático, 35 milhões (24,6), Norte da África, 11,8 milhões (13,3%) e Oceânia, com seis milhões (24,1).

Ontem, na cerimónia de encerramento, foi lançada a Campanha Urbana Mundial, que tem como objectivo alertar para a importância da sustentabilidade nas políticas de urbanização e nos investimentos públicos e privados.

O êxito do 5º Fórum Urbano Mundial pode também ser medido pelo número de participantes. Em 2000, em Barcelona, estiveram 1.200 pessoas, muito abaixo dos 20 mil deste ano.

Florestas urbanas

No último dia do evento, foram apresentadas soluções sobre o desenvolvimento sustentável, a partir de experiências dos Estados Unidos e do México.

Sob mediação da ex-editora da BBC, Rita Payne, representantes dos dois países falaram dos planos em curso para tomar as cidades ecologicamente mais viáveis.

O secretário para Habitação e Desenvolvimento Urbano dos EUA, Ron Sims, revelou que Barack Obama quer mais discussão sobre o tema e que a luta das novas gerações por um futuro ecologicamente viável é equivalente à que se travou, há anos, pelos direitos civis. Nos Estados Unidos, disse, estão a ser projectados mais "bairros verdes", com objectivo de criar mais "florestas urbanas".

As autoridades, referiu, estão também a incentivar o desenvolvimento de uma agricultura urbana, nos quintais das casas. A secretária do Meio Ambiente da Cidade do México, Martha Delgado, lamentou o fraco papel dos governos locais nas discussões.

Uma das soluções encontradas para reduzir a poluição, salientou, foi o forte investimento no transporte público. Pelo equivalente a 20 dólares, pode comprar-se um passe anual que dá o direito a utilizar toda a rede de transporte da cidade. Ao mesmo tempo, mais de 70 mil táxis, de uma frota de 90 mil, foram trocados por veículos novos e menos poluentes.

No Brasil, as autoridades estão a incentivar o uso de transportes não poluentes.

Um projecto, lançado em 2008, na cidade de São Paulo, prevê a instalação de estacionamento para bicicletas em pontos estratégicos. Além de estacionar gratuitamente, o cidadão pode alugar uma bicicleta para percorrer troços que antes eram feitos em carro particular ou táxi. Um dos organizadores do projecto afirmou que, "além

de ser um veículo económico, não poluente e saudável, nos horários de ponta, a bicicleta é mais veloz do que um automóvel.

6.38 Disponíveis milhões de dólares para a construção de casas sociais

Jornal de Angola

De 30 de Março de 2010

O presidente do Conselho de Administração do Consórcio Comandante Loy, Domingos Barros, anunciou, em Benguela, um investimento de 200 milhões de dólares, na construção de 7.452 casas sociais de baixa, média e alta rendas para os antigos combatentes, veteranos da pátria, viúvas de guerra e comunidades do município de Benguela,

Domingos Barros falava no fim-de-semana à imprensa, por ocasião do lançamento, em Benguela, do projecto designado "Kussanguluka", tendo adiantado que, numa primeira fase, são edificadas 3.800 casas sociais (T2, T3 e T4).

Detalhou que o projecto, que vai abranger 10.952 beneficiários, também contempla 1.500 casas sociais para as comunidades de Benguela e é igualmente extensivo aos municípios da Baía Farta, Lobito, Balombo, Bocoio, Cubal, Ganda, Caimbambo e Chongoroi, devendo ocupar, até à sua conclusão, uma área total de 100 hectares, Domingos Barros sublinhou tratar-se de um projecto social que vai ser implementado na província, em 16 meses, e atende à urbanização dos espaços com equipamentos sociais, como centros escolares, comerciais e religiosos.

O responsável assegurou, por outro lado, estar tudo pronto para o início da construção das residências, aguardando-se apenas pela concessão dos respectivos terrenos.

"Estamos à altura não só de arrancar, mas também de avançar com essa estratégia em Benguela, em prol do bem-estar dos antigos combatentes", sustentou. Em estudo, disse ainda está a possibilidade de o governo local intervir na urbanização e nas infra-estruturas dos espaços, para que possuam condições de saneamento, energia, água e vias de acesso.

"A concepção do plano deveu-se à situação com que se debatiam os sobreviventes do 4 de Fevereiro, os antigos guerrilheiros do MPLA, incluindo os ex-FAPLA", disse Domingos Barros. Acrescentou que o projecto ressurgiu em 2008, com a formação do consórcio Comandante Loy.

O projecto "Kussanguluka", palavra da língua nacional kimbundu, que, em português, significa "alegria", foi criado em 1997, pelo já falecido Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy" e por Domingos Francisco Barros, actual PCA desse consórcio. O objectivo é contribuir

para a sustentabilidade dos antigos combatentes, veteranos da pátria, viúvas de guerra e comunidades no país. A cerimónia de lançamento do projecto, que decorreu numa das unidades hoteleiras da cidade de Benguela, contou com o vice-governador provincial para o sector de Organização e Serviços Técnicos, Eliseu Domingos Epalanga, directores de empresas públicas e privadas locais, assim como antigos combatentes.

7 TERRA

7.1 Laurinda Hoygaard quer autódromo e afins

Jornal o País

5 de Março de 2010

Os moradores do quilómetro 30 da comuna do Ramiro, município da Samba, estão em litígio com a antiga reitora da Universidade Agostinho Neto, Laurinda Hoygaard. A economista reclama propriedade de um terreno de quatro hectares numa zona onde já foram erguidas várias residências.

De acordo com os habitantes da área, os marcos com as iniciais de Laurinda de Jesus Fernandes Hoygaard (UFH) que a própria mandou colocar como sinal da sua propriedade, começam no Autódromo de Luanda e terminam na estrada Luanda-Sumbe.

Desde 2000 que os habitantes mais antigos deram entrada de toda a documentação para legalizar os seus terrenos, mas até agora não receberam o deferimento ou uma explicação por parte dos administradores que por ali passaram.

"Diante de tal situação e vendo que o bairro é muito antigo, achamos que não haveria problema nenhum erguermos as nossas residências com materiais de construção definitiva", explicou um dos moradores.

O sossego dos moradores terminou no dia 1 de Janeiro deste ano, quando foram surpreendidos com a visita da antiga reitora da UAN. "Ela apareceu neste dia e disse-nos que este espaço lhe pertence e apresentou à comissão de moradores uma documentação que atesta isso, mas nós queremos saber se isso é ou não legal porque se ficar comprovado ~ terreno é dela estamos dispostos a negociar", disse outro morador sob anonimato.

Os munícipes queixam-se ainda de que a antiga reitora se mostrou indisponível para qualquer negociação e sem prestar qualquer esclarecimento começou a enumerar as residências, mesmo sem a autorização da administração local.

De acordo com João Francisco, outro morador, a senhora diz que os quatro hectares englobam uma parte do Autódromo de Luanda e o bairro do Krn30 e uma parte da comunidade vizinha denominada Mundial.

"O terreno dela começa no bairro Mundial, passa pelo autódromo, inclui até o nosso cemitério e vem terminar aqui na estrada Luanda – Sumbe. Acho suma importância que as autoridades tenham isso em conta, no momento de concessão de terrenos que, nas áreas agrícolas, existe um sobado que deve ser respeitado", apelou outro cidadão, que diz, viver na zona há mais de 20 anos.

Três mil casas podem ir a baixo

O presidente da comissão de moradores do bairro do quilómetro 30, Domingos Augusto Simão, revelou a este jornal que no perímetro em questão existem cerca de três mil e 500 residências, que terão de ser deitadas a baixo para se erguer o Complexo Desportivo, Turístico e Lúdico que a antiga reitora da UAN pretende.

Domingos Simão e os seus coadjuutores afirmaram que foram informados pelos funcionários da administração' comunal para paralisarem com o processo de numeração das residências porque esta actividade não lhes compete e que não tinham conhecimento da acção desenvolvida pela pretendente. População perdeu a confiança em nós e acha que recebemos verba das mãos da senhora para ajudá-la a apropriar -se do terreno e ficam tão furiosos até chegar ao ponto de me agredirem", lamentou o presidente da comissão de moradores.

A dona Laurinda diz que vai transformar a pista num local turístico que permitirá a realização de competições internacionais, denominado Complexo Desportivo e Habitacional, mas que não vai indemnizar o povo porque o Estado Angolano é quem lhe vendeu o terreno", frisou.

O nosso interlocutor considera que a medida adoptada pela alegada proprietária do terreno não tem fundamento, porque ela não quer envolver o Estado e descarta a possibilidade de indemnizá -los.

"Depois de se aperceber que os habitantes estão revoltados com a comissão de moradores a alegada proprietária solicitou ao director da escola da Polícia, que está situada dentro do autódromo, que lhe cedesse uma sala onde permanece sempre que se desloca a este local.

local", concluiu.

As provas

Como prova de que é a titular do terreno, Laurinda Hoygaard apresentou aos ocupantes o direito de superfície passado pelo Ministério do Urbanismo e Habitação com selo da Conservatória do Registo Predial datado do dia 17 de Dezembro de 2009.

"Esta data é que nos deixa em dúvida porque muitos de nós já estamos aqui há mais de dez anos e este documento só foi reconhecido no final do ano passado.

Por isso é que nós perguntamos: onde é que estava a doutora Laurinda Hoygaard.

A parcela é identificada por plana e diagrama está situada no Autódromo, comuna do Ramiro. O terreno conforta-se a Sul, Este e Oeste com terreno de terceiros, a Norte com a Estrada Luanda Sumbe.

Para acalmar os ânimos dos moradores, a antiga reitora

da UAN elaborou uma ficha descritiva da população, com o cabeçário de Complexo Desportivo Habitacional, onde eles podem especificar o agregado familiar e as características do imóvel, mas eles recusam-se a preencher por ela não se ter mostrado disponível a negociar.

Laurinda Hoygaard disse a este jornal que não quer apropriar-se do terreno de ninguém e que conseguiu aquela parcela de terra depois de se ter candidatado há vários anos junto do Estado.

"O processo como normalmente, visto que aquele espaço em reserva do Estado e me foi cedido. Posso dizer que se toma irrelevante especificar a data em que me candidatei e recebi o parecer favorável, mas devo apenas esclarecer que isso foi há vários anos", explicou a antiga reitora.

Laurinda Hoygaard disse que é "importante que as pessoas entendam que há regras no país que alguns cidadãos cumprem e outros não. Eu cumprio e por isso é que candidatei-me e fiquei simplesmente à espera que o Estado, com as suas instituições competentes, respondessem positiva ou negativamente depois de avaliar a minha proposta".

No entender de Laurinda Hoygaard, o Complexo Desportivo, Turístico e Lúdico é um benefício social para a população porque poderá proporcionar muitos postos de trabalho.

Questionada sobre o que acontecerá com a escola da Polícia Nacional que ali se encontra, a nossa interlocutora disse que o autódromo 'de Luanda é justamente o espaço atribuído a ela pelo Estado e que nunca foi propriedade do Ministério do Interior.

"O autódromo é um objecto social que deve estar ao serviço do desporto e não da Polícia. Recebi o parecer positivo deles, porque a Polícia sabe que aquela estrutura tem um fim específico", explicou.

Naqueles recintos são treinados os jovens que vão reforçarem a Brigada de Helicóptero, a Brigada Especial de Antiterrorismo e da Polícia de Intervenção Rápida. Quanto aos moradores, Hoygaard não revelou pormenores, alegando que já tinha prestado informações suficientes como cidadã com direitos e deveres perante o Estado.

O Autódromo de Luanda foi inaugurado em 28 de Maio de 1972, poucos meses depois de as obras terem começado. A pista foi criada pela empresa Autodel, através dos seus administradores António Pinto da Fonseca, Rui n Gonzaga Martins e o piloto António Peixinho, que encarregaram do projecto arquitecto brasileiro Ayrton Comelson (o mesmo projectista da pista do Estoril) e do engenheiro Júlio Basso.

7.2 Um perímetro de demolições à vista

Novo Jornal

De 12 de Março de 2010

O processo de cadastramento dos moradores residentes na I zona que abrange a construção do Centro Político e Administrativo decorre normalmente. Recuperados do susto de evacuação da zona onde residem, depois dos esclarecimentos feitos, os moradores aguardam por uma indemnização embora o processo, segundo as autoridades, não preveja a evacuação dos moradores da zona. O Gabinete de Obras Especiais (GOE) vai implementar, nos próximos dias, o futuro Centro Político e Administrativo da capital na zona da Praia do Bispo e parte do bairro dos Coqueiros, município da Ingombota, solicitando aos moradores destes locais para que façam a comprovação da titularidade dos espaços para que se possa proceder a uma justa indemnização. Segundo o Governo Provincial de Luanda, o projecto do Centro Político e Administrativo será implementado de forma paulatina, de acordo com as exigências técnicas e os interesses do Estado, e prevê a planificação e construção de infra-estruturas urbanísticas, bem como a requalificação de todo o perímetro. A zona visada passa pelo Mausoléu Agostinho Neto, Os arredores do hospital Josina Machel, parte traseira da Dac Doi, redondezas do Ministério da Defesa, Largo Dom Afonso Henriques (em frente à Universidade Lusíada), desembocando no Largo do Pelourinho. Fonte ligada ao Instituto Nacional de Habitação garantiu ao Novo Jornal que muitas demolições vão ser efectuadas, mas as mesmas não abrangem os edifícios da zona. Segundo os esclarecimentos do director do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda, Hélder José, o plano de requalificação do futuro Centro Político e Administrativo de Angola não significa a destruição de todas as residências do perímetro, defendendo a ideia de que não haverá demolição de edifícios e outras estruturas que compõem o património histórico da cidade capital, embora os "interesses do Estado deverão ser salvaguardados". A contrapartida para todo este processo é a indemnização que será negociada, caso a caso, com cada titular de direitos, desde que sejam exibidos documentos que atestem o direito reivindicativo, sendo também considerados os titulares de posse pacífica e de boa fé desde que o comprovem. Para aqueles que construíram de modo informal a realidade será outra. Segundo ainda o director do Instituto de Gestão Urbana de Luanda, tudo está a ser feito para evitar constrangimentos e levar as coisas a bom porto, salvaguardando o bem-estar das pessoas. O director do Instituto Nacional de Habitação, Eugénio Correia, informou que este processo está sob

coordenação do Gabinete de Obras Especiais e que a instituição que dirige tem, para além de outras acções, prioridades que estão viradas para a empreitada de um milhão de casas. Esse processo começou com a construção das instalações da Assembleia Nacional, cujas obras têm o seu termo previsto para o ano de 2011. E.G.

7.3 Apelo á dignidade humana

Capital

De 13 de Março de 2010

O Ministro da Administração e Território, Bornito de Sousa, apelou terça-feira, no Lubango, ao respeito à dignidade das pessoas, cujas moradias foram derrubadas.

Bornito de Sousa foi desviado dos «campos de batalha», onde por altura "da sua visita, a Polícia Nacional e a população travavam um duelo, no qual os cidadãos tentavam evitar as demolições.

O titular da pasta do MAT foi levado apenas ao Centro de Acolhimento das crianças e jovens desfavorecidos da Huíla, cujas obras estão atrasadas.

Interpelado pelos jornalistas, Bomito de Sousa disse que «é necessário unir forças para a solução deste problema que traumatiza os angolanos desta parte do país».

7.4 Populares carregam a Cruz dos Anjos

Capital

De 13 de Março de 2010

O cenário relembra o tempo de conflito armado, em que os refugiados eram acolhidos nas tendas, pois a situação impunha dar o mínimo às famílias vitimadas pela guerra. É o resultado do derrube de casas construídas ao longo do caminho-de-ferro de Moçamedes, uma orientação do governador da Huíla, Isaac dos Anjos.

O número de desalojados pode aumentar. As demolições prosseguem, numa altura em que chove com frequência na cidade do Lubango. As 21 mil pessoas afectadas foram provisoriamente instaladas no pátio da escola 14 de Abril, no Estádio Nacional da Tundavala e na zona da Tchavola, onde foram colocadas 1500 tendas de dois metros quadrados, acolhendo, cada uma, duas famílias. As demais estão atiradas à sua sorte.

Os desalojados enfrentam várias dificuldades. A zona da Tchavola, que na língua Umbundo significa podre ou lixeira, é um pântano de 58 hectares, onde há falta de água potável, serviços de saúde, segurança e educação.

O desalojamento está a provocar tumulto por parte dos

antigos moradores dos bairros Canguinda, Sofrio, Ferrovia, Calumbiro, Comandante Zangi, Casa Verde e Mapunda, escurraçados por forças policiais mobilizadas pelo governador Isaac dos Anjos.

Teresa Capitango, chefe de uma família de 10 pessoas, manifestou a sua indignação com o despejo da residência, onde vivia há mais de 30 anos. Ela desconhece o que levou o governador a tomar uma medida urgente, sem dar possibilidade

às famílias para, ao menos, preparar outros abrigos.

«O governo da Huíla deveria construir primeiro as casas e depois realojar as pessoas. Demolir uma residência que uma

pessoa levou anos para" construir sem aviso atempado, é abuso de confiança, porque nem uma dívida se cobra assim», declarou.

Teresa contou que há desorganização nos órgãos do governo da província. «Disseram que distribuíram terrenos para cada pessoa construir a sua casa antes de sair desta. Mas, estamos há um ano atrás de um espaço, o máximo que conseguimos é muito rodeio. E hoje nos tiram o lar, como se fôssemos estrangeiros», desabafou. Adriano Calembessa, outro afectado, vê o governo provincial como um adversário do povo, porque «ao invés de promover boas condições de vida dos filhos desta pátria, continua a violar os direitos supremos dos cidadãos», declarou o interlocutor que questiona a posição do governo central, em manter «esta guerra-fria contra a população indefesa».

«Será que o povo é só importante, quando há eleições? Estamos indignados com o tipo de governo que escolhemos. Estão a nos pôr fora, porque não têm piedade. Agora vivemos na rua, onde estamos sujeitos a vários perigos».

O pai de família prefere a «Cruz ao Anjo». «Valia a pena a antiga governação de Ramos da Cruz, porque todos viviam nas suas casas. Agora o menino Anjos dos diabos quer ver-nos a passar mal», lamentou a vítima que defendeu a exoneração daquele.

O governador da Huíla, Isaac Maria dos Anjos, mantém a sua posição mesmo depois de receber vários conselhos da Sociedade Civil, dos deputados e ministros sobre a melhor forma, para o realojamento da população.

Isaac dos Anjos, sem apoio do seu executivo, disse que vai continuar a derrubar as casas construídas a menos de 50 metros da linha-férrea, encosta da montanha do Cristo Rei e margens dos rios Mukufu e Caculevar.

«Não vamos dar prémios à ilegalidade. Todas essas casas vão ser demolidas, sem nenhuma indemnização.

Os afectados que desenrasquem, porque o governo não vai dar qualquer material de construção. Da forma como construíram, é da mesma que vão continuar noutros lugares»,

Isaac dos Anjos disse que o governo dispensa

comentários de pessoas que defendem o apoio do Estado para a autoconstrução dirigida e desvaloriza «as cubatas deste povo que deu o voto ao MPLA».

7.5 Governo arrasa casas no Lubango

Semanário Angolense

De 13 a 20 de Março de 2010

As demolições começaram na semana passada, até ao momento mais de duas mil residências já foram demolidas, tendo deixado ao relento milhares de pessoas, dentre crianças e idosos.

Segundo informações avançadas por cidadãos locais, os bairros mais afectados foram Ferrovia, Makunda, Umpata, Luta contínua e Joaquim Lapango. Todos se encontram localizados junto a linha-férrea.

Segundo dados fornecidos por fontes locais, três mil e oitenta e uma casa foram marcadas para serem demolidas. Nesse momento, duas mil residências já foram deitadas abaixo.

"Aqui está demais, as autoridades não têm dó, partem as casas com as crianças dentro delas. Na semana passada, uma criança chegou a morrer, porque derrubaram a casa dela com a pequena lá dentro", informou um cidadão, que acrescentou que uma residência foi demolida enquanto realizavam um óbito.

"Nessa semana partiram uma casa no bairro da Ferrovia onde decorria um óbito e o corpo estava lá dentro. Os familiares foram obrigados a retira-lo e a chorar ao relento", realçou uma testemunha ocular.

Os desalojados estão a ser encaminhados para o bairro Pchavola, uma zona que fica muito distante da cidade e não tem hospitais, escolas, supermercado, ou seja, sem condições mínimas de habitabilidade •

7.6 Deputados reprovam a atitude do governador

Capital

De 13 de Março de 2010

Os deputados da Assembleia Nacional pelo círculo provincial reprovaram, recentemente, as condições de habitabilidade preparadas pelo executivo de Isaac dos Anjos, para albergar as três mil famílias.

Os representantes do povo visitaram os bairros abrangidos e constataram a falta de condições na zona da Tchavola, hoje caracterizada como «campo de refugiados de guerra».

No final da visita o deputado Desidério da Graça disse á imprensa que as condições não estão criadas para albergar pessoas. O parlamentar apelou a maior responsabilidade na execução deste processo, que tem

como objectivo a reabilitação da linha-férrea de Menongue a Moçamedes.

Desidério da Graça defendeu ainda no Lubango, a criação de melhores condições sociais na zona da Tchavola, localizada a 10 quilómetros do centro da cidade, justificando que «não há tenda que substitua casa».

7.7 Estamos perante um quadro de violação da lei"

Semanário Angolense

De 13 a 20 de Março de 2010

Segundo o Padre Jacinto Pio Wacussanga, o Governo não teve em conta cinco aspectos principais quando decidiu demolir essas residências no Lubango e em consequência disso violou a Lei.

"Estamos perante um caso de violação da Lei e de tudo que diz respeito aos Direitos Humanos", afirmou.

O responsável enumerou os erros cometidos pelo Governo local, a saber:

1- Não houve informação suficiente e de qualidade direccionada as pessoas cuja as casas seriam demolidas.

2- Não se levou em conta a Lei, os protocolos internacionais, a constituição e outras legislações avulsas que falam sobre os cuidados que se deve ter aquando o processo de expropriação pública.

3- Não se teve em conta o tempo chuvoso em que se tiram as pessoas de suas, casas, para coloca-las em tendas sem condições alguma.

4- Não ficou acautelado, no bairro em que as pessoas estão a ser encaminhadas, o acesso a água, a escola, a saúde

e ao emprego. "

5- Não se levou em conta o número de agregado familiar, nem se verificou a acomodação dos vulneráveis, como os doentes, idosos, crianças e as famílias monoparentais.

7.8 Quando viver sobre um túmulo chega a ser banal

Semanário Capital

De 13 de Março de 2010

QUE a procura de terrenos para a concretização do sonho da casa própria ganhou contornos incalculáveis, em grande medida devido a especulação no sector imobiliário, não restam dúvidas. Basta dizer que o director provincial do Urbanismo e Habitação, Zacarias Kamwenho, confrontado com as demolições ocorridas na Graça, veio a público reconhecer que a procura de espaços para uma moradia cresce ao ritmo das construções anárquicas, sobretudo em cidades como

Benguela e Lobito.

Poucos dias depois, ironia ou não, surgem denúncias de cidadãos preocupados com construções sobre campas, num cemitério localizado no bairro do Calohombo Alto, arredores da cidade capital. Com as atenções da opinião pública centralizadas no cada vez mais apetecível bairro da Graça, onde já decorre o processo de

arruamento e infra-estruturação dos terrenos (reservas fundiárias), do extremo aposto da sede da província, bem nas imediações do aeroporto 17 de Setembro, surgiam casas sobre cadáveres. Vários cidadãos, ainda que cientes das dificuldades por que se passa para a aquisição de terrenos, falavam mesmo em «cúmulo da imoralidade». As imagens que exibimos podem não ser suficientemente esclarecedoras, mas o semanário A Capital, que se dirigiu ao local na sequência das denúncias, constatou ossadas e trapos saídos das roupas usadas pelos que jazem neste clandestino cemitério.

À chegada, uma fiel da Igreja Metodista, cujo templo está a um palmo da área em causa, preparou o repórter para um cenário a lamentar. «Não sabemos se a Administração tem conhecimento disso que ocorre aqui», frisou. Depois de ter galgado alguns metros, este semanário cruza o caminho do cidadão Arlinho Jaime Nafeca, morador do Calohombo há quase vinte anos. Explicou, então, que os vários amontoados de areia que faziam a curiosidade da nossa reportagem são os cadáveres sepultados na altura do conflito armado.

De acordo com o guia da visita do A Capital, muitas casas recentemente ergui das «estão por cima de campas e ossos». «E ainda estão a construir mais», acrescentou. Na verdade, foi possível divisar vários alicerces na zona circunscrita a funerais na altura da guerra, o que significa dizer que outras moradias estão a caminho.

Numa breve observação crítica, o sociólogo Eduardo Alexandre disse que, para lá das debilidades em matéria de fiscalização, a realidade do Calohombo deve servir de reflexão para toda a sociedade.

«Não apenas dos órgãos fiscalizadores da Administração, estamos diante de um problema que nos coloca na condição de culpados», frisou Eduardo Alexandre, também ele bastante estupefacto.

Em resposta ao 'barulho' feito pelas rádios locais, o novo administrador de Benguela, José Manuel Lucombo, esteve no local para ver o que soube por via da comunicação social. Nesta jornada de campo, que foi antecedida das visitas impostas pelas calemas na Praia Morena, o também 1º secretário do Comité Municipal do MPLA trabalhou com membros da Administração da zona do Calohombo.

Para já, é ponto assente que a Administração Municipal vai exumar, numa primeira fase, um total de 100 corpos e transferir para outras áreas os populares que

construíram sobre as sepulturas.

7.9 Obras no bairro Calemba são retomadas brevemente

Jornal de Angola

De 17 de Março de 2010

A última família que vive na área de intervenção das obras da rodovia em direcção à Tourada, no bairro Calemba, vai ser realojada ainda esta semana para a empreitada poder terminar. Fonte do Gabinete Técnico e Executivo de Coordenação dos Projectos de Luanda (GATEC) disse, ontem, à Angop que as negociações para o realojamento das pessoas que residiam no perímetro do troço em obras já foram concluídas.

À luz das negociações, afirmou, foram reservadas quatro casas no -bairro Zango, município de Viana, para a última família que ficou na área de intervenção. Com uma extensão de 1.800 metros, ao troço faz parte da Avenida 21 de Janeiro, cuja empreitada começou na Escola Comandante Economia, em direcção à via de acesso à Tourada.

A empreitada compreende a reabilitação do pavimento, melhoramento da via, da rede de drenagem, aplicação da sinalização - vertical e horizontal - iluminação pública, colocação de lancis, instalação de separador central e passeios para peões em cada lado da estrada.

O troço beneficiou já de asfalto em quase toda a extensão, restando unia parte do sentido ascendente, cuja execução aguardava pelo realojamento da última família.

7.10 Estamos perante um quadro de violação da lei”

Semanário Angolense

De de 13 a 20 de Março de 2010

Segundo o Padre Jacinto Pio Wacussanga, o Governo não teve em conta cinco aspectos principais quando decidiu demolir essas residências no Lubango e em consequência disso violou a Lei.

"Estamos perante um caso de violação da Lei e de tudo que diz respeito aos Direitos Humanos", afirmou.

O responsável enumerou os erros cometidos pelo Governo local, a saber:

- 1- Não houve informação suficiente e de qualidade direccionada as pessoas cuja as casas seriam demolidas.
- 2- Não se levou em conta a Lei, os protocolos internacionais, a constituição e outras legislações avulsas que falam sobre os cuidados que se deve ter aquando o processo de expropriação pública.
- 3- Não se teve em conta o tempo chuvoso em que se tiram as pessoas de suas, casas, para coloca-las em tendas sem condições alguma.

4- Não ficou acautelado, no bairro em que as pessoas estão a ser encaminhadas, o acesso a água, a escola, a saúde e ao emprego. "

5- Não se levou em conta o número de agregado familiar, nem se verificou a acomodação dos vulneráveis, como os doentes, idosos, crianças e as famílias monoparentais.

7.11 Quando viver sobre um túmulo chega a ser banal

Semanário Capital

De 13 de Março de 2010

QUE a procura de terrenos para a concretização do sonho da casa própria ganhou contornos incalculáveis, em grande medida devido a especulação no sector imobiliário, não restam dúvidas. Basta dizer que o director provincial do Urbanismo e Habitação, Zacarias Kamwenho, confrontado com as demolições ocorridas na Graça, veio a público reconhecer que a procura de espaços para uma moradia cresce ao ritmo das construções anárquicas, sobretudo em cidades como Benguela e Lubito.

Poucos dias depois, ironia ou não, surgem denúncias de cidadãos preocupados com construções sobre campas, num cemitério localizado no bairro do Calohombo Alto, arredores da cidade capital. Com as atenções da opinião pública centralizadas no cada vez mais apetecível bairro da Graça, onde já decorre o processo de

arruamento e infra-estruturação dos terrenos (reservas fundiárias), do extremo aposto da sede da província, bem nas imediações do aeroporto 17 de Setembro, surgiam casas sobre cadáveres. Vários cidadãos, ainda que cientes das dificuldades por que se passa para a aquisição de terrenos, falavam mesmo em «cúmulo da imoralidade». As imagens que exibimos podem não ser suficientemente esclarecedoras, mas o semanário A Capital, que se dirigiu ao local na sequência das denúncias, constatou ossadas e trapos saídos das roupas usadas pelos que jazem neste clandestino cemitério.

À chegada, uma fiel da Igreja Metodista, cujo templo está a um palmo da área em causa, preparou o repórter para um cenário a lamentar. «Não sabemos se a Administração tem conhecimento disso que ocorre aqui», frisou. Depois de ter galgado alguns metros, este semanário cruza o caminho do cidadão Arlinho Jaime Nafeca, morador do Calohombo há quase vinte anos. Explicou, então, que os vários amontoados de areia que faziam a curiosidade da nossa reportagem são os cadáveres sepultados na altura do conflito armado.

De acordo com o guia da visita do A Capital, muitas casas recentemente ergui das «estão por cima de

campas e ossos». «E ainda estão a construir mais», acrescentou. Na verdade, foi possível divisar vários alicerces na zona circunscrita a funerais na altura da guerra, o que significa dizer que outras moradias estão a caminho.

Numa breve observação crítica, o sociólogo Eduardo Alexandre disse que, para lá das debilidades em matéria de fiscalização, a realidade do Calohombo deve servir de reflexão para toda a sociedade.

«Não apenas dos órgãos fiscalizadores da Administração, estamos diante de um problema que nos coloca na condição de culpados», frisou Eduardo Alexandre, também ele bastante estupefacto.

Em resposta ao 'barulho' feito pelas rádios locais, o novo administrador de Benguela, José Manuel Lucombo, esteve no local para ver o que soube por via da comunicação social. Nesta jornada de campo, que foi antecedida das visitas impostas pelas calemas na Praia Morena, o também 1º secretário do Comité Municipal do MPLA trabalhou com membros da Administração da zona do Calohombo.

Para já, é ponto assente que a Administração Municipal vai exumar, numa primeira fase, um total de 100 corpos e transferir para outras áreas os populares que construíram sobre as sepulturas.

7.12 Apelo á dignidade humana

Capital

13 de Março de 2010

O Ministro da Administração e Território, Bornito de Sousa, apelou terça-feira, no Lubango, ao respeito à dignidade das pessoas, cujas moradias foram derrubadas.

Bornito de Sousa foi desviado dos «campos de batalha», onde por altura "da sua visita, a Polícia Nacional e a população travavam um duelo, no qual os cidadãos tentavam evitar as demolições.

O titular da pasta do MAT foi levado apenas ao Centro de Acolhimento das crianças e jovens desfavorecidos da Huíla, cujas obras estão atrasadas.

Interpelado pelos jornalistas, Bomito de Sousa disse que «é necessário unir forças para a solução deste problema que traumatiza os angolanos desta parte do país».

7.13 Deputados reprovam a atitude do governador

Capital

13 de Março de 2010

Os deputados da Assembleia Nacional pelo círculo provincial reprovaram, recentemente, as condições de habitabilidade preparadas pelo executivo de Isaac dos Anjos, para albergar as três mil famílias.

Os representantes do povo visitaram os bairros abrangidos e constataram a falta de condições na zona da Tchavola, hoje caracterizada como «campo de refugiados de guerra».

No final da visita o deputado Desidério da Graça disse à imprensa que as condições não estão criadas para albergar pessoas. O parlamentar apelou a maior responsabilidade na execução deste processo, que tem como objectivo a reabilitação da linha-férrea de Menongue a Moçamedes.

Desidério da Graça defendeu ainda no Lubango, a criação de melhores condições sociais na zona da Tchavola, localizada a 10 quilómetros do centro da cidade, justificando que «não há tenda que substitua casa».

7.14 Deputados reprovam a atitude do governador

Capital

13 de Março de 2010

Os deputados da Assembleia Nacional pelo círculo provincial reprovaram, recentemente, as condições de habitabilidade preparadas pelo executivo de Isaac dos Anjos, para albergar as três mil famílias.

Os representantes do povo visitaram os bairros abrangidos e constataram a falta de condições na zona da Tchavola, hoje caracterizada como «campo de refugiados de guerra».

No final da visita o deputado Desidério da Graça disse à imprensa que as condições não estão criadas para albergar pessoas. O parlamentar apelou a maior responsabilidade na execução deste processo, que tem como objectivo a reabilitação da linha-férrea de Menongue a Moçamedes.

Desidério da Graça defendeu ainda no Lubango, a criação de melhores condições sociais na zona da Tchavola, localizada a 10 quilómetros do centro da cidade, justificando que «não há tenda que substitua casa».

7.15 Populares carregam a Cruz dos Anjos

Capital

De 13 de Março de 2010

O cenário relembra o tempo de conflito armado, em que os refugiados eram acolhidos nas tendas, pois a situação impunha dar o mínimo às famílias vitimadas pela guerra. É o resultado do derrube de casas construídas ao longo do caminho-de-ferro de Moçamedes, uma orientação do governador da Huíla, Isaac dos Anjos.

O número de desalojados pode aumentar. As demolições prosseguem, numa altura em que chove com frequência na cidade do Lubango. As 21 mil pessoas afectadas foram provisoriamente instaladas no pátio da escola 14 de Abril, no Estádio Nacional da Tundavala e na zona da Tchavola, onde foram colocadas 1500 tendas de dois metros quadrados, acolhendo, cada uma, duas famílias. As demais estão atiradas à sua sorte.

Os desalojados enfrentam várias dificuldades. A zona da Tchavola, que na língua Umbundo significa podre ou lixeira, é um pântano de 58 hectares, onde há falta de água potável, serviços de saúde, segurança e educação.

O desalojamento está a provocar tumulto por parte dos antigos moradores dos bairros Canguinda, Sofrio, Ferrovia, Calumbiro, Comandante Zangi, Casa Verde e Mapunda, escorraçado por forças policiais mobilizadas pelo governador Isaac dos Anjos.

Teresa Capitango, chefe de uma família de 10 pessoas, manifestou a sua indignação com o despejo da residência, onde vivia há mais de 30 anos. Ela desconhece o que levou o governador a tomar uma medida urgente, sem dar possibilidade às famílias para, ao menos, preparar outros abrigos.

«O governo da Huíla deveria construir primeiro as casas e depois realojar as pessoas. Demolir uma residência que uma pessoa levou anos para" construir sem aviso atempado, é abuso de confiança, porque nem uma dívida se cobra assim», declarou.

Teresa contou que há desorganização nos órgãos do governo da província. «Disseram que distribuíram terrenos para cada pessoa construir a sua casa antes de sair desta. Mas, estamos há um ano atrás de um espaço, o máximo que conseguimos é muito rodeio. E hoje nos tiram o lar, como se fôssemos estrangeiros», desabafou. Adriano Calembessa, outro afectado, vê o governo provincial como um adversário do povo, porque «ao invés de promover boas condições de vida dos filhos desta pátria, continua a violar os direitos supremos dos cidadãos», declarou o interlocutor que questiona a posição do governo central, em manter «esta guerra-fria contra a população indefesa».

«Será que o povo é só importante, quando há eleições? Estamos indignados com o tipo de governo que escolhemos. Estão a nos pôr fora, porque não têm piedade. Agora vivemos na rua, onde estamos sujeitos a

vários perigos».

O pai de família prefere a «Cruz ao Anjo». «Valia a pena a antiga governação de Ramos da Cruz, porque todos viviam nas suas casas. Agora o menino Anjos dos diabos quer ver-nos a passar mal», lamentou a vítima que defendeu a exoneração daquele.

O governador da Huíla, Isaac Maria dos Anjos, mantém a sua posição mesmo depois de receber vários conselhos da Sociedade Civil, dos deputados e ministros sobre a melhor forma, para o realojamento da população.

Isaac dos Anjos, sem apoio do seu executivo, disse que vai continuar a derrubar as casas construídas a menos de 50 metros da linha-férrea, encosta da montanha do Cristo Rei e margens dos rios Mukufo e Caculevar.

«Não vamos dar prémios à ilegalidade. Todas essas casas vão ser demolidas, sem nenhuma indemnização. Os afectados que desenrasquem, porque o governo não vai dar qualquer material de construção. Da forma como construíram, é da mesma que vão continuar noutros lugares».

Isaac dos Anjos disse que o governo dispensa comentários de pessoas que defendem o apoio do Estado para a autoconstrução dirigida e desvaloriza «as cubatas deste povo que deu o voto ao MPLA».

7.16 “Estamos perante um quadro de violação da lei”

Semanário Angolense

De 13 a 20 de Março de 2010

Segundo o Padre Jacinto Pio Wacussanga, o Governo não teve em conta cinco aspectos principais quando decidiu demolir essas residências no Lubango e em consequência disso violou a Lei.

"Estamos perante um caso de violação da Lei e de tudo que diz respeito aos Direitos Humanos", afirmou.

O responsável enumerou os erros cometidos pelo Governo local, a saber:

- 1- Não houve informação suficiente e de qualidade direccionada as pessoas cuja as casas seriam demolidas.
- 2- Não se levou em conta a Lei, os protocolos internacionais, a constituição e outras legislações avulsas que falam sobre os cuidados que se deve ter aquando o processo de expropriação pública.
- 3- Não se teve em conta o tempo chuvoso em que se tiram as pessoas de suas, casas, para coloca-las em tendas sem condições alguma.
- 4- Não ficou acautelado, no bairro em que as pessoas estão a ser encaminhadas, o acesso a água, a escola, a saúde e ao emprego.
- 5- Não se levou em conta o número de agregado familiar, nem se verificou a acomodação dos vulneráveis, como os doentes, idosos, crianças e as famílias monoparentais.

7.17 Obras no bairro Calemba são retomadas brevemente

Jornal de Angola

De 17 de Março de 2010

A última família que vive na área de intervenção das obras da rodovia em direcção à Tourada, no bairro Calemba, vai ser realojada ainda esta semana para a empreitada poder terminar. Fonte do Gabinete Técnico e Executivo de Coordenação dos Projectos de Luanda (GATEC) disse, ontem, à Angop que as negociações para o realojamento das pessoas que residiam no perímetro do troço em obras já foram concluídas.

À luz das negociações, afirmou, foram reservadas quatro casas no -bairro Zango, município de Viana, para a última família que ficou na área de intervenção. Com uma extensão de 1.800 metros, ao troço faz parte da Avenida 21 de Janeiro, cuja empreitada começou na Escola Comandante Economia, em direcção à via de acesso à Tourada.

A empreitada compreende a reabilitação do pavimento, melhoramento da via, da rede de drenagem, aplicação da sinalização - vertical e horizontal - iluminação pública, colocação de lancis, instalação de separador central e passeios para peões em cada lado da estrada.

O troço beneficiou já de asfalto em quase toda a extensão, restando unia parte do sentido ascendente, cuja execução aguardava pelo realojamento da última família.

7.18 MPLA atira responsabilidades das demolições ao governador dos Anjos

Novo Jornal

De 19 de Março de 2010

Últimas informações apuradas pelo Novo Jornal dão conta que as demolições ocorridas no Lubango decorreram sem o beneplácito do partido no poder em Angola e terá sido assumido unilateralmente pelo próprio governador Isaac dos Anjos, aliás, como já aqui foi noticiado, o número um da Huíla liderou pessoalmente a operação.

Falando terça-feira para a Voz da América, o segundo secretário da Huíla do MPLA, Virgílio Tyova, admitiu que o processo decorreu sem o consentimento do partido reforçando que o MPLA havia baixado orientações expressas para que o mesmo decorresse apenas na época seca e dentro do respeito que se exige à pessoa humana.

No entender de Virgílio Tyova "não vinha o mal ao

mundo se o processo fosse protelado" até porque "o Caminho-de-Ferro de Moçâmedes ficou 30 anos paralisado". O dirigente foi mais longe dizendo que todos estão de acordo com o desenvolvimento do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes, mas isto não deve ser feito à custa do sacrifício das pessoas.

"Primeiro a população e só depois as paredes, as linhas e os ferros", reforçou.

Questionado sobre uma alegada clivagem que existirá entre o MPLA e o executivo de Isaac dos Anjos, manifestada agora com o comportamento durante o processo de demolições, Víglíio Tyova afirmou que só Isaac dos Anjos estaria em "condições de responder a esta pergunta".

E mais não disse.

7.19 Demolições trouxeram ao Lubango deputados do Galo Negro

Novo Jornal

De 19 de Março de 2010

Uma delegação parlamentar, que integrou deputados à Assembleia Nacional pela bancada da UNITA, visitou no fim-de-semana passado as famílias desalojadas ao longo da linha-férrea que compreende o Caminho-de-ferro de Moçâmedes. A comitiva, que integrou os deputados Almerindo Jaka Jamba, Silvestre Gabriel Samy e Lukamba Paulo Gato, percorreu as zonas demolidas ao longo da linha e avançou de seguida para a Tchavola, área de acolhimento da maioria das famílias deslocadas. Os deputados saíram desgastados sobretudo pelas condições de acomodação em que encontraram as populações.

Debruçando-se sobre o que viu no terreno, o deputado Jaka Jamba disse, em nome da delegação, ter ficado impressionado com a forma como as pessoas foram movimentadas sem estarem criadas as condições exigíveis para operações do género. "Não foram respeitadas as resoluções aprovadas pela Assembleia Nacional sobre a necessidade da criação de mecanismos próprios antes"de se avançar para as demolições" disse o deputado que defende a requalificação das áreas, mas lembrou que todo o processo tem que assentar no "diálogo a na dignidade da pessoa humana", lembrou.

No seguimento da visita que efectuaram na Tchavola, os parlamentares depois de terem auscultado as famílias que ali foram movimentadas, procederam à distribuição de bens de primeira necessidade como cobertores, colchas e atados de roupa, mediante a solicitação manifestada pelos desalojados. A operação de entrega dos bens aconteceu sábado e domingo (13 e 14 de Março).

7.20 Ai vida que é só sofrer

Novo Jornal

De 19 de Março de 2010

"São as nossas casas, não roubámos a ninguém! Estou aqui desde as 6 horas sem comer nada. É injusto. Ontem urna senhora estava a parir e não havia médico que pudesse acompanhar a situação. Vieram-me chamar mas quero lá saber-não sou a maternidade, nem o Estado", os braços deitavam-se ao céu, tinha passado "a noite numa tenda, até serpente tinha lá dentro. A terra, afinal, é de quem?", questionava Maria com os olhos, com o corpo todo, desalojada e mãe de seis filhos (seriam nove, mas três morreram). O dia 8 de Março de 2010 confirmou o que seria, para muitos, inconfirmável. Ao abrigo de um "Plano de Operação de Combate e Demolições de Casebres e Construções Anárquicas no Município do Lubango", as equipas entraram nas áreas definidas e começaram a partir a camartelo promoveu-se a um tamanho superlativo e surgia agora em forma de grandes maquinarias capazes de derrubar o Mundo, se fosse preciso. Os bairros A Luta Contínua, Joaquim Kapango, Ferrovia e Mukanka estavam a caminho da extinção.

Os desalojados, entretanto, foram depositados numa área a sete longínquos quilómetros do centro da cidade, a Tchavola, actualmente decorada com muita chana, algumas lavras, maus acessos e nenhuma condições de habitabilidade. Nem escola, nem tendas para todos, é gente ao relento com frio na cara e nos ossos, são grávidas sem um mosquiteiro, nem latrinas, nem paciência para reconstruir vidas em permanente reconstrução.

O processo foi despontado durante o ano de 2009, mais precisamente em Outubro. Criou-se uma comissão de trabalho para implementação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, coordenada pela vice-governadora para a Organização e Serviços Técnicos, Victoria da Conceição - que nunca apareceu no terreno durante as demolições.

Desde logo ficaram previstas no despacho uma série de acções que visavam regularizar a situação. Estabelecia ainda um plano de trabalho e que operações deveriam ser concretizadas (informar as pessoas, preparar condições logísticas e de segurança, entre outras).

A decisão de partir está também relacionada com a recuperação do Caminho-de-ferro de Moçâmedes (CFM). Os trabalhos estão concluídos da Matala (a cerca de 120 quilómetros do Lubango) até ao Menongue, capital da província do Kuando Kubango. Falta acudir o trajecto que sai da Matala, passando no Lubango até abraçar a cidade do Namibe, já na província que ostenta o mesmo nome.

Um retrocesso

Maria recorda com relativa facilidade como começou o pesadelo. "Foi em Novembro [de 2009]", lembra com os olhos franzidos. Umas nessa altura uns senhores do CFM apareceram no bairro a dizer que estivessem descansados porque todos iriam receber casa". Como era período de festas, tal notícia fez com que as comemorasse "com mais alegria ainda".

"A minha casa tinha 12 divisões e foi construída durante os anos de 1994, 95 e 96", começa por contar Maria da Conceição Mutango. Com uma filha bebé tinha fugido da Jamba, e da guerra, a pé até chegar a um refúgio qualquer - neste caso foram as terras altas da Chela. O financiamento para a construção saiu de uma "fuba limpa" que tinha conseguido negociar. "Sou divorciada e o meu ex-marido também não ajuda em nada", atira orgulhosa, mas frágil na sua condição de protectora agora desamparada.

Pelo facto de ter construído num 10-' cal impróprio e apesar da documentação que alega possuir, Maria perdeu tudo. Aquela vida reconstruída foi atirada para a Tchavola. No dia em que foi feita a entrevista ainda não tinha terreno para construir a sua nova casa. Tinham passado sete dias. Recebeu uma tenda para se ajeitar com os seus 6 filhos que deixaram de frequentar a escola na sequência da mudança.

E não era a única. Devido à desorganização e apesar de terem sido cadastradas cerca de 3000 casas, a 10gística não funcionou. Os populares queixam-se ainda da morosidade na entrega das prometidas parcelas de terreno (1000 metros quadrados), enquanto há outros que nem uma tenda recebera. Dormem ao relento, ao frio e à chuva, sem alimentação e sem poder trabalhar, sem escola para os mais novos.

"É um retrocesso", afirma a vendedora Maria, um tratado de lucidez e emoção a escorrer pela face queimada de orvalho.

Dois jovens de 28 anos juntam-se à conversa. Primeiro comunicando pelo olhar. Depois decidiram também contar a sua experiência. São professores no município de Kalukembe mas há uma semana que não aparecem por lá. Viajaram de emergência para o Lubango quando foram avisados que as suas casas tinham sido partidas. Estão sem tenda e sem terreno.

Ainda não tinham recebido nada e também não podem regressar ao trabalho porque correm o risco de ser ultrapassados na atribuição dos lotes. "Estamos a ser descontados no salário", resignam-se, enquanto preferem o anonimato para prestar mais informações.

Nascidos e criados no bairro de onde foram retirados compulsivamente, estão atordoados. Olham em frente. Vagamente. "Todos os dias subimos para aqui e descemos para a cidade, o que representa 650 kwanzas só em transportes". A Tchavola tem um plano de urbanização, mas ainda não tem um machimbombo

para apoiar quem lá vive. Só no sábado, 8 de Março, mais de 1000 pessoas tinham sido transferidas para aquele desterro.

"Papá, também vão destruir a vossa casa?"

A cidade do Lubango é, por estes dias, uma cidade inquieta. A sociedade local está ainda a digerir um processo que, directa ou indirectamente, tocou inúmeras famílias. "Até em minha casa os filhos perguntavam: Papá, também vão destruir a nossa casa?", relembra Guilherme Santos, actual presidente da organização Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA). "Nunca, nem que eu me ponha à frente deles!", respondia.

Na tentativa de explicar porque é que este tipo de atitudes continuam a marcar a governação em Angola, Guilherme Santos refere três pontos. "São comportamentos que decorrem do modelo de desenvolvimento que tem sido aplicado desde o fim da guerra (e que é apoiado pelas elites): modernização acelerada com enfoque na paranóia do betão, falta de cultura de negociação e integração comunitária, em conjunto com um problema cultural - são os próprios políticos que desrespeitam continuamente a lei", frisa.

A lei - que serviu para desalojar mas que deveria também ser utilizada para proteger. Pelo menos assim pensa o Padre Pio Wacusanga, da Associação Construindo Comunidades (ACC), ressaltando que, na sua opinião, os desalojados devem reclamar indemnizações na justiça. "Não faz sentido afirmar que estas pessoas construíram de forma ilegal. Se têm documentos passados pela Administração do Lubango! Por outro lado não é chegar ali e demolir, é necessária uma ordem do tribunal a declarar as zonas como proibidas", explica. O padre católico pensa que podem ser reconhecidos direitos ao nível da memória colectiva das populações mas também dos bens destruídos. "As pessoas agiram de boa-fé e o governo provincial passou por cima da lei", defende.

Não podemos esquecer que "Angola ratificou tratados internacionais" que garantem o direito à habitação adequada, sobretudo para os "mais desfavorecidos e vulneráveis na sua condição social", lembra o Padre Pio, um dos activistas mais empenhados nestas questões ligados à utilização da terra.

E agora? O que fazer? A tragédia está consumada. Milhares de pessoas de diferentes estratos sociais tiveram de se remediar. "Estas pessoas precisam de apoio", reconhece Guilherme Santos.

É incrível como, por exemplo, a administração municipal não tem assistentes sociais, pessoas que podem trabalhar no terreno e fazer a diferença. Ainda mais estranho é quando estamos num pólo estudantil de onde saem todos os anos técnicos formados em Psicologia Educacional (ISCED) ou mesmo Clínica (da

Universidade Privada de Angola do Lubango)". "Tudo isto demonstra um grande défice de conhecimento", acredita Santos.

Já o Padre Pio lembra que "antes de partir casas" é necessário estudar o contexto - vulnerabilidade, condições de vida do agregado, número de pessoas instaladas. Para quê? Para evitar processos descuidados. O acampamento da Tchavola é um manto escuro, coberto de estrelas, chapas de zinco espalhadas pelo chão, mosquitos e respectivos familiares. O breu é pesado e cáustico, a noite tinha caído. A conversa do Padre Pio com alguns desalojados corre entrecortada pelo umbundu e pelo português. No céu, clarões a sinalizarem uma tromba de água que havia de chegar em grande força ameaçam pessoas que pedem mantas. Por estes dias tudo está deserto no desastre humano em que transformaram a Tchavola.

7.21 Igreja e MPLA condenam demolições na Huíla

A Capital.

De 20 a 27 de Março de 2010

O arcebispo do Lubango e presidente da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) levantou-se contra a medida, em declarações transmitidas pelo correspondente da 'Rádio Ecclesia'.

A pretexto da implementação do programa de reabilitação da linha-férrea do Namibe, mais de 3 mil pessoas perderam as casas no último fim-de-semana e foram alojadas em massa em tendas, montadas num terreno baldio.

«A requalificação é uma das coisas que estão necessárias. Pronto. Não contesto isto. Mas tem que ser humana. Tem que ser dentro das condições humanas», defendeu o prelado. Como parceiro social do governo, indicou, a Igreja em conjunto, através dos seus representantes numa reunião com o governo local sobre o projecto, havia insistido nas prévias condições humanas.

O prelado rechaçou, por conseguinte, abençoar a medida tal como executada assim o prece do governador da província, Isaac dos Anjos, feito em relação à sua pessoa no encontro com os emissários dos desalojados que contaram a ocorrência ao arcebispo.

«Não é para que alguém faça uma acção autenticamente maligna contra as populações e nós vamos pedir que Deus o ajude», disse Dom Mbilingi.

Sim, aclarou, «a Sagrada Escritura nos pede que rezemos por nossos governantes, mas para que nos governem bem, para que de facto sejam iluminados pelo Senhor no sentido de poder perceber as urgências e os apelos das populações, que eles estão chamados a governar, no sentido de garantir o tal bem comum, no

sentido de uma governação naturalmente transparente, respeitante aos direitos da pessoa humana».

7.22 Lubango em alvoroço

O Independente De

20 de Março de 2010

A cidade do Cristo Rei está literalmente em alvoroço. Tudo porque o governador Isaac dos Anjos resolveu desalojar centenas de famílias que habitavam no perímetro da linha-férrea dos Caminhos-de-Ferro de Moçâmedes, sem que estivessem garantidas condições dignas de realojamento.

Ao mandar demolir bairros inteiros (mais de 900 moradias), encaminhando as famílias desalojadas para a zona da Chavola, num assentamento de 115 tendas, número claramente insuficiente para receber tanta gente, Isaac dos Anjos estaria simplesmente a responder a uma solicitação feita pela empresa encarregue da obra de reabilitação do caminho-de-ferro de Moçâmedes, que pediu às autoridades locais 20 metros livres de cada extremo ao longo de toda a linha-férrea.

Mas os relatos que nos chegam do Lubango são de arrepiar. Os bairros

Canguinda, Ferrovia, Maringa, Dr. Agostinho Neto e Mapunda, todos situados ao longo da linha-férrea, simplesmente sucumbiram ante ao intrépido kamartelo. Num ápice, perto de 900 famílias ficaram sem um tecto e sem nenhuma esperança de aceder a um lugar condigno, nos próximos tempos.

Para muitas famílias o que tem valido é apelar à solidariedade de familiares, que, mediante as possibilidades, vão cedendo quartos ou espaços nos quintais para que os "seus" não fiquem ao relento.

"Nós sabemos que o local não é apropriado para termos as nossas casas, mas toda a gente sabe que a maioria dos que está aqui veio fugindo a guerra e não viemos porque gostamos de viver em bairros sem condições", lamenta uma moradora do bairro da Maringa que diz não ter aonde ir.

Comerciante e mãe solteira, diz que não tem familiares no Lubango, mas se recusa a ir para as tendas. "Fui para lá e

Sinceramente não me senti em condições de estar num sítio onde tenho de me esconder para fazer as necessidades e onde não existe escola para os meus filhos" chora a senhora que se viu forçada a tomar de arrendamento um anexo no bairro industrial, onde "mal cabem os seus haveres".

Ao que consta a decisão impensada do governador Isaac dos Anjos não teve o respaldo da estrutura local do partido no poder, que assim fica praticamente de mãos atadas para contrapor às investidas dos partidos

Unita e PRS, que colocaram os seus peões a trabalhar, disponibilizando pequenas doações às famílias desalojadas.

Nas eleições legislativas de 2008, o MPLA conquistou os cinco mandatos em disputa no círculo eleitoral da Huíla, e nada indica, pelo andar da carruagem, que esse resultado venha a repetir-se nas próximas eleições gerais, aprazadas para 20

7.23 Anjos desacreditado.

Semanário Agora De

20 de Março de 2010

O 2º Secretário do MPLA na província disse esta quinta à Rna que o Partido nada tem a ver com “o martelo que provocou numerosos desalojados a viver em precárias condições.

Virgílio Tyova, também administrador municipal do Lubango, responsabilizou o governador Issac dos Anjos pelos danos causados pela medida e ao mesmo tempo pediu desculpas à população atingida.

O plano de demolições tem criado crispações. Comenta-se que o administrador que tem laços familiares com o ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Kundi Paihama estará mais ocupado com assuntos partidários do que do seu pelouro.

Numa recente abordagem, também à Rna, o governador terá declarado mesmo uma espécie de "guerra" contra os funcionários da administração que suspeita estarem envolvidos numa campanha de desacreditar a sua autoridade.

7.24 O resultado da nossa teimosia crónica

O Independente

De 20 de Março de 2010

Na madrugada desta segunda feira 15, os luandenses voltaram a sentir o peso da mãe natureza, quando cerca das 23 horas do dia anterior, São Pedro, furioso e num dia de decisão depois de sucessivos adiamentos, decidiu então abrir as torneiras e assim mostrar o ar da sua graça. Choveu aos cântaros em Luanda por mais de duas horas, inundando por completo a cidade e, uma vez mais, para não variar, pôs a nu o crónico problema do saneamento básico, a funcionalidade da rede de esgotos e do sistema de drenagem das águas pluviais.

Apesar da carga pluvial não ter sido grande coisa, comparativamente aos níveis de precipitações que vão caindo no resto do país, sobretudo nas províncias do Cunene, onde as consequências são por demais

conhecidas, no Kwanza-Sul, Malanje, Uíje, Moxico e nas Lundas, onde durante os meses de Janeiro e Fevereiro foram de intensas chuvas.

Naquelas zonas, os resultados, no cômputo geral, pelas informações disponíveis, não têm sido catastróficos em termos de perdas de vidas humanas, até agora, lamentando-se, no entanto, os graves prejuízos materiais pela destruição das residências e das infra-estruturas que albergam os serviços essenciais básicos como hospitais e escolas, instalações administrativas bem como dos campos agrícolas que são a principal fonte de subsistência alimentar das populações.

Os relatos provenientes das áreas sinistradas do Cunene, talvez pela terceira vez consecutiva, indicam o quão deve ser urgente a intervenção das autoridades local e central na solução definitiva do problema, evitando as acções paliativas feitas no momento da crise e se ponha cobro ao sofrimento do povo kwanhama, e não só, não obstante os esforços e dinamismo do agora vice-ministro do Interior para os serviços de bombeiros e protecção civil, Eugénio Laborinho, que se ocupa da busca, salvamento e realojamento dos afectados pelas enxurradas.

Mas, se no Cunene ou no resto do país, chove quase diariamente, já em Luanda somente pouco mais de duas horas foram suficientes para os habitantes entrarem em alvoroço total. "

O balanço das consequências das enxurradas na cidade da "Kianda" aponta para treze mortos confirmados pelas autoridades, um número incalculável de casas (não casebres) destruídas, enormes estragos nas artérias e avenidas, inviabilizando a continuidade do trajecto inicial, ou criando avarias às viaturas dos cidadãos.

Por tudo isso, foi infeliz o vice-governador para área técnica do governo da província de Luanda, quando disse que muitos populares afectados têm as suas residências construídas em zonas consideradas de risco, próximas das valas de drenagem e linhas de água. Até aqui tudo bem, Sr. Vice! Mas então, o que dizer dos residentes na Rua Eugénio de Castro à Vila Alice onde desde a saída do colonizador nunca mais viveram sossegados em épocas chuvosas?

Isto demonstra a necessidade de um estudo mais aturado para uma actuação também mais séria e responsável das entidades camarárias nos locais tidos como sendo de risco, delimitando as zonas endémicas e não permitir, à partida, a ocupação ou construção anárquica nos referidos espaços.

7.25 Vice-governadora hospitalizada na Alemanha

Semanário Agora

De 20 de Março de 2010

Até então chefe das operações para as demolições, Vitória da Conceição Correia, está a receber tratamento médico

na Alemanha, depois de se ter sentido mal, dias depois de lhe ter sido comunicado o fracasso das operações de demolições que vinha conduzindo de alguns tempos a esta parte, soube o AGORA de fontes credíveis.

De acordo com as mesmas fontes a vice-governadora pediu férias, para tratar da sua saúde, mas o governador Isaac dos Anjos deu-lhe apenas 20 dias, para se apresentar no local de trabalho.

Vitória Correia foi a figura indigitada para a coordenação de todo o processo das demolições, mas na prática a

governante foi encontrando muitas adversidades, para executar o plano. Daí o governador ter chamado a si a responsabilidade de coordenar todo o dossier.

A vice-governadora conduziu em finais de Janeiro demolições de obras e algumas residências, alegadamente construídas a margem da lei no bairro Joaquim Kapango e em princípios de Fevereiro empreendeu outra cruzada no bairro Sófrio, onde teriam sido derrubadas 28 casas. Naquelas circunstâncias, segundo fontes no local, a sua comitiva deparou-se com uma "misteriosa" serpente que emergiu de uma residência em direcção a posição

em que se encontravam. A partir daquele episódio ela começou a afrouxar nas suas intervenções.

Vitória Correia chegou mesmo a furtar-se de uma reunião que haveria de dirigir no bairro Ferrovia para o esclarecimento do plano das demolições. À hora marcadas os populares confrontaram-se apenas com o documento que adiava o encontro e a transferência da mesma para a administração municipal. Vitória Correia nunca chegou a dirigir esse encontro de esclarecimento. Pelos vistos eram sintomas de descoordenação na equipa.

7. 26 Eles massacram o povo em todos valem a pena reclamar?

Folha 8

20 de Março de 2010

CARTA ABERTA

A Sua Excelência Presidente da Republica,
Engenheiro José Eduardo dos Santos.

Exmo. Sr. Presidente muito me apraz endereçar esta missiva que não sendo este o meio apropriado é o que

me resta para que lhe possa fazer chegar toda a minha indignação pela forma como o Engenheiro Isaac dos Anjos tem nestes quase dois anos de consulado governado ou melhor dito desgovernado a Província da Huíla. Que sendo juntamente com Benguela e Huambo das mais importantes e populosas do país é aquela que menos desenvolvimento tem demonstrado.

Durante o tempo em referencia o Sr. Governador Isaac dos Anjos, mais não faz do que semear a discórdia e a intriga no seio do Comité Provincial do MPLA e do Governado da Província, desmotivando os seus quadros, neste particular a primeira medida que tomou foi nomear uma sua amante, sem competência e qualificações para o efeito para Directora Provincial da Industria, Geologia e Minas.

O Nosso Grande MPLA, e muito bem, prometeu o projecto de Um Milhão de casas durante este mandato e na província na Huíla o Sr. Isaac dos Anjos tem estado a inviabilizar projectos imobiliários, pois tem no seu Gabinete para homologação há mais de um ano 400 Processos de concepção de terrenos, os únicos que têm sido despachados são de amigos dele fundamentalmente estrangeiros. O Sr. Isaac dos Anjos chegou ao ponto de homologar a cedência de um terreno bem localizada na nova reserva fundiária com 280 hectares passado em nome do cidadão Isaac Maria dos Anjos, ou seja, homologou um extenso terreno em seu próprio nome, será isso correcto, Sr. Presidente.

Para desprestígio do MPLA e do Governo, o Sr. Governador Isaac dos Anjos é habitualmente visto bêbado em público, vezes sem conta a dizer que foi dos primeiros jovens a ficarem ricos em Angola delapidando o erário público, chegando ao ridículo I de em plena mesa de um bar oferecer empreitadas de Obras do Programa de Investimentos Públicos a seus amigos em troca de comissões e outros favores.

É um brutamonte, intratável, que só tem afundado a Província da Huíla, que esta cada vez pior a custa deste 51'. Isaac dos Anjos, que só tem cultivado impopularidade para ele e para a Nosso Grandioso MPLA.

Ultimamente mandou iniciar o processo de demolição de 3 Mil casas, sem que tenha criado o mínimo de condições para o realojamento dessas pobres almas, que são na sua maioria crianças. Mandou para o efeito montar um acampamento com pouco mais de 125 tentas para albergar os desalojados. Foi visto no sábado dia 6 no Bairro do Ferrovia a assistir as demolições de braços cruzados a rir da desgraça de milhares de famílias dizendo de boca cheia é assim mesmo lugar de p"**, porcos e sujos não é na cidade é no mato, fora daqui.

Milhares de desalojados invadiram escolas como a 1 ° de Dezembro e 14 de Abril para ali se protegerem do frio, sol, chuva e da noite, desta forma outras tantas

crianças estão em aulas. Lubango virou um caos. Numa recente entrevista a Rádio Huíla do Grupo Rádio Nacional de Angola, chegou a dizer que parte dos desalojados terão como tecto as bancadas do estádio Nacional da Tundavala na cidade do Lubango, construído por altura do Can 2010.

Convidou igualmente por cinismo e num acta de falta de solidariedade institucional, os funcionários da Administração do Lubango a demitirem-se porque não dão celeridade aos processos de concessão de terrenos. Terá moral para isso um sujeito que não assina processos de concessão de, terrenos para fim imobiliários há mais de um ano e que trariam desenvolvimento para a Província, podendo alojar condignamente milhares', de famílias.

O Sr. Governador Isaac dos Anjos só dá prioridades a assuntos dos quais tire algum proveito, ou nada tem urgência nesta terra.

Por favor Sr. Presidente reforme esse sujeito e nomeie para a Huíla alguém com competência e visão para o desenvolvimento da Província e que não desaponte o generoso povo desta maravilhosa terra que esteve sempre com o no Grande MPLA.

VIVA o camarada Presidente

Viva a MPLA.

Abaixo o Isaac dos Anjos

Carlos Henriques dos Santos Pereira

Militante do MPLA

7.27 Demolida a casa que impedia obras no bairro Calemba

Jornal de Angola

De 20 de Março de 2010

A casa que estava na zona de confluência entre a Avenida 21 de Janeiro e a Rua da Tourada, no bairro Calemba, em Luanda, foi demolida esta semana, depois da família que lá vivia ter sido realojada noutra local. Os trabalhos de terraplenagem já começaram para a colocação e compactação de brita e o posterior asfaltamento dos dois sentidos da rodovia.

A empreitada compreende a reabilitação do pavimento, melhoramento da rede de drenagem, aplicação de sinalização, iluminação pública, colocação de separador e passeios para peões.

7.28 Massacram o povo em todos valem a pena reclamar?

Folha 8

20 de Março de 2010

CARTA ABERTA

A Sua Excelência Presidente da Republica,
Engenheiro José Eduardo dos Santos.

Exmo. Sr. Presidente muito me apraz endereçar esta missiva que não sendo este o meio apropriado é o que me resta para que lhe possa fazer chegar toda a minha indignação pela forma como o Engenheiro Isaac dos Anjos tem nestes quase dois anos de consulado governado ou melhor dito desgovernado a Província da Huíla. Que sendo juntamente com Benguela e Huambo das mais importantes e populosas do país é aquela que menos desenvolvimento tem demonstrado.

Durante o tempo em referencia o Sr. Governador Isaac dos Anjos, mais não faz do que semear a discórdia e a intriga no seio do Comité Provincial do MPLA e do Governado da Província, desmotivando os seus quadros, neste particular a primeira medida que tomou foi nomear uma sua amante, sem competência e qualificações para o efeito para Directora Provincial da Industria, Geologia e Minas.

O Nosso Grande MPLA, e muito bem, prometeu o projecto de Um Milhão de casas durante este mandato e na província na Huíla o Sr. Isaac dos Anjos tem estado a inviabilizar projectos imobiliários, pois tem no seu Gabinete para homologação há mais de um ano 400 Processos de concepção de terrenos, os únicos que têm sido despachados são de amigos dele fundamentalmente estrangeiros. O Sr. Isaac dos Anjos chegou ao ponto de homologar a cedência de um terreno bem localizada na nova reserva fundiária com 280 hectares passado em nome do cidadão Isaac Maria dos Anjos, ou seja, homologou um extenso terreno em seu próprio nome, será isso correcto, Sr. Presidente.

Para desprestígio do MPLA e do Governo, o Sr. Governador Isaac dos Anjos é habitualmente visto bêbado em público, vezes sem conta a dizer que foi dos primeiros jovens a ficarem ricos em Angola delapidando o erário público, chegando ao ridículo I de em plena mesa de um bar oferecer empreitadas de Obras do Programa de Investimentos Públicos a seus amigos em troca de comissões e outros favores.

É um brutamontes, intratável, que só tem afundado a Província da Huíla, que esta cada vez pior a custa deste 51'. Isaac dos Anjos, que só tem cultivado impopularidade para ele e para a Nosso Grandioso MPLA.

Ultimamente mandou iniciar o processo de demolição de 3 Mil casas, sem que tenha criado o mínimo de condições para o realojamento dessas pobres almas, que são na sua maioria crianças. Mandou para o efeito montar um acampamento com pouco mais de 125 tentas para albergar os desalojados. Foi visto no sábado dia 6 no Bairro do Ferrovia a assistir as demolições de braços cruzados a rir da desgraça de milhares de

famílias dizendo de boca cheia é assim mesmo lugar de p**s, porcos e sujos não é na cidade é no mato, fora daqui.

Milhares de desalojados invadiram escolas como a 1^o de Dezembro e 14 de Abril para ali se protegerem do frio, sol, chuva e da noite, desta forma outras tantas crianças estão em aulas. Lubango virou um caos.

Numa recente entrevista a Rádio Huíla do Grupo Rádio Nacional de Angola, chegou a dizer que parte dos desalojados terão como tecto as bancadas do estádio Nacional da Tundavala na cidade do Lubango, construído por altura do Can 2010.

Convidou igualmente por cinismo e num acta de falta de solidariedade institucional, os funcionários da Administração do Lubango a demitirem-se porque não dão celeridade aos processos de concessão de terrenos. Terá moral para isso um sujeito que não assina processos de concessão de, terrenos para fim imobiliários há mais de um ano e que trariam desenvolvimento para a Província, podendo alojar condignamente milhares', de famílias.

O Sr. Governador Isaac dos Anjos só dá prioridades a assuntos dos quais tire algum proveito, ou nada tem urgência nesta terra.

Por favor Sr. Presidente reforme esse sujeito e nomeie para a Huíla alguém com competência e visão para o desenvolvimento da Província e que não desaponte o generoso povo desta maravilhosa terra que esteve sempre com o no Grande MPLA.

VIVA o camarada Presidente

Viva a MPLA.

Abaixo o Isaac dos Anjos

Carlos Henriques dos Santos Pereira

Militante do MPLA

7.29 Demolições e realojamentos

Jornal de Angola

De 22 de Março de 2010

Os governos locais estão na linha de fogo de alguns sectores da sociedade por demolirem construções erguidas em terrenos do domínio público. O problema é sério, muito difícil de resolver, mas fica ainda mais complicado se a opinião pública não compreender o que se passa e for manipulada em benefício dos infractores.

Luanda precisa das "vias expresso" para desafogar o trânsito. Mas as obras arrastam-se indefinidamente porque, como todos sabemos, "fizemos" construções, algumas de grande dimensão, nos terrenos do domínio público. E como algumas até foram "legalizadas" pelas autoridades, o Estado, que pretende fazer o ordenamento urbano, em agora de pagar pesadas indemnizações por aquilo que era de tolos e, através de um qualquer esquema, passou a ser apenas de um.

Não devemos ter medo das palavras. Dos actos que prejudicam a sociedade, sim. Quem constrói nos terrenos do domínio público está a prejudicar o que é de todos. E todo prejuízo para a sociedade deve ser punido e nunca protegido, muito menos premiado. Os nossos políticos, antes de aplicarem qualquer medida punitiva, preferem sensibilizar, fazer a prevenção. Isso é de aplaudir. Entre nós houve sempre um momento de esclarecimento e um momento de decisão. A nossa História está cheia de exemplos dessa prova de cultura democrática.

Mas nem todos agimos de forma nacional. O desejo de intervir de qualquer maneira faz com que alguns defendam cegamente os que apropriam do que era do domínio público e desfiram ataques com as autoridades que pretendem realizar planos de urbanização que eram apresentados e discutidos com sociedade civil em todas as províncias, para benefício de todos. Vimos este comportamento na Ilha de Luanda, nas barrocas da Boavista, estamos a assistir ao mesmo comportamento no Lubango e em todas as grandes cidades do país onde, sobretudo por razões de segurança, o ordenamento exige a demolição de construções erguidas anarquicamente em terrenos do domínio público e sem as mínimas condições de vida.

Se persistirem as "brigadas" de construtores de casas de lata em locais onde se sabe que vão nascer infra-estruturas essenciais para o ordenamento de Luanda e das grandes cidades, não se sabe aonde iremos parar. Se, de um dia para o outro, continuarem a aparecer estacas de mandioca enterradas em terrenos onde vai nascer uma nova estrada e surgirem casas de chapa e papelão onde menos se espera, quando se trata de requalificar zonas degradadas das cidades, vai ficar tudo ainda mais complicado. Se depois de tudo isto aparecerem pessoas a exigir do Estado pesadas indemnizações, atrasando as obras, dando à opinião pública a falsa ideia de que os governos locais são contra os interesses do povo, nunca haverá habitação condigna, nunca haverá ordenamento Urbano. Pelo contrário, continuaremos a promover a anarquia e a corrupção. Foi esta atitude aventureira e oportunista que criou a má imagem do Zango, onde, estranhamente, muitos dos que antigamente criticavam estão hoje a construir casas em áreas urbanizadas.

Retirar da Ilha de Luanda casebres onde os seus moradores corriam riscos de vida a todo o instante, sobretudo no tempo das calemas, é um acto de aplaudir e nunca de condenar. Derrubar casebres de lata erguidos em barrocas é um acto humanitário que todos devem aplaudir. Os seus moradores correm sérios riscos de vida, a perda de uma só vida humana é sempre um preço demasiado alto que nos devemos recusar a pagar, realojando as pessoas em locais mais seguros.

Os críticos do realojamento viraram-se agora para o Lubango. O governo local está a aplicar o seu programa e a demolir construções erguidas em terrenos do domínio público para beneficiar a comunidade. Basta conhecer a cidade do Lubango para perceber que ela está cercada por antigos abrigos sem as mínimas condições de habitabilidade. Os últimos acontecimentos com as chuvas que provocaram desabamentos são avisos sérios dos riscos para as populações.

E evidente que as autoridades têm que acabar com esses abrigos e realojar as pessoas em sítios mais seguros. A situação é mais grave na encosta norte de Nossa Senhora do Monte. Basta abrir os olhos para vermos centenas de casebres espalhados pela montanha. Vivem ali milhares de pessoas sem as mínimas condições e que podem morrer a qualquer momento. Basta que chova um pouco mais que o normal e que haja um deslizamento de terras. Mas logo que o governo provincial da Huíla meteu mãos à obra e começou a aplicar o seu programa, veio a crítica da Direcção da UNITA, que se afastou do debate da Constituição.

O que está a acontecer é muito sério. Quando são ocupados ilegalmente terrenos do domínio público, calamo-nos. Quando as autoridades vão repor a legalidade são condenadas. Alguém quer manter em Angola as ruínas, as chagas sociais, a falta de civismo, o abuso e a ilegalidade.

7.30 A minha opinião sobre as demolições

Jornal de Angola

De 24 de Março de 2010

Defendo desde há muito que em Angola ainda não temos um Estado de Direito nem democrático. Estamos, isso sim, num processo de aprendizagem e construção que visa atingir tais objectivos. Para isso, temos todos de lutar no quotidiano, procurando cada um dar o melhor de si. Dar opiniões e permitir que tais opiniões cheguem ao público constitui uma parte dessa luta.

As nossas instituições não estão consolidadas. Criadas e dirigidas por homens com defeitos e virtudes, que estão envolvidos em tais processos de construção, é natural que cometam erros. Um desses erros foi permitir, ao longo dos anos, construções anárquicas nas periferias das grandes cidades que criaram um sem número de problemas de urbanização e saneamento de muito difícil solução.

Quando se pretende, justamente, pôr cobro a tal situação, colocam-se inúmeros novos problemas que devem ser devidamente equacionados. Um deles é a

dificuldade de alojar as pessoas que, penalizadas, por ficarem sem o património no qual investiram os proveitos de uma vida que tantos sacrifícios custaram, ficam sem condições minimamente dignas de alojamento, afectando crianças, mulheres e idosos. Outro problema é a dificuldade que as autoridades revelam em negociar com as populações envolvidas a procura de soluções que contemplem os interesses de todos. Outra ainda, é a forma como os órgãos de comunicação social pública veiculam o assunto, defendendo à partida a atitude, ainda que menos correcta, deste ou daquele responsável, sem investigar a sua razoabilidade.

Vejamos o que se está a passar no Lubango. Se mais uma vez não deve ser posta em causa a determinação das autoridades de corrigirem os erros do passado, já os métodos utilizados são questionáveis. De tal modo, que a divisão se instalou no seio das lideranças provinciais, quer entre responsáveis do MPLA e do Governo da Província, quer no interior do Governo. Ouvimos as intervenções do 2º Secretário do MPLA e Administrador Municipal do Lubango demarcando-se da atitude do Governador, por extemporânea, e lemos a entrevista do mesmo Governador criticando colaboradores seus, deduzindo-se que estaria a incluir um ou todos os vice governadores, pela ausência de solidariedade institucional para com ele. Daqui se deduz que o assunto não é tão linear como alguns "opinion makers" oficiais pretendem, colocando de imediato rótulos de colagem à oposição (como se isso fosse crime) a quem se permite ou tem a coragem de discordar das decisões das autoridades. A ser assim, quem no Lubango está com a razão? O que dirão tais "opinion makers" se o Presidente da República vier a dar razão a quem discorda do Governador?

Além disso, deputados do círculo provincial da Huíla e o Secretário de Estado para os Direitos Humanos também manifestaram publicamente a sua preocupação relativamente à questão do Lubango, que é parte do problema a nível nacional.

Estamos perante desafios enormes neste momento da nossa história. Como tenho defendido, o facto de o MPLA ter obtido uma vitória esmagadora nas eleições de 2008 não lhe dá o direito de agir arbitrariamente. O Presidente da República disse claramente vezes sem conta que o seu executivo governaria com um elevado sentido de reconciliação. O ex-líder da bancada parlamentar do MPLA referiu o mesmo após as eleições. A melhor forma de reconciliação é a tomada de posições que impeçam novas tensões e conflitos. A questão das demolições constitui claramente um foco potencial de conflitos. Lanço o meu apelo para que todas as partes envolvidas tenham bom senso suficiente para evitar que tais conflitos potenciais se transformem em reais. O meio que se afigura mais aconselhável para tal é o do

diálogo e da negociação.

7.31 Famílias realojadas na Tchavola recebem materiais de construção

Jornal de Angola

De 25 de Março de 2010

As famílias realojadas no bairro da Tchavola, arredores da cidade do Lubango, em consequência das demolições das casas que estavam no espaço da linha do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes, pediram aos parlamentares do MPLA apoio em materiais de construção civil, alimentos e transportes públicos para poderem reorganizar as suas vidas.

Os realojados manifestaram as suas preocupações durante a visita efectuada pela delegação da banca parlamentar do MPLA, chefiada pelo deputado Higino Carneiro.

A delegação parlamentar composta por dez deputados, antes reuniu com a comissão executiva provincial do MPLA e com membros do governo da província da Huíla.

No contacto directo com a população, o deputado Higino Carneiro disse que a visita dos parlamentares visa verificar as condições em que vivem as famílias e as suas necessidades imediatas. "A nossa visita visa justamente saber das dificuldades das pessoas desalojadas e apresentá-las ao Governo para resolvê-las com urgência".

Higino Carneiro pediu à população para ter calma, sublinhando que o Governo Central vai criar condições para que as famílias possam erguer as suas casas e viver condignamente.

Os realojados solicitaram maior dinâmica na distribuição dos mil metros quadrados de terreno que cada família tem direito, transportes públicos entre o trajecto da zona de realojamento para o centro da cidade e mais tenda para os que ainda não foram contemplados.

Francisco Alberto, professor, um dos realojados, explicou que ainda não recebeu a sua tenda e vive com uma família de seis pessoas numa casota feita de chapas de zinco. O professor Francisco considera que a solução passa pela distribuição rápida das tendas.

Na Tchavola estão em curso as obras de construção de uma escola, instalação de mais uma cozinha comunitária, vedação dos terrenos, abertura de novos poços de água potável e de ruas.

Delegação do Governo

Uma equipa do Governo Central chefiada pelo ministro da administração do Território, Bornito de Sousa, e da qual fazem parte o ministro da Assistência e Reinserção

Social, João Baptista Kussumua e o Vice-Ministro dos Transportes, José Kuvingwa, está desde a tarde de quarta-feira no Lubango para solucionar os principais problemas da população.

A delegação ministerial entregou aos realojados da Tchavola 500 toneladas de alimentos e outros bens de primeira necessidade, 10.000 chapas de zinco e sete mil mantas. O Governo vai criar uma linha de autocarros entre a Tchavola e o centro do Lubango.

7.32 GPL garante enquadramento

O País

De 26 de Março de 2010

O vice-governador de Luanda para a Esfera Técnica, Bento Soito assegurou que os moradores do Cazungo serão enquadrados no Programa de Autoconstrução Dirigida, à semelhança com o que acontece com outros habitantes da capital que vivem em zonas impróprias.

"Eles vão receber lotes de terra pois cada um vai construir a sua própria casa", garantiu o governante.

Bento Soito avançou que é prematuro falar em datas, mas eles serão chamados e incorporados no programa quando os lotes de terreno estiverem disponíveis.

Embora o coordenador do bairro de lata do Cazungo tenha lamentado a ausência de membros do governo provincial na área, o responsável para a área Técnica de Luanda garantiu que a administração municipal da Ingombota e o Ministério da Reinserção Social têm acompanhado o caso.

7.33 Demolições na Huíla criam crise local no MPLA

Novo Jornal

De 26 de Março de 2010

Uma onda de solidariedade tem surgido um pouco por todo lado, depois de na semana passada o Governo da Província da Huíla ter demolido mais de duas mil residências, na cidade do Lubango.

Os apelos ao respeito pelos direitos humanos em Angola chegam de vários países da Europa, onde estudantes angolanos a residirem nestes locais manifestaram-se em frente das embaixadas angolanas para expressarem a sua repulsa pela forma pouco digna como o Governo está a lidar com a população.

Apoios à sociedade civil angolana chegaram também do Gana, Togo e do estado brasileiro da Paraíba.

Entretanto, em conferência de imprensa realizada esta semana, o governador da HU11a afirmou que "as demolições irão continuar na província que dirige".

Isaac dos Anjos acusou a UNITA e "certa imprensa" de estarem por detrás de toda esta agitação surgida com as

demolições das casas na cidade do Lubango. "Nós não temos razão para escamotear nada. O que apelamos é que as pessoas deixem de fazer do sofrimento do povo um negócio e tratar as coisas com mais seriedade, ajudando a resolver os problemas", alertou. Isaac dos Anjos afirmou que há um aproveitamento político da UNITA em manchar a imagem do Governo, afirmando mais adiante, que as casas que foram demolidas na cidade do Lubango "estavam ao lado de um grupo de geradores que fornecia energia eléctrica aquela cidade". Segundo o governador, foram demolidas 2.188 residências, das quais 1.998 constantes do registo de Junho de 2009, 145 por se localizarem entre a subestação eléctrica do Lubango e a linha do caminho-de-ferro e 45 construídas depois do registos feitos no ano transacto.

Avançou que 279 residências previamente cadastradas não foram demolidas, pela simples razão de no momento não afectarem as intervenções das obras no CFM, sendo que 29 delas estão localizadas na Arimba, 76 no bairro Joaquim Kapango, 15 no Ferrovia, 115 no comandante Cowboy e 64 na Mapunda.

Mas, apesar de todas estes argumentos do governador, a onda de contestação à medida tem vindo de todos os quadrantes, incluído o próprio MPLA.

Numa atitude insólita, o administrador municipal do Lubango, Virgílio Tchyova, aproveitou a sua condição de 2º secretário do Comité Provincial do MPLA para dizer à imprensa que estava contra as demolições em causa e que não foram criadas as condições adequadas para acolher os desalojados na localidade da Tchavola. Em resposta, o governador ameaçou publicamente demitir o seu subordinado, o que a acontecer vai certamente criar uma crise no seio dos camaradas" na Huíla, onde a contestação ao governador sobe de tom a cada dia que passa.

7.34 «Demolições na Huíla deixam Governo e MPLA desencontrados

O País

De 26 de Março de 2010

Devido a avassaladora onda de demolições de residências levadas a cabo, desde o princípio do mês, na cidade do Lubango, o governador da Huíla, Isaac dos Anjos, e o segundo secretário provincial do MPLA, Virgílio Tchyova, encontraram-se a caminhar em direcções diametralmente opostas.

Embora ambos sejam membros do mesmo partido, o MPLA, os seus discursos relativamente às demolições em curso na região não estão em sintonia, denotando-se à partida falta de coesão na gestão do assunto, que até já transpôs as fronteiras do país, a julgar pela onda

de solidariedade que os desalojados vão tendo.

Depois de mandar para os bairros Kankinda, Luta Continua, Ferrovia, Mapunda, Arimba, Estação Velha e Estádio da Tundavala, no Lubango, as máquinas que demoliram as 2.188 casas e deixaram sem tecto mais de três mil famílias, os dois dirigentes passaram, a partir daí, a usar linguagens diferentes.

De um lado, Virgílio Tchyova, que também é o administrador do Lubango, localidade onde ocorreram as demolições, disse à Voz da América que a acção do executivo de Isaac dos Anjos estava totalmente prenhe de ilegalidade e representava um duro golpe contra os direitos humanos.

Virgílio Tchyova foi mais longe ao afirmar que os argumentos avançados pelo executivo de Isaac dos Anjos para sustentar as demolições, segundo as quais as casas estavam a impedir o avanço das obras de reabilitação do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes não tiveram razões de ser, na medida em que "não foram cumpridos os pressupostos legais".

"O partido recomendou ao Governo Provincial que em função do clima (está a chover bastante na Huíla) deveria não só observar o regulamento número 38/2009 de 13 de Setembro da Assembleia Nacional, que versa sobre os procedimentos legais a serem implementados pelos governos locais relativamente às demolições e desalojamentos".

Continuando o seu depoimento, Virgílio Tchyova disse que a estrutura do MPLA na Huíla recomendou ao executivo a criação de melhores condições com vista a acolher os cidadãos abrangidos no processo de demolições para que não houvesse constrangimentos.

"Estamos de acordo que seja implementado o programa de reabilitação do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes, mas isso não pode ser feito à base do sacrifício de pessoas, disse o segundo secretário provincial da Huíla do MPLA.

"Primeiro as pessoas, só depois as paredes, as linhas e os ferros. Tivemos a linha-férrea paralisada mais de 30 anos e não é por aí que o mar viria à terra", disse sem papas na língua Virgílio Tchyova.

O segundo secretário provincial do MPLA disse na entrevista que numa altura em que o caminho-de-ferro encontra-se paralisado há mais de 30 anos, "não custava nada ao Governo esperar mais um ou dois meses para organizar todo o processo".

O dirigente partidário responsabilizou por isso, o Governo Provincial da Huíla pelos actos ocorridos e afastou para longe qualquer pressão sobre o MPLA, tendo sublinhado tratar-se de uma atitude musculada de Isaac dos Anjos que liderou pessoalmente todo o processo de demolições.

"O partido alertou, a própria Assembleia Nacional enviou para a Huíla deputados e todos sabíamos que as condições, para essa primeira fase dos desalojamentos

não estavam criadas, por isso a responsabilidade é do governo provincial".

Em resposta, Isaac dos Anjos não só chamou incompetente ao dirigente partidário como alegou ter havido da parte de "Virgílio Tchyova "fuga às responsabilidades", porque segundo disse "de nada vale escudar-se no partido, quando as responsabilidades são repartidas".

Instado a justificar os actos, Isaac dos Anjos disse que assumiu pessoalmente o comando das operações porque a administração municipal do Lubango, liderada por Virgílio Tchyova "não soube cumprir com as suas obrigações".

Em face desse desaguisado, o governador provincial da Huíla prometeu publicamente punir, nos próximos dias, com exonerações alguns membros da administração municipal do Lubango, deixando no ar a ideia de haver novos capítulos nessa novela que envolve duas estruturas (Governo provincial e MPLA) e duas figuras de proa da região.

MPLA desdobra-se

Numa altura em que o imbróglie envolve directamente o MPLA, na medida em que os contendores, embora com funções diferentes, são membros do partido maioritário que sustenta a governação local, à estrutura máxima dessa agremiação política em Luanda, decidiu averiguar as coisas no terreno.

Revelando-se preocupado com rumo dos acontecimentos na Huíla, o MPLA enviou àquela região: na Quarta-feira, 24, um grupo de deputados da sua bancada parlamentar, chefiada pelo deputado, Hígino Carneiro.

Hígino Carneiro saiu de Luanda com orientações expressas de efectuar um levantamento e recolha de informações que permitam ao grupo parlamentar apreciar com mais acuidade e elaborar um relatório sucinto sobre o evoluir da situação.

O relatório que deverá ser elaborado em curto espaço de tempo terá de conter conclusões e recomendações e, a posterior, será submetido a apreciação do Executivo do Presidente José Eduardo dos Santos, em próximas ocasiões.

O PAÍS soube que a equipa parlamentar reuniu-se ainda na Quarta-feira, 24, com os membros do Comité Provincial do MPLA na Huíla, chefiado, por ironia, por Virgílio Tchyova, na qualidade de primeiro secretário em exercício, tendo mais tarde ouvido os argumentos de razão do executivo local, liderado por Isaac dos Anjos.

Partido fica mal na fotografia Quer queira, quer não, a imagem do, MPLA na Huíla saiu maculada devido a onda de demolições que culminaram com o desalojamento de cerca de três mil famílias.

Virgílio Tchyova reconhece que a responsabilidade

indirecta da atitude de Isaac dos Anjos pode ser assada ao MPLA, na medida em que é o partido que suporta o governo, o que para já não descarta a possibilidade de pedir desculpas a todos os lesados.

Em função dos estragos causados à imagem do partido, o segundo secretário provincial da Huíla disse que a estrutura local conjuntamente com a direcção central, em Luanda vão procurar "corrigir a situação e tentar diminuir os constrangimentos criados em torno dessa situação".

No entanto, o governador Isaac dos Anjos prometeu, em conferência de imprensa, na Quarta - feira, 24, no Lubango, continuar com as demolições e "sacudi a água do capote" tendo afirmado "haver um certo aproveitamento político de algumas pessoas".

"Nós não temos razões para escamotear ninguém, o que apelamos é que as pessoas deixem de fazer do sofrimento do povo um negócio e tratar as coisas com mais seriedade, ajudando a resolver os problemas", sublinhou Isaac dos Anjos.

Onda de solidariedade

O processo de demolição das 2.118 residências no Lubango gerou uma onda de solidariedade no país e no estrangeiro, tendo o ponto mais alto destas manifestações sido marcadas com o pedido de realização de uma marcha em Benguela.

Denominado "Não partam a minha casa, sou ser humano" e "Não me obriguem a viver em tendas", a ONG OMUNGA, com sede em Benguela havia arregimentado um pedido ao governo local para a realização da marcha, com o apoio de figuras importantes da política angolana na oposição.

Tanto quanto se soube, o executivo de Armando da Cruz Neto não havia autorizado a realização da marcha, argumentando "que os protestos visam uma ameaça a ordem pública e a tranquilidade", segundo Alexandre Lucas, porta-voz do Governo Provincial de Benguela.

Apesar disso, os promotores da marcha receberam o encorajamento de vários quadrantes do país e do estrangeiro, nomeadamente do Brasil, Bélgica e Togo.

Nos dias que antecederam à Quinta-feira, Benguela registou uma movimentação inusitada de personalidades da sociedade civil e política angolana que pretendiam juntar as suas vozes contra as demolições e desalojamentos na Huíla, em Benguela e em Luanda.

Os partidos da oposição com assento no parlamento condenaram as demolições massivas que colocaram ao relento mais de três mil famílias na província da Huíla, situação que, dizem, viola os direitos humanos, bem como à resolução 38/09 da Assembleia Nacional sobre as demolições que, na visão destes, está a ser ignorada pelo executivo de Isaac dos Anjos.

Ouvido à margem da décima sessão plenária, nesta Quarta-feira, o partido de Renovação Social, na pessoa

do deputado João Baptista Ngandagina, entende que as demolições ocorridas na Huíla representam uma autêntica violação dos direitos humanos. O deputado, de igual modo, pede a responsabilização do executivo por este acto.

O deputado lembra que no ano passado, a Assembleia Nacional aprovou a resolução 38/09 que recomenda ao Governo a criar as condições necessárias antes de se proceder a qualquer expropriação de terra, e defende a cessação de demolições massivas.

Na visão de João Baptista Ngandagina, as demolições na Huíla são um problema que o MPLA, partido do Governo, deve procurar resolver com urgência porque "é deles o governador que está a executar a acção. Até porque o 1º Secretário do MPLA naquela

Isaac dos Anjos - Governador da Huíla província tem apontado que os actos que têm ocorrido são da responsabilidade do governador.

"As entidades em Angola, sejam elas parlamentares ou governamentais, devem procurar servir as populações e não avançar para essas medidas desumanas que colocam em risco as populações" disse o deputado do PRS.

Perante a suposta violação dos direitos humanos, bem como da resolução 38/09, Ngandagina, acredita que as comissões especializadas da Assembleia Nacional deveriam acautelar uma intervenção parlamentar no sentido de fazer valer a resolução, promovendo um debate para que se possa adoptar uma outra medida para defender os interesses dos populares jogados ao relento.

O deputado da UNITA, Silvestre Gabriel Samy, considera que os actos ocorridos nos últimos dias constituem -se numa verdadeira aberração ante a resolução 38/09 aprovada pelo parlamento aquando das demolições ocorridas nos bairros Bagdad e Iraque, em Luanda e, com maior ênfase, na sequência do que aconteceu na Ilha de Luanda.

A UNITA não está contra a requalificação das cidades, porém, entende que esta não se pode sobrepor aos direitos dos cidadãos, aludindo que o governo antes de partir para as demolições deve criar as condições necessárias à acomodação das populações, tal como recomenda a resolução.

Segundo ainda este deputado, são vários os interesses que estão em jogo no momento. Crianças que por força da deslocação não podem ir para escola, milhares de pessoas expostas ao relento, factos que se juntam à falta de alimentação.

"Não podemos aceitar de forma nenhuma que qualquer requalificação, por mais bela que fosse, passe por cima dos interesses dos angolanos" frisou do deputado da UNITA.

Ventura de Azevedo, deputado do MPLA, disse à

comunicação social, à margem da sessão do parlamento, que um grupo de parlamentares do MPLA foi à cidade do Lubango tomar contacto com o que se está a passar, tendo em conta as acções que o governo tem estado a desenvolver no quadro da continuidade das obras do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes que levaram ao desalojamento das populações.

De acordo com Ventura de Azevedo grupo multisectorial de parlamentares do MPLA que integra as diferentes comissões, não levou nenhuma ordem específica.

Ventura de Azevedo explica que papel fiscalizador da Assembleia Nacional, pode ser preventivo como pode ser a posterior. "Para o presente caso estamos a fazê-lo a posterior, tendo em conta os princípios que estão estabelecidos legalmente".

Para o porta-voz do grupo parlamentar do MPLA, as demolições podem ser feitas, principalmente por razões de segurança, porém devem ser coordenadas com as populações que vão ser atingidas. "Não podemos aferir se não se cumpriu com o estabelecido nas resoluções, não estamos no local, razão pela qual enviamos uma delegação ao terreno" disse o porta-voz do grupo parlamentar do MPLA, que afirma, ainda, desconhecer os procedimentos seguidos e que caminhos foram encontrados para se chegar a situação actual

7.35 GPL garante enquadramento

O País

De 26 de Março de 2010

O vice-governador de Luanda para a Esfera Técnica, Bento Soito assegurou que os moradores do Cazungo serão enquadrados no Programa de Autoconstrução Dirigida, à semelhança com o que acontece com outros habitantes da capital que vivem em zonas impróprias.

" Eles vão receber lotes de terra pois cada um vai construir a sua própria casa", garantiu o governante.

Bento Soito avançou que é prematuro falar em datas, mas eles serão chamados e incorporados no programa quando os lotes de terreno estiverem disponíveis.

Embora o coordenador do bairro de lata do Cazungo tenha lamentado a ausência de membros do governo provincial na área, o responsável para a área Técnica de Luanda garantiu que a administração municipal da Ingombota e o Ministério da Reinserção Social têm acompanhado o caso.

7.36 Igreja e MPLA condenam demolições na Huíla

A Capital.

De a 27 de Março de 2010

O arcebispo do Lubango e presidente da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) levantou-se contra a medida, em declarações transmitidas pelo correspondente da 'Rádio Ecclesia'.

A pretexto da implementação do programa de reabilitação da linha-férrea do Namibe, mais de 3 mil pessoas perderam as casas no último fim-de-semana e foram alojadas em massa em tendas, montadas num terreno baldio.

«A requalificação é uma das coisas que estão necessárias. Pronto. Não contesto isto. Mas tem que ser humana. Tem que ser dentro das condições humanas», defendeu o prelado. Como parceiro social do governo, indicou, a Igreja em conjunto, através dos seus representantes numa reunião com o governo local sobre o projecto, havia insistido nas prévias condições humanas.

O prelado rechaçou, por conseguinte, abençoar a medida tal como executada assim o prece do governador da província, Isaac dos Anjos, feito em relação à sua pessoa no encontro com os emissários dos desalojados que contaram a ocorrência ao arcebispo.

«Não é para que alguém faça uma acção autenticamente maligna contra as populações e nós vamos pedir que Deus o ajude», disse Dom Mbilingi.

Sim, aclarou, «a Sagrada Escritura nos pede que rezemos por nossos governantes, mas para que nos governem bem, para que de facto sejam iluminados pelo Senhor no sentido de poder perceber as urgências e os apelos das populações, que eles estão chamados a governar, no sentido de garantir o tal bem comum, no sentido de uma governação naturalmente transparente, respeitante aos direitos da pessoa humana».

7.37 A atitude do governo da Huíla é de maluco»

A Capital

De 27 de Março a 03 de Abril de 2010

O Arcebispo do Lubango, Dom Gabriel Mbilingi, não tem a mínima dúvida quando analisa as últimas demolições de residências e posterior desalojamento de mais de três mil famílias: «é uma atitude de maluco».

Segundo o prelado, tudo está combinado para acontecer mais tarde, na época seca, e com garantias dadas de que «antes de demolir as residências deviam se

criar condições condignas para os alójares».

Mas, acrescentou, as coisas aconteceram ao contrário. Ou seja, por sua conta e risco, o governador provincial entendeu arrancar com as demolições, sem antes ter consultado os parceiros sociais, de que integram as várias igrejas reconhecidas pela edilidade local, e, mais do que isso, «colocaram as pessoas numa área onde não existe nada e num terreno impróprio para a construção de habitações».

Em visita que efectuou na localidade de Tchavola, como na Escola 14 de Abril, onde se abrigaram mais de 100 famílias, Mbilingi estranhou com o facto de não ter divisado a presença de membros do governo local, nem ao menos para um simples conforto. «Procurei em tudo quanto era canto por alguém do governo, para saber sobre a situação, mas, infelizmente, não encontrei ninguém. O povo está completamente abandonado», lastimou.

Lamentou o facto dos populares não terem sido avisados atempadamente sobre as demolições. «Era necessário existir diálogo entre as duas partes, ou seja, o governo deveria ter alertado as famílias para, ao menos, retirar os seus haveres, mas nem isso foi capaz de fazer, considerou».

As sucessivas tentativas, com vista a contactar o governador local, redundaram em fracasso, a pretexto de que tanto Isaac dos Anjos, como o seu vice, encontravam-se com «a agenda preenchida».

«o vice-governador tinha, inclusive, um dia marcado para receber-me, mas, no dia combinado, simplesmente mandou informar que o encontro não poderia acontecer, alegando uma saída para uma reunião de emergência», reclamou.

O prelado pretendia apenas que alertar às autoridades locais para a necessidade de colocar membros do governo nos locais de alojamentos, que pudessem responder às várias necessidades dos populares, uma vez que, defende, «não basta colocar polícias para intimidar e nada mais, visto que tal não resolve o problema e acaba mais por revoltar qualquer um que viu a sua casa destruída e sem qualquer explicação».

O pior de tudo, considera, é o facto de muitos terem erguido as suas residências, com recurso ao empréstimo bancário, facto que coloca muitos chefes de famílias na condição de devedores, sem meios para ressarcir os bancos, mais a mais, com a situação a que se viram confrontados.

Seja quais forem as justificações, a verdade é que D. Gabriel Mbilingi continua com uma pulga atrás da orelha, por não perceber, até ao momento, quais terão sido os reais motivos para que o executivo de Isaac dos Anjos antecipasse as demolições, quando tudo estava acertado para que as mesmas acontecessem nos meses de Julho e Agosto.

«A resposta foi que não se deveria esperar mais, mesmo

sem condições. Será que este plano é mais importante do que assegurar o direito e o bem-estar social das pessoas», interrogou, para depois acrescentar: «é possível, com todo o dinheiro que este país dispõe, assegurar condições, ainda que provisórias. As pessoas poderiam até compreender. O que se fez não está correcto», revoltou-se o também presidente da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé. O governador provincial da Huíla considerou, porém, em declarações à imprensa, nesta semana, que se decidiu pelas demolições nesta fase do ano, de forma a evitar que a população sofresse no tempo seco. «No cacimbo, as coisas poderiam ser ainda piores, pois o frio nesta zona é muito intenso, por isso escolher esse período e já não dava para adiar as demolições, que vinham sendo preparada desde Junho de 2009»

7.38 A tresloucada política de demolições do Governo

Angolense

De 27 de Março a 03 de Abril de 2010

Muito já se falou e se escreveu sobre as constantes demolições de casas de cidadãos nacionais, que são forçados a abandonar tudo e rumar para terras inóspitas sem a devida compensação garantida pela Constituição angolana (tanto esta, a indirecta, como a defunta directa). A história repete-se, mudando-se apenas os cenários e os actores e, principalmente nas províncias de Luanda, Benguela e Huíla (terras apeteceíveis), se multiplicam os actos de despejo marcados pelo autoritarismo extremo, ameaças e arrogância. Após ter ganho as últimas eleições legislativas (por aquilo que presenciei o partido no poder recebeu o voto da maioria da população), a arrogância dos detentores do poder aumentou a níveis extremos, estando nesta altura a transbordar, o que leva os governantes nas províncias onde ocorrem as demolições, marcadas pela falta de humanismo, a se acharem no direito de pisarem na população que os elegeu. Tal como já referi anteriormente, com esta política descabida o MPLA está a matar o seu capital político e a afastar-se cada vez mais do povo, contrariando o slogan do tempo do MPLA-PT, segundo o qual "o MPLA é o povo e o povo é o MPLA", porque, caso esta máxima se mantém viva estamos em presença de um suicídio. De acordo com a lei o Governo de qualquer Estado tem o direito de expropriar terras tendo em conta o interesse público ou mesmo para proteger populações que vivam em zonas de risco, não se questionando os casos que se enquadram neste princípio, mas, antes destas acções de despejo o Governo deve garantir que as populações que são retiradas de determinada zona

tenham direito a uma habitação condigna, serviços sociais básicos como água potável e hospitais, e que seja garantido um ambiente harmonioso. Ora, o que se passa em Angola é que os governantes entendem que podem demolir as casas dos cidadãos, atira-los para zonas longe da cidade, coloca-los em tendas ou mesmo ao relento, dar-lhes uns quilos de arroz e latas de sardinha, mandar cisternas de água quando lhes apetece e prontos, já está!

É injusto retirar uma família do bairro em que nasceu, da casa que sempre habitou, da zona perto daqueles que lhes são queridos, afasta-los da área em que trabalham ou estudam e, o mais grave, obrigar-lhes a mudar o estilo de vida e a quebrar os laços afectivos do dia para a noite como se de máquina se tratassem. Estamos a lidar com vidas, é preciso mais humanismo e responsabilidade.

Todos nós angolanos precisamos ter garantias mínimas de que a nossa propriedade é respeitada e não podemos viver sob o medo permanente de que um dia virá o camartelo demolidor para deitar abaixo aquilo que construímos ao longo de uma vida, é preciso que quem governa ouça o clamor dos governados.

Aqueles que têm poder de decisão neste país precisam ouvir o clamor daqueles que estão a sofrer com essa situação, precisam ouvir as declarações de repúdio que até já ultrapassaram as nossas fronteiras e repensar numa maneira mais humana de governar, porque desta maneira, a não ser que tenham uma varinha mágica para ganhar eleições... se adivinham derrotas no futuro, mesmo que indirectas...

Com esse tipo de políticas arrogantes e tresloucadas eu não pactuo e deixo aqui expressa a minha opinião, um exercício que me é garantido constitucionalmente na República de Angola.

7.39 Governo de Benguela trava Omunga com "comunicado musculado"

Angolense.

De 27 de Março a 03 de Abril de 2010

O reiterar de uma posição há muito defendida, precisamente no dia em que se previa a correria por algumas artérias de Benguela, quinta-feira, 25, serviu para dissipar as dúvidas que ainda pairavam, mas a OMUNGA optou por um "recuo estratégico" quanto à muito propalada marcha contra as demolições e desalojamentos forçados. Soube-se, com os ponteiros dos relógios já próximos da hora 15, prevista para o pontapé de saída, que não mais haveria a marcha "Não Partam a Minha Casa"

À hora do fecho desta edição, a OMUNGA produzia um comunicado com o essencial das razões de um recuo fora das suas previsões, decidido numa altura em

que tudo estava a postos. A prova disto é que muitas pessoas - participantes mobilizados para o evento - acorreram à Nossa Senhora (arredores da cidade), palco das demolições “sem Graça”, de onde se suponha partir em direcção ao centro da cidade, mais propriamente ao largo de África. Fonte contactada pelo Angolense confidenciou que o comunicado (ver texto seguinte) do Governo provincial exarado um dia antes, no qual falava em "perigosa insistência dos promotores", determinou a atitude da OMUNGA. Como se não bastasse o 'musculado documento', um forte aparato militar tomava posição, ainda nas primeiras horas da manhã, no percurso definido para a marcha, que seria realizada com slogans como "Não Me Obriguem a Viver em Tendas, Tenho Dignidade!". De acordo com a fonte deste semanário, a organização de José Patrocínio não pretendia ser responsabilizada por eventuais danos físicos ou materiais dela decorrentes. De resto, nem mesmo o recurso ao artigo 14 da Lei 16/91 (Lei do Direito à Reunião e à Manifestação), que pune as autoridades que impeçam ou tentem impedir o livre exercício do direito de reunião ou manifestação, foi suficiente para alterar o rumo dos acontecimentos.

7.40 Gigantesca onda de solidariedade

A Capital

De 27 de Março a 03 de Abril de 2010

De vários pontos do país, de países africanos, como o Togo, passando pelo Europa (Bélgica) e América (Brasil e Canadá) várias são as vozes que se têm levantado para protestar mais esta fase de demolições de residências de populares e consequentes violações dos Direitos Humanos em Angola.

A onda de protesto tem convergido num mesmo denominador comum: «o despotismo ainda reinante em Angola», como chamou José Marco Mavungo, activista cívico dos Direitos Humanos em Cabinda, «surge uma vez mais como arma destruidora do que resta de personalidade nacional dos pobres».

As várias organizações endereçaram cartas de solidariedade, para com as vítimas dos desalojamentos forçados na Huíla e noutros pontos do país, inclusive a capital do país, Luanda. De Angola para fora das fronteiras nacionais, várias são as ONGs que exortaram para um diálogo sério entre todos os actores sociais, assim como as vítimas da actual Lei de Terras, para que Angola reencontre a «possibilidade de um futuro aberto, cheio de Justiça e Dignidade», realça o activista cabindês.

Do Canadá, a Frente Popular de Acção para o Ordenamento Urbano fez ouvir também o seu

protesto. Em carta endereçada ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, e ao seu vice, Fernando da Piedade Dias dos Santos, este conglomerado de organizações não-governamentais, manifesta a sua indignação em função das demolições ocorridas em terras do Cristo Rei.

«Rejeitamos, totalmente, os métodos de grande violência e nenhum respeito pela dignidade humana, que causaram a morte de sete pessoas, incluindo crianças, além de que os deportados foram depositados em terrenos sem condições», referiram na carta. Receiam que o número de famílias desalojadas venha a aumentar, nos próximos tempos, para quase 13 mil pessoas, uma vez que se perspectiva a entrada em acção da segunda fase de desalojamento, sem qualquer garantia de alojamento ou de qualquer ordem.

Exigem, por isso, a criação de uma comissão para investigar a extensão e as condições do processo de demolição em curso na cidade do Lubango, a introdução imediata de uma moratória sobre os despejos, a consulta às autoridades, a hospedagem alternativa digna para cada família e a compensação para as famílias das pessoas falecidas e propriedades privadas.

Além da marcha marcada para esta quinta-feira, um pouco por algumas capitais africanas, europeias e americanas, grupos de activistas e angolanos na diáspora prepararam manifestações junto das representações diplomáticas angolanas. Na Bélgica, por exemplo, a intenção dos angolanos é marcharem até junto à sede da União Europeia, para manifestarem a sua insatisfação, para o que consideram claras violações dos Direitos Humanos protagonizados pelas autoridades angolanas.

7.41 Novos desenvolvimentos sobre as demolições

Angolense.

De 27 de Março a 03 de Abril de 2010

A saga das demolições está a atingir níveis de quase descontrolo e desconcerto! Duas intervenções marcaram o espaço huilano. De um lado, o Governador provincial, pela primeira vez saiu a público, numa curta entrevista à Rádio Huíla, para de forma sobranceira e sem remorsos, dizer que as demolições tinham sido um sucesso. Disse ainda que a segunda fase das demolições ao longo da linha-férrea iria continuar, com 300 casas em Quipungo e 500 na Matala por destruir. Só não disse se haviam condições criadas para alojar as pessoas cujas casas serão demolidas. Nós, os huilanos, sim sabemos que nada existe, pois não haveriam de criar condições em

Quipungo e Matala, sem primeiro o fazerem no Lubango! Acrescentava o Governador dizendo que o trabalho tinha sido um sucesso! Interrogado sobre os percalços e se não tinha sido um erro primeiro destruir as casas para atirar as pessoas ao relento, ele disse claramente que era preciso organizar o país e não se deixar levar pelos sentimentos.

A terminar, e em resposta à pergunta do jornalista, porque razões não tinham sido criadas as condições antes do desalojamento, ele respondeu, responsabilizando a Administração Municipal do Lubango por tudo isto. Acresceu que houve no Lubango um grupo que quis bloquear a acção dele, querendo inviabilizar o programa das demolições e que nos próximos dias seriam conhecidos e responsabilizados tais indivíduos. Logo de seguida, atirou-se com inaudita virulência contra o Administrador Municipal e Secretário Provincial-Adjunto do MPLA na Huíla, Vigilio Tyova. Rotulou-o de incompetente, sublinhando com ênfase a sua afirmação e acusando-o de, depois de não ter feito nada, não tinha ele mandato para falar contra o Governador, especialmente numa entrevista dada à Voz da América em que o mesmo aparecia nas vestes, não de Administrador Municipal, mas de Secretário Provincial Adjunto do MPLA.

Na realidade, o Governador levantou o véu de um assunto que parecia adormecido: o das diatribes tribais, em que ele se diz ser constantemente rejeitado pela ala Nyaneka, a quem acusa nos bastidores, de lhe quererem arrumar, a todo o instante, inviabilizando todas as suas iniciativas. Apesar de ter-se atirado com todo fel ao Administrador Municipal, o principal alvo dele é o Marcelino Tyipingue, um dos líderes predominantes da comunidade Nyaneka, acusado de defender, de forma clara, um protagonismo de lideranças Nyanekas em posições -chave do Governo e da administração local, para evitar que as oportunidades venham beneficiar em primeiro lugar os Munanos (nome vulgar pelo qual são conhecidos os Ovimbundu, porque originários do Nano, Planalto).

Na verdade, o Governador procura simplesmente atirar as consequências das demolições, do sofrimento causado, nas costas dos outros e ilibar-se de todas as consequências.

7.42 Governador enfrenta tudo e todos: Demolições continuarão no Lubango

Angolense

De 27 de Março a 03 de Abril de 2010

Em conferência de imprensa, aquando a visita de deputados do MPLA no Lubango para constatar o processo de recuperação dos caminhos de ferros e a problemática das demolições, Isaac dos Anjos,

Governador Provincial, afirmou que a primeira fase do processo de demolições das casas construídas no espaço do caminho de ferro de Moçâmedes está concluído, o que permite continuar com as obras de reabilitação da linha-férrea e alertou que as demolições ainda não terminaram, pois haverá uma segunda fase que prevê destruir duzentos e setenta e nove casas, que também se encontram junto da linha-férrea, uma vez que as demolições, na sua óptica, permitem a recuperação do Caminho-de-ferro de Moçâmedes.

O Governador informou que na Tchavola, lugar onde foram realojadas as populações, foram criadas as mínimas condições de acomodação das famílias. "Foi instalado um posto médico, seis cozinhas comunitárias, seis furos de água com bombas manuais e tendas para as pessoas. Quatro autocarros foram colocados a disposição da população para transportar as famílias e seus haveres, oito camiões, uma cisterna de água, duas ambulância e outros meios", disse. O representante máximo do Governo na Huíla garantiu que os realojados receberam 1.140 lotes e estão por entregar mais 670 lotes. "Cada família beneficia da sua parcela de terra para construção de casas e outras estruturas.

7.43 Puro sadismo

A Capital

De 27 de Março a 03 de Abril de 201

Ninguém quer impedir o progresso. Todos os cidadãos estão, com certeza, conscientes do impacto, sobre o país, da reabilitação e extensão do Caminho de Ferro do Namibe, apresentado como a principal razão para a onda de demolições que, pelas contas oficiais, já atingiu pelo menos três mil residências de cidadãos de poucos recursos. O progresso persegue o bem-estar dos seres humanos. É, por isso, um paradoxo quando em seu nome cometem-se atrocidades, absolutamente contrárias àquilo que o deveria motivar.

É legítimo que as autoridades busquem o desenvolvimento económico e criem, para isso, as necessárias infra-estruturas de apoio. Os caminhos-de-ferro são, reconhecidamente, infra-estruturas fundamentais, por garantirem o escoamento, a baixo custo, de grandes quantidades de produtos e ainda, a transportação de pessoas. Mas a busca pelo progresso não pode estar dissociada de regras. Não se pode, simplesmente, ignorar direitos, como o acesso a uma habitação, ou valores tão nobres, como a dignidade humana, ou relegá-los a um lugar menor, sob a alegação de se estar a perseguir o progresso.

No Lubango, capital da província da Huíla, o governador provincial está, justamente, a violar direitos e a ferir dignidades de milhares das pessoas, para viabilizar o andamento das obras dos caminhos-de-ferro. Milhares de pessoas estão, hoje, a viver ao relento, submetidas,

mesmo, a uma condição sub humana como sacrifício; como uma penitência que têm de pagar pelos projectos ambiciosos de um grupo de funcionários do Estado, dos quais o governador provincial aparenta ser, apenas, uma espécie de testa de ferro.

Até os políticos são seres humanos. Têm os mesmos sentimentos que o comum dos mortais e compadecem-se, como os humildes cidadãos, perante o sofrimento alheio, ao menos que estejam acometidos pelo sadismo, por esse estranho distúrbio que faz com que muita gente se deleite com o sofrimento alheio. Só isso pode, mesmo, ajudar a entender como um ser humano persiste em demolir residências de semelhantes, respondendo, com um sonoro «vamos continuar a partir», os clamores de quem tenha perdido tudo, pelo que dedicou uma vida inteira. Quando mais um governante que, por inerência das suas funções, deveria proteger os cidadãos e não forçá-los a viver em tendas ou, como agora acontece mesmo, ao relento, a mercê do dos efeitos do sol, da chuva e, ainda, de impiedosos insectos.

Ninguém, dizíamos, pretende impedir o progresso. A verdade, porém, é que as obras não são pensadas, desenhadas e implementadas de dia para noite. Teve, sim senhor, esse Governo tempo suficiente, para criar condições para estabelecer o vácuo das populações residentes do perímetro desejado, para outro com semelhantes ou, por que não mesmo, melhores condições de habitabilidade.

Estamos a assistir à exportação para as províncias do interior, para aquelas, sobretudo, com maior expressão económica, do mesmo fenómeno que muito agitou a capital Luanda. A mesma tendência de fazer com que o povo seja sacrificado em nome de interesses quase sempre inconfessos e a mesma incapacidade de se reconhecer que se alguém deve pagar, pelas construções anárquicas que se fazem, aqui e acolá, é o Estado que não soube construir; que não soube criar políticas eficazes de fomento habitacional e, sobretudo, que permitiu que os bairros crescessem desordenados, mesmo em áreas predestinadas para albergar empreitadas públicas.

É a incompetência desse Governo que deveria ser quebrada a força de camartelo, e não as residências desse pobre povo que procurou, apenas, contornar as consequências desse mal (incompetência) que nos empurra para um abismo e que aparenta não ter fim. Ainda bem que essa eternidade é apenas aparente.

7.44 Até Bento Bembe não gostou

A Capital

De 27 de Março a 03 de Abril de 2010

EM visita de trabalho de cinco dias à província da Huíla, o secretário de Estado dos Direitos Humanos, António Bento Bembe, aproveitou a oportunidade para constatar in loco as condições, que considerou inadequadas, em que vivem, neste momento, os populares que habitavam ao longo da linha do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes e desalojados à força pelo governo local.

Bembe não gostou nada do que lhe foi dado a ver e reconheceu que, de facto, o processo «não foi feito de forma condigno», de tal forma que apelou o executivo de Isaac dos Anjos a intervir, no sentido de garantir apoio aos desalojados e que estão a ser realojados na zona da Tchavola.

Na verdade, o dirigente solicitava a melhoria das condições de habitabilidade num local ermo, onde neste momento se encontram mais de 800 famílias, defendendo, inclusive, a intervenção das autoridades centrais, com vista a evitar-se males maiores, como, por exemplo, uma crise humanitária com graves repercussões.

Os desalojados pela força do insensível camartelo de Isaac dos Anjos debatem-se com problemas relacionados com a falta de abrigos, por força de uma inexistente distribuição de parcelas de terras, além do número insuficiente de tendas para acomodar todos, isto para não falar da falta de água potável, assistência médica e medicamentosa, estando, por isso, expostos à uma série de intempéries da natureza, sobretudo relacionados com as fortes chuvas que se têm abatido sobre o país.

De regresso à Luanda, o secretário do Estado dos Direitos Humanos revelou que pontualizaria o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, sobre tudo o que viu e que, por via disso, não gostou nada.

7.45 Tentáculos do GRN nas demolições do Huíla

A Capital

De 27 de Março a 03 de Abril

O governador provincial da Huíla, Isaac dos Anjos, não desarma: continua igual ao homem que, desde o dia 12 do corrente mês, se arrogou ao direito de, por sua conta e risco, demolir mais de três mil residências, que se achavam ao longo do ramal do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes.

De lá para cá, apesar da onda de protesto e de solidariedade para com os desalojados, com o acento tónico proveniente da representação local do partido de que é militante e também da Igreja Católica, o «número um» mantém-se fiel àquilo que são os seus desígnios.

As atoardas do engenheiro Isaac dos Anjos, sobre a onda de demolições na província da Huíla, demonstram

claramente, desde o início da operação, que o governador não está, afinal, sozinho nesta empreitada, a tal ponto que não será de estranhar que o «homem» tem vindo, ao longo desses dias, a bater o pé e a prometer a continuidade do processo de demolição, mesmo diante de uma «saraivada» de contestações das mais variadas latitudes.

Às pressões internas e externas, o «pedreiro» da Huíla tem tratado de responder na mesma linguagem: com a mesma atitude musculada, julgando-se onipotente, na qualidade de governador, ignorando, inclusive, todos os clamores aflitivos de mais de três mil famílias, atiradas ao relento, com um chão inadequado, sem tecto e sem pão para levar à boca.

Na conferência de imprensa desta quarta-feira, convocada para analisar as demolições, o engenheiro a quem, em má altura, foi confiada a governação da província da Huíla, demonstrou não nutrir nenhum respeito pelo povo que governa, ao ponto de atirá-los para um lugar ermo, expostos a toda a sorte de adversidades; nem tão pouco respeitar os colegas de partido, que lhe reprovam a medida, de tal forma que procura se desatar, agora, com uma série de desculpas esfarrapadas, que acabam por não colher.

E para colorir ainda mais o seu «cortejo» de atrocidades, Isaac dos Anjos tirou mais uma da cartola. Dada a onda de solidariedade para com os desalojados, o agrónomo destacado para a Nossa Senhora do Monte entendeu «haver um certo aproveitamento político de algumas pessoas», no caso das demolições ocorridas entre 6 e 12 do corrente mês, ao longo do ramal do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes.

«Não temos razão para escamotear ninguém. O que apelamos é que as pessoas deixem de fazer do sofrimento do povo um negócio e tratar as coisas com mais seriedade, ajudando as resolver os problemas», debitou.

Isaac dos Anjos saberá, de facto, com que linha se coserá para levar adiante as demolições, sem que, no entanto, lhe seja posto um travão. As autoridades centrais, que lhe deviam barrar a caminhada, são as mesmas que têm observado um silêncio tão comprometedor, quanto sepulcral.

A edilidade da Huíla tem razões de sobra para, em hasta pública, prometer partir mais casas. Mais do que somente reabilitar e revitalizar o Caminho-de-ferro de Moçâmedes, o que implica, necessariamente, livrar-se das residências ergui das ao longo da linha-férrea, há, entretanto, interesses obscuros por detrás de tão musculada «ofensiva» contra cidadãos indefesos.

A segurança demonstrada por Isaac dos Anjos, quando usa dos microfones, tem uma razão de ser: o «rapaz» fala como fala, aos quatro ventos, bate o peito, pelo facto de contar com uma recta guarda segura; um sector que lhe tem estado a amparar neste período, em

que os holofotes incidem, em grande escala, sobre a província da Huíla.

Em condições normais, nenhum outro governador manter-se-ia de pé, com medo de virarem-lhe as costas. Tão rapidamente, Dos Anjos perdeu o apoio de todos os sectores, onde poderia buscar apoio, incluindo do partido de que é membro do seu comité central, da Igreja Católica, e dos demais parceiros sociais. Mas, contra tudo e todos, nem mesmo esta particularidade intimidou-lhe.

O homem que não é nenhum distraído e tão pouco ingénuo afinal, é engenheiro – sabe que nada tem a temer, quando se trata de cumprir com aquilo que são as «orientações superiores».

Tinha razão o Arcebispo do Lubango, Dom Gabriel Mbilingui, ao afirmar que desconhecia o real interesse para tamanha celeridade nas demolições, quando, ao que é facto, havia uma calendarização para um processo que se pretendia com lisura e, sobretudo, grande carga humanitária.

Sabe-se agora que Isaac dos Anjos não passa de um peão, uma figura decorativa no meio de todo este processo, embora se faça parecer onipotente. Por trás daquela imagem de pessoa insensível, esconde-se um Anjo que sabe que há poderes que transcendem os seus. O Governador da Huíla sabe que, mais do que ele, estão gigantescos interesses latifundiários, com o pretexto de melhoramento do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes.

Afinal, as ordens de demolição de casas terão partido do governo central, mais propriamente do Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN), que mais do que a limpeza ao longo da linha férrea, prevê também a instalação na zona de projectos turísticos ao longo da cordilheira montanhosa, onde se situa a majestosa estátua do Cristo Rei.

Conhecendo-se, como se conhece, os nomes e os rostos que gravitam em torno do GRN, compreende-se, pois, por que razão é que o processo de demolição prosseguirá impiedoso, com mais casas jogadas abaixo, sem que as condições estejam criadas para a população, que se apresta a conhecer a força do camartelo de Isaac dos Anjos, às ordens, afinal, ainda que de forma camuflada, do governo central.

Por mais que queira parecer uma pessoa digna, fiel às suas convicções, o «número um» das terras Altas da Cheia é um peão, que pode ser movimentado e sacrificado conforme a vontade dos seus superiores.

Como diriam os brasileiros, a dignidade de Dos Anjos, que se faz passar como dono e senhor da Nossa Senhor do Monte, não é mais que a dignidade de um otário...

7.46 Participar para depois construir...

O Independente

De 27 De Março de 2010

O governador provincial da Huíla, Isaac dos Anjos, iludiu-se com a ideia de que bastava "baixar" orientações para que a comunicação social pública se mantivesse calada, para que as demolições de milhares de casas nos bairros situados no perímetro da linha férrea dos Caminhos-de-Ferro de Moçâmedes se mantivessem "ocultas".

Está-se logo a ver que ao convocar uma conferência de imprensa, quarta-feira, na cidade do Cristo Rei, Isaac dos Anjos acabou por protagonizar uma cena triste e que bem podia ser evitada, que era a de mostrar que não é o tal "super homem" que pensava ser ao ponto de mandar às urtigas o próprio partido que deu suporte à sua governação. A cena foi ainda mais triste por ter deixado indicações de que vai sacrificar a equipa da administração do Lubango, por alegadamente "não ter cumprido com o seu papel".

Até à hora do fecho desta edição, não havia transpirado grande coisa sobre as audiências que Isaac dos Anjos concedeu a duas comissões, sendo uma da estrutura central do MPLA, ida de propósito de Luanda, e outra do governo central. O governador da Huíla teve de explicar-se sobre o processo de demolições de casas, que afectou duas mil e 188 famílias que viviam próximo da linha férrea dos bairros da Kankinda, A Luta Continua, Ferrovia, Mapunda, Arimba, Estação velha e Estádio da Tundavala.

É verdade que as interrupções nas obras custam muito ao Estado.

São rios de dinheiro público que praticamente vão pelo ralo a baixo quando, por essa ou aquela razão, uma obra pública é forçada a parar. Nessa coisa de empreitada os prejuízos costumam ser aterradores para os incumpridores, que em Angola, por via de regra, são as empresas a quem são adjudicadas as obras.

É legítimo que um gestor procure utilizar os meios mais racionais (atenção, os mais racionais) para a obtenção do melhor resultado no exercício da sua função. Mas no caso de Isaac dos Anjos, a preocupação com os gastos do Estado não é, de todo, suficiente para justificar uma decisão com tantas implicações, especialmente políticas, não fosse a Huíla a segunda maior praça eleitoral do país, onde, nas últimas eleições legislativas, o MPLA conquistou os cinco mandatos em disputa.

De tudo o que se ouviu da conferência de imprensa de Isaac dos Anjos, fica claro que não têm sustentação os argumentos que o governador pensava serem

suficientes para justificar a sua acção. É que o próprio reconheceu que, apesar de ser um processo que remonta ao mês de Junho de 2009, não estavam criadas as condições para se dar início ao desalojamento das populações.

Daí que se entenda como uma asneira sem tamanho ter mandado partir as residências, obrigando mais de três mil famílias a encafuarem-se em tendas, sem se preocupar com o bem-estar das pessoas. E olhe que ainda há pouco andámos a criticar a forma como os congolese desencadearam as expulsões de cidadãos nossos do seu território e vimos as dificuldades com que nos debatemos para acolhê-los com o mínimo de condições.

Ao dizer que o seu executivo disponibilizou às famílias realojadas mil metros quadrados de terreno para a construção dirigida, quando se sabe que isto é apenas parte de um processo, que inclui aquisição de títulos comprovativos do direito de uso, que por sua vez permite solicitar um crédito, é admitir implicitamente que não estava nada preocupado com o bem-estar das famílias.

E há ainda o registo de um incidente em que uma criança de 6 anos de idade morreu, sendo que o governador só lamentou o ocorrido porque se sentiu na obrigação de falar sobre o caso em conferência de Imprensa

7.47 Deputados da UNITA testemunham o bastão da ditadura na Huíla

Folha 8

De 27 de Março de 2010

O governo prometeu um milhão de casas para proporcionar um tecto à cada família de angolanos. Contrariamente o que tem propalado, o mesmo governo começa a suposta construção com uma destruição completamente sem sentido. Não é digno escorraçar inteiras famílias, mulheres e crianças (muitas delas de tenra idade) das suas casas para as colocar ao relento cruel; tirar mulheres e crianças das suas residências, e jogá-las para as agruras das chuvas, dos mosquitos, do frio, da falta de alimentos e de água potável, etc., são coisas que ultrapassam, de longe, o cúmulo da indecência e insensibilidade humana. Isto leva-nos a afirmar que Angola está doente. Existe a necessidade de procurar saber se afinal, os programas concebidos e implementados pelo governo destina-se ao bem-estar dos angolanos ou, pelo contrário, 3' infernizar as suas vidas. O governo assinou convenções, tratados internacionais que garantem o direito à habitação adequada, sobretudo para os mais desfavorecidos e vulneráveis na condição social. Mas, pelos vistos, está muito longe de honrar com seus compromissos.

O grito de "Ipiranga" vem do Lubango onde mais de 2000 mil residências foram demolidas e várias famílias vivem ao relento. Os deputados da UNITA à assembleia nacional, Silvestre Samy, Lukamba Gato e Jaka Jamba estiveram na Huíla e in loco testemunharam a saga do martelo demolidor, o punho de ferro do governador local Isaac dos Anjos, que sem remorsos causou a dor, sofrimento e infortúnio de milhares de famílias. Os deputados, num gesto de humildade e mediante as possibilidades, ofereceram cobertores, roupa usada e vários utensílios aos sinistrados acantonados na área de Tchavola a 7 quilómetros do centro da cidade. Segundo apurou-se, a saga das demolições irá continuar já no interior da província nomeadamente nos municípios da Humpata e Quipungo. Nada, absolutamente nada justifica esta tomada de posição que não deixa de ser uma afronta à humanidade.

Interessa recordar que a UNITA defende o princípio que a terra é propriedade originária do povo, porquanto esta qualidade teria conferido a garantia da titularidade da terra nos termos da lei. Só o facto de ser residente ou natural da mesma área, conferia "ab-início" a propriedade cuja titularidade era implícita e de execução obrigatória pelo Estado, caso fosse necessário. Isso falia com que ninguém fosse expropriado sem nenhuma contrapartida. Contrariamente ao conceito de que o Estado é propriedade originária da terra, cabe a esta, certamente as prerrogativas da sua concessão sem contemplanções de seu interesse ao seu possuidor originário. As consequências resultantes desta, estão a vista de todos. Os factos estão patentes no caso demolições na Huíla.

7.48 Exoneração de Dos Anjos

Semanário Angolense

De 27 de Março de 2010

A UNITA acentua os protestos contra as demolições verificadas no Lubango, sugerindo mesmo o afastamento do governador provincial da Huíla, Isaac dos Anjos. O maior partido da oposição avançou com a ideia num comunicado de imprensa do Comité Permanente da sua Comissão Política, publicado no último fim-de-semana.

De acordo com o comunicado, a Comissão Política do «Galo Negro» analisou «a crise social que assola o país, sobretudo a resultante da política de demolições de casas de pobres, praticada pelo Executivo e o impacto do preço das propinas escolares no orçamento das famílias».

A direcção da UNITA considera que «o titular do poder executivo do Estado continua a violar os direitos

sociais e económicos dos angolanos, por via da expropriação das suas terras e das demolições arbitrarias das suas casas».

«O Governo do MPLA na província da Huíla levou a cabo, na cidade do Lubango, mais um acto de demolições arbitrarias de casas dos pobres, colocando milhares de famílias à chuva, sem abrigo adequado, sem comida e sem mantas, num atentado à dignidade da pessoa humana, violando a Constituição e a Resolução aprovada pela Assembleia Nacional sobre as requalificações territoriais e as demolições», lê-se, ainda, no comunicado.

Em face disso, insta assim «o MPLA que sustenta o Governo, a assumir as responsabilidades e as consequências dos actos resultantes das suas decisões, que tanto tem penalizado as populações, ou então, demitir o governador provincial da Huíla».

De acordo com o próprio governador da Huíla, Isaac Dos Anjos, as operações de demolições vão continuar, apesar da onda de protestos, a que se juntou a influente Igreja Católica, no final da última semana.

Dos Anjos já reafirmou esta intenção em diferentes ocasiões, a última das quais, na quarta-feira, em conferência de imprensa que concedeu no Lubango. Uma comissão de deputados do MPLA foi criada, entretanto, para acompanhar o projecto de reestruturação dos Caminhos-de-ferro de Moçâmedes, à pala do qual o governador da Huíla tem estado a proceder as contestadas demolições.

7.49 Governo central garante mais apoios às famílias realojadas na Tchavola

Jornal de Angola

De 27 de Março de 2010

O ministro da Administração do Território, 80rnlto de Sousa, garantiu na quinta-feira, no Lubango, que o Governo vai continuar a apoiar as famílias realojadas no bairro da Tchavola com a entrega de meios para "melhorar a acomodação e organização das vidas das crianças, jovens e idosos".

"Urge trabalhar-se mais no sentido de pôr as condições de saúde, escolas e tendas suficientes, numa primeira fase, para acomodar todas as famílias e dar um mínimo de condições, para que se possa começar a auto-construção dirigida", disse o ministro, para sublinhar que já se deu um passo com a entrega de bens alimentares e chapas de zinco.

Bornito de Sousa, que chefiou uma equipa do Governo mandatada pelo Chefe do Executivo, da qual fizeram parte o ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua e o Vice-Ministro dos Transportes, José Kuingwa, disse que "o importante é

corrigirem-se as situações relacionadas com a acomodação dos populares".

Estamos, afirmou, a tratar de acudir a determinadas situações, para que as populações, mesmo com as actuais condições, possam ser alojadas com alguma dignidade. "Também tomámos medidas no sentido de acautelar as repercussões da chuva e do frio que se aproxima".

Acrescentou que, o processo do Lubango "correu mal pelo facto de as pessoas não obedeceram às orientações do Governo e do próprio caminho-de-ferro para que gradualmente fossem saindo e construindo as suas casas noutros locais".

Para o ministro, o facto de não se acatarem as orientações gerou uma situação de pressão, fazendo com que as condições de habitabilidade criadas na área de realojamento não fossem as melhores,

"Da visita efectuada a Tchavola, há a recomendar às autoridades locais que criem melhores condições, como escola, saúde e habitação", disse. O ministro apontou que a resolução dos problemas por que passam as famílias desalojadas deve ser imediata e urgente, para que, até ao mês de Maio, os populares não tenham de se confrontar com as baixas temperaturas.

Sobre o Caminho-de-Ferro de Moçâmedes, Bornito de Sousa argumentou que a reabilitação da linha-férrea, concluída de forma geral, possui três pontos com as obras paradas devido à existência de casas ao longo do perímetro da via. "Devemos unir-nos todos para que a empreiteira chinesa conclua as obras dos pequenos troços do Lubango, Quipungo e Matala".

Bornito de Sousa orientou o governo local no sentido de trabalhar com mais serenidade na criação de condições dignas para acomodar as famílias a serem realojadas, das zonas da linha-férrea da Matala e Quipungo.

Construção em zonas ilegais

As organizações da sociedade civil que trabalham na temática da Lei de Terras devem também desenvolver acções para mobilizar e sensibilizar as pessoas a não construírem em terrenos ilegais, para evitar situações que ponham em perigo a própria vida humana. O ministro da Administração do Território apelou para que haja uma melhor organização no processo de construção, sobretudo de casas.

"Há casos em que as administrações do Estado e pessoas singulares constroem instituições públicas ou casas a 15 ou 30 metros de condutas de água, cabos eléctricos, estradas, via férreas, o que constitui um perigo para as pessoas".

7.50 Hello Truust entrega terras desminadas

Jornal de Angola

De 26 de Março de 2010

A operadora de desminagem humanitária The Hallo Trust entregou na terça-feira, na comuna do Caiundo, a 145 quilómetros da cidade de Menongue, ao governo da província do Kuando-Kubango, 43.986 metros quadrados de terreno livre de minas, para a prática da agricultura e realojamento da população.

Os trabalhos de desminagem, que tiveram início no dia 15 de Novembro de 2008 e terminaram a 25 de Novembro de 2009, permitiram a remoção de 1.121 minas anti-pessoal e 444 anti-tanque. Para o êxito do processo, a operadora utilizou 40 sapadores que realizaram as actividades em 153 dias úteis.

Em declarações aos órgãos de comunicação social, o director provincial da Hallo Trust, José António, disse que a desminagem na comuna do Caiundo vai estender-se por muito mais tempo, pelo facto de a Hallo Trust ter identificado na zona outros 23 campos suspeitos de minas e que já foram sinalizados. Apesar das dificuldades financeiras, a direcção nacional da Hallo Trust conta com o apoio de doadores internacionais para angariar fundos e prosseguir com as operações de desminagem no Caiundo, circunscrição para a qual vão ser necessários cerca de seis anos até que esteja livre de minas.

José António esclareceu que, em operações anteriores, a Hallo Trust na comuna do Caiundo já desminou sete campos e destruiu cinco mil minas anti-pessoal e 3.883 anti-tanque, correspondendo a um total de 15 hectares de terra livre destes artefactos e que já se transformaram em campos agrícolas.

O Kuando-Kubango, disse ainda, é uma das províncias mais minadas do país, a avaliar pelas constantes informações da população que dão conta da existência de minas um pouco por toda a parte e que têm sido descobertas com a ajuda de manadas de animais no pasto. Além da prestimosa informação da população sobre as zonas de risco, os camponeses destas áreas também ajudam os sapadores da empresa, fornecendo-lhes alojamento e alimentação.

O administrador comunal do Caiundo, George Chimatu, que falou em nome do governo da província, agradeceu os esforços da operadora que tudo tem feito para o bem estar da população, que nos dias de hoje já se sente mais à vontade para realizar as suas actividades de lavoura e nas trocas comerciais entre as diferentes povoações que integram esta circunscrição.

Chimatu solicitou o apoio do governo da província no sentido de ser agilizada, junto das operadoras de desminagem em serviço na província, a intervenção na localidade de Tchicola, situada na via entre a sede comunal e Cubate, para permitir que a população regresse às suas zonas de origem, ricas em recursos hídricos e terras férteis para a agricultura.

Desde a sua instalação na província do Kuando-Kubango, em 2003, a Hallo Trust, que trabalha em

operações humanitárias na região do Sudeste de Angola, já desactivou e destruiu mais de 20 mil minas anti-pessoal e anti tanque, nos municípios de Menongue, Cuito Cuanavale e Mavinga.

7.51 Participar para depois construir...

O Independente

De 27 De Março de 2010

O governador provincial da Huíla, Isaac dos Anjos, iludiu-se com a ideia de que bastava "baixar" orientações para que a comunicação social pública se mantivesse calada, para que as demolições de milhares de casas nos bairros situados no perímetro da linha férrea dos Caminhos-de-Ferro de Moçâmedes se mantivessem "ocultas".

Está-se logo a ver que ao convocar uma conferência de imprensa, quarta-feira, na cidade do Cristo Rei, Isaac dos Anjos acabou por protagonizar uma cena triste e que bem podia ser evitada, que era a de mostrar que não é o tal "super homem" que pensava ser ao ponto de mandar às urtigas o próprio partido que deu suporte à sua governação. A cena foi ainda mais triste por ter deixado indicações de que vai sacrificar a equipa da administração do Lubango, por alegadamente "não ter cumprido com o seu papel".

Até à hora do fecho desta edição, não havia transpirado grande coisa sobre as audiências que Isaac dos Anjos concedeu a duas comissões, sendo uma da estrutura central do MPLA, ida de propósito de Luanda, e outra do governo central. O governador da Huíla teve de explicar-se sobre o processo de demolições de casas, que afectou duas mil e 188 famílias que viviam próximo da linha férrea dos bairros da Kankinda, A Luta Continua, Ferrovia, Mapunda, Arimba, Estação velha e Estádio da Tundavala.

É verdade que as interrupções nas obras custam muito ao Estado.

São rios de dinheiro público que praticamente vão pelo ralo a baixo quando, por essa ou aquela razão, uma obra pública é forçada a parar. Nessa coisa de empreitada os prejuízos costumam ser aterradores para os incumpridores, que em Angola, por via de regra, são as empresas a quem são adjudicadas as obras.

É legítimo que um gestor procure utilizar os meios mais racionais (atenção, os mais racionais) para a obtenção do melhor resultado no exercício da sua função. Mas no caso de Isaac dos Anjos, a preocupação com os gastos do Estado não é, de todo, suficiente para justificar uma decisão com tantas implicações, especialmente políticas, não fosse a Huíla a segunda maior praça eleitoral do país, onde, nas últimas eleições legislativas, o MPLA conquistou os cinco mandatos em

disputa.

De tudo o que se ouviu da conferência de imprensa de Isaac dos Anjos, fica claro que não têm sustentação os argumentos que o governador pensava serem suficientes para justificar a sua acção. É que o próprio reconheceu que, apesar de ser um processo que remonta ao mês de Junho de 2009, não estavam criadas as condições para se dar início ao desalojamento das populações.

Daí que se entenda como uma asneira sem tamanho ter mandado partir as residências, obrigando mais de três mil famílias a encafuarem-se em tendas, sem se preocupar com o bem-estar das pessoas. E olhe que ainda há pouco andámos a criticar a forma como os congolese desencadearam as expulsões de cidadãos nossos do seu território e vimos as dificuldades com que nos debatemos para acolhê-los com o mínimo de condições.

Ao dizer que o seu executivo disponibilizou às famílias realojadas mil metros quadrados de terreno para a construção dirigida, quando se sabe que isto é apenas parte de um processo, que inclui aquisição de títulos comprovativos do direito de uso, que por sua vez permite solicitar um crédito, é admitir implicitamente que não estava nada nada preocupado com o bem-estar das famílias.

E há ainda o registo de um incidente em que uma criança de 6 anos de idade morreu, sendo que o governador só lamentou o ocorrido porque se sentiu na obrigação de falar sobre o caso em conferência de Imprens

7.52 A tresloucada política de demolições do Governo

Angolense

De 27 de Março a 03 de Abril de 2010

Muito já se falou e se escreveu sobre as constantes demolições de casas de cidadãos nacionais, que são forçados a abandonar tudo e rumar para terras inóspitas sem a devida compensação garantida pela Constituição angolana (tanto esta, a indirecta, como a defunta directa). A história repete-se, mudando-se apenas os cenários e os actores e, principalmente nas províncias de Luanda, Benguela e Huíla (terras apetecíveis), se multiplicam os actos de despejo marcados pelo autoritarismo extremo, ameaças e arrogância.

Após ter ganho as últimas eleições legislativas (por aquilo que presenciei o partido no poder recebeu o voto da maioria da população), a arrogância dos detentores do poder aumentou a níveis extremos, estando nesta altura a transbordar, o que leva os governantes nas províncias onde ocorrem as demolições, marcadas pela falta de humanismo, a se acharem no direito de pisarem na população que os

elegeu. Tal como já referi anteriormente, com esta política descabida o MPLA está a matar o seu capital político e a afastar-se cada vez mais do povo, contrariando o slogan do tempo do MPLA-PT, segundo o qual "o MPLA é o povo e o povo é o MPLA", porque, caso esta máxima se mantém viva estamos em presença de um suicídio.

De acordo com a lei o Governo de qualquer Estado tem o direito de expropriar terras tendo em conta o interesse público ou mesmo para proteger populações que vivam em zonas de risco, não se questionando os casos que se enquadram neste princípio, mas, antes destas acções de despejo o Governo deve garantir que as populações que são retiradas de determinada zona tenham direito a uma habitação condigna, serviços sociais básicos como água potável e hospitais, e que seja garantido um ambiente harmonioso. Ora, o que se passa em Angola é que os governantes entendem que podem demolir as casas dos cidadãos, atira-los para zonas longe da cidade, coloca-los em tendas ou mesmo ao relento, dar-lhes uns quilos de arroz e latas de sardinha, mandar cisternas de água quando lhes apetece e prontos, já está!

É injusto retirar uma família do bairro em que nasceu, da casa que sempre habitou, da zona perto daqueles que lhes são queridos, afasta-los da área em que trabalham ou estudam e, o mais grave, obrigar-lhes a mudar o estilo de vida e a quebrar os laços afectivos do dia para a noite como se de máquina se tratassem. Estamos a lidar com vidas, é preciso mais humanismo e responsabilidade.

Todos nós angolanos precisamos ter garantias mínimas de que as nossa propriedade é respeitada e não podemos viver sob o medo permanente de que um dia virá o camartelo demolidor para deitar abaixo aquilo que construímos ao longo de uma vida, é preciso que quem governa oiça o clamor dos governados.

Aqueles que têm poder de decisão neste país precisam ouvir o clamor daqueles que estão a sofrer com essa situação, precisam ouvir as declarações de repúdio que até já ultrapassaram as nossas fronteiras e repensar numa maneira mais humana de governar, porque desta maneira, a não ser que tenham uma varinha mágica para ganhar eleições... se adivinham derrotas no futuro, mesmo que indirectas...

Com esse tipo de políticas arrogantes e tresloucadas eu não pactuo e deixo aqui expressa a minha opinião, um exercício que me é garantido constitucionalmente na República de Angola.

7.53 Governador enfrenta tudo e todos: Demolições continuarão no Lubango

Angolense.

De 27 de Março a 03 de Abril de 2010

Em conferência de imprensa, aquando a visita de deputados do MPLA no Lubango para constatar o processo de recuperação dos caminhos de ferros e a problemática das demolições, Isaac dos Anjos, Governador Provincial, afirmou que a primeira fase do processo de demolições das casas construídas no espaço do caminho de ferro de Moçâmedes está concluído, o que permite continuar com as obras de reabilitação da linha-férrea e alertou que as demolições ainda não terminaram, pois haverá uma segunda fase que prevê destruir duzentos e setenta e nove casas, que também se encontram junto da linha-férrea, uma vez que as demolições, na sua óptica, permitem a recuperação do Caminho-de-ferro de Moçâmedes.

O Governador informou que na Tchavola, lugar onde foram realojadas as populações, foram criadas as mínimas condições de acomodação das famílias. "Foi instalado um posto médico, seis cozinhas comunitárias, seis furos de água com bombas manuais e tendas para as pessoas. Quatro autocarros foram colocados a disposição da população para transportar as famílias e seus haveres, oito camiões, uma cisterna de água, duas ambulância e outros meios", disse. O representante máximo do Governo na Huíla garantiu que os realojados receberam 1.140 lotes e estão por entregar mais 670 lotes. "Cada família beneficia da sua parcela de terra para construção de casas e outras estruturas

7.54 Conclusão das obras de restauro perante dos moradores da zona

Jornal de Angola

De 28 de Março de 2010

A conclusão do restauro da vala de drenagem do Cariango, no município do Cazenga, Luanda, está pendente da transferência de famílias que ainda vivem no perímetro de intervenção.

Até agora, já foram realojados mais de cem moradores na zona do Zango, em Viana.

A Angop noticiou que técnicos do governo da província continua a negociar com os proprietários das casas na tentativa de chegarem a um acordo que permita o prosseguimento da obra, que vai facilitar o escoamento das águas pluviais do município.

A vala do Cariango, em reabilitação desde 2007, com mais de cinco quilómetros de comprimento, vai

também melhorar a circulação rodoviária na zona.

O restauro, depois de concluído, permite que o Cazenga tenha um sistema de saída eficaz das águas da chuva directamente para o mar e melhora o saneamento básico da área envolvente.

A vala do Cariango, que começa no município do Cazenga, vai dar à vala Senado da Câmara, no Kilamba Kiaxi, e termina na Samba.

Na província de Luanda, que é a capital de Angola, encontram-se em recuperação as valas do Suroca, Senado da Câmara, do Cariango, além de outras de pequena dimensão ao longo de vias também em construção e em reabilitação.

7.55 A diabilização da OMUNGA solidária com os «sem tecto»

A Capital

De 30 de Março à 10 de Abril de 2010

A ninguém passa despercebido o estatuto de grupo ilegal atribuído a uma organização reconhecida pelas Nações Unidas, curiosamente numa altura em que o barulho à volta das demolições e desalojamentos parece ter atingido o cume.

Se pudesse adivinhar que a pretensa marcha contra as demolições e desalojamentos forçados abriria uma pequena brecha para a sua própria diabolização, que tem no estatuto de 'grupo ilegal' o ponto mais visível, a OMUNGA nem sequer avançava para o pedido de autorização endereçado ao governador provincial de Benguela, general Armando da Cruz Neto, o primeiro a ver problemas na sua constituição como organização da sociedade civil.

Por outras palavras, manter-se-ia no já habitual, embora igualmente 'incómodo', Quintas de Debate. Como que a minimizar a 'descoberta' do governador, a OMUNGA ainda chegou a cruzar os caminhos do Tribunal Provincial, na ânsia de um parecer favorável, mas a aparição do jurista Branco Lima, nas vestes de assessor jurídico do Ministério do Interior, sugeriu o início de um processo de diabolização deste Observador Africano dos Direitos Humanos e dos Povos.

Foi, aliás, o que disse ao A Capital uma fonte conhecedora da estratégia do poder, certa de que o pronunciamento do também professor universitário, um assumido militante do MPLA, cheirou a encomenda. À Rádio Benguela, um dia depois da data prevista para a muito propalada «Não Partam a Minha Casa», Branco Lima apresentou os argumentos que julgou necessários para atestar a ilegalidade de José Patrocínio e pares, entre os quais sobressai a falta de um parecer da Justiça.

«Tratando-se de demolições legais, até porque o interesse público está acima do privado marcha não tem

razão de sem, resumiu o jurista. Sem que se coloque em causa os fundamentos deste conceituado académico, entretanto à espera de uma reacção - já prometida - da parte visada, é caso para dizer que as investidas do Governo de Cruz Neto deixam, também elas, uma brecha para alguns questionamentos.

São dúvidas, regra geral, ligadas ao facto de apenas agora, com as demolições e desalojamentos a suscitarem críticas de vários quadrantes, seguramente em função dos estragos do furacão Isaac, a OMUNGA estar

a ser 'ilegalizada'. Trata-se de uma organização que, inclusivamente, chegou a ser um interlocutor válido para a Administração Municipal do Lobito na altura em que andaram à baila temas como o acampamento de jovens ou o da Feira do Compão.

Estamos lembrados que esta mesma organização, 'ilegal', chegou a ser útil em momentos do registo de crianças de e na rua, vítimas de uma violência cujo combate exige, para lá da prestação do lado institucional, intervenção de todas as forças vivas da sociedade. Vários são os exemplos do trabalho de utilidade pública que desenvolveu até chegar ao Quintas de Debate, o tal espaço de confronto de ideias sobre aspectos ligados à vida do país.

A última edição, durante a qual foi publicitada a marcha, trouxe um Isaías Samakuva igual a si mesmo, com o discurso, direccionado à corrupção, pobreza, enriquecimento ilícito e outros problemas que enfermam a Angola real. Portanto, a ninguém passa despercebido o novo estatuto da OMUNGA, reconhecida, inclusivamente, pelas Nações Unidas, a par de outras organizações da sociedade civil, com quem elabora relatórios sobre a situação dos direitos humanos, nos quais têm sido apontados casos de demolições e desalojamentos forçados um pouco por todo o país.

O passo seguinte da marcha «Não Partam a Minha Casa, Não Me Obriguem a Viver em Tendas, Tenho Dignidade!» seria a província da Huíla.

7.56 Governo da província inicia realojamento dos sindicatos

Jornal de Angola

De 30 de Março de 2010

As primeiras 300 famílias, das mais de mil desalojadas na sequência das calemas e incêndios que assolaram a Ilha de Luanda, receberam ontem, do governo provincial, lotes de terreno, no Zango 3, município de Viana, para a construção das suas novas moradias.

O programa de realojamento está dividido em três fases. Nesta primeira, as 300 famílias abrangidas vão ser subdivididas em três grupos de 100 agregados

familiares.

O vice-governador de Luanda para a Área Técnica, Bento Soito, disse que a entrega dos primeiros 100 lotes para a autoconstrução dirigida constitui o cumprimento do compromisso, assumido há um ano pelo executivo de Francisca do Espírito Santo, de realojar condignamente a população sinistrada das chuvas e dos incêndios registados na Ilha de Luanda.

Bento Soito garantiu que o processo vai continuar até que a última família desalojada da Ilha de Luanda tenha acesso à sua nova habitação. "Isto não é o culminar do processo, mas sim o início. Estaremos aqui com os nossos técnicos dos Programas de Habitação Social e Autoconstrução Dirigida a trabalhar com uma comissão criada pela

Administração Municipal de Viana, para atender assuntos de ordem social, de maneira a que as obras possam decorrer sem constrangimentos", disse.

Com o início da construção das casas, explicou, vai dar-se igualmente início à edificação de escolas, postos de saúde e mercado. "No programa que o Governo da Província de Luanda tem para este ano também estão previstas adjudicações de obras de equipamentos sociais para esta área do zango", clarificou, acrescentando que as casas serão do tipo T3. ')

A Associação dos Jovens Angolanos Provenientes da Zâmbia (AJAPRZ) fará a entrega de todo o material de construção das novas habitações. Bento Raimundo, presidente da AJAPRZ, disse que já existe uma empresa contratada para fabricar os blocos

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Cabinda investe forte no saneamento básico

Jornal de Angola

4 de Março de 2010

Cerca de 14 milhões de dólares é o montante que o governo provincial de Cabinda investiu para regular o escoamento das águas das chuvas, através do projecto "Macro-Drenagem. De acordo com o engenheiro civil Juliano Capita, da Secretaria Provincial das Obras Públicas, a implementação deste projecto é de extrema importância para a cidade e arredores, por se tratar de um sistema de canais que vai regular o percurso das águas das chuvas, evitando os desastres que acontecem sazonalmente durante as quedas pluviométricas, que destroem habitações e provocam o desalojamento de famílias inteiras.

O governo da província de Cabinda investiu cerca de 14 milhões de dólares num projecto de macro drenagem que visa a construção, nos bairros da periferia da cidade, de uma rede de escoamento para direccionar o percurso das águas das chuvas que saem dos pontos altos da região até ao mar, de modo a evitar as habituais inundações que destroem casas e haveres dos municípios.

Este montante está a ser aplicado nos estudos geofísicos, nas indemnizações das populações transferidas para outros locais e na execução propriamente dito do projecto de construção de valas de drenagem na cidade de Cabinda e arredores, com destaque para as bacias do Luvassa, Lombolombo, Amílcar Cabral, Comandante Gika e 4 de Fevereiro.

De acordo com o engenheiro civil Juliano Capita, da Secretaria provincial das Obras Públicas, a implementação do projecto "Macro-Drenagem" é de extrema importância para a cidade e arredores, por se tratar de um sistema de canais que vai regular o percurso das águas das chuvas, evitando os desastres que acontecem sazonalmente durante as quedas pluviométricas, que destroem habitações e provocam o desalojamento de famílias inteiras.

Referiu que com a conclusão deste programa, a cidade de Cabinda vai ter o direccionamento normal das águas a partir dos seus pontos altos até ao mar.

Numa primeira fase, estão a ser executadas as obras de construção das valas de drenagem da bacia do Luvassa,

pela empresa portuguesa Mota-Engil, que está a construí-las em betão armado e em solo cimento, devido às condições geofísicas do terreno. Os trabalhos estão neste momento a 65 por cento da sua execução e começam na montanha do Tchizo, passando pelos bairros Comandante Gika, Vitória é Certa, 10 de Maio e Luvassa.

Segundo Juliano Capita, o desenvolvimento deste projecto implica diferentes condicionalismos que devem ser acautelados para o seu avanço normal, por estar a ser executado em zonas onde as habitações não estão devidamente urbanizadas.

"Temos tido algumas dificuldades em executar este projecto, porque onde estão a ser construídas as valas habitam muitas famílias e tem havido constrangimentos em desalojar as pessoas que residem nessas áreas, o que muitas das vezes tem condicionado o término do nosso trabalho. Mas, de qualquer modo, encontramos sempre formas técnicas que permitem contornar a situação e que nos têm permitido avançar com os trabalhos", disse.

Os estudos geofísicos para a implementação do projecto "MacroDrenagem" na bacia do Lombolombo foram feitos pela empresa Mota-Engil, que se vai encarregar da construção das valas e canais para o direccionamento normal das águas. Segundo o engenheiro Juliano Capita, tão logo o empreiteiro termine os trabalhos da bacia do Luvassa, arrancam as obras da bacia do Lombolombo.

Juliano Capita revelou que, durante o período de execução dos canais da bacia do Lombolombo, serão feitos também estudos para o início das obras de construção das valas da bacia do Funga, localizadas na periferia do histórico bairro 4 de Fevereiro.

"O melhor seria se o governo realizasse este trabalho em simultâneo, mas por estratégia de trabalho cada bacia tem o seu contrato, ou seja, quando terminam os trabalhos de uma determinada bacia se inicia a outra. De qualquer das formas, as obras estão a ser feitas de forma gradual e a seu tempo teremos o projecto concluído", disse.

O nosso interlocutor referiu que, com a execução deste projecto, o governo da província pretende resolver, de forma global, a velha questão do percurso das águas das chuvas em todos os bairros da cidade de Cabinda, com vista a melhorar a situação do saneamento básico no seio das populações.

Realçou que a zona do Mandombolo, adstrita ao bairro Comandante Gika, assim como outras áreas que ainda não foram abrangidas no projecto, serão integradas nos estudos que se seguirão, nos próximos tempos. Acrescentou, no entanto, que projectos do género também serão implementados nos municípios do interior, com vista a melhorar a vida das populações daquelas localidades.

Projecto beneficia populações

Reiterou que a conclusão do projecto "Macro-Drenagem" vai trazer muitos benefícios para as populações da cidade de Cabinda, porque serão criadas as condições para que as águas possam circular de forma regular e, desta maneira, vai a ser possível evitar os danos materiais e humanos causadas pelas chuvas.

Para o engenheiro Juliano Capita, a implementação deste tipo de projectos serve para que gradualmente se possa ir criando as condições necessárias que visam o saneamento básico no seio das populações, de modo a permitir que o município sede seja um território seguro e bom para se viver.

Frisou que o melhoramento das valas de drenagem vai também facilitar a circulação automóvel e da população de um bairro para outro. No âmbito deste plano, de acordo com o engenheiro Juliano Capita, muitas zonas que foram anteriormente inundáveis, hoje estão a ser recuperadas para albergarem escolas e outras infra-estruturas de recreação para os jovens. Disse, entretanto, que no quadro deste processo, o governo da província de Cabinda tem estado a indemnizar as populações afectadas pela execução das valas de drenagem. "Os estudos que são feitos permitem a destruição de algumas casas construídas de forma desordenada e, quando isso acontece, temos desenvolvido um plano de indemnizações para não prejudicar ninguém, porque este programa surgiu para resolver os problemas dos municípios e não para criar conflitos", concluiu.

Constrangimentos

O responsável pelos serviços de 'saneamento básico da administração municipal de Cabinda, Tati Luís, lamentou o comportamento da população em continuar a deitar o lixo nas valas construídas, o que complica a circulação das águas de forma fluida para o mar.

Segundo Tati Luís, para combater esta situação, a administração municipal leva a cabo um amplo programa de educação cívica, que visa sensibilizar os municípios para mudarem de comportamento, porque os beneficiários deste projecto são as próprias populações.

"A empresa Mota – Engil, que está a executar os trabalhos, tem estado a encontrar muitas dificuldades para avançar com o projecto, porque nas bermas das valas há muitos resíduos sólidos ali atirados pelas populações", disse agastado.

De acordo com aquele responsável, a par das medidas de carácter cívico é preciso que se adoptem outras de responsabilidade para travar esta onda de degradação dos bens públicos. As coimas ou multas pesadas são

Factores inibidores, segundo Tati Luís, que espera, todavia, que a campanha de educação cívica seja suficientemente entendida pelas populações.

"Quero acreditar que a campanha de sensibilização para não deitar o lixo nas valas de drenagem merecerá das nossas populações a devida atenção e acatamento", disse Tati Luís.

8.2 Água, a nova commodity

Jornal Expansão

5 de Março de 2010

Alertas vindos de vários pontos, desde cientistas mais ou menos conhecidos até à ONU, apontam para escassez de água ainda neste século e conflitos entre países, nomeadamente os que partilham rios. Em vésperas do Dia Mundial da Água, a reunião, em Menongue, na última semana, da comissão Okacom, composta pelos vários países banhados pelo rio Cuvango, é a primeira de outras que surgirão este ano e servirão para articular com os países vizinhos a gestão da água que passa em território nacional. Para incentivar a agricultura e levar água a todas as famílias - este último objectivo tem data de concretização para 2012, valendo tanto para os pequenos municípios como para as capitais de província -, poderá ser necessário alterar alguns leitos de rios, o que terá de passar por estas comissões.

O assunto não é novo: há uma década, um relatório do Programa de Desenvolvimento da ONU apontava a água como uma das mais preciosas commodities ainda na primeira metade do século. Em consequência, o documento alertava para possíveis conflitos, sobretudo em países que partilham os lagos ou rios, entre os quais estava o apontado o Zambeze, que passa em território nacional. A relação da população do continente com falta de água poderá atingir quase um em cada dois até ao ano 2025, ou seja, 50% dos africanos.

A sensibilidade do tema percebe-se quando se atenta ao facto de que a construção de uma barragem num país poderá causar danos irreparáveis no ecossistema de um país vizinho, ou mesmo na sua economia, ao secar zonas férteis para agricultura, ou danificar as estruturas turísticas, por exemplo. Nas novidades para este ano está o processo de entrada do País na comissão que gere o rio Zaire e uma outra para o Cuvelai, partilhado com a Namíbia. Esta deverá surgir num prazo de três meses, segundo avançou o chefe do departamento de Gestão de Recursos Hídricos (DGRH), Paulo Emídio.

A questão ganha relevo num cenário de escassez de água para a população mundial, a médio prazo, não só em África, como pelo Mundo fora: existem 260 rios internacionais, 80% do total existe, e nos países por eles atravessados está 90% da população mundial. e 20%

do país tem falta de água em termos de condições naturais, olhando para as 18 províncias, 80% do território tem abundância de água. Só no Namibe, parte da Huíla e em todo o Cunene há escassez, enquanto Benguela está "no limiar", como explica Paulo Emílio.

Uma das formas de fornecer às províncias necessitadas a água daquelas onde esta existe em excesso seria efectuar transvases, solução que depende da capacidade de evolução do País e que terá um papel importante, já que "a água subterrânea não existe em quantidade suficiente onde precisamos dela", afirmou o responsável. Neste âmbito, dos primeiros projectos que poderemos ver será a captação de água em Xangongo, no rio Cunene, e transporte por canal até Ondjiva, um "mega projecto", como define Paulo Emílio.

Das 77 bacias hidrográficas, 47 são utilizáveis e por isso consideradas principais, enquanto as restantes apenas têm caudal quando chove. No que toca a barragens, além de Capanda (maior do País, no rio Kwanza, com capacidade de encaixe de 4 biliões de metros cúbicos) e Cambambe (a que mais electricidade produz), está em reabilitação a do Gove (rio Cunene), que permitirá, pela primeira vez na sua história, produzir energia, num total de 40 MW, enquanto o encaixe de água será de 2 biliões de metros cúbicos. Já a Norte de Luanda, no Bengo, será reabilitada a barragem de Quiminha, na qual serão produzidos 20 MW de electricidade e haverá um encaixe de 1,4 biliões de metros cúbicos.

A grande quantidade de que o território nacional dispõe -140 km³ por ano de escoamento superficial, ou seja, água que cai e drena para os oceanos ou delta do Okavango - coloca o País sem problemas de abastecimento expectáveis, face à população de 16 milhões. Uma ideia partilhada por Paulo Emílio e por Chaminda Rajapakse, responsável da FAO (organização da ONU) para o projecto de Okacom. A uma média de utilização de água de 3000 m³/cidadão por ano, o País poderá crescer demograficamente para o triplo, sem que se verifique escassez de água potável. Estes 3000 m³ são o valor que o responsável do DGRH considera como máximo, tendo em conta todos os elementos em que a água é necessária na vida de uma pessoa, desde as bebidas à agricultura. Segundo a ONU, escassez de água define-se quando há menos de 1000 metros cúbicos por pessoa, anualmente, enquanto o stress de água se verifica abaixo dos 1500 m³. Visto que Angola dispõe hoje de 9000 m³/pessoa, tem seis vezes mais água do que esse limite.

Isto, num cenário ideal de fornecimento da água existente em todo o País, como se pretende com o programa governamental "Água para Todos". Conquistando diferentes pontos do País, do litoral ao interior, nomeadamente a capital da Lunda-Sul, que em Julho deverá ter um sistema integralmente novo de

captação, tratamento e distribuição de água potável que servirá mais de 400 mil habitantes no balanço efectuado pelo secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, o acesso da população à água potável quase duplicou em dois anos, passando de 22% em 2007 para 40% no final de 2009. E se a evolução não é superior, é devido à fraca capacidade local de execução das obras, explicou. A sofrer deste entrave estão também os trabalhos para execução de Angola dispõe hoje de 9000 m³ por pessoa, seis vezes mais água do que o limite fixado pela ONU

SOOO furos de captação de água conclusão prevista para 2012 – de modo a servir 27 localidades isoladas, sobretudo nas províncias de Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico, Namibe e Zaire. O mesmo prazo foi apontado pelo governador de Malange, Boaventura Cardoso, para construção de 47 km de rede de distribuição e 2500 ligações domiciliárias na periferia da sede da província. Em curso estão, ainda, obras no Lubango, Namibe, Benguela, bem como os planos directores de abastecimento para 31 sedes municipais. Ao longo do País, várias empreitadas vão nascendo, nomeadamente em Maquela do Zombo, Dondo, Camabatela, Wako-Kungo, Andulo, Cubal e Caála. Do ponto de vista da gestão, o programa "Água para Todos" I ajudou já na constituição de empresas de abastecimento de água e (saneamento em Benguela, Lobito, (Huambo, Kuíto, Malange, Uíge e N'Dalatando. Amontante do abastecimento, na gestão dos recursos hídricos, o Estado apresta-se a criar o Instituto Nacional de Recursos Hídricos e os Gabinetes de Administração de Bacias Hidrográficas do Kwanza, Zambeze e Cubango

Gestão das águas transfronteiriças na A entrada no protocolo de gestão das águas do rio Zaire (CICOS) é um processo em que poderá ser útil ao País o facto de a República Democrática do Congo ter aderido ao protocolo da SADC para rios partilhados (cuja última revisão remonta a 2003), tal como Angola. Isto porque, não estando presentes na SADC, os Camarões, o Congo Brazaville e a República Centro-Mricana, que formam, com a RDC, a CICOS, não têm qualquer obrigatoriedade de negociar com outros países. "Temos todo o direito de tomar o nosso assento", afirma o responsável do DGRH, explicando que 25% da água nacional corre para o Congo e, do caudal deste rio que atinge o Atlântico, 8% provêm do nosso país.

As alterações ambientais que se verificam pelo Mundo fora e que também poderão contribuir para a escassez de água estão por trás da alteração do âmbito de acção da CICOS, criada para gerir a navegabilidade e pesca, mas que em breve olhará ainda para a sustentabilidade.

A proteger os interesses nacionais nesta partilha das suas águas com outros países estão os objectivos definidos no documento da SADC, no qual os signatários se comprometeram a, entre outras acções,

cooperar na gestão e protecção dos cursos de água transfronteiriços, bem como na utilização equitativa e razoável destes. Noutras situações, como no Cuvelai, Angola terá de observar obrigações para com os vizinhos, no caso a Namíbia, que solicitou a criação de uma comissão para gerir este rio transfronteiriço. Neste caso, o protocolo coloca Angola perante o dever de avisar a Namíbia das alterações que está a efectuar com a criação de diques na zona de Ondjiva, e que, por transferência do rio Cunene, colocará maior caudal no rio Cuvelai. Os efeitos serão visíveis no Etosha, com o aumento do delta, alagando novas áreas.

Apontando o rio Cuvango, Paulo Emílio explica que, face às medições que se fizeram com regularidade até 1974, aquelas que hoje estão a ser realizadas revelam alterações: "Estamos a sentir aumento do caudal. Os períodos de chuva têm sido maiores do que antigamente. Hoje até podemos ter precipitação igual ou um pouco superior, mas metade surge de repente e isso traz cheias".

Fonte de Conflito

A oferta de água a todos é um dos objectivos do milénio, reforçados na última conferência da ONU, em Davos.

Mas a realidade poderá ser bem definida originar novos conflitos, como reconhece a organização. O caso pode ser mesmo envolver luta armada, o que já terá posto o Pentágono de sobreaviso. O alerta é comum, e entre as muitas vozes ouvidas destaca-se a do Secretário – Geral da ONU, Ban Ki-moon, que em Janeiro salientou a que a “escassez de água pode gerar conflitos crescente no futuro”.

A agravar a situação estarão em crescimento populacional e as alterações climáticas explicou.

Já hoje, segundo o Instituto Internacional da Água de Estocolmo, existe em um bilhão de pessoas sem acesso água potável, sendo que a aponta a ONU, não é um problema confinado as economias pobres ou emergentes. O director executivo da Instituição sueca, André Bertell reconhece que nos dias de hoje há uma “uma crise de água a nível mundial”.

Bertell explica que “está é uma crise de gestão, não uma crise por si, porque é causada por uma crónica falta de fundos e entendimento adequado das necessidades a nível local”.

Os alertas surgem de outros quadrantes nomeadamente do Global Policy Fórum, Instituição de monitorização independente de políticas seguidas mundialmente pela ONU: “Á medida que a água se aproxima dos limites a finitude do fornecimento potenciais conflitos se geram entre os países que partilham reservas transfronteiriças de água. Mais de 50 países em cinco continentes podem em breve ser apanhados em disputas por água, caso não

se apressem a estabelecer acordos de partilha das reservas, rios e aquíferos.”

No maior rio de África, o Nilo, o delta, no Egipto, está a ser afectado pelo Mediterrâneo, que continua a ganhar terreno e a perturbar aquíferos e campos outrora férteis. O montante, a Etiópia constrói barragens, e o Sudão vai vendendo terras agrícolas a empresários chineses, criando assim maior pressão sobre o rio para satisfazer a irrigação. Num levantamento efectuado por uma instituição norte-americana, o Pacific Institute for Studies in Development, Environment, acerca de conflitos gerados em torno da água, muitos são os casos apontados, alguns entre países vizinhos, outros dentro do próprio, aparecendo Angola em registos relacionados com acções durante o conflito armado: acção militar de tropas sul-africanas, em 1975, para defesa do complexo hídrico do Ruacana, incluindo a barragem do Gove, de modo a precaver implicações nas reservas da Namíbia; ataque à infra-estrutura aquífera em 1981 e 1982, nos rios Cunene e Cuvelai; ofensiva militar, em 1988, de forças angolanas e cubanas sobre a barragem de Calueque, com danos infligidos na muralha da barragem e no aqueduto de Owamboland; confrontos entre as duas partes do conflito, em 1998, para controlo da barragem do Gove, no rio Cunene.

8.3 Eternas dores de cabeça

Semanário Angolense

6 de Março de 2010

No sector da energia, um dos mais problemáticos no país, o MPLA prometeu «desenvolver acções para equilibrar a balança de energia em termos de procura e oferta, de modo a prevenir que, por um lado, haja esbanjamento de energia e, por outro, que uma eventual escassez de energia constitua um constrangimento no desenvolvimento nacional. Para o efeito, dizia que o Governo actuará de modo a cobrir o défice actual de energia e assegurar um crescimento da oferta compatível com a procura perspectivada, face ao crescimento económico e desenvolvimento nacional, acautelando sempre as questões ligadas à preservação do ambiente.

Os camaradas prometeram ainda recuperar e modernizar todas as centrais eléctricas disponíveis e viáveis; interligar as redes de electricidade locais e regionais numa rede nacional e interligar a rede nacional às redes sub-regionais, no âmbito dos projectos de integração regional em desenvolvimento.

O MPLA disse, ainda, que ia aumentar as capacidades de produção de electricidade com o uso, tanto quanto possível, de fontes hídricas, solar, eólica e bio-combustíveis; electrificar todo o país, levando a

electricidade a todas as localidades e permitindo que toda a população a ela tenha acesso.

Ora, a realidade é bem diferente. E há coisa de duas semanas um alto funcionário do sector teve a coragem de dizer publicamente que apenas 30% dos angolanos beneficiam de energia eléctrica. Há localidades do país, algumas delas em capital do país, que estão há décadas sem electricidade. Naquelas onde ela existe há cortes e ligações, sem aviso prévio, quase todos os dias, com todas as consequências para as populações que daí advêm.

A água é, tal como a energia eléctrica, uma eterna dor de cabeça para a população, que tem muitas dificuldades para adquiri-la, particularmente na capital do país. Não obstante os propalados investimentos feitos, os cidadãos vêem-se e desejam-se para conseguir o líquido precioso, sendo muitas vezes forçados a caminhar longas distâncias para acarretá-lo. É martírio na verdadeira acepção da palavra ..

No entanto, também aqui o MPLA disse que iria agir no sentido de proporcionar à população o acesso à água potável nos centros urbanos e nas áreas rurais, bem como o acesso à água pela actividade económica. Prometeu prosseguir a elaboração dos planos directores de sistemas de abastecimento de água à população e de saneamento, de modo a garantir que os projectos sejam identificados, elaborados e desenvolvidos para atender às necessidades globais e crescentes dos vários utilizadores.

Adiantou ainda que faria investimentos para a produção de água potável e repor e aumentar as capacidades instaladas dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento, nas capitais provinciais e outras cidades do país, de forma a garantir a satisfação das necessidades da população em água potável e em serviços adequados de saneamento das águas residuais. Assegurou que iria instalar pequenos sistemas e pontos de abastecimento de água potável e saneamento comunitários, nas áreas suburbanas e rurais e garantir a sustentabilidade da actividade mediante a introdução de um sistema de preços adequado que assegure a cobertura dos custos de exploração dos operadores e proteja os grupos populacionais mais vulneráveis. Alguém viu por aí os chafarizes tal como os conhecemos no passado?

8.4 Água, a nova commodity

Jornal Expansão

5 de Março de 2010

Alertas vindos de vários pontos, desde cientistas mais ou menos conhecidos até à ONU, apontam para escassez de água ainda neste século e conflitos entre países, nomeadamente os que partilham rios. Em

vésperas do Dia Mundial da Água, a reunião, em Menongue, na última semana, da comissão Okacom, composta pelos vários países banhados pelo rio Cuvango, é a primeira de outras que surgirão este ano e servirão para articular com os países vizinhos a gestão da água que passa em território nacional. Para incentivar a agricultura e levar água a todas as famílias - este último objectivo tem data de concretização para 2012, valendo tanto para os pequenos municípios como para as capitais de província -, poderá ser necessário alterar alguns leitos de rios, o que terá de passar por estas comissões.

O assunto não é novo: há uma década, um relatório do Programa de Desenvolvimento da ONU apontava a água como uma das mais preciosas commodities ainda na primeira metade do século. Em consequência, o documento alertava para possíveis conflitos, sobretudo em países que partilham lagos ou rios, entre os quais estava 1 apontado o Zambeze, que passa em território nacional. A relação da população do continente com falta de água poderá atingir quase um em cada dois até ao ano 2025, ou seja, 50% dos africanos.

A sensibilidade do tema percebe-se quando se atenta ao facto de que a construção de uma barragem num país poderá causar danos irreparáveis no ecossistema de um país vizinho, ou mesmo na sua economia, ao secar zonas férteis para agricultura, ou danificar as estruturas turísticas, por exemplo. Nas novidades para este ano está o processo de entrada do País na comissão que gere o rio Zaire e uma outra para o Cuvelai, partilhado com a Namíbia. Esta deverá surgir num prazo de três (meses, segundo avançou o chefe c do departamento de Gestão de Recursos Hídricos (DGRH), Paulo Emílio.

A questão ganha relevo num cenrio de escassez de água para a O população mundial, a médio prazo, não só em África, como pelo Mundo fora: existem 260 rios internacionais, 80% do total existe, e nos países por eles atravessados está 90% da população o mundial. e 20% do país tem falta de água em termos de condições naturais, olhando para as 18 províncias, 80% do território tem abundância de água. Só no Namibe, parte da Huíla e em todo o Cunene há escassez, enquanto Benguela está "no limiar", como explica Paulo Emílio.

Uma das formas de fornecer às províncias necessitadas a água daquelas onde esta existe em excesso seria efectuar transvases, solução que depende da capacidade de evolução do País e que terá um papel importante, já que "a água subterrânea não existe em quantidade suficiente onde precisamos dela", afirmou o responsável. N este âmbito, dos primeiros projectos que poderemos ver será a captação de água em Xangongo, no rio Cunene, e transporte por canal até Ondjiva, um "mega projecto", como define Paulo Emílio.

Das 77 bacias hidrográficas, 47 são utilizáveis e por isso consideradas principais, enquanto as restantes apenas têm caudal quando chove. No que toca a barragens, além de Capanda (maior do País, no rio Kwanza, com capacidade de encaixe de 4 bilhões de metros cúbicos) e Cambambe (a que mais electricidade produz), está em reabilitação a do Gove (rio Cunene), que permitirá, pela primeira vez na sua história, produzir energia, num total de 40 MW, enquanto o encaixe de água será de 2 bilhões de metros cúbicos. Já a Norte de Luanda, no Bengo, será reabilitada a barragem de Quiminha, na qual serão produzidos 20 MW de electricidade e haverá um encaixe de 1,4 bilhões de metros cúbicos.

A grande quantidade de que o território nacional dispõe -140 km³ por ano de escoamento superficial, ou seja, água que cai e drena para os oceanos ou delta do Okavango - coloca o País sem problemas de abastecimento expectáveis, face à população de 16 milhões. Uma ideia partilhada por Paulo Emídio e por Chaminda Rajapakse, responsável da FAO (organização da ONU) para o projecto de Okacom. A uma média de utilização de água de 3000 m³/cidadão por ano, o País poderá crescer demograficamente para o triplo, sem que se verifique escassez de água potável. Estes 3000 m³ são o valor que o responsável do DGRH considera como máximo, tendo em conta todos os elementos em que a água é necessária na vida de uma pessoa, desde as bebidas à agricultura. Segundo a ONU, escassez de água define-se quando há menos de 1000 metros cúbicos por pessoa, anualmente, enquanto o stress de água se verifica abaixo dos 1500 m³. Visto que Angola dispõe hoje de 9000 m³/pessoa, tem seis vezes mais água do que esse limite.

Isto, num cenário ideal de fornecimento da água existente em todo o País, como se pretende com o programa governamental "Água para Todos". Conquistando diferentes pontos do País, do litoral ao interior, nomeadamente a capital da Lunda-Sul, que em Julho deverá ter um sistema integralmente novo de captação, tratamento e distribuição de água potável que servirá mais de 400 mil habitantes no balanço efectuado pelo secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, o acesso da população à água potável quase duplicou em dois anos, passando de 22% em 2007 para 40% no final de 2009. E se a evolução não é superior, é devido à fraca capacidade local de execução das obras, explicou. A sofrer deste entrave estão também os trabalhos para execução de Angola dispõe hoje de 9000 m³ por pessoa, seis vezes mais água do que o limite fixado pela ONU

SOOO furos de captação de água conclusão prevista para 2012 – de modo a servir 27 localidades isoladas, sobretudo nas províncias de Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico, Namibe e Zaire. O mesmo prazo foi apontado pelo governador de Malange, Boaventura Cardoso, para

construção de 47 km de rede de distribuição e 2500 ligações domiciliárias na periferia da sede da província. Em curso estão, ainda, obras no Lubango, Namibe, Benguela, bem como os planos directores de abastecimento para 31 sedes municipais. Ao longo do País, várias empreitadas vão nascendo, nomeadamente em Maquela do Zombo, Dondo, Camabatela, Wako-Kungo, Andulo, Cubal e Caála. Do ponto de vista da gestão, o programa "Água para Todos" I ajudou já na constituição de empresas de abastecimento de água e (saneamento em Benguela, Lobito, (Huambo, Kuíto, Malange, Uíge e N'Dalatando. Amontante do abastecimento, na gestão dos recursos hídricos, o Estado apresta-se a criar o Instituto Nacional de Recursos Hídricos e os Gabinetes de Administração de Bacias Hidrográficas do Kwanza, Zambeze e Cubango

Gestão das águas transfronteiriças n A entrada no protocolo de gestão das águas do rio Zaire (CICOS) é um processo em que poderá ser útil ao País o facto de a República Democrática do Congo ter aderido ao protocolo da SADC para rios partilhados (cuja última revisão remonta a 2003), tal como Angola Isto porque, não estando presentes na SADC, os Camarões, o Congo Brazaville e a República Centro-Mricana, que formam, com a RDC, a CICOS, não têm qualquer obrigatoriedade de negociar com outros países. "Temos todo o direito de tomar o nosso assento", afirma o responsável do DGRH, explicando que 25% da água nacional corre para o Congo e, do caudal deste rio que atinge o Atlântico, 8% provém do nosso país.

As alterações ambientais que se verificam pelo Mundo fora e que também poderão contribuir para a escassez de água estão por trás da alteração do âmbito de acção da CICOS, criada para gerir a navegabilidade e pesca, mas que em breve olhará ainda para a sustentabilidade.

A proteger os interesses nacionais nesta partilha das suas águas com outros países estão os objectivos definidos no documento da SADC, no qual os signatários se comprometeram a, entre outras acções, cooperar na gestão e protecção dos cursos de água transfronteiriços, bem como na utilização equitativa e razoável destes. Noutras situações, como no Cuvelai, Angola terá de observar obrigações para com os vizinhos, no caso a Namíbia, que solicitou a criação de uma comissão para gerir este rio transfronteiriço. Neste caso, o protocolo coloca Angola perante o dever de avisar a Namíbia das alterações que está a efectuar com a criação de diques na zona de Ondjiva, e que, por transferência do rio Cunene, colocará maior caudal no rio Cuvelai. Os efeitos serão visíveis no Etosha, com o aumento do delta, alagando novas áreas.

Apontando o rio Cuvango, Paulo Emílio explica que, face às medições que se fizeram com regularidade até 1974, aquelas que hoje estão a ser realizadas revelam alterações: "Estamos a sentir aumento do caudal. Os

períodos de chuva têm sido maiores do que antigamente. Hoje até podemos ter precipitação igual ou um pouco superior, mas metade surge de repente e isso traz cheias".

Fonte de Conflito

A oferta de água a todos é um dos objectivos do milénio, reforçados na última conferência da ONU, em Davos.

Mas a realidade poderá ser bem definida originar novos conflitos, como reconhece a organização. O caso pode ser mesmo envolver luta armada, o que já terá posto o Pentágono de sobreaviso. O alerta é comum, e entre as muitas vozes ouvidas destaca-se a do Secretário – Geral da ONU, Ban Ki-moon, que em Janeiro salientou a que a “ escassez de água pode gerar conflitos crescente no futuro “.

A agravar a situação estarão em crescimento populacional e as alterações climáticas explicou.

Já hoje, segundo o Instituto Internacional da Água de Estocolmo, existe em um bilhão de pessoas sem acesso água potável, sendo que a aponta a ONU, não é um problema confinado as economias pobres ou emergentes. O director executivo da Instituição sueca, André Bertell reconhece que nos dias de hoje há uma “ uma crise de água a nível mundial “.

Bertell explica que “ está é uma crise de gestão, não uma crise por si, porque é causada por uma crónica falta de fundos e entendimento adequado das necessidades a nível local “.

Os alertas surgem de outros quadrantes nomeadamente do Global Policy Fórum, Instituição de monitorização independente de políticas seguidas mundialmente pela ONU: “ Á medida que a água se aproxima dos limites a finitude do fornecimento potenciais conflitos se geram entre os países que partilham reservas transfronteiriças de água. Mais de 50 países em cinco continentes podem em breve ser apanhados em disputas por água, caso não se apressem a estabelecer acordos de partilha das reservas, rios e aquíferos.”

No maior rio de África, o Nilo, o delta, no Egipto, está a ser afectado pelo Mediterrâneo, que continua a ganhar terreno e a perturbar aquíferos e campos outrora férteis. O montante, a Etiópia constrói barragens, e o Sudão vai vendendo terras agrícolas a empresários chineses, criando assim maior pressão sobre o rio para satisfazer a irrigação. Num levantamento efectuado por uma instituição norte-americana, o Pacific Institute for Studies in Development, Environment, acerca de conflitos gerados em torno da água, muitos são os casos apontados, alguns entre países vizinhos, outros dentro do próprio, aparecendo Angola em registos relacionados com acções durante o conflito armado:

acção militar de tropas sul-africanas, em 1975, para defesa do complexo hídrico do Ruacana, incluindo a barragem do Gove, de modo a precaver implicações nas reservas da Namíbia; ataque à infra-estrutura aquífera em 1981 e 1982, nos rios Cunene e Cuvelai; ofensiva militar, em 1988, de forças angolanas e cubanas sobre a barragem de Calueque, com danos infligidos na muralha da barragem e no aqueduto de Owamboland; confrontos entre as duas partes do conflito, em 1998, para controlo da barragem do Gove, no rio Cunene.

8.5 Perspectivas para o País

Jornal Expansão

5 de Março de 2010

A água poderá ser o motivo de conflitos neste terceiro milénio, começando talvez neste mesmo século, afirmam algumas vozes. Entre as fontes de problemas entre países não será de descartar a gestão dos rios transfronteiriços, questão que Angola tem de gerir com todos os seus vizinhos directos e mesmo alguns mais longínquos, como Moçambique. Apesar de não ser fértil em águas subterrâneas, o país está no topo africano entre aqueles que mais água pluvial recebe, segundo dados da Direcção Nacional de Águas, Alexandre Frade Batista

Rio Zaire:

Extensão

4 700 Km, com nascente no Congo

Países da bacia hidrográfica

Congo, República Democrática do Congo, República Centro-Africana, Angola, Camarões, Tanzânia,

É o maior rio a Sul do Sahara, com 4700 km de extensão, sendo batido a nível africano apenas pelo Nilo. Em termos de bacia hidrográfica está na segunda posição a nível mundial, despejando no Atlântico até 40 mil metros cúbicos de água por segundo (dados da (ICOS) comissão de gestão desta bacia).

De acordo com a Direcção Nacional das Águas, Angola é responsável por oito por cento deste caudal. No Zaire, o principal afluente é o (assa i, rio que em vários pontos do território angolano cria fronteira com a RDC. Para a sua gestão existe a CICOS, que deverá passar de comissão centrada na navegabilidade e pescas, para uma política de sustentabilidade. É neste âmbito que Angola deverá entrar na CICOS.

Rio Cunene:

Extensão de 1 500 km com nascente em Angola Países da bacia hidrográfica Angola e Namíbia.

Angola e Namíbia partilham o Cunene, que forma a fronteira entre os dois países em parte da província do

Cunene e em todo o território Sul do Namibe. A sua extensão, entre o Huambo e o Atlântico, aproxima-se de milhares de quilómetros. Para a sua gestão foi criada a Comissão Técnica Permanente Conjunta, entre os dois países.

Rio (Zambeze)

Extensão 2574 km com nascente na Zâmbia Países da bacia hidrográfica Zâmbia, República Democrática do Congo, Angola, Namíbia, Botswana, Zimbabué, Moçambique, Malawi, Tanzânia.

Este é o terceiro maior rio do continente, após o Nilo e o Zaire, tendo a nascente na Zâmbia e a foz em Moçambique. Em termos de bacia hidrográfica africana, é suplantado apenas pelo Nilo, Zaire e Níger, aponta um relatório (disponível na internet) da universidade alemã científica localizada em Siegen. Representando 4,5% da área do continente, cria as fronteiras Angola/Zâmbia, Zâmbia/Zimbabué e Zimbabué/Moçambique, além de passar também pela Namíbia, Botswana, Tanzânia e Malawi. A Zâmbia é o país com maior contribuição para o caudal, entregando 42% da água acumulada pelo Zambeze, ao passo que 70% do território zambiano está banhado pela bacia deste rio. Ao longo dos seus 3000 km estão 31 milhões de pessoas em torno da sua bacia, segundo dados da Universidade de Siegen.

Rio Cuvelai:

Extensão

Com nascente na Namíbia as alterações planeadas por Angola para o caudal deste rio partilhado com a Namíbia levou este país a solicitar a criação de uma comissão conjunta para gestão do seu leito e infra-estruturas nele assentes ou dele dependentes. A bacia, de regime torrencial (com culotas no lugar do habitual leito), deve ter esta comissão criada dentro de três meses, avançou ao Expansão a Direcção Nacional de Águas. Uma das preocupações a debater entre os dois países é o aumento do caudal na Namíbia, que levará ao alargamento do Delta, no parque Etosha.

Rio Cuvango

Extensão 1 700 km com nascente no Botswana países da bacia hidrográfica Botswana, Namíbia e Angola

Em Angola chama-se Cuvango, mas a referência internacional é Okavango, nome que está na base da designação Okacom, comissão criada em 1994 por Angola, Botswana e Namíbia. Sem atingir o oceano, o Delta do Okavango forma o maior lago de água fresca

a Sul do Equador, contendo entre 6000 e 18 mil quilómetros quadrados (variando consoante a época é seca, ou de chuvas), segundo dados da Okacom. Da nascente em Angola até ao Delta no Botswana, o rio corre ao longo de 1100 km, formando cerca de 150 mil ilhas, que variam entre alguns metros e 10 km. Na bacia deste rio viviam, no ano 2000, 1,11 milhões de pessoas, dos quais 76% em território nacional, 13% na Namíbia e 11 % no Botswana. Angola é o maior contribuidor para o caudal, proporcionando 94,5% da água, enquanto a Namíbia "oferece" 2,9% e o Botswana apenas 2,6%.

8.6 Inundação periga vida de cidadãos

Folha 8

De 06 de Março de 2010

A principal via rodoviária do bairro dos Kuanzas, município do Cazenga, Luanda, encontra-se inundada, devido às chuvas que caíram nos últimos meses. Esta situação preocupa a maioria dos moradores locais e os automobilistas utentes da mesma

Com o estado que se encontra a estrada, apenas os automóveis mais potentes conseguem atravessá-la com menos dificuldade. Os piões por alternativa passarem, pisando em objectos, tais como Pedras que se encontram ao lado de uma cabine de transformação de electricidade.

Segundo dados apurados pelo F8, a lagoa existe há cerca de três meses, e a maioria dos automobilistas tornou-a local de lavagem das suas viaturas. Para os rapazes residentes naquelas proximidades, o alagamento transformou-se em piscina e lugar de diversão.

Segundo peritos em medicina, a água é uma das maiores fontes de contaminações de doenças. Por este motivo, a maioria dos responsáveis pelas crianças lesadas mostrou-se inquietada e pede aos órgãos competentes para resolverem o problema o mais rápido possível.

Uma das desassossegadas que também clamam pela restituição é a senhora Guilhermina Zambela, de 53 anos, residente naqueles arredores desde a década de oitenta, que, por sua vez, em entrevista ao F8, afirmou estar sempre com o coração nas mãos, quando os seus filhos saem de casa, sobretudo devido à cabine eléctrica localizada ao pé da lagoa.

A senhora Guilhermina Zambela prosseguiu relatando que a única passagem por onde os transeuntes estão sujeitos a frequentar é justamente ao lado da cabine eléctrica. Além disso, diz a senhora, a água propagou-se até à parte inferior da mesma.

Os automobilistas utentes assíduos da rua principal do bairro Kuanzas são, de igual modo, um dos afectados

com o mal estado da via; um dos quais é o jovem Zua Roque, taxista, que afirma ter por solução a mudança de via.

"Se nós, taxistas, tivermos que persistir nesta itinerário, teremos de subir o preço a 100 ou mesmo a 150 Kuanzas", disse, acrescentando que o órgão competente deve solucionar a situação.

Celestina Mateus, moradora adjacente à vala, diz haver problema de deslocação, por os taxistas não quererem trabalhar naquela via. Como alternativa, conta a senhora, os residentes andam mais de 25 quilómetros a pé.

8.7 Água contaminada na Vila Alice

Seminário Angolense

Sábado, 06 de Março de 2010

A empresa pública de águas de Luanda proibiu, na manhã de quarta-feira, o consumo de água potável em algumas zonas da Vila Alice, município do Rangel. A medida abrange os moradores das ruas Aníbal de Melo, Alberto Correia e João de Deus.

Segundo o jornal «O Apostolado», citado pelo site «Angonotícias», alguns habitantes dizem que as torneiras das suas residências estão a fornecer uma substância de cor e sabor diferentes da água potável.

O porta-voz da distribuidora, Nelson Cunha, revelou que os moradores das zonas afectadas deverão receber água através de cisternas. Segundo ele, uma vez que as administrações municipais têm camiões cisternas, com prioridades nas «girafas», o pessoal afectado na Vila Alice deverá ser acudido por via do abastecimento de água através de cisternas.

A EPAL destacou, no mesmo dia, uma equipa de técnicos que já trabalha na identificação da zona de infiltração. Até que o problema seja resolvido, os moradores das referidas ruas não devem consumir a água que jorra nas torneiras.

"Pedimos calma e que tudo faremos no sentido de, no mais curto espaço de tempo, ultrapassarmos essa situação" disse Nelson Cunha.

Segundo relatos de alguns cidadãos à rádio Ecclesia, várias pessoas foram afectadas com fortes diarreias, depois de terem consumido a água contaminada que está a ser fornecida ao bairro.

8.8 Água poluída nas torneiras da Vila Alice

Folha 8

Sábado, 13 de Março de 2010

O longo livro sobre a total desatenção do Governo Angolano para com os governados conheceu, recente-

mente, mais uma página que se junta às que retratam, entre outras situações, o elevado nível de mortalidade infantil, débeis políticas educacionais e injustiças; situações que reduzem o povo angolano a animais quaisquer, por obrigarem as pessoas a comerem e a beberem, tal como bichos sem donos, como aconteceu com os moradores da zona conhecida por Mata Gata no bairro da Vila Alice no Município do Rangel.

Eles consumiram, há dias, água empestada, e, como consequência, pessoas acabaram por ficar hospitalizadas com diarreia. O referido líquido, e aqui está a gravidade da situação, jorrava das respectivas torneiras, levando as pessoas a acreditar que bastava uma fervura ou algumas gotas de lixívia para resolver a situação. Engano.

Embora fervida, a água esverdeava mais e o cheiro a fezes continuava. Os que tiveram a possibilidade optaram por usar água mineral, até para o banho, enquanto outros a consumiam a penas para o organismo.

"O cheiro era insuportável, em virtude disso decidi-me a usar apenas água mineral, tanto para o banho, como para as outras necessidades. Gastava dois litros para o banho, porque iniciava com a empestada, mas o seu cheiro de fezes obrigava – me a passar-se com a água mineral", contou uma das moradoras, lamentando aos vizinhos que adoeceram.

O aumento de pessoas afectadas motivou-as a deixarem de usar o referido líquido, apelando para intervenção da Empresa Pública de Água de Luanda, EPAL, que confirmou o estado inconsumível do líquido.

Os responsáveis da empresa de distribuição de água em Luanda argumentaram que a situação resulta do cruzamento do canal de distribuição de água potável com a rede de esgoto danificados.

Com objectivo de evitar mais doenças e melhorar a situação, a EPAL interrompeu o abastecimento canalizado, apelando à administração municipal a optar pelo abastecimento por cisternas, o que, até ao momento do fecho, estava por se concretizar.

A situação (o não abastecimento em cisterna) é menos grave que a ingerência de água imprópria, mormente por as autoridades aperceberam-se depois dos danos causados, sendo Único positivo o facto de não ter existido vítimas mortais.

Em contrapartida, deve servir de barómetro da governação angolana, nada comparável, com a de países onde as situações do género provocam demissões. Infelizmente, isso é Angola onde o povo se limita a ver, comentar e nada, mas nada mais faz, enquanto os desrespeitos dos governantes se somam.

8.9 EPAL

Semanário Angolense

13 de Março de 2010

Se a uns, uma boa parte dos luandenses, é-se obrigado a comprar a água em bidões, a preços especulativos, por alguma demissão da empresa que devia ter a obrigação de lhes colocar o precioso líquido em casa, a outros, os que têm este «privilégio», a EPAL está a cometer um grande pecado; dá-lhes água contaminada, por falta de manutenção dos equipamentos. É o que está a acontecer em determinadas zonas da Vila Alice, onde das torneiras está a sair algo muito distante da água potável. Agora, os «pobres» munícipes lesados hão-de ser obrigados também a abastecer-se a partir de camiões cisternas, com todos os transtornos daí decorrentes é um retrocesso, oxalá seja breve.

8.10 Milhões de habitantes do meio rural com água potável dentro de dois anos

Jornal de Angola

De 20 de Março de 2010

A ministra da Energia e Águas, Emanuela Viera Lopes, reconheceu, ontem, em Luanda, existir ainda um défice elevado no fornecimento de água potável às populações, o que constitui uma das grandes preocupações do Governo.

Emanuela Vieira Lopes acentuou que a falta de água em condições para consumo humano constitui um problema de saúde pública. A ministra da Energia e Águas referiu ainda, que o plano de acção do projecto "Água para Todos", aprovado recentemente pelo Conselho de Ministros, vai permitir que, até 2012, mais de 3,67 milhões de pessoas no meio rural beneficiem de água potável.

A ministra prestou a informação quando falava numa palestra sob o tema "Água limpa para um mundo saudável", em saudação ao Dia Mundial da Água, que se assinala na segunda-feira. O responsável pela área das Águas, Saneamento e Higiene da UNICEF, Antero Pina, declarou, na palestra, que a falta de fornecimento adequado de água potável às populações está na base das diarreias agudas e da elevada taxa de mortalidade infantil em Angola.

Doenças mais frequentes

O alto funcionário da UNICEF referiu que as diarreias e a cólera, causadas pela falta de água potável, matam em Angola 50 crianças por dia. Antero Pina acrescentou que, apesar dos esforços do Governo em fornecer água potável a toda a população, ainda assim,

são muitas as famílias que não têm ainda acesso a este bem essencial e percorrem longas distâncias para adquirir água. Antero Pina sublinhou que estas famílias são constituídas maioritariamente por mulheres e crianças que, ao percorrerem longas distâncias à procura de água, ficam sem tempo para irem à escola ou para praticarem outras actividades úteis para o desenvolvimento do intelecto.

A UNICEF, em parceria com o Ministério da Saúde, criou um programa de tratamento caseiro de água, com o objectivo de incentivar as populações a tratarem a água que chega às suas casas.

Referiu que a UNICEF e a Direcção Nacional das Águas de Angola instalaram, na subestação de Kifangondo, um posto de tratamento de água, para permitir que os proprietários de camiões cisterna tratem o líquido no local, antes de o venderem à população.

Estudos feitos por especialistas a nível mundial demonstram que, em todo o planeta, cerca de dois biliões de pessoas sofrem da escassez de água. E os dados das Nações Unidas apontam que apenas três por cento da água na Terra é apropriada para o consumo.

8.11 Água para um mundo saudável e para o desenvolvimento

Jornal de Angola

De 22 de Março de 2010

O dia 22 de Março foi instituído, em 1992, como o Dia Mundial da Água pela organização das Nações Unidas, altura em que também foi adoptada a "Declaração Universal dos Direitos da Água". Em 2003, a Assembleia-Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução proclamando o período compreendido entre 2005 e 2015 como a "Década Internacional para a Acção Água para a Vida".

O Dia Mundial da Água constitui uma oportunidade para a discussão e reflexão em redor de diversos temas relacionados com a água. Anualmente, a Organização das Nações Unidas adopta um lema associado a essa efeméride e para o corrente ano foi adoptado o lema "Água Limpa para um Mundo Saudável". Assim, de acordo com recomendações da Organização das Nações Unidas, a actividade alusiva ao Dia Mundial da Água em 2010 deve centrar-se, nos seguintes objectivos:

Fomentar a consciência pública relativa à conservação de ecossistemas e do bem-estar humano, abordando os crescentes desafios no domínio da qualidade da água associada à gestão da água como recurso.

Conferir maior realce à qualidade da água exortando os

governos, organizações e comunidades em todo o mundo, para que sejam adoptadas medidas associadas ao lema adoptado e que sejam desenvolvidas como a prevenção contra contaminação, a limpeza de mananciais, a reabilitação de infra-estruturas, entre outras.

Na realidade, a água sofre alterações de qualidade nas condições naturais do ciclo hidrológico, mas as alterações mais perversas decorrem de acções humanas. De acordo Organização das Nações Unidas, a actividade humana ao longo dos últimos 50 anos vem sendo responsável por uma degradação dos recursos hídricos sem precedentes na História. Estima-se que aproximadamente 80 por cento das doenças no mundo têm relação com o consumo de água imprópria, e todos os dias dois milhões de toneladas de esgotos e outros efluentes drenam para as águas do mundo. Nos países em desenvolvimento, mais de 90 por cento do esgoto bruto e 70 por cento dos resíduos industriais não tratados são despejados em águas superficiais. As preocupações com a necessidade da preservação da água e do seu uso sustentável constituem elementos essenciais para garantia da saúde e qualidade de vida, servindo também como base fundamental para o desenvolvimento económico e social de todos os povos e nações.

No que se refere a Angola, devemos considerar como insatisfatórios alguns dos indicadores sociais como acesso regular à água potável, acesso ao saneamento básico, índice de mortalidade infantil e outros associados à qualidade de vida em geral.

A evolução positiva desses indicadores vem sendo em parte conseguida mediante a implantação do programa executivo do sector das águas que tem como objectivo estratégico "Assegurar o bem-estar e contribuir para melhorias na saúde pública através de um acesso generalizado a serviços de abastecimento de água adequados e à recolha e tratamento seguro de águas residuais". Na prática, o programa executivo do sector das águas vem-se traduzindo em realizações que directa ou indirectamente contribuem para existência de "Água Limpa para um Mundo Saudável", sendo de realçar as seguintes: Desenvolvimento do "Programa Aguas para Todos", que visa a universalização do acesso à água potável pela população do meio rural. -Elaboração dos planos directores de abastecimento de água e saneamento para as localidades com maiores aglomerações populacionais.

Reabilitação e ampliação dos sistemas de abastecimento de água de várias cidades capitais de província e sedes municipais, almejando o aumento significativo do grau de cobertura.

Implantação de um processo de reforma e desenvolvimento institucional do sector das águas, tendo como principais finalidades a constituição de

novas empresas municipais para a gestão do sistema de abastecimento de água e saneamento de várias cidades, a criação do Instituto Nacional dos Recursos Hídricos e de vários Gabinetes de Administração de Bacias Hidrográficas, no âmbito de uma política de gestão integrada dos recursos hídricos.

No Dia Mundial da Água, importa recordar que, conforme postulado na Declaração Universal dos Direitos da Água, "a água faz parte do património do planeta. Cada continente, cada povo, cada cidadão é plenamente responsável aos olhos de todos".

8.12 Água limpa

Jornal de Angola

De 22 de Março de 2010

Hoje é o Dia Mundial da Água. Em vastas regiões do mundo e também em Angola, os governos enfrentam grandes dificuldades para distribuírem este bem essencial às populações. E na medida em que falta a água potável, surgem doenças que conduzem à morte, sobretudo de crianças.

Também por razões de saúde pública, a água potável é um dos mais importantes recursos naturais a que todos os seres humanos devem ter acesso sem obstáculos e nas melhores condições.

A Organização das Nações Unidas (ONU), que em 1992 instituiu o dia 22 de Março como o Dia Mundial da Água, tem desenvolvido esforços para que este importante recurso natural chegue com boa qualidade às pessoas, a fim de lhes proporcionar boa qualidade de vida.

O acesso à água potável constitui um assunto que continua a merecer reflexão em Estados membros da ONU, comprometidos com a resolução celebrada em 2003 pela Assembleia Geral da ONU, a qual proclamou o período compreendido entre 2005 e 2015 como a "Década Internacional para a Acção para a Vida".

A problemática do acesso à água potável por parte das populações tem estado também no centro das preocupações das autoridades angolanas, que aprovaram o projecto "Água para Todos", que vai permitir que até 2012 mais de três milhões de pessoas do meio rural beneficiem de água potável.

Há ainda em Angola, e isso é reconhecido pelo Governo, um défice considerável de fornecimento de água potável.

Uma declaração do Ministério da Energia e Aguas emitida por ocasião do Dia Mundial da Água indica que são ainda "insatisfatórios alguns dos indicadores sociais como o acesso regular à água potável"

Mas trata-se de uma realidade que vai ser ultrapassada com a execução de um programa do sector das águas,

que tem como objectivo "assegurar o bem-estar e contribuir para melhorias na saúde pública através de um acesso generalizado a serviços de abastecimento de água adequados e à recolha e tratamento seguro de águas residuais".

Angola tem um enorme potencial em recursos hídricos e tudo tem sido feito para que esses recursos possam servir as populações, a fim de se evitarem problemas de saúde pública.

O que se pretende em Angola, a exemplo de outros países, é que haja água para todos em condições para consumo humano. A ONU anunciou que tem soluções baratas e eficazes para levar água potável a todos. Dada a abundância de recursos hídricos, os custos no nosso país são seguramente mais baixos. A captação, tratamento e distribuição de água potável em Angola tem custos mais baixos do que em regiões do globo onde ela escasseia.

E animador saber que os nossos governantes, na perspectiva de superarem o défice no fornecimento de água potável, estão a trabalhar na elaboração de planos directores de abastecimento de água e saneamento para as localidades com maiores aglomerados populacionais e na reabilitação e ampliação dos sistemas de abastecimento de água de várias capitais de província e de sedes municipais.

Está igualmente em marcha um processo de criação de novas empresas municipais para a gestão do sistema de abastecimento de água e saneamento dos centros urbanos.

É uma medida que conduz a que um número considerável de angolanos tenha acesso à água potável em boas condições e baixos custos, porque uma gestão eficaz dm; empresas municipais de água e luz permiteme fazer muito mais com menos dinheiro. O Governo está a contribuir para que se seja reduzido o número de pessoas que no mundo sofrem de escassez de água.

Estudos de especialistas demonstram que em todo o planeta dois mil milhões de pessoas não têm acesso a água potável., enquanto dados das Nações Unidas indicam que apenas três por cento deste recurso natural na Terra é próprio para consumo.

Em Angola, as, autoridades vão continuar a fazer a sua parte, em resposta ao lema "Água limpa para um mundo saudável", lançado pela Organização das Nações Unidas. O Governo angolano está seriamente apostado na melhoria das condições de vidadas populações.

Angola luta todos os dias, em vários sectores da vida nacional, para que os angolanos desfrutem de uma elevada qualidade de vida. E o acesso à água potável vai também contribuir para que tenhamos essa elevada qualidade de vida. Acreditamos que, com maior ou menor dificuldade, vamos atingir os nossos objectivos.

8.13 Cidade do Cuito tem novo sistema de captação e tratamento de água

Jornal de Angola

De 23 de Março de 2010

A ministra da Energia e Água, Emanuela Vieira Lopes, inaugurou ontem, na localidade de S. José, cidade do Cuito, um sistema de captação, tratamento e distribuição de água, acto que marcou o Dia Mundial da Água, assinalado ontem. A obra durou dois anos e resultou de um patrocínio do Banco Mundial, no valor de 20 milhões de dólares.

No acto da inauguração, a ministra considerou "um ganho para a comunidade" a entrada em funcionamento do sistema de captação e distribuição de água. Sublinhou que a entrega da obra, a cargo da construtora chinesa Shino Hydro, representa o cumprimento de um compromisso assumido pelo Governo, na solução dos problemas básicos da população.

Emanuela Lopes sublinhou que o abastecimento de água potável à população constitui uma melhoria de vida e a redução do índice de doenças, acrescentando que o Projecto Água para Todos vai abranger os restantes municípios da província.

A ministra informou que a par do Projecto Água para Todos, consta também do programa do Governo o restabelecimento e melhoramento da rede eléctrica na província e garantiu que num futuro breve o Bié vai beneficiar de energia vinda da central eléctrica do Governo província do Huambo.

Emanuela Vieira Lopes recomendou à população do Cuito para preservar a obra, acentuando que "é um investimento que envolveu muito dinheiro, portanto é necessário cuidar dele para darmos seguimento a outros projectos".

, O governador provincial do Bié, Alvaro Boavida Neto, felicitou a população do Cuito pelo empreendimento e considerou cumprida mais uma etapa no leque de projectos adjudicados à província.

O sistema de água tem um tanque de armazenamento com uma capacidade de quatro mil metros cúbicos e vai fornecer água a 59 chafarizes na cidade do Cuito, beneficiando uma população de duas mil pessoas.

Consumidor deve respeitar a natureza

A governadora provincial da Lunda-Sul, Cândida Maria Guilherme Narciso, destacou ontem, em Saurimo, que a facilidade de acesso às fontes de água na província sugerem rigor na observância de normas ambientais por parte dos utilizadores.

Numa breve entrevista em alusão ao Dia Mundial da Água, a governante aconselhou "respeito crescente pela

natureza, que disponibilizou água abundante na nossa província," e pelas normas de tratamento para "reduzir a incidência de doenças resultantes da sua fraca qualidade. Chamou ainda a atenção para a necessidade de se manter o equilíbrio ecológico, principalmente tendo em conta a crescente procura de água por outros países, onde escasseia.

Apesar de reconhecer as debilidades relacionadas com a capacidade de cobertura e as necessidades da população, a partir dos sistemas de abastecimento instalados nos municípios e comunas, fez questão de realçar o avanço do projecto que visa garantir o acesso de todos às fontes de abastecimento, daqui a cinco anos.

Várias localidades do Bengo com acesso a água potável Neste momento, as localidades da Barra do Dande, Tabi, Bula Atumba, Cabiri, Foto Sacala e Bela Vista já consomem água potável, revelou ontem o chefe do departamento de águas da direcção provincial do Bengo, Bento Jacinto.

Estas, zonas beneficiaram do projecto "Água para todos", do Governo Central, que visa essencialmente levar água às zonas rurais. A capacidade bombeada, em metros cúbicos, depende da capacidade dos sistemas de distribuição.

8.14 Abastecimento de água melhora na zona rural

Jornal de Angola

De 23 de Março de 2010

O director provincial da Energia e Águas no Cunene disse, na sexta-feira, em Ondjiva, que o Programa "Água para Todos" está a contribuir significativamente na melhoria do abastecimento às populações das zonas rurais.

Bonifácio Kaupo, que falava a propósito do Dia Mundial da Água, que se assinalou ontem, afirmou que "este programa permitiu a realização de um conjunto de acções que estão a contribuir, consideravelmente, para o aumento da capacidade de oferta de água potável às populações".

Desde o início do programa, em 2008, referiu, foi possível a reabilitação de 124 furos e a construção de 40 em todos os municípios, com um subsistema de bombagem de água para os chafarizes.

O plano de acção nacional prevê para o Cunene, lembrou, a construção de cinco pequenos sistemas de água, 144 novos furos e a reabilitação de 124.

"Este programa possibilitou a realização de um conjunto de acções que vão contribuir consideravelmente para o aumento da capacidade de oferta de água potável às populações", disse. Quanto às zonas urbanas, salientou estarem a ser construídos a conduta

que vai retirar água a partir do rio Cunene e um sistema de captação e tratamento na zona de Oipembe e Chana de

Carioco, arredores da cidade.

Além disso, frisou, há o projecto de Caleque, que após conclusão, em 2011, vai permitir a distribuição de água em várias localidades.

8.15 JMPLA dá apoio na evacuação das águas das chuvas

Jornal de Angola

De 23 de Março de 2010

A repartição da Saúde e jovens afectos à organização juvenil do MPLA (JMPLA), no município do Sambizanga, em Luanda, iniciaram, no domingo, uma campanha de sucção da água das chuvas dama.

De acordo com o primeiro secretário municipal da JMPLA, Orlando Paca, a campanha vai decorrer nos bairros Lixeira, Santos Rosa e Mota, os mais afectados pela chuva que vitimou mortalmente 12 pessoas e desalojou várias famílias.

O líder juvenil informou que a actividade, gizada pelo governo da província de Luanda, se realiza em conjunto com a repartição municipal da Saúde, que distribuiu cerca de 500 litros de hipocloreto de sódio, para purificar a água de consumo humano.

Com o início desta actividade, o município do Sambizanga forma uma Brigada de Saúde Comunitária (BSC), composta por 100 jovens, cuja missão será intervir em casos de calamidade natural e ajudar a solucionar os vários problemas que aflijam os municípios.

Meios técnicos como camiões de sucção, enxadas, pás e o produto para desinfecção da água foram entregues pelo governo provincial de Luanda.

Os membros da JMPLA no município do Sambizanga propõem-se a realizar outras acções sociais no seu município.

8.16 Projecto Água para todos é levado a mais povoações

Jornal de Angola

De 24 de Março de 2010

O chefe do departamento de Águas da Direcção Provincial do Bengo, Bento Jacinto, disse que o Projecto Água para Todos já chegou às localidades da Barra do Dande, Tabi, Bula Atumba, Cabiri, Foto Sacala e Bela Vista. Bento Jacinto realçou que o projecto visa levar água potável às zonas rurais.

Bento Jacinto informou que a capacidade bombeada, em metros cúbicos, depende, em grande medida, da

capacidade dos sistemas de distribuição e o tempo de funcionamento dos equipamentos. O tratamento da água tem sido feito obedecendo aos padrões exigidos e recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Bento Jacinto reconheceu que o abastecimento de água à província do Bengo ainda é deficiente, "por isso é preciso fazer um esforço para responder à procura em toda a extensão da província".

Revelou que actualmente 20 por cento da população da cidade do Caxito consome água potável com qualidade aceitável. "A água potável é de importância relevante, porque contribui para a melhoria da saúde das populações e vem igualmente diminuir as longas distâncias que as pessoas percorriam a pé

à procura de água bruta", disse Bento Jacinto referiu que estão em execução projectos de abastecimento de água nas comunas de cabo e Val do Paraíso, no âmbito do Projecto Água para Todos.

Com uma população estima em 500 mil habitantes, a província do Bengo debate-se ainda com sérios problemas relativamente à distribuição de água às populações, que nalgumas localidades percorrem dezenas de quilómetros a pé para encontrá-la, disse o responsável local do sector das águas Bento Jacinto

8.17 Água podre no "Sambila"

Semanário Angolense

De 27 de Março de 2010

Populares da área da Madeira no município do Sambizanga estão também a consumir água contaminada por infiltrações que se estão a registar numa ruptura provocada pela empresa Rangol nas condutas que levam o precioso líquido aos fontanários locais, noticiou a rádio Eclésia.

O administrador comunal da zona da Madeira, David Costa, diz que já fez a competente reclamação à direcção técnica da empresa de distribuição de águas de Luanda, estando à espera de uma resposta da EPAL.

«Recebi essa informação da Comissão de Moradores que no fontanário do bairro da Madeira está a sair água imprópria e fiz presente esta reclamação à Direcção Técnica da EPAL», disse o edil.

«Estou à espera que eles se pronunciem, porque é que a água vem dessa forma. De princípio, eles suspeitam que, junto aos fontanários do campo Mário Santiago, há ali um foco de lixo e há uma ruptura provocada pela Rangol, que quebrou um dos tubos da EPAL», acrescentou David Costa.

Entretanto, na Vila Alice continua por solucionar o problema idêntico nas ruas Pedro Bengo, João de Deus

e Aníbal de Melo.

Em relação ao caso das pessoas que ficaram com problemas de saúde, depois de terem consumido água contaminada por infiltrações de fluidos da rede de esgotos, há promessas do director-geral da Elisal, Lúcio Martins, em como a sua empresa haveria de apoiar os cidadãos afectados. «Se acontecer alguma coisa, naturalmente, nós vamos ter que tratar dessas pessoas», sublinhou, embora tenha referido também que esta é uma possibilidade muito remota.

9 AMBIENTE

9.1 Famílias desalojadas por causa das chuvas

Jornal de Angola

2 de Março de 2010

Hossil e Jambajamais imaginaram que o perigo da área onde está a casa que habitam, há sensivelmente seis anos, escondia-se no riacho, cujo insignificante fio de água, no Cacimbo, dava para brincar. Com pequenos barcos de papel ou de esferovite.

Brincadeiras que, geralmente à tarde, cativavam outros garotos do bairro. Na água turva que vai desaguar ao rio Caculuar, enquanto as crianças se distraem, os adultos aproveitavam para cuidar da higiene corporal, do vestuário e das "plantas. Os gémeos tiveram de agir rápido, na quarta-feira, para se refugiarem sobre a mesa, por causa da inundação provocada pela água do riacho resultante das enxurradas verificadas na cidade do Lubango.

"A água do rio começou a entrar 'e quando chegou na altura do sofá "ficámos com medo e subimos rápido na mesa. A força da água arrastou a casa de banho de fora e "levou as plantas e a roupa que a mamã estendeu no capim", contaram os garotos.

" Quando a enchente do riacho 'se registou, no período da tarde, os gémeos e tantas outras crianças estavam sozinhas nas casas porque era hora de expediente. Por isso, várias famílias viram, entre outros males, os haveres destruídos, as casotas parcialmente danificadas. Centenas de pessoas que ergueram as casas nas margens dos rios Mucufi, Caculuar e outros riachos" , da cidade do Lubango foram afectadas pelas águas.

Agora, depois do primeiro susto, nesta altura, estão a procurar recompor-se e insistem em viver no leito dos rios.

As águas, que chegaram a atingir um metro e meio de altura, inundaram casas em várias zonas, como os bairros da Mínhotá, Lage, Sofrio e Revolução de Outubro.

Há quem atribua culpas das inundações a vizinhos que construíram nos locais de passagem de água.

O soba Elias disse que "a maioria das casas afectadas estão mesmo na passagem do curso normal das águas", o que inviabiliza a drenagem apropriada, não só da água das chuvas, mas também das residuais.

A cidade do Lubango, salientou o soba, tem o privilégio de estar numa área com vários declives, o que facilita a drenagem natural das águas. A forma natural de retirar as águas desvirtuou-se por causa as construções em zonas impróprias.

Zonas afectadas

Em vários pontos da província da Huíla, há relatos de estragos causados pelas chuvas. A comuna de Capunda Cavilongo, município da Chibíá, está isolada da sede. A força das águas destruiu as pontes.

A interrupção da circulação de pessoas e mercadorias inviabiliza o curso normal das aulas, pois a maioria dos professores vive na sede da Chibíá, e a ida de bens do campo para a cidade e outras actividades essenciais ao desenvolvimento da comuna.

Os táxis só conseguem chegar à margem da ponte da via principal. A partir daí, é feito o transbordo dos passageiros para outras viaturas que estão na outra margem do rio. O taxista António Fundão, que diariamente faz o percurso sede da Chibíá-Capunda Cavilongo, disse que o trajecto está encurtado até as águas baixarem e libertarem a ponte. "Transportamos os passageiros até a uma margem da ponte. Depois, as pessoas atravessam em canoas para outro lado, para apanhar outro táxi", relatou ao Jornal de Angola.

"Há três anos, o troço da Capunda Cavilongo foi terraplanado e a circulação tomou-se mais veloz e cómoda. Agora, as chuvas estão a (criar ravinas no troço, lamaçal, provocando muitos transtorno durante a circulação

Prenúncio de perigo

Com a intensidade das chuvas, as casas de adobe e cobertas com chapas de zinco, que estão nas margens dos leitos dos rios e riachos do Lubango, são um perigo, principalmente para quem lá mora.

O engenheiro José Abílio esclareceu que a maioria das casas não 1S está em condições de suportar a força das águas, devido ao material utilizado na construção.

Realojamento à vista

As autoridades da província da Huíla já prepararam um programa de realojamento de um número considerável de famílias que construíram casas onde não deviam. Vão ser realojadas no Chavola, arredores da cidade.

As mais de três mil famílias contempladas no realojamento já foram registadas. Destas, 115 receberam lotes de mil metros quadrados e tendas.

O novo bairro, numa área de desenvolvimento urbano, dispõe de 58 hectares destinados às famílias por realojar.

Os deputados da Assembleia Nacional do ciclo provincial da Huíla do MPLA visitaram há dias o local que vai acolher as famílias. Os deputados recomendaram ao governo local a melhoria das condições dos novos bairros sociais.

Encabeçada por Marcelino Typingi, a delegação

considerou que o processo de realojamento das famílias deve continuar porque visa a requalificação urbana, a melhoria do saneamento básico da cidade e mudança das pessoas das zonas de risco para outras mais seguras. "Mas, é necessário que as novas áreas tenham as condições essenciais que conferem dignidade à população, como água, energia, saúde, segurança, educação e outros serviços, visto que estamos numa época chuvosa.

9.2 Ambiente define projectos nacionais para reduzir gases de efeitos de estufa

Jornal de Angola

4 de Março de 2010

O Ministério do Ambiente está a preparar projectos com vista à redução de gases de efeito de estufa, anunciou ontem a titular do sector, Fátima Jardim, durante a "Primeira Reunião da Autoridade Nacional Designada".

A ministra sublinhou que com a implementação de novos projectos, Angola reforça a capacidade de maximizar as vantagens dos mecanismos da flexibilidade, instituídos na Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas.

Fátima Jardim referiu que o país está interessada em modelar "o clima do futuro", que vai contribuir para uma visão comum, o que requer compromissos a longo prazo. Isso, acrescentou, pode levar a um desenvolvimento sustentável.

Angola continua a assumir os compromissos firmados no âmbito da Convenção sobre as Alterações Climáticas, conforme o Protocolo de Quioto e os países industrializados também continuam a pretender consensos sobre a redução das emissões. "Não podemos esquecer as responsabilidades históricas que veiculam as partes durante o período de compromisso no quadro do Mecanismo do Desenvolvimento Limpo (MDL)", lembrou, antes de acrescentar que os projectos estimulam sobretudo o sector privado, com reconhecida agilidade, flexibilidade e capacidade de resposta. "Hoje, temos a certeza de que Angola tem necessidade de vários investimentos, que constituem responsabilidade comum, pelo facto do Governo angolano ter aprovado a Estratégia Nacional das Alterações Climáticas que promovem a integridade do ambiente no desenvolvimento", disse Fátima Jardim.

"O mercado do carbono está a tomar-se competitivo. Possui espaços significativos e constitui uma questão adaptável que pode mudar a vida organizacional de todos os países", afirmou.

Fátima Jardim lançou ainda o desafio a todos os países,

sobretudo os desenvolvidos, de se associarem a Angola no repto de construir" e reconstruir este país com bases modernas e sólidas, mostrando responsabilidades comuns.

A Autoridade Nacional Designada foi criada como um instrumento para facilitar os mecanismos e as intenções ligadas às possibilidades do mercado de carbono, através do Decreto n.º 2/10 de 13 de Janeiro. Além disso, é a entidade angolana que avalia potenciais projectos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e concede uma aprovação escrita que confirma que as actividades são de natureza voluntária, compatíveis com critérios nacionais e internacionais estabelecidos e conduzem ao desenvolvimento sustentável em Angola.

A Primeira Reunião da Autoridade Nacional Designada, que decorreu no Dia Africano do Ambiente que ontem se assinalou, serviu para a aprovação do Memorando de Entendimento sobre a Autoridade Nacional Designada e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e para apreciação do seu regulamento.

9.3 Sede Comunal da Mupa encontra-se submersa

Jornal de Angola

4 de Março de 2010

A sede comunal da Mupa, no município do Cuvelai, província do a Cunene, encontra-se totalmente mo inundada pelas cheias que se registam nesta localidade desde o último sábado, quando os populares foram surpreendidos pelas águas que arrastaram moradias e haveres.

O centro administrativo da comuna, o palácio, o centro médico, de escolas, o posto da polícia, assim como estabelecimentos comerciais e outras infra-estruturas encontram-se submersos. As inundações afectaram igualmente centenas de hectares lavrados, quimbos sal e provocaram o desaparecimento mi de dezenas de animais. As cheias, e que assolam esta região norte da na província, são o resultado do transbordo dos rios Cuvelai e Kuvango.

Os populares foram surpreendidos pelas águas na noite de sábado para domingo e só tiveram tempo de retirar alguns haveres, como roupa e alimentos, tendo ficado todo o resto destruído. Os habitantes da Mupa dizem que em anos anteriores têm ocorrido cheias na província, mas a comuna nunca tinha sido afectada como agora. "As águas que inundam a província sempre vieram do rio Cuvelai, mas nunca atingiram a sede da Mupa, de por isso estamos preocupados com si estas enchentes", disse João vi Ndaongelodjo, uma das pessoas afectadas. O caudal do rio aumentou

consideravelmente, o que provocou a inundação e consequente desabamento de várias residências II e outras infra-estruturas da sede, re deixando 90 por cento da pequena S vila submersa.

Em declarações ao Jornal de Angola, o administrador comunal, Gilberto Soares, disse que a sede da Mupa está actualmente isolada porque não é possível sair da circunscção por via terrestre, sendo que as águas se encontram em toda área a extensão da localidade, ao mesmo tempo que cortaram as vias de circulação para Ondjiva e para a sede municipal do Cuvelai.

"Este fenómeno natural propagou-se depois de três dias de fortes de chuvas consecutivas e as águas do rio Cuvelai atingiram a localidade, desalojando os moradores e destruindo Cilsas e campos agrícolas", sublinhou o responsável comunal.

Gilberto Soares disse que a situação é desoladora e preocupante e neste momento a população desalojada está estimada em mais de ç mil pessoas, que estão albergadas n em algumas salas de aula da comuna. O administrador salientou que n neste momento todos os serviços p administrativos, educacionais e a hospitalares estão paralisados, devido às cheias.

Circulação interrompida

A circulação de pessoas e bens da comuna da Mupa para a capital da província é feita apenas por via aérea, pois a estrada que liga as duas localidades encontra-se intransitável. As viaturas conseguem apenas chegar até dois quilómetros da sede comunal e depois a travessia é feita de canoa, até atingir as vivendas da comuna.

Dados provisórios indicam que aproximadamente 1.023 pessoas foram desalojadas, número que, segundo o administrador, pode aumentar, atendendo à subida imparável do nível das águas. Gilberto Soares disse ainda que falta fazer o levantamento de outras localidades da comuna para se saber exactamente o número de famílias que ficaram sem casa. "O levantamento tem sido difícil, visto não existirem meios suficientes, pois para uma pessoa se deslocar a certas áreas tem de utilizar canoas ou botes", disse o responsável, acrescentando que tudo está a ser feito para socorrer as famílias afectadas pela calamidade natural. Apelou igualmente à população no sentido de e retirar dos lugares de maior risco.

Com a destruição das lavras, fica comprometida a campanha agrícola para o presente ano, o que faz adivinhar uma grande penúria alimentar nos próximos tempos.

Gilberto Soares clamou pela ajuda de todos, para acudir às populações sinistradas pelas enchentes nesta circunscção. "Precisamos de ajudas de todo o tipo, como alimentos, medicamentos e roupas para as populações desalojadas", adiantou, acrescentando que o

quadro actual é muito triste, pois os cidadãos desalojados pelas inundações perderam muitos dos seus bens e carecem de ajuda.

Para se inteirar da situação, uma delegação da Protecção Civil, encabeçada pelo comandante dos Serviços de Bombeiros, Domingos Joaquim, deslocou-se já ao local onde se encontram os sinistrados da Mupa.

Domingos Joaquim frisou que as medidas de emergência estão a ser criadas e comissões técnicas estão a realizar trabalhos de registo da população afectada pelo incidente natural a nível de outras aldeias e povoações da comuna, que também foram afectadas pelas cheias.

Recorde-se que este é o terceiro ano consecutivo que a província do Cunene regista este tipo de calamidade natural e, para se evitem as consequências, estão a ser construí dos diques para contenção das águas das enchentes, na cidade Ondjiva.

9.4 Sede Comunal da Mupa encontra-se submersa

Jornal de Angola

4 de Março de 2010

A sede comunal da Mupa, no município do Cuvelai, província do a Cunene, encontra-se totalmente mo inundada pelas cheias que se registam nesta localidade desde o último sábado, quando os populares foram surpreendidos pelas águas que arrastaram moradias e haveres.

O centro administrativo da comuna, o palácio, o centro médico, de escolas, o posto da polícia, assim como estabelecimentos comerciais e outras infra-estruturas encontram-se submersos. As inundações afectaram igualmente centenas de hectares lavrados, quimbos sal e provocaram o desaparecimento mi de dezenas de animais. As cheias, e que assolam esta região norte da na província, são o resultado do transbordo dos rios Cuvelai e Kuvango.

Os populares foram surpreendidos pelas águas na noite de sábado para domingo e só tiveram tempo de retirar alguns haveres, como roupa e alimentos, tendo ficado todo o resto destruído. Os habitantes da Mupa dizem que em anos anteriores têm ocorrido cheias na província, mas a comuna nunca tinha sido afectada como agora. "As águas que inundam a província sempre vieram do rio Cuvelai, mas nunca atingiram a sede da Mupa, de por isso estamos preocupados com si estas enchentes", disse João vi Ndaongelodjo, uma das pessoas afectadas. O caudal do rio aumentou consideravelmente, o que provocou a inundação e consequente desabamento de várias residências II e

outras infra-estruturas da sede, ri deixando 90 por cento da pequena S vila submersa.

Em declarações ao Jornal de Angola, o administrador comunal, Gilberto Soares, disse que a sede da Mupa está actualmente isolada porque não é possível sair da circunscrição por via terrestre, sendo que as águas se encontram em toda área a extensão da localidade, ao mesmo tempo que cortaram as vias de circulação para Ondjiva e para a sede municipal do Kuvelai.

"Este fenómeno natural propagou-se depois de três dias de fortes de chuvas consecutivas e as águas do rio Cuvelai atingiram a localidade, desalojando os moradores e destruindo Cilsas e campos agrícolas", sublinhou o responsável comunal.

Gilberto Soares disse que a situação é desoladora e preocupante e neste momento a população desalojada está estimada em mais de 5 mil pessoas, que estão albergadas n em algumas salas de aula da comuna. O administrador salientou que n neste momento todos os serviços p administrativos, educacionais e a hospitalares estão paralisados, devido às cheias.

Circulação interrompida

A circulação de pessoas e bens da comuna da Mupa para a capital da província é feita apenas por via aérea, pois a estrada que liga as duas localidades encontra-se intransitável. As viaturas conseguem apenas chegar até dois quilómetros da sede comunal e depois a travessia é feita de canoa, até atingir as vivendas da comuna.

Dados provisórios indicam que aproximadamente 1.023 pessoas foram desalojadas, número que, segundo o administrador, pode aumentar, atendendo à subida imparável do nível das águas. Gilberto Soares disse ainda que falta fazer o levantamento de outras localidades da comuna para se saber exactamente o número de famílias que ficaram sem casa. "O levantamento tem sido difícil, visto não existirem meios suficientes, pois para uma pessoa se deslocar a certas áreas tem de utilizar canoas ou botes", disse o responsável, acrescentando que tudo está a ser feito para socorrer as famílias afectadas pela calamidade natural. Apelou igualmente à população no sentido de e retirar dos lugares de maior risco.

Com a destruição das lavras, fica comprometida a campanha agrícola para o presente ano, o que faz adivinhar uma grande penúria alimentar nos próximos tempos.

Gilberto Soares clamou pela ajuda de todos, para acudir às populações sinistradas pelas enchentes nesta circunscrição. "Precisamos de ajudas de todo o tipo, como alimentos, medicamentos e roupas para as populações desalojadas", adiantou, acrescentando que o quadro actual é muito triste, pois os cidadãos desalojados pelas inundações perderam muitos dos seus

bens e carecem de ajuda.

Para se inteirar da situação, uma delegação da Protecção Civil, encabeçada pelo comandante dos Serviços de Bombeiros, Domingos Joaquim, deslocou-se já ao local onde se encontram os sinistrados da Mupa.

Domingos Joaquim frisou que as medidas de emergência estão a ser criadas e comissões técnicas estão a realizar trabalhos de registo da população afectada pelo incidente natural a nível de outras aldeias e povoações da comuna, que também foram afectadas pelas cheias.

Recorde-se que este é o terceiro ano consecutivo que a província do Cunene regista este tipo de calamidade natural e, para se evitem as consequências, estão a ser construí dos diques para contenção das águas das enchentes, na cidade Ondjiva.

9.5 Banco de Sementes

Jornal Expansão

5 de Março de 2010

Grão a grão, o Centro de Recursos Fitogenéticos (CRF) da Universidade Agostinho Neto enche-se de milhares de variedades de sementes, conservadas com recurso a técnicas laboratoriais. Os procedimentos, que o Expansão foi conhecer numa visita às instalações do centro, permitem caracterizar e catalogar as principais culturas agrícolas do País, com destaque para o milho e o feijão, que representam cerca de 60% das mais de 3300 sementes aí depositadas (ver caixa).

Além de destacar o contributo deste trabalho para a conservação das "características genéticas das diferentes variedades de sementes nacionais", cujas propriedades mais se ajustam aos solos e ao clima do País, Elisabeth Matos, coordenadora do CRF, defende a importância desta pesquisa para reduzir as necessidades de importação do País.

Aliás, segundo estimativas do centro, mais de 75% da produção de milho nacional já é feita sobretudo a partir de sementes locais, cultivadas por pequenos agricultores. Neste sentido, a aposta do CRF vai no sentido de alargar o conhecimento sobre a diversidade e as características dos recursos fitogenéticos (sementes) disponíveis no País, de forma a potenciar a sua utilização na agricultura e minimizar o impacto de eventuais alterações climáticas.

Para concretizar esta missão, a instituição assume o compromisso de investir na valorização de quadros superiores, tendo concluído, no ano passado, uma acção de formação de melhoradores de culturas principais. O projecto – dirigido a 23 engenheiros

agrónomos e orientado por especialistas da Embrapa, empresa brasileira de pesquisa agro-pecuária – incidiu essencialmente sobre as plantações de milho, feijão, amendoim, mandioca, massango e massambala, e contou com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação.

Animada pelos resultados desta iniciativa, que incluiu uma introdução ao uso de marcadores moleculares e à metodologia de caracterização de variedades no campo, Elisabeth Matos recorda que, também em 2009, um grupo de 17 técnicos recebeu formação para analisar a qualidade das sementes, preparação desenvolvida em parceria com o Ministério da Agricultura e essencial para o funcionamento do CRF.

Conservadas a 20 graus negativos isto porque, além do registo dos recursos fitogenéticos e da multiplicação de amostras para distribuição em programas de melhoramento, é preciso garantir a integridade genética das amostras, sendo que apenas sementes com viabilidade superior a 85% podem ser conservadas. Caso contrário, têm de ser regeneradas e multiplicadas.

Este é um processo que mobiliza cerca de 20 funcionários, desde técnicos superiores a trabalhadores de campo, e desenvolve-se a partir de laboratórios de sementes e de caracterização molecular, uma sala de conservação de sementes (banco de germoplasma), outra de documentação (biblioteca) e ainda um campo experimental.

A sequência de procedimentos, segundo explica a coordenadora do CRF, começa com a colheita, etapa após a qual o material é tratado e aprovado, analisando-se se possui geminação apropriada para a conservação. Em seguida, limpa-se as sementes para a fase de secagem, o que possibilita uma conservação a longo prazo em embalagens impermeáveis, de alumínio laminado. O processo termina com o armazenamento em arcas, a uma temperatura de 20 graus negativos, e permite que sementes colhidas em 1991, como algumas que a reportagem do Expansão encontrou, ainda estejam em condições de utilização.

Foi nessa altura, há quase duas décadas, que o País iniciou a aposta na cooperação internacional neste sector, contando com o apoio de países nórdicos, como a Suécia e a Noruega, e com intercâmbios a nível regional. A este nível, destaca-se a ligação à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC): o centro de Luanda está ligado aos centros dos restantes 13 Estados-membros da SADC, dinamizando a troca de informações sobre as diferentes variedades de sementes na região austral.

Outra mais-valia decorrente da integração de Angola no bloco africano prende-se a questões de segurança. Conforme adianta Elisabeth Matos, duplicados de Especialistas e instituições dos EUA e da Europa têm manifestado interesse em levar para o estrangeiro

sementes de variedades nacionais amostras das sementes são enviados ao Centro Regional de Recursos Fitogenéticos da SADC, em Chalimbana, na Zâmbia, para acautelar situações de perdas acidentais, desastres naturais ou danos causados pelo homem.

Angola desperta cobiça

Esta medida de protecção do património nacional de sementes é ainda reforçada pelo seu depósito no Banco Mundial de Sementes, localizado em Svalbard, na região ártica da Noruega.

"O material depositado nestes dois bancos (SADC e Noruega) não pode ser mexido", esclarece Elisabeth Matos, salvaguardando, no entanto, que é possível aceder a essa base, desde que os interessados o negociem com o País. A responsável adianta também que, enquanto decorre este processo, o material é cedido para multiplicação e ensaios às estações do Instituto de Investigação Agronómica, ao Programa de Desenvolvimento das Culturas do Norte (prodeca) e às organizações não-governamentais, com o objectivo de ser aproveitado para produção nos campos de agricultores angolanos.

A coordenadora dos Recursos Fitogenéticos recorda igualmente que qualquer entendimento passa pela aceitação de um Acordo de Transferência de Material, celebrado no âmbito de um Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos de que Angola é parte. Nos termos deste acordo, qualquer Estado que solicite o acesso ao banco de sementes nacionais, seja ou não membro da SADC, deverá comprometer-se em utilizá-las apenas em programas de melhoramento ou para fins de pesquisa.

Caso se comprove que a exportação das sementes se destina a fins comerciais, o acordo de transferência prevê que parte desses ganhos reverta para um fundo internacional, dirigido ao financiamento de projectos de conservação dos recursos fitogenéticos em países em desenvolvimento.

De notar que, apesar de o tratado e o fundo terem sido instituídos há menos de cinco anos, já estão na base de onze projectos em países em desenvolvimento, avaliados em meio milhão USD.

Candidata à próxima ronda de projectos, prevista para 2011, Angola já atrai a cobiça mundial: especialistas e instituições dos EUA e da Europa têm manifestado interesse em levar para o estrangeiro sementes de variedades nacionais conservadas no banco do Centro de Recursos Fitogenéticos.

9.6 Luanda cada vez mais quente

Semanário Factual

De 05 a 12 de Março de 2010

Luanda apresenta-se nos últimos dias mais quentes em relação aos meses anteriores de 2009, situação esta que se agrava com o abate de árvores que a cidade sofreu desde Julho do ano passado ao princípio de 2010.

Na capital, mais de duas mil árvores foram abatidas, umas por razões de reestruturação rodoviária e outras por motivos ignorados nas avenidas e bairros dos municípios da Samba, de Cacucaco, do Kilamba-Kiixi, do Sambizanga, Rangel, da Ingombota e do Cazenga onde milhares de árvores foram derrubadas sem aproveitamento.

O abate indiscriminado de árvores em Luanda está a provocar um aumento acentuado de dispersão maciça do dióxido de carbono emitido pelas chaminés das empresas ao longo do dia.

Na falta da luz eléctrica, os geradores concentrados nas varandas dos edifícios são os poluidores directos do ambiente e da saúde humana, enquanto na periferia o lixo e a queimada indiscriminada afectam a qualquer momento as crianças, como as mais vulneráveis, em casa, nas ruas e nos mercados paralelos.

Para alguns cidadãos, o aquecimento intenso em Luanda deve-se ao esgotamento e desperdício dos cursos florestais sem qualquer critério.

"Quando o Ministério do Urbanismo e Ambiental pensa que abater as árvores equivale à urbanização, e, completamente errado. Eles acabaram com a saúde ambiental numa época inapropriada e desestabilizaram-na. O melhor seria o corte selectivo dessas árvores" afirmou João Inácio, estudante.

Hélder Afonso, ambientalista, advogou que as consequências para esta situação são inúmeras, e podem levar anos para sarar, como o cancro da pele, a perda da melanina, a seca para algumas localidades, o desequilíbrio dos esgotos e o consumo de energia em grandes quantidades.

"Essas construções para a nossa capital não têm uma contextualização ambiental eficaz e salutar para a população. Elas agravam o nosso sistema ambiental por serem grandes consumidores de energia", concluiu.

O aumento do nível dos oceanos, o crescimento e o surgimento de desertos, o desequilíbrio do ecossistema e a evaporação das águas dos oceanos, configuram outras causas do aquecimento incessante do sol que pode sobrevir à população em geral.

9.7 Luanda cada vez mais quente

Semanário Factual

De 05 a 12 de Março de 2010

Luanda apresenta-se nos últimos dias mais quentes em relação aos meses anteriores de 2009, situação esta que se agrava com o abate de árvores que a cidade sofreu desde Julho do ano passado ao princípio de 2010.

Na capital, mais de duas mil árvores foram abatidas, umas por razões de reestruturação rodoviária e outras por motivos ignorados nas avenidas e bairros dos municípios da Samba, de Cacucaco, do Kilamba-Kiixi, do Sambizanga, Rangel, da Ingombota e do Cazenga onde milhares de árvores foram derrubadas sem aproveitamento.

O abate indiscriminado de árvores em Luanda está a provocar um aumento acentuado de dispersão maciça do dióxido de carbono emitido pelas chaminés das empresas ao longo do dia.

Na falta da luz eléctrica, os geradores concentrados nas varandas dos edifícios são os poluidores directos do ambiente e da saúde humana, enquanto na periferia o lixo e a queimada indiscriminada afectam a qualquer momento as crianças, como as mais vulneráveis, em casa, nas ruas e nos mercados paralelos.

Para alguns cidadãos, o aquecimento intenso em Luanda deve-se ao esgotamento e desperdício dos cursos florestais sem qualquer critério.

"Quando o Ministério do Urbanismo e Ambiental pensa que abater as árvores equivale à urbanização, e, completamente errado. Eles acabaram com a saúde ambiental numa época inapropriada e desestabilizaram-na. O melhor seria o corte selectivo dessas árvores" afirmou João Inácio, estudante.

Hélder Afonso, ambientalista, advogou que as consequências para esta situação são inúmeras, e podem levar anos para sarar, como o cancro da pele, a perda da melanina, a seca para algumas localidades, o desequilíbrio dos esgotos e o consumo de energia em grandes quantidades.

"Essas construções para a nossa capital não têm uma contextualização ambiental eficaz e salutar para a população. Elas agravam o nosso sistema ambiental por serem grandes consumidores de energia", concluiu.

O aumento do nível dos oceanos, o crescimento e o surgimento de desertos, o desequilíbrio do ecossistema e a evaporação das águas dos oceanos, configuram outras causas do aquecimento incessante do sol que pode sobrevir à população em geral.

9.8 Juventude Ecológica preocupado

Angolense.

De 06 a 13 de Março de 2010

José Silva, membro de direcção da JEA, explica que a poluição sonora não existe apenas por parte dos automobilistas e DJ, mas que se verifica também nas residências, naquelas situações em que o vizinho excede o volume do rádio.

José Silva começa por definir poluição sonora como sendo a emissão de som em quantidade excessiva, que perturba a mente de um ser humano em particular, onde o ruído é tido como um som desagradável. O representante da JEA fala também na necessidade de se desenvolverem campanhas de sensibilização, principalmente tendo como alvo os automobilistas, tendo realçado que a associação que representa tem trabalhado neste sentido.

"A mudança não é feita do dia para noite, requer mais tempo para que mudemos de comportamento", realçou.

A JEA foi criada a 1 de Maio. de 1990, com o objectivo de educar a consensualizar a consciência no que diz respeito ao ambiente através de debates e projectos em parceria com algumas acções governamentais e outras instituições. A sua acção é feita a nível nacional e internacional.

9.9 Poluição sonora irrita luandenses

Angolense

De 06 a 13 de Março de 2010

Nos últimos tempos, a nossa cidade tem se deparado com o uso excessivo de poluição sonora quer por parte automobilística como também do próprio cidadão, música muito alta no carro, os comerciantes que fazem a venda de álcool e que na necessidade de ser ter música, obras de construção civil, os Disco Joker que fazem os seus ensaios e até mesmo os vizinhos, que aos fins de semana preferem ouvir música muito alta, o que aumenta com a poluição sonora nos bairros, o excesso de volume do som de uma aparelhagem e até as zungueiras que adoptaram o sistema de megafone para fazerem o marketing do seu produto

Por esta razão, a nossa equipa de reportagem decidiu sair a rua para ouvir das autoridades encarregues que velem pelo o controle da poluição sonora e saber por parte deste como é que Luanda está no que toca ao assunto em abordagem.

A primeira paragem foi na Vila Alice, onde existem alguns quintais que alugam para festas. Juliana Afonso,

moradora do prédio "Jemba" conta que já viveu um verdadeiro sufoco. "Era muito barulho uma vez que aqui existe vários salões ou quintais de festas, era muito desconforto para nós, principalmente quando chega sexta-feira ou domingo, a poluição sonora chega a trazer stress, cansaço e muitas vezes problemas de tensão para aquelas pessoas de mais idade", frisou.

Helena Marisa, uma outra moradora, conta que o grande problema está na falta de consciência dos próprios fazedores de festa. " Se dizer que não gosto de música estaria a mentir, penso que os DJ's e organizadores de festa deviam respeitar mais aquelas pessoas que vivem nos arredores dos salões reduzindo", afirmou.

Nesta história de poluição sonora, os Disco Joker (D.J.) são, a par dos taxistas, os mais visados. O jovem que se identifica como "Flora", que explicou que habitualmente pede que os promotores das festas em que toca, independentemente do local em que estas se realizem, peçam autorização. " Normalmente, nós temos um determinado limite para o som da música, porque se for um local muito pequeno, lógico que há necessidade de se diminuir o som, mas se for num local maior e mais fechado, aumento", explicou.

Segundo Manuel Gonçalves, Chefe de Departamento de Acção Cultural da Direcção Provincial da Cultura, a poluição sonora está em toda parte, tendo acrescentado que este problema ocorre quando num determinado ambiente o som altera a condição normal de audição, embora não se acumule no meio ambiente, como outros tipos de poluição, causando danos ao corpo e a qualidade de vida das pessoas.

Manuel Gonçalves explicou que o Governo tem se esforçado para ajudar no combate a este mal. Explicou também que para a realização de festas, existem normas, sendo que o primeiro passo é o pedido de licença de autorização para a realização do evento. "Deve ter uma organização pontual por parte dos promotores que apresentam uma licença na Direcção Provincial da Cultura junto da administração comunal ou municipal da cultura, uma declaração indicando o local onde vai se decorrer a festa, a que horas começa, os meios a utilizar e como vai utilizar", explicou o nosso interlocutor, tendo acrescentado que em caso de falha o infractor está sujeito a uma multa.

Manuel Gonçalves informou ainda que alguns promotores de festas têm solicitado autorização para a realização de festas, o que denota que os cidadãos começam a ganhar consciência das normas.

"A nossa luta neste momento é de tentar restringir os horários para a realização e uso excessivo de música alta. No que respeita aos automobilista nos consideramos como sendo já uma caso de polícia uma vez que entrou em vigor o novo código de estrada o som ou a música alta chega a alterar de certa forma com as características

do carro", disse.

9.10 Vítimas das cheias recebem terreno

Jornal de Angola

De 07 de Março de 2010

O governador da província do Cunene, António Didalelwa, anunciou ontem, em Ondjiva, que as vítimas das cheias realojadas nos centros de acolhimento da cidade vão receber, ainda este ano, terrenos para construção de casa própria. Numa primeira fase serão beneficiadas perto de 1.600 famílias, correspondendo a 11 mil pessoas, de acordo com o governador, que fez o anúncio no final de uma visita àquela província do vice-ministro do Interior para a área de Protecção Civil e Bombeiros, Eugénio Laborinho.

Os beneficiários, precisou, terão terrenos com uma superfície de 600 metros quadrados, nas localidades de Onahumba I e 11, arredores da cidade de Ondjiva, capital do Cunene. A zona já está urbanizada e, segundo António Didalelwa garantiu, tem armamento e loteamento.

No local já foram identificados os espaços para a instalação de infra-estruturas da administração local do Estado, uma vez que a área tem espaço suficiente para a construção de escolas e postos de saúde, indo dispor de sistema de rede de água e energia bem como de outros serviços sociais básicos.

Para o governador não há qualquer dúvida de as vítimas das cheias vão ficar bem acomodadas, uma vez que além do já referido vão dispor de espaço e casas próprias em local de maior segurança.

Sobre a construção de residências, explicou que o executivo local vai participar com a atribuição de kits de construção, no quadro do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

Este é o terceiro ano consecutivo que se registam cheias no Cunene. A Comissão de Protecção Civil registou, em 2009, pelo menos 20 mortos, a destruição de 106 escolas e o desalojamento de 22 mil cidadãos, devido às chuvas.

O vice – ministro do Interior para área de Protecção Civil e Bombeiros fez de dois dias à província.

9.11 Ministério do Ambiente firma acordo coma ONU

Jornal de Angola.

De 8 de Março

No âmbito da implementação das recomendações sobre a Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas e criação da Autoridade Nacional Designada (AND), o Ministério do Ambiente vai assinar, em Abril próximo, um acordo de cooperação com o Centro Rísio do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA).

Segundo uma nota do Ministério do Ambiente, este acordo surge no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), denominado "Criação de Capacidades para a Implementação de Acordos Multilaterais do Ambiente" em África, Caraíbas e Pacífico, e tem como objectivo possibilitar que países em vias de desenvolvimento participem de forma activa no mercado global do carbono.

O acordo vai possibilitar que os países sejam capazes de identificar, desenhar, aprovar, financiar, implementar e monitorar projectos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, de forma efectiva, em cumprimento das obrigações do Protocolo de Quioto.

As actividades propostas, no âmbito deste Acordo de Cooperação, irão dar ênfase ao desenvolvimento do programa nacional de projectos MDL que passa a poder ser divulgado em eventos internacionais, como a Exposição de Carbono, além de fortalecer a capacidade da equipa da Autoridade

Nacional Designada de Angola. Segundo a nota, o acordo de cooperação prevê uma verba de 160 mil dólares, a ser disponibilizado pelo PNUA e a União Europeia.

O Centro Rísio do Programa das Nações Unidas, com sede na Dinamarca, é responsável pela implementação de projectos de Energia, Clima e Desenvolvimento Sustentável. A Autoridade Nacional Designada (AND) é uma agência governamental obrigatória que autoriza projectos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), quando estes vão ao encontro dos critérios do país para o desenvolvimento sustentável.

O Ministério angolano do Ambiente empreende várias acções visando salvaguardar o meio.

9.12 Angola no combate ao aquecimento global

Semanário Económico

De 18 de Março de 2010

O primeiro passo foi dado este mês com o lançamento de um processo de consulta pública que visa a elaboração de um inventário de gases de efeito de estufa. Até ao momento foram gastos 130 mil dólares na formação de sete pessoas que eventualmente vão trabalhar no projecto. "Com este valor pagou -se o consultório, o material para consultas, a página na Internet, algumas viagens, entre outros", explicou Abias Huongo, coordenador do projecto.

O Projecto Primeira Comunicação Nacional surge no âmbito dos compromissos que Angola assumiu ao aderir a Convenção do Quadro das Nações Unidas sobre as alterações climáticas que, além do inventário, tem como uma das grandes componentes a formação de quadros nacionais. O programa, que deverá estar concluído dentro de dois anos, visa sobretudo fazer estudos para arranjar técnicas para o combate e prevenção dos efeitos de gás estufa no país que possam contribuir para o aquecimento global. "O principal objectivo é reduzir estas emissões", resume o coordenador.

Para tal, começou no dia quatro deste mês um processo de consulta pública da primeira etapa do projecto que pretende caracterizar o país de modo a saber-se como é o seu estado de relevo, o clima, sol, precipitação, geologias, caracterização económica, social, a radiografia dos principais sectores da vida activa do país, passando até pela própria sociedade civil com as suas potencialidades e capacidades. No acto, participaram várias instituições governamentais e não-governamentais, associações juvenis e outras organizações de carácter filantrópico do desenvolvimento rural que avaliaram o trabalho elaborado pelo consultório através de comentários que serviu para rever o projecto para posteriormente ser submetida a Conferência prevista para Dezembro deste ano.

"Os comentários servirão para a elaboração de um primeiro capítulo nacional que será submetido na Conferência", afirmou Abias Huongo que também é ambientalista. No acto foram abordados três aspectos fundamentais ligados à educação ambiental, em que foram apresentadas estratégias que o projecto pretende desenvolver no âmbito de atingir o maior número de pessoas e com maior brevidade possível. Definiram-se também as linhas de orientações ambientais para alterações climáticas que deverão constar no Projecto Comunicação Nacional.

Foi realizada uma exposição que serviu para explicar os

significados de alterações climáticas, os efeitos de gases de estufas e o aquecimento global. O objectivo é atingir todos os cidadãos para que todos possam contribuir para este mal e como devem prevenir-se dele. Foram também abordadas as circunstâncias nacionais da emissão de gases de efeito de estufas, elaboradas por entidades contratadas pelo projecto. "A perspectiva é que até ao final do ano o inventário sobre gases de efeito de estufa no país esteja concluído e que se saiba qual o contributo das emissões de Angola ao aquecimento global no fenómeno das alterações climáticas, e por outro lado apelar às estruturas de direito a nível internacional no sentido de que estamos a sofrer as consequências deste grande fenómeno, e alertar que para tal precisamos de mecanismos de compensação que possam auxiliar os programas de adaptação, de mitigação e acudir à qualidade de vida das pessoas que hoje por exemplo estão a sofrer no Cunene, na Huila, no Moxico e outras regiões do nosso país", anunciou Huongo.

Em Dezembro, termina a Primeira Comunicação Nacional relacionada com os capítulos apresentados nas consultas públicas sobre as actividades nacionais, nomeadamente, dois capítulos sobre medidas afectadas à adaptação e medidas afectadas à mitigação, um sobre transferência de tecnologia, outro sobre as questões de integração das alterações climáticas, assim como a criação de um inventário sobre os gases de estufa.

Após terminar estes trabalhos o resultado será entregue ao órgão das Nações Unidas que trata das questões sobre as alterações climáticas. Posteriormente, terá início a segunda comunicação nacional que vai fazer a revisão dos estudos feitos e preparar o inventário que facilitará a inclusão no mercado de carbono.

9.13 Na lista dos que menos poluem

Semanário Económico

De 18 de Março de 2010

Por conseguinte, o que menos contribui para o aquecimento global, anunciou o ambientalista Abias Huongo. A encabeçar a lista dos que mais poluem está a África do Sul.

Abias Huongo explicou ainda que a nível dos países industrializados os que mais contribuem para o aquecimento global são os países chamados do 'primeiro mundo', como, por exemplo, Estados Unidos, o Canadá, o Japão, entre outros. Existem ainda outros que também emitem muitos gases, considerados como subdesenvolvidos, como são os casos da China, Índia e Brasil. "Grande parte dos problemas que estamos a sofrer agora em termos ambientais é consequência do

que os países desenvolvidos provocam, por isso é preciso que haja uma compensação por parte destes países", reclama o ambientalista. Abias Huongo explicou que os gases de efeito estufa provêm de várias fontes. Por exemplo, em Angola, foram radiografados sectores como o da energia, que engloba as áreas de transportes e petróleo; o da agricultura onde as práticas que contribuem para emissão de gases como o dióxido de carbono são as 'queimadas' (queima de florestas quando se efectuam cortes nas árvores e o problema é que elas quando podadas liberam todo o dióxido absorvido durante o seu tempo de vida); na indústria temos as chaminés, sementeiras e fábricas de todo tipo.

Projectos para o Mercado Carbono

O Ministério do Ambiente está a preparar IS projectos de várias dimensões de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) para colocar naquilo que se designa Internacionalmente "Mercado de Carbono". O facto foi avançado recentemente em Luanda, pela titular da pasta, Fátima Jardim, na abertura da 1ª Reunião da Autoridade Nacional Designada (AND), uma agência governamental obrigatória que autoriza o Desenvolvimento de projectos de MDL, quando as acções aderem aos critérios do país para o desenvolvimento sustentável. Estes projectos, que devem estar ligados à possibilidade de redução de emissões de gases de efeito de estufa, estão relacionados com a melhoria da qualidade de água, distribuição de energia eléctrica, agricultura minas e produção mineira, transportes, construção, industriais e outros.

Tecnologias reduzem os gases

As tecnologias para redução da emissão de gases são diversas e devem ser utilizadas em função das emissões em cada sector. Uma das tecnologias é o "bio-gás", aparelhos pequenos que permitem a captação do gás metano como de outras espécies. Colectado o gás é transformado em dióxido de carbono para utilizar como um gás natural que possa ser utilizado na cozinha. As mini - hídras nas barragens também fazem parte destas tecnologias e servem para reduzir as emissões e melhorar a vida das populações.

Causas para o surgimento do gás

O dióxido de carbono contribui com cerca de 60% para o efeito de estufa que é o gás que mais se liberta em todos os processos industriais, 'queimadas' entre outras. O metano, um gás mais pesado, não se emite em grande quantidade mas contribui com cerca de 15 ou 20% do efeito estufa, produzido por bactérias no aparelho digestivo do gado, aterros sanitários, plantações de arroz inundadas entre outras. O óxido nitroso é libertado por micro organismos no solo. A

concentração deste gás tem aumentado devido ao uso de fertilizantes químicos e queimas de biomassas contribuindo com 6% no efeito de estufa. Angola prepara-se, de diversas formas, para enfrentar este problema. Um deles é não emitindo gases significativamente. O Projecto Comunicação Nacional é um dos elementos para a resolução deste problema bem como a proposta de 15 projectos ambientais apresentados recentemente pelo Ministério do Ambiente com os quais o país pretende fazer parte do mercado de Carbono. As alterações climáticas são fenómenos evidentes e já visíveis em Angola em que as intensas chuvas que assolam o Cunene e a desertificação são exemplos. Os esforços estão a ser feitos para que a temperatura do Planeta não suba mais o que um grau e meio. Caso chegue aos dois graus, de média, poderá assistir-se a catástrofes naturais, em África e em Angola.

Consequências do aquecimento global

Caso não se consiga travar o progressivo o aquecimento global, o Mundo poderá assistir ao aumento do nível dos oceanos e o derretimento dos pólos, à subida do nível das águas dos Oceanos, e a submersão de muitas cidades litorais, ao crescimento e surgimento de desertos, com a subida da temperatura a provocar a morte de várias espécies animais e vegetais, desequilibrando vários ecossistemas que, somado ao desmatamento que vem ocorrendo, principalmente em florestas de países tropicais (Brasil e África), a tendência será o aumento de regiões desérticas na Terra e ao aumento do número furacões, tufões e ciclones, com alterações do clima.

9.14 Águas descem e são mais visíveis danos das enxurradas

Jornal de Angola.

19 de Março de 2010

O nível das águas das cheias do Cunene está a descer nas localidades mais afectadas pelas chuvas e as populações sinistradas, sobretudo no Cuvelai, enfrentam agora o atraso na chegada de alimentação, medicamentos, tendas e chapas, para reconstruir as casas dos desalojados. Os acessos por terra são impossíveis. Abastecimentos só por via aérea, mas faltam combustíveis para os helicópteros. Mas aos poucos tudo volta à normalidade. O problema é que ainda há muitos dias de chuva pela frente.

Agora que parou de chover são mais visíveis os estragos que as chuvas torrenciais causaram ao município do Cuvelai. Na comuna de Mukolongondjo foram atingidas 321 famílias, 15 quimbos e 34 casas desabaram. Dezenas de lavras estão inundadas e as

plantações perdidas. Cinco escolas foram inundadas e o material didáctico ficou destruído.

Na comuna do Cubate as cheias desalojaram 453 pessoas e inundaram 186 lavras. O número de casas destruídas aumentou, mas ainda não foram divulgados os números oficiais pelos responsáveis da Protecção Civil.

Kalonga é também uma zona afectada pelas cheias. Os Bombeiros informaram que 455 pessoas foram desalojadas e 30 quimbos ficaram submersos pelas águas. Em Kalonga, 17 casas, uma escola e uma igreja foram destruídas. Neste momento, estão 203 alunos sem estudar.

As cheias ainda amedrontam as populações do Cunene, porque o tempo ainda é de chuva. O sol brilha sobre o Cunene mas a qualquer momento podemos ouvir "o barulho dos tambores de São Pedro", que é a chuva torrencial a bater nos telhados.

E sempre que chove, as populações da zona do Cuvelai sofrem, porque o rio transborda. Está lá a fonte principal de todas as inundações, mesmo depois da construção de alguns diques de protecção. A ponte de pedra, construída em 1961, até agora tinha resistido às cheias mas desta vez não aguentou.

As águas em fúria do rio Cuvelai conseguiram fazer um buraco bem no centro da ponte, o que impede a circulação automóvel. A ponte precisa urgentemente de uma reabilitação, porque já constitui uma via de risco, principalmente para os camionistas, que passam sobrecarregados de pessoas e bens. As populações que vivem nos arredores da ponte do rio Cuvelai, estão mais informadas sobre os perigos de pescar e nadar. Apesar de haver crianças que continuam a nadar nas águas barrentas, indiferentes ao perigo. Durante o dia, a área está a ser controlada por oficiais da Polícia Nacional para evitar que crianças e adultos se exponham a perigos.

Educação e saúde

Apesar das dificuldades que as comunas do município do Cuvelai enfrentam, principalmente as mais críticas, Evale e Mupa, os alunos já retomaram as aulas, na segunda-feira. No Cuvelai todas as crianças estão a estudar, apenas aquelas que estão nas comunas de difícil acesso não conseguem ir à escola. Simone Marcos está feliz porque as águas baixaram e pode voltar à escola. "Estou satisfeito por voltar a estudar, porque ficámos praticamente um mês sem ir à escola. Ainda tenho o meu caderno, e a mochila, são coisas que não deixei a chuva levar. Mas a administração municipal tem de pedir ao Governo cadernos e livros porque muitos dos meus colegas perderam tudo", disse Simone Marcos.

Na comuna do Evale o nível da água baixou bastante e os professores reabriram as escolas. Algumas aulas

ainda decorrem nas tendas, porque ainda há muitas salas encharcadas. Elias Morais é residente da comuna do Evale e sente-se feliz por ter regressado à escola. Segunda-feira as aulas recomeçaram, umas nas salas das escolas e outras nas tendas, porque algumas escolas foram destruídas. "Aqui no município todos os jovens estavam preocupados com as aulas. Não queremos perder o ano lectivo. Só precisamos que o Governo nos apoie com material didáctico, porque as águas levaram os nossos livros", disse Elias Morais.

Sobre a construção de escolas, a administração municipal considera que este é um assunto que vai ser levado às instâncias superiores e para que as crianças não percam o ano lectivo, vão estudar nas tendas gigantes que estão a ser colocadas nas comunas. Em Ondjiva também é notória a falta de salas de aulas, porque alguns alunos estão a estudar debaixo das árvores.

— No que diz respeito à saúde, faltam medicamentos no hospital, porque há cada vez mais pacientes no banco de urgência. Com as chuvas as coisas pioraram, como afirmou à nossa reportagem o chefe da enfermagem, João Baptista. "Os medicamentos aqui nunca são suficientes e com as cheias aumentou o número de doenças, por isso não estamos em condições de acudir a todas as pessoas necessitadas. Apelo ao nosso Governo para apoiar com mais medicamentos e mosquiteiros, porque ainda vamos ter mais chuva e precisamos de estar preparados".

João Baptista disse que por dia são atendidos na urgência 70 pacientes e as patologias mais frequentes são a malária, tosse, doenças urinárias, e diarreias. O Hospital Municipal do Cuvelai tem três enfermarias, o banco de urgência e a maternidade.

Administração preocupada

Lopo Bravo, administrador municipal do Cuvelai, disse que o apoio do Governo está a chegar muito tarde no município. "Temos todo o apoio do Governo para acudir à população, só que tudo está concentrado na capital da província e chega muito tarde às comunas", disse Lopo Bravo.

"Nós ainda temos muitas dificuldades. Ainda há lavras inundadas, casas a cair todos os dias e aumenta o número de desalojados. Muitas crianças estão a estudar debaixo das árvores. As áreas do Mwi, Kachtiava e dos Chinganos, na comuna da Calonga, as lavras estão inundadas", disse o administrador, acrescentando que "precisamos de sabão, mantas e mosquiteiros, porque há muita água parada".

Joaquim Domingos António, comandante dos serviços da Protecção Civil no Cunene, disse que a logística está com algumas dificuldades, porque os "stocks" são reduzidos, sobretudo em termos alimentares. Para se fazer uma ideia do problema, existem 12 mil pessoas

necessitadas de todo o tipo de ajuda. Joaquim António disse que as populações estão a ser apoiadas há um mês e "todos os dias damos orientações às autoridades comunais; no que concerne à distribuição dos alimentos e outros bens. A prioridade é para aqueles que perderam tudo". O comandante da Protecção Civil no Cunene informou que para acudir às populações durante dois meses são necessárias 500 toneladas de bens alimentares. "Nós estamos a gerir 90 toneladas para 12 mil pessoas. Estamos a gerir com muita calma para ver se conseguimos abranger as populações mais necessitadas. Estamos com problemas de acessos, há vastas zonas onde só é possível chegar de avião. Por isso, a comuna do Cubate está sem o mínimo apoio alimentar. As populações receberam somente medicamentos e material didáctico". Joaquim António disse que esta é a grande preocupação: "temos orientações dos Governo da província, estamos a fazer todos os esforços para que a Sopangol, a partir da região sul, nos coloque combustível suficiente para as aeronaves poderem levar os apoios constantemente. Há vastas áreas onde só é possível fazer abastecimentos por via aérea".

O ministro da Reinserção Social, João Baptista Kussumua, garantiu à nossa reportagem que o Governo está preparado para acudir a todas as populações sinistradas no Cunene.

9.15 Águas descem e são mais visíveis danos das enxurradas

Jornal de Angola

De 19 de Março de 2010

O nível das águas das cheias do Cunene está a descer nas localidades mais afectadas pelas chuvas e as populações sinistradas, sobretudo no Cuvelai, enfrentam agora o atraso na chegada de alimentação, medicamentos, tendas e chapas, para reconstruir as casas dos desalojados. Os acessos por terra são impossíveis. Abastecimentos só por via aérea, mas faltam combustíveis para os helicópteros. Mas aos poucos tudo volta à normalidade. O problema é que ainda há muitos dias de chuva pela frente.

Agora que parou de chover são mais visíveis os estragos que as chuvas torrenciais causaram ao município do Cuvelai. Na comuna de Mukolongondjo foram atingidas 321 famílias, 15 quimbos e 34 casas desabaram. Dezenas de lavras estão inundadas e as plantações perdidas. Cinco escolas foram inundadas e o material didáctico ficou destruído.

Na comuna do Cubate as cheias desalojaram 453 pessoas e inundaram 186 lavras. O número de casas destruídas aumentou, mas ainda não foram divulgados os números oficiais pelos responsáveis da Protecção Civil.

Kalonga é também uma zona afectada pelas cheias. Os Bombeiros informaram que 455 pessoas foram desalojadas e 30 quimbos ficaram submersos pelas águas. Em Kalonga, 17 casas, uma escola e uma igreja foram destruídas. Neste momento, estão 203 alunos sem estudar.

As cheias ainda amedrontam as populações do Cunene, porque o tempo ainda é de chuva. O sol brilha sobre o Cunene mas a qualquer momento podemos ouvir "o barulho dos tambores de São Pedro", que é a chuva torrencial a bater nos telhados.

E sempre que chove, as populações da zona do Cuvelai sofrem, porque o rio transborda. Está lá a fonte principal de todas as inundações, mesmo depois da construção de alguns diques de protecção. A ponte de pedra, construída em 1961, até agora tinha resistido às cheias mas desta vez não aguentou.

As águas em fúria do rio Cuvelai conseguiram fazer um buraco bem no centro da ponte, o que impede a circulação automóvel. A ponte precisa urgentemente de uma reabilitação, porque já constitui uma via de risco, principalmente para os camionistas, que passam sobrecarregados de pessoas e bens. As populações que vivem nos arredores da ponte do rio Cuvelai, estão mais informadas sobre os perigos de pescar e nadar. Apesar de haver crianças que continuam a nadar nas águas barrentas, indiferentes ao perigo. Durante o dia, a área está a ser controlada por oficiais da Polícia Nacional para evitar que crianças e adultos se exponham a perigos.

Educação e saúde

Apesar das dificuldades que as comunas do município do Cuvelai enfrentam, principalmente as mais críticas, Evale e Mupa, os alunos já retomaram as aulas, na segunda-feira. No Cuvelai todas as crianças estão a estudar, apenas aquelas que estão nas comunas de difícil acesso não conseguem ir à escola. Simone Marcos está feliz porque as águas baixaram e pode voltar à escola. "Estou satisfeito por voltar a estudar, porque ficámos praticamente um mês sem ir à escola. Ainda tenho o meu caderno, e a mochila, são coisas que não deixei a chuva levar. Mas a administração municipal tem de pedir ao Governo cadernos e livros porque muitos dos meus colegas perderam tudo", disse Simone Marcos.

Na comuna do Evale o nível da água baixou bastante e os professores reabriram as escolas. Algumas aulas ainda decorrem nas tendas, porque ainda há muitas salas encharcadas. Elias Morais é residente da comuna do Evale e sente-se feliz por ter regressado à escola. Segunda-feira as aulas recomeçaram, umas nas salas das escolas e outras nas tendas, porque algumas escolas foram destruídas. "Aqui no município todos os jovens estavam preocupados com as aulas. Não queremos

perder o ano lectivo. Só precisamos que o Governo nos apoie com material didáctico, porque as águas levaram os nossos livros", disse Elias Morais.

Sobre a construção de escolas, a administração municipal considera que este é um assunto que vai ser levado às instâncias superiores e para que as crianças não percam o ano lectivo, vão estudar nas tendas gigantes que estão a ser colocadas nas comunas. Em Ondjiva também é notória a falta de salas de aulas, porque alguns alunos estão a estudar debaixo das árvores.

— No que diz respeito à saúde, faltam medicamentos no hospital, porque há cada vez mais pacientes no banco de urgência. Com as chuvas as coisas pioraram, como afirmou à nossa reportagem o chefe da enfermagem, João Baptista. "Os medicamentos aqui nunca são suficientes e com as cheias aumentou o número de doenças, por isso não estamos em condições de acudir a todas as pessoas necessitadas. Apelo ao nosso Governo para apoiar com mais medicamentos e mosquiteiros, porque ainda vamos ter mais chuva e precisamos de estar preparados".

João Baptista disse que por dia são atendidos na urgência 70 pacientes e as patologias mais frequentes são a malária, tosse, doenças urinárias, e diarreias. O Hospital Municipal do Cuvelai tem três enfermarias, o banco de urgência e a maternidade.

Administração preocupada

Lopo Bravo, administrador municipal do Cuvelai, disse que o apoio do Governo está a chegar muito tarde no município. "Temos todo o apoio do Governo para acudir à população, só que tudo está concentrado na capital da província e chega muito tarde às comunas", disse Lopo Bravo.

"Nós ainda temos muitas dificuldades. Ainda há lavras inundadas, casas a cair todos os dias e aumenta o número de desalojados. Muitas crianças estão a estudar debaixo das árvores. As áreas do Mwi, Kachtiava e dos Chinganos, na comuna da Calonga, as lavras estão inundadas", disse o administrador, acrescentando que "precisamos de sabão, mantas e mosquiteiros, porque há muita água parada".

Joaquim Domingos António, comandante dos serviços da Protecção Civil no Cunene, disse que a logística está com algumas dificuldades, porque os "stocks" são reduzidos, sobretudo em termos alimentares. Para se fazer uma ideia do problema, existem 12 mil pessoas necessitadas de todo o tipo de ajuda. Joaquim António disse que as populações estão a ser apoiadas há um mês e "todos os dias damos orientações às autoridades comunais; no que concerne à distribuição dos alimentos e outros bens. A prioridade é para aqueles que perderam tudo". O comandante da Protecção Civil no

Cunene informou que para acudir às populações durante dois meses são necessárias 500 toneladas de bens alimentares. "Nós estamos a gerir 90 toneladas para 12 mil pessoas. Estamos a gerir com muita calma para ver se conseguimos abranger as populações mais necessitadas. Estamos com problemas de acessos, há vastas zonas onde só é possível chegar de avião. Por isso, a comuna do Cubate está sem o mínimo apoio alimentar. As populações receberam somente medicamentos e material didáctico". Joaquim António disse que esta é a grande preocupação: "temos orientações dos Governo da província, estamos a fazer todos os esforços para que a Sopangol, a partir da região sul, nos coloque combustível suficiente para as aeronaves poderem levar os apoios constantemente. Há vastas áreas onde só é possível fazer abastecimentos por via aérea".

O ministro da Reinserção Social, João Baptista Kussumua, garantiu à nossa reportagem que o Governo está preparado para acudir a todas as populações sinistradas no Cunene.

9.16 Doze mortos em Luanda

Novo Jornal

De 19 de Março de 2010

A morte e a demolição bateram à porta de algumas famílias no Cassequel porque a vala de drenagem do Senado da Câmara não conseguiu conter o nível da água devido à força que levava. A água transbordou o leito e encontrou destino em muitas casas. Duas crianças perderam a vida por afogamento, numa residência da rua 55 A destruição deixou um rasto de dor.

Vakala Dorkas, de 8 anos de idade, e Vakala Bakunde, de 3 anos, não tinham como combater a força das águas que as encontraram a dormir nos seus quartos. Bossongo João, pai das duas crianças, foi encontrado pela nossa reportagem no meio de lágrimas e aos gritos: "Como compraria a boneca que a minha filha pediu se ela já nem sequer estava ali...?" Antes de qualquer pergunta, foi necessário um compasso de espera para que o homem se conseguisse recompor. "Tá tudo perdido, meus irmãos, tudo!!!". Sobre as crianças que perdeu, Bossongo apenas disse que "se houvesse material no hospital do Cassequel, talvez elas estariam com vida". O lamento entre lágrimas, enquanto olhava para as paredes da sua casa, como se procurasse uma solução para o problema, o que pesava ainda mais o seu semblante.

Entre os sinistrados, falava-se ainda do desaparecimento de uma mãe e a sua filha, de 14 anos. Até à hora da chegada da nossa reportagem, as notícias eram um pouco mais animadoras. As pessoas tidas

como desaparecidas já se encontravam no hospital a receber cuidados médicos depois de terem sido socorridas de emergência pela vizinhança.

Braços ao alto em jeito de prece. Lágrimas e gritos de desespero vindos de Mariquinha António Manuel davam um tom dramático ao cenário deixado pelas chuvas. Aquela senhora, de 56 anos, não sabia o que fazer para recuperar os bens perdidos numa casa inundada, com a visita inesperada da chuva, que atingiu um nível de pouco mais de um metro de altura antecipando o fim do uso dos electrodomésticos que, segundo disse, "conseguiu com muito sacrifício"

Não é a primeira situação do género que aquela anciã atravessa. A mulher vive numa casa de três quartos, sala e quintal, espaço que reparte com o esposo, Paulo Sebastião, de 63 anos de idade, e mais cinco filhos e três netos.

Eram perto das 12hOO de um dia com sol abrasador quando nos deparámos com tal situação. As noras sabiam se riam ou se choravam, ao mesmo tempo que evacuavam a água para o exterior do quintal.

Um pouco mais adiante outro casal mais jovem enfrentava igual situação. Rosa Joaquim, de 28 anos, teve de ficar durante pouco mais de uma hora no telhado para fugir da fúria das águas que inundaram a sua casa.

O frio da madrugada que vinha em paralelo com o vento daquele temporal era a grande preocupação daquela mãe de cinco filhos que com ela estavam. Os vizinhos socorreram-na. Os filhotes ficaram sem nenhum material escolar, à semelhança de outras crianças das redondezas.

9.17 Angola é um dos países que mais queimam a floresta

Semanário Factual

De 19 a 26 de Março de 2010

Fazem parte da SADC Angola, Malawi, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Lesotho, RD Congo, Moçambique, Swazilândia, Zimbabwe, Botswana e Madagáscar.

Angola esteve representada no seminário, decorrido de 25 a 27 de Janeiro, em Moçambique, pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

O director-geral do Instituto do Desenvolvimento Florestal, Tomás Pedro Caetano, revelou que a situação da floresta em Angola é dispare: Com o fim da guerra civil, houve o regresso de grande parte das populações às suas áreas de origem, resultando que, em algumas regiões, se verificassem actos iminentes de degradação da floresta, decorrentes da prática da agricultura itinerante".

Segundo o engenheiro florestal, esta situação deve-se ao facto das populações utilizarem, em grande medida, a

queima anárquica para limparem as áreas de cultivo.

"É igualmente necessário definir-se a fronteira entre as áreas florestais propriamente ditas e as áreas agrícolas", sublinhou.

Carvoeiros delapidam as florestas

O director-geral do IDF denunciou que a fabricação de carvão para consumo doméstico é uma das principais acções que tem delapidado a floresta em Angola.

"Em algumas regiões, a queima de parcelas para a prática da agricultura itinerante tem delapidado a nossa floresta, tudo isso agravado por um novo fenómeno, que é o fabrico de carvão.

Segundo denuncia, "existem espalhadas por todo o país quantidades enormes de pessoas que se dedicam ao fabrico de carvão consumido, sobretudo, nos grandes centros urbanos, particularmente Luanda."

O especialista lembra "ser frequente vermos impávidos e serenos" centenas de camiões carregados de carvão dirigirem-se diariamente aos grandes centros urbanos "Um estudo efectuado pelo ID F ", afirma o director, revela que 57,8 por cento da energia consumida pela população de Angola advém das florestas, concretamente do uso da lenha e de carvão, resultando numa pressão muito grande sobre a floresta natural

9.18 Voltar a chover no molhado

A Capital

De 20 a 27 de Março de 2010

As últimas chuvas que se fizeram sobre Luanda, na madrugada de segunda-feira, deixaram uma Luanda já de si maltratada, completamente de rasto, com um saldo de 14 mortos e danos incalculáveis. Como em quase todos os anos, quando São Pedro abre as «comportas», a capital do país voltou a revelar-se incapaz de lidar com a força da água. E, por mais estranho que pareça, tem sido assim todos os anos...

O que aconteceu na madrugada desta segunda-feira não foi mais do que algumas «lágrimas» de um São Pedro «mal-humorado», mas os danos foram consideráveis, ao ponto de provocar estragos em residências, a intransitabilidade de artérias e bairros inteiros, além, é claro, de se contarem 14 mortes até, pelos menos, nesta terça-feira.

Apesar de, a nível meteorológico, ser considerado «tempo normal», em função dos cerca de 35 mil milímetros de precipitação, a verdade é que o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica de Angola (INAMET) espera, em quase todo território nacional, a probabilidade de ocorrência de chuvas fortes.

Este facto é encarado com alguma apreensão por parte

dos populares, por significar, para o caso angolano, tempos difíceis de manejar, por força de um aumento significativo do volume de destruição e, por arrasto, do número de vítimas mortais, inclusive em Luanda, uma região que até ao momento - no que vem ser uma ladainha de todos os anos - nunca se apresenta preparada para receber chuvas.

Os números das últimas chuvas são, disso, sintomáticos: perto de 100 residências destruídas, o desabamento de cerca de 12 outras casas, uma ponte e ainda quatro valas de drenagens. São números que dão conta do muito que ainda poderá acontecer se -Diabo que seja surdo! - voltar a chover com a mesma ou mais intensidade, tal como são as previsões do INAMET.

Apesar das obras sociais, que visam, aparentemente, o melhoramento das condições de habitabilidade dos luandenses, a verdade é que tais empreendimentos - de todas as formas megalómanos - em nada têm servido para facilitar a vida dos seus cidadãos, que vão sucumbindo, ano após anos, aos simples «espirros» de São Pedro. Na verdade, vendo o que se viu, a ideia com que se fica é que as empreitadas do «canteiro de obras» de Luanda estão mais para complicar do que para melhorar.

Parte-se do princípio que as mesmas (as obras) levam consigo longos anos de vida. Ou seja, acabam por ser obras quase inconclusivas, por não se respeitarem, geralmente, prazos, e, quando tal acontece, ou melhor, quando se dizem concluídas, não raras vezes, se apresentam com péssima qualidade, de tal forma que um «sopro», por mais suave que seja, revela-se suficiente para destapar as carecas deste tipo de iniciativas, quase todas sob responsabilidade das autoridades centrais.

Na ronda que este jornal realizou nalguns bairros de Luanda, sobretudo nos mais afectados pelas enxurradas, a situação é, de veras, calamitosa, com toda a sorte de consequências, desde os desabamentos de casas, famílias desalojadas até às mortes.

Adriano Casimiro, por exemplo, morador no bairro da Coreia, no município da Ingombota, foi despertado pelo barulho da chuva por volta das zero horas, tendo pouco depois se deparado com um quintal da casa que partilha com mais três irmãos totalmente inundado. «Inicialmente, pensei que se tratava de uma chuva miúda, mas quando decidimos acordar, de facto, a casa estava quase a submergir», afirmou.

Diante de tamanha preocupação, o jovem ficou dividido entre retirar a água que avançava, velozmente, pelo interior da casa e os haveres com ameaça de se deteriorarem. E não era para menos: em casa, para além da documentação da praxe, havia a salvar o material escolar dos irmãos mais novos, os electrodomésticos e os vestuários.

Mas, foi tarde e má hora: a força da água sobrepôs-se

aos esforços de Casimiro, um oficial superior das Forças Armadas Angolanas na reserva, a tal ponto que pouco ou nada conseguiu aproveitar. «Tudo de importante que possuímos acabou por perder-se. Chegamos ainda a chamar pelos bombeiros, mas não apareceram», por isso que, ao amanhecer de segunda-feira, tiveram que alugar uma motobomba por nada módicos oito mil kwanzas, para retirar a água que se havia assenhorado da casa.

O pior, acrescenta, só não aconteceu graças à onda solidária dos vizinhos menos aflito, que, de pronto, trataram de sair em socorro de um outro em situação bastante aflitiva. «A água atingiu até à altura das janelas», revelou Casimiro.

Porém, ao mesmo tempo que se congratulava com o auxílio da vizinhança, pairava sobre si a dor e o drama de ter de começar tudo de novo. «Não sei o que fazer, nem onde começar a reorganizar a minha vida, sem os documentos que foram também arrastados pela água», lamentou, acrescentando não saber «como é que os meus filhos irão à escola»

Domingos Fernando é outro dos afectados, mas o seu calvário aconteceu de forma diferente: a água entrou-lhe pelo interior da casa a partir da fossa, que encheu e, de seguida, transbordou para os vários compartimentos da sua casa. Há já vários anos que a sua casa não conhecia enchentes, como o da madrugada desta segunda-feira. Daí que deduz, que tal só aconteceu em função da não conclusão das obras da vala de drenagem. «Peço que a Odebrecht termine o mais rápido possível com a obra, para evitar-se o piam, que só foi evitado com o apoio que lhe prestado pelos zelosos vizinhos. Tanto Casimiro, como Domingos Fernando, assim como os demais moradores abordados, reclamam do facto da administração nunca ser vista, quando ocorre este tipo de situação. «A administração tinha que possuir meios apropriados, para acudir este tipo de calamidades, o que não se faz sentir», desabafaram

9.19 Enxurradas agravam desgraça de muitos luandenses

O Independente, 20 de Março de 2010

De 20 de Março de 2010

Se, por um lado, as autoridades governamentais da província de Luanda apontam como causa construção anárquica sobre as chamadas linhas de água, na periferia da urbe, a questão também está na má qualidade das obras de construção civil adjudicadas a empresas nacionais e estrangeiras, nos diversos municípios.

Onde estão as autoridades municipais? Através destes órgãos serviço de fiscalização afectos a cada município deveriam ter a missão de impedir as construções sem quaisquer requisitos técnicos e em locais impróprios.

Tudo é feito sob o olhar silencioso das autoridades municipais, talvez existam interesses financeiros pelo meio, que obriguem o fiscal a fechar os olhos diante do que devia ver.

Vamos sempre assistir a cenas tristes, logo que chova com grande intensidade em Luanda. Numa ronda efectuada pela nossa reportagem a alguns destes bairros, constatou-se que as chuvas provocaram grandes transtornos.

No Sambizanga foi visível a intransitabilidade de algumas vias de acesso ao interior do bairro, como por exemplo as ruas Lueji Honda e Angola Diluente, que já beneficiaram de obras de reabilitação.

Morador no bairro Cuba, município do Zambiana, João Ginga disse que o sentimento que tem é de tristeza, "uma vez que a cidade ainda não está preparada para receber fortes enxurradas"

No local, a nossa reportagem registou a invasão da água ao interior das residências, o que obrigou alguns moradores a procederem a um árduo trabalho de retirada do líquido.

"As chuvas provocam muitos estragos no seio da população, principalmente a nós que vivemos na periferia da cidade", disse Carlos Viegas, da zona da Lamuria, na Samba. No mesmo município muitos cidadãos, oriundos da comuna do Benfica, viram-se impossibilitados de chegar ao Tala tona, por causa da inundação na ponte de acesso, igualmente reabilitada recentemente.

Em bairros como o Tala Adi, Asa Branca, Coca e Hojiya-Henda, do município do Cazenga, a situação não diferiu muito dos bairros do Sambizanga ou Samba. Aí também muitas residências foram invadidas pelas águas das chuvas, devido às obras de construção efectua das em determinadas ruas, onde o nível da estrada é mas

alto do que o das residências, permitindo assim a infiltração de grandes quantidades de água para o interior destas.

A falta de um sistema eficiente de drenagem para o escoamento está, ainda, na base da situação. No Hojiya-Henda, um das maiores centras comerciais de Luanda, os armazéns não puderam abrir as portas devidas as grandes charcos de água que se criaram à sua volta.

No bairro Asa Branca a situação foi pior. As duas vias de acesso ao bairro e mercados, isto é, a 53 Avenida e a rua do Embondeiro do Cazenga, estavam intransitáveis. Nestas zonas, as pessoas usavam batatas e outro calçado todo o terreno para transitar. Henriques João Carlos, morador da Asa Branca, disse sentir horror quando chove em Luanda, porque a cidade fica mergulhada num mar de dificuldades" e não vislumbra uma solução urgente para se ultrapassar a situação".

Segunda ele, nunca se sabe realmente o que pode acontecer quando as chuvas se abatem sobre Luanda, uma cidade que tem vivido problemas de saneamento básico. Numa incursão ao Rangel, O INDEPENDENTE verificou que realmente a cidade não está preparada para receber grandes quantidades de água.

Na Precol, um bairro urbanizado, notava-se grande concentração de água nas ruas e ruelas. No Zangado, situado junto à Precol, a situação não fugia muito à realidade doutras áreas.

Viam-se moradores a retirarem grandes quantidades de água do interior das residências e a deitá-la para fora, durante quase todo dia, muitas vezes para a estrada. O cenário que se vivia no Zangado era igual ao do Marçal. As principais vias de acesso ao interior do bairro do Rangel também ficaram intransitáveis. Tratam-se das ruas do México, Paraná e Pica-Pau, onde não era possível transitar. As pessoas eram obrigadas a usar botas para andarem pelas ruas.

Para Fernando Jorge, funcionário de uma empresa de segurança privada, com estas chuvas" a vida dos cidadãos fica complicada". "Não se consegue ir ao mercado porque está tudo cheio de água. Aumentam os casos de doenças.

As casas ficam inundadas. É impossível circular à vontade pela cidade capital, porque os táxis estão a encurtar as rotas e andar a pé é difícil" lamentou.

Em declarações a este semanário, o vice-governador de Luanda, Bento Soyto, explicou que morreram cinco pessoas no município do kilamba-kiaxii, três na Maianga, outros três na Samba e um no Rangel.

No Cacucaco a chuva não foi tão intensa como nos outros municípios, mas 100 casas no bairro da Cerâmica, construídas junto ao Rio Seco, ficaram inundadas devido ao transbordo do canal que recebe águas pluviais de Viana e Cazenga.

No Kilamba-Kiaxi, constatamos que no bairro Rasta,

na com uma do Golfe, algumas residências desabaram e várias famílias tiveram que abandonar as suas casas à procura de locais seguros.

Já Maianga, foi afectado o bairro Cassequel, principalmente junto ao mercado do Kantintom, onde uma residência desabou e outras ficaram inundadas.

Ainda no município do Kilamba-Kiaxi, na comuna do Palanca passaram a predominar os charcos e o lodo, enquanto nas áreas periféricas como a Mabor, Kikolo, Cacucaco e parte de Benfica apenas se aconselhava viajar em viaturas com tracção.

Moradores de Viana dizem-se aliviados devido aos solos arenosos que facilitam a infiltração rápida da água da chuva.

No país, oficialmente o período chuvoso começa a 15 de Agosto e se estende até 15 de Abril, com quedas pluviométricas intensas de Janeiro a Março, acompanhadas, às vezes, de fortes ventos.

9.20 A culpa é do povo

A Capital.

De 20 de Março de 2010

Um Bento Soito, com responsabilidades acrescidas, mas que procura, a todo o custo, quando as coisas acontecem para o pior, sacudir a água do capote e salvar o seu couro. Como se os governantes deste país existissem apenas como objectos decorativos, o povo, que dizem governar, é quem arca com as responsabilidades de tudo o que acontece de errado. São governantes, como o vice-governador de Luanda para a Área Técnica, que levam à conclusão, cada vez mais, de que os angolanos estão entregues à sua sorte

O vice-governador de Luanda para a Área Técnica, Bento Soito, perdeu uma soberana oportunidade para permanecer calado, quando instado a comentar sobre os resultados das últimas chuvas que se abateram sobre a capital do país, ignorando por completo as recomendações baixadas pelo Presidente da República, por altura da tomada de posse do governo saída das eleições legislativas de 2008, ou seja, «é hora de trabalhar mais e falar pouco»,

Quando se esperava que o adjunto de Francisca do Espírito Santo apresentasse soluções, explicasse melhor sobre as medidas que o Governo Provincial de Luanda implementaria para fazer aos estragos, quer humanos, quer físicos, provocados pelas chuvas, ouviu-se um Bento Soito mais preocupado em sacudir a água do I capote, assacando todas as responsabilidades aos populares sinistrados, por, tal como justificou, construírem em zonas consideradas de risco, por isso, à mercê do «mau humor» de São Pedro.

Soito era já vice-governador de Luanda para a mesma Área Técnica, quando o Presidente da República recomendava a necessidade de se «tomar medidas ime-

diatas, bem como de médio e longo prazo, no sentido de se evitar o agravamento do impacto das enxurradas e prevenir situações no futuro».

Contudo, mesmo sendo vice governador, já na altura em que se deram as chuvas de 2007, o ainda vice-governador não foi capaz de prevenir situações que têm a ver com os mesmos antigos problemas com que Luanda se confronta em épocas chuvosas.

O mesmo vice-governador é o mesmo useiro e vezeiro a prometer melhorias, a prometer soluções, mas que, no fundo, no fundo, apenas servem para inglês ver. Não raras vezes, garante a solução dos problemas em tempo seco, com o pretexto de que em época chuvosa os constrangimentos são de difícil solução. Porém, passa ano, entra ano, o que se assiste é completamente diferente do que se promete. Ou seja, os mesmos problemas acabam por transitar para o ano seguinte. E quando tal acontece, lá emerge, uma vez mais, o mesmo Bento Soito a responsabilizar os populares. Mas, afinal, onde param as responsabilidades do Governo Provincial de Luanda? É a edilidade de Luanda, de que Soito é ainda vice-governador, que promove as construções dos «chimbecos» como apodou o dirigente as casas construídas de forma precária pela população por ser ela que acompanha impávida e serena o surgimento dos mesmos.

Quando as coisas acontecem para o pior, mais do que procurar culpados, é de todo importante buscar soluções rápidas, de forma a evitar-se males maiores. Mas, Bento Soito, o «nosso» mui amado vice-governador das promessas vãs, não atende desta forma. Para ele, a culpa é do povo, que constrói em lugares íngremes e de forma aleatória. A culpa, essa, nunca é do Estado, aqui representado pelo Governo Provincial de Luanda.

Andará na lua o quase eterno vice? Se não sabe, é curial que saiba que os populares apenas constroem os seus «chimbecos» o termo é dele - onde têm construído, por força de uma desastrosa política habitacional levada a cabo pelas autoridades angolanas, quer centrais, quer provinciais.

Se as parcelas de terra não estivessem apenas para satisfazer os vorazes apetites latifundiários dos dignitários, os populares, de certeza absoluta, que evitariam construir em qualquer lugar. Se Bento Soito não sabe deveria, pois, saber que a necessidade é maior do que a simples moral. As pessoas necessitam proteger-se do frio, da chuva, dos inclementes raios solares e, dada a ausência da mão governamental, o melhor a fazer é eleger um lugar que responda, o mínimo que seja, às suas preocupações.

Num passado não muito distante, quando, por exemplo, a cidade fosse privada do abastecimento de energia eléctrica, havia apenas um e único culpado: a UNITA. Ao que parece, o vice-governador quererá

reviver estes tumultuosos tempos, invertendo apenas os protagonistas.

Ou seja, caso o conflito armado persistisse, de certeza absoluta que a Bento Soito não restaria a mínima dúvida que os constrangimentos provocados pelas chuvas (desalojamentos, desabamentos e mortes) era obra das «forças do imperialismo e seus sequazes».

É, precisamente, nisso que dá, quando, como é apanágio das gentes do poder, se pretende olhar mais para a árvore e esquecer a floresta. É nisso que dá, quando olhamos apenas para o nosso umbigo. É, precisamente, nisso que dá, quando, mesmo sendo simples terráqueos e simples mortais, pretendemos mostrar, aos olhos de muitos, que vivemos na Lua.

Mas, por que duvidar das «certezas» de Bento Soito, se a «culpa») mesmo é do povo! Moral da história: tudo o que Bento Soito diz, não se deve escrever. Ou melhor, não deve ser levado a peito.

9.21 Em 2007 foi bem pior

A Capital

De 20 a 27 de Março de 2010

Na madrugada do dia 22 de Janeiro de 2007, os luandenses viram-se despertados por uma chuva de grande intensidade que devastou Luanda por completo, sobretudo em zonas periféricas, como Cacuaco, onde mais de 200 pessoas tinha ficado completamente isoladas, em face do desabamento da ponte que liga aquela região piscatória ao resto da capital do país.

Naquilo que parecia uma minúscula réplica de um «tsunami», as águas da chuvas daquele Janeiro de triste memória, já lá vão três anos, escorreram desde a encosta do bairro Paraíso, um bairro contíguo ao município de Cacuaco, e numa destruidora caminhada rastejante seguiram o curso de uma vala de drenagem, onde populares, que se contavam em mais de uma centena, construíram de forma precária, arrastando, sem apelo, nem agravo, tudo o que encontrou pela frente.

Residências inteiras, viaturas, entre ligeiras e pesadas, majestosas e portentosas árvores, como embondeiros, além de pessoas, sucumbiram à força da água daquela madrugada. E o resultado, claro está, não poderia ser mais dantesco: só no município de Cacuaco, meia centena de famílias ficaram desalojadas e, por isso, desamparadas; sem as casas e sem os haveres, que a muito custo adquiriram.

No seu todo, nas contas em toda Luanda, foram 207 famílias que ficaram sem as casas e os bens. O número de mortos, também, não ficou muito aquém dos desalojados. Contas feitas apontam para mais de 100 mortos em toda a província, além de um número não confirmado de pessoas desaparecidas. Em Cacuaco, por exemplo, os números oficiais apontavam para apenas

16 desaparecidos, embora pudessem ser mais, a julgar pelos estragos provocados pelas enxurradas.

Além do já crónico problema do saneamento básico, apanágio de uma cidade com políticas de governação mal concebidas - à semelhança de uma gravidez indesejada -, assistiu-se a um aumento vertiginoso dos casos de cólera (com 15 casos diários), sobretudo em Cacuaco, o município mais afectado pela chuva, facto que obrigou as autoridades governamentais a desdobrarem-se em medidas de prevenção, como foi, por exemplo, o aumento no abastecimento de água.

Três anos depois, desde 2007, no mar e em terra, são ainda visíveis os resquícios daquela tragédia: os cálculos da administração apontavam para 40 os carros soterrados, além de 19 que acabaram no mar, isto para não falar dos contentores de vários pés. Os mares de Cacuaco apresentam até hoje estes sinais.

O Centro de Formação Pesqueira (Cefopescas) nunca mais foi mesmo: as manilhas da ponte que liga o município ao resto de Luanda entupiram e, por força disso, as águas subiram de nível e, de forma feloz, acabou por destruir as casas a si acopladas, assim como levou consigo várias vidas humanas e nunca mais, três anos depois, recuperou. Se depender dos incontroláveis apetites latifundiários, o Centro conhecerá, certamente, outra servential!...

Passado este tempo todo, as promessas das autoridades centrais não passaram disso mesmo; de simples e vãs promessas. Em função das nada desprezíveis vítimas mortais e os incalculáveis materiais, as autoridades, em esforços que se julgaram ingentes, trataram de acudir os sinistrados, realojando-os em zonas consideradas seguras, inicialmente em tendas, com o compromisso de que beneficiariam, em pouco tempo, de casas, a serem erguidas pelo Governo.

Tratou-se, aliás, de uma orientação pontual do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, aos órgãos centrais do Governo, no quadro de um Plano de Emergência por si gizado e que visava a reposição das condições de vida das populações afectadas, consubstanciado no saneamento básico, alojamento, assistência médica, auxílio alimentar, reabilitação das vias de acesso, para o qual foram disponibilizados um total de dez milhões de dólares.

No mesmo quadro, o Governo, na pessoa do PR, orientou a construção de duas mil residências, no âmbito da execução do Plano Geral contra as Calamidades Naturais, com vista a uma posterior reinstalação das pessoas sinistradas pela chuva de 2007. Mas, três anos depois, este assunto não só acabou atirado às calendas gregas, como também as várias centenas de pessoas afectadas por aquelas enxurradas continuam a viver em tendas já carcomidas pelo tempo, em condições completamente desumanas, já sem a pre-

sença das mesmas autoridades que lhes acudiu e prometeu reinstalação segura.

Ao que tudo indica, até mesmo as orientações presidenciais foram ignoradas, uma vez que nada do que, na altura, foi prometido chegou ao seu pleno cumprimento. Fica-se, cada vez mais, com a nítida sensação que as chuvas que se abatem por Luanda e um pouco por todo o país, passaram a configurar um negócio bastante lucrativo.

Ou seja, dá-se a ideia de que quanto mais forte for a investida de São Pedro sobre Luanda, mais dinheiro poderão abocanhar as pessoas que lidam com este dossier, a pretexto de compra de mais meios técnicos e outras tecnologias para justificar o dinheiro que lhes vai parar à mão.

É que já em 2007, quando se deu a enxurrada da madrugada de 22 de Janeiro, o Presidente da República havia já orientado, pontualmente, a tomada de medidas imediatas, bem como de médios e longos prazos, com vista não só socorrer e prestar assistência às vítimas, mas também evitar o agravamento do impacto das chuvas e, sobretudo, «prevenir situações análogas no futuro».

Mas, ao que tudo indica, parece haver mais gente que se mostra interessada em trabalhar no sentido contrário aos ponteiros do relógio. Haverá ou não alguma explicação para que tal aconteça?

9.22 Alterações climáticas preocupam Governo

Jornal de Angola

De 24 de Março de 2010

O ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, José Carvalho da Rocha, disse, ontem, em Luanda, ser prioridade do Governo o desenvolvimento de projectos voltados para as alterações climáticas que divulguem os conhecimentos científicos e tecnológicos para aumentar a capacidade de previsão do tempo, clima e qualidade do ar.

José Carvalho da Rocha, que falava na abertura de um seminário alusivo às comemorações do Dia Mundial da Meteorologia, que decorreu no auditório do Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, acrescentou que os projectos nas áreas de pesquisa devem ainda tratar de questões que afectam diariamente a Agricultura, Recursos Hídricos, Transportes e Turismo.

O ministro disse que é preciso continuar a trabalhar para a recuperação da rede meteorológica e o sistema sísmico no país, para os cientistas compreenderem as causas das alterações climáticas. "Tendo em conta a relação existente entre o sistema de meteorologia e a economia, é importante desenvolver estudos para

subsidiar as actividades governamentais nos investimentos em zonas susceptíveis de riscos, devido ao factor climático", defendeu o ministro.

José Carvalho da Rocha realçou que os estudos ligados às áreas das Tecnologias de Informação vão criar "oportunidades ímpares" que permitem verificar o estado de prontidão do espaço do meteoro 10gia. "Estão a ser feitos investimentos na área tecnológica do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, que vão permitir melhorar os serviços prestados às populações", revelou.

Outra preocupação do Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, prende-se com a formação de técnicos. "Como prioridade, a formação do homem deve continuar, para que consiga dominar toda a tecnologia posta à sua disposição", defendeu.

O ministro falou, também, sobre a necessidade de ser prestada atenção a área da Geofísica, para a promoção de pesquisas das actividades sísmicas no país. "É importante que concorram actos de divulgação das actividades meteorológicas, para que possamos, diariamente, ter noção do clima e do tempo".